

UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS
CONSELHO DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO - **CONSEPE**

Secretaria dos Órgãos Colegiados Superiores (Socs)
Bloco IV, Segundo Andar, Câmpus de Palmas
(63) 3229-4067 | (63) 3229-4238 | consepe@uft.edu.br



RESOLUÇÃO Nº 24, DE 29 DE JUNHO DE 2018

Dispõe sobre a atualização do Projeto Pedagógico do Curso (PPC) de Licenciatura em Geografia, Câmpus de Araguaína, aprovado pela Resolução Consepe nº 46/2009.

O Egrégio Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (Consepe) da Universidade Federal do Tocantins (UFT), reunido em sessão extraordinária no dia 29 de junho de 2018, no uso de suas atribuições legais e estatutárias,

RESOLVE:

Art. 1º Aprovar a atualização do Projeto Pedagógico do Curso (PPC) de Licenciatura em Geografia, Câmpus de Araguaína, aprovado pela Resolução Consepe nº 46/2009, conforme anexo a esta Resolução.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

LUÍS EDUARDO BOVOLATO
Reitor



UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS

PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO (PPC) DE LICENCIATURA EM GEOGRAFIA, CÂMPUS DE ARAGUAÍNA (ATUALIZAÇÃO 2018).

Anexo da Resolução nº 24/2018 – Consepe

Aprovado pelo Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão em 29 de junho de 2018.

ARAGUAÍNA/TO
2018



UNIVERSIDADE FEDERAL DO **TOCANTINS**

ANEXO DA RESOLUÇÃO Nº 24/2018 – CONSEPE

**PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO (PPC) DE LICENCIATURA EM
GEOGRAFIA, CÂMPUS DE ARAGUAÍNA (ATUALIZAÇÃO 2018).**

ARAGUAÍNA/TO
2018



UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS
PRÓ-REITORIA DE GRADUAÇÃO
CÂMPUS DE ARAGUAÍNA
CURSO DE GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA

PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE GEOGRAFIA - LICENCIATURA

2019

EXPEDIENTE

Prof. Dr. Luís Eduardo Bovolato
Reitor

Profª Dra. Ana Lúcia de Medeiros
Vice-reitora

Profª Dra. Vânia Maria de Araújo Passos
Pró-reitora de Graduação (Prograd)

Prof. Dr. Raphael Sanzio Pimenta
Pró-reitor de Pesquisa e Pós-Graduação (Propesq)

Profª Dra. Maria Santana Ferreira Milhomem
Pró-reitoria de Extensão, Cultura e Assuntos Comunitários (Proex)

Prof. Dr. Kherlley Caxias Batista Barbosa
Pró-reitor de Assuntos Estudantis (Proest)

Msc. Jaasiel Nascimento Lima
Pró-reitor de Administração e Finanças (Proad)

Prof. Dr. Eduardo Andrea Lemus Erasmo
Pró-reitor de Avaliação e Planejamento (Proap)

Profª Dra. Elisabeth Aparecida Corrêa Menezes
Pró-reitora de Gestão e Desenvolvimento de Pessoas (Progedep)

Prof. Dr. José Manoel Sanches da Cruz
Diretor do *Campus* de Araguaína

Prof. Dr. Roberto Antero da Silva
Coordenador do Curso de Geografia/Araguaína

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO

EXPEDIENTE	2
------------------	---

SUMÁRIO	3
---------------	---

APRESENTAÇÃO	6
--------------------	---

1 – CONTEXTO INSTITUCIONAL	7
----------------------------------	---

1.1. HISTÓRICO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS (UFT)	7
---	---

1.2. A UFT NO CONTEXTO REGIONAL E LOCAL	9
---	---

1.3. PERFIL INSTITUCIONAL	11
---------------------------------	----

1.4. MISSÃO, VISÃO E VALORES DA UFT	13
---	----

1.5. ESTRUTURA ORGANIZACIONAL	14
-------------------------------------	----

2 – CARACTERIZAÇÃO DO CURSO	17
-----------------------------------	----

2.1. CARACTERIZAÇÃO GERAL DO CURSO DE LICENCIATURA EM GEOGRAFIA	17
---	----

2.1.1. NOME DO CURSO	17
----------------------------	----

2.1.2. GRAU ACADÊMICO E MODALIDADE	17
--	----

2.1.3. PROCESSO SELETIVO	17
--------------------------------	----

2.1.4. ENDEREÇO DO CURSO	17
--------------------------------	----

2.1.5. ATO LEGAL DE RECONHECIMENTO DO CURSO	17
---	----

2.1.6. NÚMERO DE VAGAS	17
------------------------------	----

2.1.7. TURNO DE FUNCIONAMENTO	17
-------------------------------------	----

2.1.8. INTEGRALIZAÇÃO DO CURSO	17
--------------------------------------	----

2.1.9. DATA E SEMESTRE LETIVO DO INÍCIO DO FUNCIONAMENTO DO CURSO	17
---	----

2.1.10. DIREÇÃO DO CAMPUS	18
---------------------------------	----

2.1.11. COORDENADOR DO CURSO	18
------------------------------------	----

2.1.12. RELAÇÃO NOMINAL DOS(AS) MEMBROS DO COLEGIADO DE CURSO	18
---	----

2.1.13. COMISSÃO DE ELABORAÇÃO DO PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO – PPC	19
---	----

2.2. HISTÓRICO DO CURSO: SUA CRIAÇÃO E TRAJETÓRIA	19
---	----

2.2.1. BASES CONCEITUAIS DO PROJETO PEDAGÓGICO INSTITUCIONAL	20
--	----

2.3. ORGANIZAÇÃO DIDÁTICO-PEDAGÓGICA	21
--	----

2.3.1. ADMINISTRAÇÃO ACADÊMICA	22
--------------------------------------	----

2.3.2. ATRIBUIÇÕES DO DIRETOR DE CAMPUS	24
---	----

2.3.3. COORDENAÇÃO ACADÊMICA	25
------------------------------------	----

2.3.4. DIMENSÃO DAS TURMAS TEÓRICAS E PRÁTICAS	27
--	----

3 – PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DO CURSO	28
--	----

3.1. JUSTIFICATIVA	28
--------------------------	----

3.2. OBJETIVOS DO CURSO	30
-------------------------------	----

3.3. PERFIL PROFISSIONGRÁFICO	31
-------------------------------------	----

3.4. COMPETÊNCIAS, ATITUDES E HABILIDADES	31
---	----

3.5. CAMPO DE ATUAÇÃO PROFISSIONAL	32
--	----

3.6. ORGANIZAÇÃO CURRICULAR	32
-----------------------------------	----

3.6.1. CONTEÚDOS CURRICULARES	33
-------------------------------------	----

3.6.2. EDUCAÇÃO DAS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS E ENSINO DE HISTÓRIA E CULTURA AFRO-BRASILEIRA E INDÍGENA	34
---	----

3.6.3. POLÍTICA NACIONAL DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL	34
3.6.4. LIBRAS - LÍNGUA BRASILEIRA DE SINAIS	34
3.6.5. EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS, DIVERSIDADE E GÊNERO	35
3.6.6. NÚCLEOS DE FORMAÇÃO PREVISTOS NA RESOLUÇÃO CNE Nº2, DE 01/07/2015	35
3.6.6.1. NÚCLEO I - ESTUDOS DE FORMAÇÃO GERAL	35
3.6.6.2. NÚCLEO II - NÚCLEO DE APROFUNDAMENTO E DIVERSIFICAÇÃO DE ESTUDOS	36
3.6.6.3 NÚCLEO III DE ESTUDOS INTEGRADORES PARA ENRIQUECIMENTO CURRICULAR	36
3.6.6.4 NÚCLEO DE ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO	36
3.6.7. CONTEÚDOS ADICIONAIS EXIGIDOS PELA RESOLUÇÃO CNE Nº02/2015	36
3.6.8. ATIVIDADES SEMIPRESENCIAIS	37
3.7. MATRIZ CURRICULAR	38
3.7.1. MATRIZ CURRICULAR: DISTRIBUIÇÃO DOS COMPONENTES CURRICULARES DO CURSO DE LICENCIATURA EM GEOGRAFIA – PPC/ 2019 E SÍNTESE DA CARGA HORÁRIA	39
3.7.1.1. OBSERVAÇÕES SOBRE MATRIZ CURRICULAR	42
3.7.2. DISCIPLINA ELETIVA	42
3.7.3. ADAPTAÇÃO ENTRE ESTRUTURAS CURRICULARES - EQUIVALÊNCIA DE DISCIPLINAS	43
3.7.4. MIGRAÇÃO PARA A NOVA ESTRUTURA	46
3.7.5. EMENTÁRIO DOS COMPONENTES CURRICULARES	48
3.7.6. METODOLOGIA	107
3.7.7. INTERFACE PESQUISA E EXTENSÃO	107
3.7.7.1 GRUPOS DE PESQUISA E EXTENSÃO	109
3.7.7.2 PROJETOS DE PESQUISA E PROJETO DE EXTENSÃO	110
3.7.7.3. PÓS-GRADUAÇÃO <i>LATO SENSU</i> EM GEOGRAFIA	112
3.7.7.4. PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO <i>STRICTO SENSU</i> (MESTRADO) EM GEOGRAFIA	113
3.7.7.5. PROPOSTA DE PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO <i>STRICTO SENSU</i> (MESTRADO) EM GEOGRAFIA	114
3.7.8. INTERFACE COM PROGRAMAS DE FORTALECIMENTO DO ENSINO: MONITORIAS PIM E PIM, PIBID, RP	116
3.7.9. INTERFACE COM AS ATIVIDADES COMPLEMENTARES	116
3.7.10. ESTÁGIO CURRICULAR OBRIGATÓRIO E NÃO-OBRIGATÓRIO	117
3.7.10.1. UNIDADES CONCEDENTES CONVENIADAS PARA ESTÁGIO OBRIGATÓRIO	118
3.7.10.2 CENTRAL DE ESTÁGIOS	119
3.7.11. PRÁTICA PROFISSIONAL: A PRÁTICA COMO COMPONENTE CURRICULAR (PCC)	119
3.7.11.1 CONCEPÇÕES DE PRÁTICA COMO COMPONENTE CURRICULAR	120
3.7.11.2. ATIVIDADES, EIXOS E TEMAS DA PRÁTICA COMO COMPONENTE CURRICULAR	121
3.7.12. TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO	122
3.7.13. PROCEDIMENTOS DE AVALIAÇÃO DO PROCESSO DE ENSINO-APRENDIZAGEM E DO PROJETO ACADÊMICO DO CURSO DE GEOGRAFIA	122
3.7.13.1. A AVALIAÇÃO NO PROCESSO ENSINO-APRENDIZAGEM E SEUS DESDOBRAMENTOS	124
3.7.13.2. AÇÕES IMPLEMENTADAS EM FUNÇÃO DOS PROCESSOS DE AUTO-AVALIAÇÃO E DE AVALIAÇÃO EXTERNA (ENADE E OUTROS)	128
4 - CORPO DOCENTE, CORPO DISCENTE E CORPO TÉCNICO-ADMINISTRATIVO	130
4.1. FORMAÇÃO ACADÊMICA E PROFISSIONAL DO CORPO DOCENTE EFETIVO	130
4.2. CONDIÇÃO DE TRABALHO	131
4.3. COMPOSIÇÃO E TITULAÇÃO DO NÚCLEO DOCENTE ESTRUTURANTE (NDE)	131

4.3.1. AÇÕES DO NDE PARA IMPLANTAÇÃO E CONSOLIDAÇÃO DO PPC	132
4.4. PRODUÇÃO DE MATERIAL DIDÁTICO OU CIENTÍFICO DO CORPO DOCENTE EFETIVO	132
4.5. FORMAÇÃO E EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL DO CORPO TÉCNICO-ADMINISTRATIVO QUE ATENDE O CURSO	133
4.5.1. SECRETÁRIA ACADÊMICA	133
4.5.2. SECRETÁRIA DE COORDENAÇÃO DO CURSO	134
4.6. CORPO DISCENTE - REPRESENTANTE ESTUDANTIL NO COLEGIADO	134
5 – INSTALAÇÕES FÍSICAS E LABORATÓRIOS	135
5.1. LABORATÓRIOS E INSTALAÇÕES	135
divisão do Acervo	138
PERIÓDICOS	139
PERIÓDICO ELETRÔNICO	139
5.3. INSTALAÇÕES E EQUIPAMENTOS COMPLEMENTARES	140
5.4. ÁREA DE LAZER E CIRCULAÇÃO	141
5.5. RECURSOS AUDIOVISUAIS	141
5.6. ACESSIBILIDADE PARA PORTADOR DE NECESSIDADES ESPECIAIS	141
5.7. SALA DE DIREÇÃO DE CAMPUS E COORDENAÇÃO DE CURSO	141
6 – REFERÊNCIAS	142
7 – APÊNDICES/ ANEXOS	145
7.1. REGIMENTO ACADÊMICO DO CURSO	145
7.2. ATAS DE APROVAÇÃO DO PPC PELO COLEGIADO DO CURSO E PELO CONSELHO DIRETOR DO CAMPUS	155
7.3. REGULAMENTO DE ESTÁGIO OBRIGATÓRIO E NÃO-OBRIGATÓRIO	160
7.4. REGULAMENTO DE TCC	176
7.5. REGULAMENTO DE ATIVIDADES COMPLEMENTARES	199
7.6. CURRÍCULUM VITAE DO CORPO DOCENTE	205
7.7. MANUAL DA BIBLIOTECA	208

APRESENTAÇÃO

Este Projeto Pedagógico de Curso (PPC) é fruto de um intenso diálogo realizado no Colegiado de Curso, com a participação do corpo discente, corpo docente e técnico-administrativo. Esse diálogo advém desde 2004, com aprovação do primeiro PPC do curso, reformulado em 2009, com vigência até o ano de 2019, quando aprova-se nova reformulação.

A aprovação do novo PPC 2019 não encerra esse ciclo, pelo contrário, traz mais elementos para aprofundar o debate sobre os caminhos que a Licenciatura em Geografia deverá trilhar nos próximos anos, a partir da aprovação e implantação desta nova estrutura curricular.

A justificativa de reformulação do projeto pedagógico da Licenciatura em Geografia do Campus Araguaína teve como indutor a proposta das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores da Educação Básica em Curso de Nível Superior, do Ministério da Educação, especificamente a Resolução CNE nº2, de 1º de julho de 2015 com novas regras para licenciaturas e cursos de formação pedagógica.

O documento traz significativas mudanças: a) acréscimo de 400 horas na carga horária mínima para as licenciaturas, passando de 2.800 para 3.200 horas; b) tempo mínimo para integralização passa a ser de oito semestres. A resolução reforça ainda a necessidade de propor mais atividades de cunho prático na formação de professores, com a implementação de 400 horas de prática como componente curricular (PCC), distribuídas ao longo do processo formativo.

Esse Projeto Pedagógico de Curso é um documento coletivo e compartilhado, voltado à formação e desenvolvimento de competências e habilidades para a docência em Geografia. É um documento que direciona o curso, sendo guia e consulta para docentes, discente e comunidade.

1 – CONTEXTO INSTITUCIONAL

Apresenta-se o panorama institucional da Universidade Federal do Tocantins, com base no histórico, áreas de atuação, posicionamento no contexto regional e local, o perfil institucional e a estrutura organizacional.

1.1. Histórico da Universidade Federal do Tocantins (UFT)

A Fundação Universidade Federal do Tocantins (UFT), instituída pela Lei 10.032, de 23 de outubro de 2000, vinculada ao Ministério da Educação, é uma entidade pública destinada à promoção do ensino, pesquisa e extensão, dotada de autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial, em consonância com a legislação vigente. Embora tenha sido criada em 2000, a UFT iniciou suas atividades somente a partir de maio de 2003, com a posse dos primeiros professores(as) efetivos(as) e a transferência dos cursos de graduação regulares da Universidade do Tocantins – UNITINS, mantida pelo estado do Tocantins.

Em abril de 2001, foi nomeada a primeira Comissão Especial de Implantação da Universidade Federal do Tocantins pelo então Ministro da Educação, Paulo Renato Souza, por meio da Portaria de nº 717, de 18 de abril de 2001. Essa comissão, entre outros, teve o objetivo de elaborar o Estatuto e um projeto de estruturação com as providências necessárias para a implantação da nova universidade. Como presidente dessa comissão foi designado o Prof. Dr. Eurípedes Vieira Falcão, ex-reitor da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Em abril de 2002, depois de dissolvida a primeira comissão designada com a finalidade de implantar a UFT, uma nova etapa foi iniciada. Para essa nova fase, foi assinado em julho de 2002, o Decreto de nº 4.279, de 21 de junho de 2002, atribuindo à Universidade de Brasília (UnB) competências para tomar as providências necessárias para a implantação da UFT. Para tanto, foi designado o Prof. Dr. Lauro Morhy, na época, Reitor da Universidade de Brasília, para o cargo de Reitor *pró-tempore* da UFT. Em julho do mesmo ano, foi firmado o Acordo de Cooperação nº 1/02, de 17 de julho de 2002, entre a União, o estado do Tocantins, a UNITINS e a UFT, com interveniência da Universidade de Brasília, com o objetivo de viabilizar a implantação definitiva da Universidade Federal do Tocantins. Com essas ações, iniciou-se uma série de providências jurídicas e burocráticas, além dos procedimentos estratégicos que estabelecia funções e responsabilidades a cada um dos órgãos representados.

Com a posse dos(as) professores(as), foi desencadeado o processo de realização da primeira eleição dos diretores de *campi* da Universidade. Já finalizado o prazo dos trabalhos da comissão comandada pela UnB, foi indicado uma nova comissão de implantação pelo então Ministro da Educação, Cristóvam Buarque. Nessa ocasião, foi convidado para Reitor *pró-tempore*, o Prof. Dr. Sérgio Paulo Moreyra, que à época era Professor Titular aposentado da Universidade Federal de Goiás (UFG), e também, assessor do Ministério da Educação. Entre os membros dessa comissão, foi designado, por meio da Portaria de nº 002/03 de 19 de agosto de 2003, o Prof. Me. Zezuca Pereira da Silva, também Professor Titular aposentado da UFG, para o cargo de coordenador do Gabinete da UFT.

Essa comissão elaborou e organizou as minutas do Estatuto, Regimento Geral, o processo de transferência dos cursos da Universidade do Estado do Tocantins (UNITINS), que

foi submetido ao Ministério da Educação e ao Conselho Nacional de Educação (CNE). Criou as comissões de Graduação, de Pesquisa e Pós-graduação, de Extensão, Cultura e Assuntos Comunitários e de Administração e Finanças. Preparou e coordenou a realização da consulta acadêmica para a eleição direta do Reitor e do Vice-Reitor da UFT, que ocorreu no dia 20 de agosto de 2003, na qual foi eleito o Prof. Dr. Alan Barbiero. No ano de 2004, por meio da Portaria nº 658, de 17 de março de 2004, o então Ministro da Educação, Tarso Genro, homologou o Estatuto da Fundação, aprovado pelo Conselho Nacional de Educação (CNE), o que tornou possível a criação e instalação dos Órgãos Colegiados Superiores, como o Conselho Universitário (CONSUNI) e o Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (CONSEPE).

Com a instalação desses órgãos, foi possível consolidar as ações inerentes à eleição para Reitor e Vice-Reitor da UFT conforme as diretrizes estabelecidas pela lei nº. 9.192/95, de 21 de dezembro de 1995, que regulamenta o processo de escolha de dirigentes das instituições federais de ensino superior por meio da análise da lista tríplice.

Com a homologação do Estatuto da Fundação Universidade Federal do Tocantins, no ano de 2004, por meio do Parecer do (CNE/CES) nº041 e Portaria Ministerial nº. 658/2004, também foi realizada a convalidação dos cursos de graduação e os atos legais praticados até aquele momento pela Fundação Universidade do Tocantins (UNITINS). Por meio desse processo, a UFT incorporou todos os cursos e também o curso de Mestrado em Ciências do Ambiente, que já era ofertado pela UNITINS, bem como realizou a absorção de mais de oito mil alunos(as), além de materiais diversos, tais como equipamentos e estrutura física dos *campi* já existentes e dos prédios que estavam em construção.

A história desta instituição, assim como todo o seu processo de criação e implantação, representa uma grande conquista ao povo tocantinense. É, portanto, um sonho que vai aos poucos se consolidando numa *instituição social* voltada para a produção e difusão de conhecimentos, para a formação de cidadãos e profissionais qualificados, comprometidos com o desenvolvimento social, político, cultural e econômico da Nação.

A UFT foi a primeira universidade brasileira a estabelecer cotas para estudantes indígenas em seus processos seletivos. A reserva de vagas foi instituída desde o primeiro vestibular da Instituição, realizado em 2004. Além disso, a Universidade tem o curso de Engenharia Ambiental mais antigo do país, com ingresso de alunos desde 1992, e o primeiro curso de mestrado ofertado no estado do Tocantins, o mestrado em Ciências do Ambiente (Ciamb), aprovado pela Capes em 2002.

O processo de criação e implantação da UFT representa uma grande conquista para o povo tocantinense e a Universidade não para de crescer, tendo passado de cerca de 8 mil alunos e 25 cursos de graduação, em 2003, para mais de 20 mil alunos, em 57 cursos de graduação e 30 programas de pós-graduação nos seus primeiros 13 anos de existência.

A educação na UFT é desenvolvida por meio de cursos de graduação (licenciatura, bacharelado e tecnólogo) e pós-graduação lato sensu e stricto sensu, que habilitam profissionais com sólida formação teórica e compromisso social promovendo, juntamente com as atividades de pesquisa e extensão, a produção e disseminação de conhecimentos que contribuirão para a transformação do estado do Tocantins em um espaço para todos.

1.2. A UFT no Contexto Regional e Local

O Tocantins caracteriza-se como um estado multicultural. O caráter heterogêneo de sua população coloca para a UFT o desafio de promover práticas educativas que promovam o ser humano e que elevem o nível de vida de sua população. A inserção da UFT nesse contexto se dá por meio dos seus diversos cursos de graduação, programas de pós-graduação, em nível de mestrado, doutorado e cursos de especialização integrados a projetos de pesquisa e extensão que, de forma indissociável, propiciam a formação de profissionais e produzem conhecimentos que contribuem para a transformação e desenvolvimento do estado do Tocantins.

A UFT, com uma estrutura *multicampi*, possui 7 (sete) *campi* universitários localizados em regiões estratégicas do estado, que oferecem diferentes cursos vocacionados para a realidade local. Nesses *campi*, além da oferta de cursos de graduação e pós-graduação que oportunizam à população local e próxima, o acesso à educação superior pública e gratuita, são desenvolvidos programas e eventos científico-culturais que permitem ao(a) aluno(a) uma formação integral. Levando-se em consideração a vocação de desenvolvimento do Tocantins, a UFT oferece oportunidades de formação nas áreas das Ciências Sociais Aplicadas, Humanas, Educação, Agrárias e Tecnológicas, Engenharias, Ciências Biológicas e da Saúde.

Os investimentos em ensino, pesquisa e extensão na UFT buscam estabelecer uma sintonia com as especificidades do estado, demonstrando, sobretudo, o compromisso social desta universidade com a sociedade em que está inserida. Dentre as diversas áreas estratégicas contempladas pelos projetos da UFT, merecem destaque às relacionadas a seguir:

As diversas formas de territorialidades no Tocantins merecem ser conhecidas. A ocupação do estado, pelos indígenas, afrodescendentes, entre outros grupos, fazem parte dos objetos de pesquisa. Os estudos realizados revelam as múltiplas identidades e as diversas manifestações culturais presentes na realidade do Tocantins, bem como as questões da territorialidade como princípios de um ideal de integração e desenvolvimento local.

Considerando que o Tocantins tem desenvolvido o cultivo de grãos e frutas e investido na expansão do mercado de carne – ações que atraem investimentos de várias regiões do Brasil, a UFT vem contribuindo para a adoção de novas tecnologias nestas áreas. Com o foco ampliado, tanto para o pequeno quanto para o grande produtor, busca-se uma agropecuária sustentável, com elevado índice de exportação e a consequente qualidade de vida da população rural.

Tendo em vista a riqueza e a diversidade natural da Região Amazônica, os estudos da biodiversidade e das mudanças climáticas merecem destaque. A UFT possui um papel fundamental na preservação dos ecossistemas locais, viabilizando estudos das regiões de transição entre grandes ecossistemas brasileiros presentes no Tocantins – Cerrado, Floresta Amazônica, Pantanal e Caatinga, que caracterizam o estado como uma região de ecótonos.

O Tocantins possui uma população bastante heterogênea que agrupa uma variedade de povos indígenas e uma significativa população rural. A UFT tem, portanto, o compromisso com a melhoria do nível de escolaridade no estado, oferecendo uma educação contextualizada e inclusiva. Dessa forma, a Universidade tem desenvolvido ações voltadas para a educação indígena, educação rural e de jovens e adultos.

A população do Estado de Tocantins é de aproximadamente 1.383.445 habitantes, distribuídos em 139 municípios, com densidade demográfica de 4,98 habitantes por km², possuindo ainda uma imensa área não entropizada.

Existe uma população estimada de 5.275 indígenas distribuídos entre sete grupos, que ocupam área de 2.171.028 ha. Desse total, 630.948 ha já foram demarcados pela Fundação Nacional do Índio (Funai).

O Tocantins ocupa a 14ª posição no ranking brasileiro em relação ao IDHM (Índice de Desenvolvimento Humano Municipal), e terceiro em relação à região Norte, com um valor de 0,699 (PNUD, 2013).

O Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI UFT (2016-2020) sintetiza as principais características econômica e financeira do Tocantins: As principais atividades econômicas do Estado de Tocantins baseiam-se na produção agrícola, com destaque para a produção de arroz (108.740 ha), milho (121.113 ha), soja (719.356 ha), mandioca (11.827 ha) e cana-de-açúcar (35.957 ha). A pecuária também é significativa, com 8.062.227 bovinos, 273.703 mil suínos, 264.995 mil equinos e 129.263 mil ovinos (IBGE, 2014). Outras atividades significativas são as indústrias de processamento de alimentos, de móveis e madeiras, a construção civil. O Estado possui ainda jazidas de estanho, calcário, dolomita, gipsita e ouro.

Em abril de 2013, o Estado contava com 47.434 empresas, sendo que 48% classificadas como micro e pequenas empresas e 52% como microempreendedores individuais. A atuação destas empresas estava distribuída em 47,9% envolvidas no setor de comércio; 44,4% no setor de serviços; 7,6% na indústria e 0,2% no setor do agronegócio (SEBRAE, 2014).

A atividade econômica industrial do Estado do Tocantins contempla 3.175 unidades de produção, ativas e formais, que geram 31.332 empregos formais, sendo 47% das indústrias do setor da construção civil e mobiliário, seguido da indústria mecânica/metalúrgica/material elétrico com 18% e as indústrias do ramo da alimentação com 14 % (FIETO, 2013).

As indústrias de micro e pequeno porte representam 97,19% das empresas formais e ativas. No Estado do Tocantins, o setor industrial é alicerçado pelo subsetor da construção civil com 61,5% do total do PIB industrial, enquanto no Brasil este indicador é 19,6%. Já o subsetor da indústria de transformação, no Brasil, representa 62,1% do PIB industrial, enquanto no Estado do Tocantins este indicador é de apenas 11,1% (FIETO, 2013).

O Produto Interno Bruto (PIB) per capita do Estado do Tocantins, em 2011, era de R\$ 7.844,67. O setor que teve maior participação no PIB nesse ano foi o setor de serviços (55,9%), seguido da administração pública (26,6%), da agricultura com 15,6% e da indústria com 19,6% (CONJUNTURA-TO, 2013).

A Administração Pública é o que mais emprega no Estado do Tocantins com 41% em (2012), seguido do setor de serviços e do comércio com 20,4 % dos postos de emprego (CONJUNTURA-TO, 2013).

Diante da perspectiva de escassez de reservas de petróleo até 2050, o mundo busca fontes de energias alternativas socialmente justas, economicamente viáveis e ecologicamente corretas. Neste contexto, a UFT desenvolve pesquisas nas áreas de energia renovável, com ênfase no estudo de sistemas híbridos – fotovoltaica/energia de hidrogênio e biomassa, visando definir protocolos capazes de atender às demandas da Amazônia Legal.

Tendo em vista que a educação escolar regular das redes de ensino, torna-se emergente, no âmbito local, a formação de profissionais que atuem nos sistemas e redes de ensino que atuam no estado do Tocantins e estados vizinhos.

1.3. Perfil Institucional

De acordo com o Estatuto da Fundação Universidade Federal do Tocantins (arts. 1º e 2º), a UFT é uma entidade com personalidade jurídica de direito público, instituída pela Lei 10.032, de 23 de outubro de 2000, vinculada ao Ministério da Educação. É uma entidade pública destinada à promoção do ensino superior, da pesquisa e da extensão, dotada de autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial, de acordo com a legislação vigente.

A Universidade norteia-se pelos princípios estabelecidos no Estatuto e no Regimento, tais como:

I - estimular a criação cultural e o desenvolvimento do espírito científico e do pensamento reflexivo;

II - formar profissionais nas diferentes áreas do conhecimento, aptos à inserção em setores profissionais e à participação no desenvolvimento da sociedade brasileira, colaborando na sua formação contínua;

III - incentivar o trabalho de pesquisa e investigação científica, visando ao desenvolvimento da ciência, da tecnologia e da criação e difusão da cultura, desenvolvendo-se, desse modo, o entendimento do homem e do meio em que vive;

IV - promover a divulgação dos conhecimentos culturais, científicos e técnicos que constituem patrimônio da humanidade, bem como comunicar o saber por meio do ensino, de publicações ou de outras formas de comunicação;

V - suscitar o desejo permanente de aperfeiçoamento cultural e profissional e possibilitar a correspondente concretização, integrando os conhecimentos que vão sendo adquiridos numa estrutura intelectual sistematizadora do conhecimento de cada geração;

VI - estimular o conhecimento dos problemas do mundo presente, em particular os nacionais e regionais, prestar serviços especializados à comunidade e estabelecer com esta uma relação de reciprocidade;

VII - promover a extensão de forma aberta à participação da população, visando à difusão das conquistas e benefícios resultantes da criação cultural e da pesquisa científica e tecnológica geradas na Instituição.

Com uma estrutura multicampi, a UFT distingue-se, nesse aspecto, das demais universidades federais do sistema de ensino superior do país, que, em geral, são unicampi, com atividades concentradas num só espaço urbano. Essa singularidade da UFT se expressa por sua atuação em sete campi, implantados em diferentes cidades (Araguaína, Arraias, Gurupi, Miracema, Palmas, Porto Nacional e Tocantinópolis), com distâncias que vão de 70 a 600 km da capital (Palmas).

Dessa forma, as inter-relações, o fluxo de informações e as demandas infraestruturas que se estabelecem ou que são necessários à administração de um sistema

multicampi, como o da UFT, diferem bastante do modelo tradicional de uma instituição centralizada em um só campus. Destacam-se, nesse aspecto, os requisitos maiores de descentralização e a imposição de custos operacionais mais elevados.

Com essa realidade acadêmico-administrativa integrada num sistema, a UFT requer, para o seu funcionamento, uma estrutura complexa de grande porte, o que, por sua vez, gera custos operacionais específicos. Essa singularidade não pode ser desconsiderada quando se analisa a gestão orçamentário-financeira e acadêmico-administrativa da Instituição.

A UFT tem uma dimensão que abrange todo o estado do Tocantins. É a mais importante instituição pública de ensino superior do estado. Essa sua grande dimensão fica patente em números (2018). Com mais de 18 mil alunos (as), 1072 professores(as), 854 técnicos(as) administrativos, a UFT mantém 62 cursos de graduação, além de dezenas de cursos de especialização, 17 mestrados acadêmicos, 12 mestrados profissionais e 6 doutorados, o que permite a estudantes de várias regiões o acesso ao ensino público superior. Levando-se em conta a vocação de desenvolvimento do Tocantins, a UFT oferece oportunidade de formação nas áreas das Ciências: Animal, Agrárias e Tecnologias, Biológicas, Humanas, Linguística, Letras e Artes, Saúde, Sociais e Sociais Aplicadas, Engenharias, Ensino de Ciências e Gestão e Negócios.

O Projeto Pedagógico Institucional – PDI da UFT destaca as temáticas regionais que têm motivado as pesquisas na instituição:

As diversas formas de territorialidade no Tocantins - por meio de grupos de pesquisa e programas de pós-graduação, as ocupações dos espaços pelos indígenas, afrodescendentes, entre outros grupos, vêm sendo conhecidas. Nestes estudos, estão sendo reveladas, também, as múltiplas identidades e as diversas manifestações culturais presentes na realidade do Tocantins, bem como as questões da territorialidade como princípio para um ideal de integração e desenvolvimento local.

Desenvolvimento de novas tecnologias na agropecuária – considerando que o cultivo de grãos e frutas e a expansão do mercado de carne no Tocantins têm atraído investidores de várias regiões do Brasil, a UFT tem contribuído para a adoção de novas tecnologias nestas áreas. Com o foco ampliado, tanto para o pequeno quanto para o grande produtor, tem buscado uma agropecuária sustentável, com elevado índice de exportação e a consequente qualidade de vida da população rural.

A riqueza e a diversidade natural da Região Amazônica – os estudos da biodiversidade e das mudanças climáticas também merecem destaque. A UFT possui um papel fundamental na preservação dos ecossistemas locais, viabilizando estudos das regiões de transição entre grandes ecossistemas brasileiros presentes no Tocantins - cerrado, floresta amazônica, pantanal e caatinga - que caracterizam o estado como uma região de ecótonos.

Inclusão social – o Tocantins possui uma população bastante heterogênea que agrupa tribos indígenas e uma significativa população rural. A UFT, assumindo o compromisso com a melhoria do nível de escolaridade no Estado, tem desenvolvido ações voltadas para a educação indígena, rural e de jovens e adultos.

Fontes alternativas de energia – diante da perspectiva de escassez das reservas de petróleo até 2050, o mundo busca fontes alternativas de energias socialmente justas, economicamente viáveis e ecologicamente corretas. Visando definir protocolos capazes de atender a essa demanda da Amazônia Legal, a UFT desenvolve pesquisas nas áreas de energia

renovável, com ênfase no estudo de sistemas híbridos - fotovoltaica/energia de hidrogênio e biomassa.

1.4. Missão, visão e valores da UFT

O Planejamento Estratégico - PE (2014 – 2022), o Projeto Pedagógico Institucional – PPI (2007) e o Plano de Desenvolvimento Institucional - PDI (2016-2020), aprovados pelos Conselhos Superiores, definem a missão, a visão, valores e grandes pilares estratégicos da UFT:

Missão da UFT: Formar profissionais cidadãos e produzir conhecimento com inovação e qualidade que contribuam para o desenvolvimento socioambiental do Estado do Tocantins e da Amazônia Legal.

Visão da UFT: Ser reconhecida nacionalmente, até 2022, pela excelência no ensino, pesquisa e extensão.

Valores da UFT - Para a promoção da missão a UFT declara e promove os seguintes valores:

- **Respeito à vida e à diversidade;**
- **Transparência;**
- **Comprometimento com a qualidade;**
- **Criatividade e inovação;**
- **Responsabilidade social;**
- **Equidade.**
- **Grandes Pilares Estratégicos**
- **Atuação sistêmica**
- **Articulação com a sociedade**
- **Aprimoramento da gestão**
- **Valorização humana**

Em conformidade com o Plano de Desenvolvimento Institucional - PDI (2016 – 2020) e Projeto Pedagógico Institucional - PPI (2007) e com vistas à consecução da missão institucional, todas as atividades de ensino, pesquisa e extensão da UFT, e todos os esforços dos gestores, comunidade docente, discente e administrativa deverão estar voltados para:

- O estímulo à produção de conhecimento, à criação cultural e ao desenvolvimento do espírito científico e reflexivo;
- A formação de profissionais nas diferentes áreas do conhecimento, aptos à inserção em setores profissionais, à participação no desenvolvimento da sociedade brasileira e colaborar para a sua formação contínua;

- O incentivo ao trabalho de pesquisa e investigação científica, visando o desenvolvimento da ciência, da tecnologia e a criação e difusão da cultura, propiciando o entendimento do ser humano e do meio em que vive;
- A promoção da divulgação de conhecimentos culturais, científicos e técnicos que constituem o patrimônio da humanidade comunicando esse saber através do ensino, de publicações ou de outras formas de comunicação;
- A busca permanente de aperfeiçoamento cultural e profissional e possibilitar a correspondente concretização, integrando os conhecimentos que vão sendo adquiridos numa estrutura intelectual sistematizadora do conhecimento de cada geração;
- O estímulo ao conhecimento dos problemas do mundo presente, em particular os nacionais e regionais; prestar serviços especializados à comunidade e estabelecer com esta uma relação de reciprocidade;
- A promoção da extensão aberta à participação da população, visando à difusão das conquistas e benefícios resultantes da criação cultural, da pesquisa científica e tecnológica geradas na Instituição.

1.5. Estrutura Organizacional

Segundo o Estatuto da UFT, a estrutura organizacional da UFT é composta por:

- **Conselho Universitário - CONSUNI:** órgão deliberativo da UFT destinado a traçar a política universitária, e atuar como instância de deliberação superior e de recurso. Integram esse conselho o Reitor, Pró-reitores, Diretores de *campi* e representante de alunos(as), professores(as) e ; seu Regimento Interno está previsto na Resolução CONSUNI nº 16/2015.

- **Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão – CONSEPE:** órgão deliberativo da UFT em matéria didático-científica. Seus membros são: Reitor, Pró-reitores, Coordenadores de curso de graduação presencial e à distância e de pós-graduação *stricto sensu*; representante de alunos(as), professores(as) e técnico-administrativos. O CONSEPE é subsidiado pelas Câmaras de Graduação, de Pesquisa e Pós-Graduação, de Extensão e Cultura e de Assistência Estudantil, que terão caráter propositivo e deliberativo em matérias específicas, cabendo ao CONSEPE a homologação dos atos; seu Regimento Interno está previsto na Resolução – CONSUNI nº 16/2015.

- **Reitoria:** órgão executivo de administração, coordenação, fiscalização e superintendência das atividades universitárias. Está assim estruturada: Gabinete do reitor, Pró-reitorias, Procuradoria Jurídica, Diretorias, Prefeitura Universitária, Copese, Hospitais Universitários, Institutos, Fundação de Pesquisa, Editora Universitária.

- **Pró-Reitorias:** No Estatuto da UFT estão definidas as atribuições do Pró-Reitor de graduação (art. 20); Pró-Reitor de Pesquisa e Pós-Graduação (art. 21); Pró-Reitor de Extensão e Assuntos Comunitários (art. 22); Pró-Reitor de Administração e Finanças (art. 23). As Pró-Reitorias estruturar-se-ão em Diretorias, Divisões Técnicas e em outros órgãos necessários para o cumprimento de suas atribuições (art. 24).

- **Conselho do Diretor:** é o órgão dos *campi* com funções deliberativas e consultivas em matéria administrativa (art. 25). De acordo com o Art. 25 do Estatuto da UFT, o Conselho Diretor é formado pelo Diretor do *campus*, seu presidente; pelos(as) Coordenadores(as) de Curso; por um(a) representante do corpo docente; por um(a) representante do corpo discente de cada curso; por um(a) representante dos(as) servidores(as) técnico-administrativos.

- **Diretor de Campus:** O Diretor e Vice-Diretor serão eleitos(as) pela comunidade universitária do campus para exercer as funções previstas no art. 05 do Estatuto da UFT e é eleito pela comunidade universitária, com mandato de 4 (quatro) anos, dentre os nomes de docentes integrantes da carreira do Magistério Superior de cada *campus*.

- **Colegiados de Cursos:** órgão composto por docentes e discentes do curso. Suas atribuições estão previstas no art. 37 regimento geral da UFT.

- **Coordenação de Curso:** é o órgão destinado a elaborar e implementar a política de ensino e acompanhar sua execução (art. 36). Suas atribuições estão previstas no art. 36 do regimento geral da UFT.

Considerando a estrutura multicampi, foram criadas sete unidades universitárias denominadas de *campi* universitários. Os Campi e os respectivos cursos são os seguintes:

- **Campus Universitário de Araguaína:**

Cursos regulares presenciais: Bacharelado: História; Medicina(em fase de implantação); Medicina Veterinária e Zootecnia. Licenciatura: Biologia; Física; Geografia; História; Letras – Língua Inglesa e suas respectivas Literaturas; Letras – Língua Portuguesa e suas respectivas Literaturas; Matemática e Química. Tecnologia: Tecnologia em Gestão de Cooperativas; Tecnologia em Gestão de Turismo e Tecnologia em Logística.

Cursos de Pós-Graduação: Mestrado Acadêmico: Ciência animal tropical; Ensino de língua e literatura; Estudos de cultura e território; Sanidade Animal e Saúde Pública nos Trópicos.

Mestrado Profissional em Rede: Letras; História e Física.

Doutorado Acadêmico: Ciência animal tropical; e Ensino de língua e literatura.

Na área tecnológica, são desenvolvidas pesquisas que contribuem com a área de produtividade animal e estudos sobre identidades locais.

- **Campus Universitário de Arraias:** Cursos regulares presenciais: Licenciatura: Educação do Campo; Matemática e Pedagogia. Tecnologia: Turismo patrimonial e socioambiental. Cursos de Pós-Graduação: Mestrado Profissional em Rede: Matemática

O Campus de Arraias atende a diversos municípios da região Sul e desenvolve pesquisas ligadas as novas tecnologias e educação, geometria das sub-variedades, políticas públicas e biofísica.

- **Campus Universitário de Gurupi:** Cursos regulares presenciais: Bacharelado: Agronomia; Engenharia de Bioprocessos e biotecnologia; Engenharia florestal e Química ambiental. Cursos de Pós-Graduação: Mestrado Acadêmico: Biotecnologia; Ciências florestais e ambientais e Produção Vegetal. Doutorado Acadêmico: Produção Vegetal.

Os principais projetos são desenvolvidos nas áreas de produção, comercialização e controle de culturas regionais e manejo de solos. O câmpus tem trabalhado em âmbito municipal e estadual desenvolvendo projetos em parceria com a Prefeitura de Gurupi, Ruraltins, Embrapa, Sindicato Rural, Incra, Empresas Privadas, entre outras entidades, procurando realizar a transferência de tecnologia e avaliações de trabalho de pesquisa.

- **Campus Universitário de Miracema:** Cursos regulares presenciais: Bacharelado: Psicologia; e Serviço Social. Licenciatura: Educação Física; e Pedagogia.

O município possui como principais atividades econômicas a agricultura e a pecuária, além do artesanato indígena. O Campus de Miracema desenvolve pesquisas na área da prática educativa.

- **Campus Universitário de Palmas:** Cursos regulares presenciais: Bacharelado: Administração; Arquitetura e Urbanismo; Ciência da Computação; Ciências Contábeis; Ciências Econômicas; Jornalismo; Direito; Enfermagem; Engenharia Ambiental; Engenharia Civil; Engenharia de Alimentos; Engenharia Elétrica; Medicina e Nutrição. Licenciatura: Filosofia; Pedagogia e Teatro.

Cursos de Pós-Graduação: Mestrado Acadêmico: Agroenergia; Ciência e tecnologia de Alimentos; Ciências do ambiente; Desenvolvimento regional; Educação; Ensino em ciência e saúde; e Comunicação e sociedade. Mestrado Profissional: Ciência da saúde; Gestão de políticas públicas; Engenharia ambiental; Modelagem computacional de sistemas; Prestação jurisdicional e direitos humanos; e Educação. Mestrado Profissional em rede: Administração Pública; e Matemática. Doutorado Acadêmico: Ciências do ambiente; e Desenvolvimento regional. Doutorado Acadêmico em rede: Biotecnologia e biodiversidade

O Campus de Palmas desenvolve projetos nas áreas de direitos humanos, novas tecnologias de alimentos, saneamento e desenvolvimento de fontes de energias alternativas, dentre outros

- **Campus Universitário de Porto Nacional:** Cursos regulares presenciais: Bacharelado: Ciências Biológicas; Geografia; Ciências Sociais e Relações Internacionais. Licenciatura: Ciências Biológicas; Geografia; História, Letras – Língua Inglesa e respectivas Literaturas; Letras – Língua Portuguesa e respectivas Literaturas; Letras – Libras. Cursos de Pós-Graduação: Mestrado Acadêmico: Biodiversidade, ecologia e conservação; Letras e Geografia.

O Campus desenvolve pesquisas nas áreas de educação indígena, cultura e meio ambiente, ligadas aos cursos oferecidos.

- **Campus Universitário de Tocantinópolis:** Cursos regulares presenciais: Licenciatura: Ciências Sociais; Educação Física; Educação do Campo; e Pedagogia. Observadas as características da região, o Campus desenvolve projetos nas áreas educacionais e de identidade cultural.

2 – CARACTERIZAÇÃO DO CURSO

Apresenta-se uma caracterização geral do curso de Licenciatura em Geografia, seu histórico, as bases conceituais do Projeto Pedagógico Institucional, a Organização didático-pedagógica e a administração acadêmica.

2.1. Caracterização geral do curso de Licenciatura em Geografia

2.1.1. Nome do Curso

Geografia - Código: 13N100L e 13M100L

2.1.2. Grau Acadêmico e Modalidade

Licenciatura/ presencial

2.1.3. Processo seletivo

Processo seletivo: Misto: Vestibular- ENEM/SISU com entrada semestral

2.1.4. Endereço do Curso

Universidade Federal do Tocantins – Campus Araguaína – Unidade Cimba. Av. Paraguai, s/nº, Esquina com a Rua Uxiramas – Setor Cimba – Araguaína – TO – CEP: 77.824-838 - Caixa Postal: 132.

2.1.5. Ato Legal de Reconhecimento do Curso

O Curso de Geografia com Habilitação em Licenciatura Plena foi autorizado a funcionar pelo Decreto Presidencial nº 91.507, de 05 de agosto de 1985(DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO, 06. Ago. 1985) e a Resolução nº 030, de 21 de fevereiro de 1985 do Conselho Estadual de Goiás. Em 1992, o Curso de Geografia foi reconhecido pela Portaria nº 1.366 de 16/09/1992 do Conselho Federal de Educação.

2.1.6. Número de Vagas

Quarenta (40) vagas – semestrais

2.1.7. Turno de funcionamento

Matutino e Noturno

2.1.8. Integralização do Curso

Limite mínimo: 8 semestres

Limite máximo: 14 semestres

2.1.9. Data e Semestre Letivo do início do Funcionamento do Curso

Teve início de funcionamento no primeiro semestre do ano de 2003. No entanto, o curso já funcionava desde 1985 na Faculdade Isolada de Educação, Ciências e Letras de Araguaína (FACILA), e a partir de 1990 na Universidade do Tocantins (UNITINS), posteriormente teve o curso incorporado pela UFT.

2.1.10. Direção do Campus

Direção: Prof.º Dr. José Manoel Sanches da Cruz Ribeiro.

PORTARIAS DE 26 DE JULHO DE 2016 - RESOLVE:

Publicada no DOU nº 144, em 28/07/2016, seção 2, pág. 17.Nº 1.377 - Art. 1º - Designar o servidor JOSE MANOEL SANCHES DA CRUZ RIBEIRO, Matrícula SIAPE nº 2455661, Professor do Magistério Superior, como Diretor do Campus de Araguaína, código CD-03, referente ao mandato 2016-2020, no período de 27 de julho de 2016 a 26 de julho de 2020.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

2.1.11. Coordenador do Curso

Prof. Dr. Roberto Antero da Silva.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor a partir de 29 de abril de 2017.

Nº 782 - Art. 1º - Designar como Coordenador do Curso de Geografia do Campus Universitário de Araguaína (FCC), para o Biênio 2017/2019, período de 29 de abril de 2017 a 28 de abril de 2019, o servidor, ROBERTO ANTERO DA SILVA, Professor do Magistério Superior, matrícula SIAPE nº 2580461. Boletim Interno – Edição Nº 064 – 27 de abril de 2017 – p. 2

2.1.12. Relação Nominal dos(as) membros do Colegiado de Curso

1. Airton Sieben
2. Alberto Pereira Lopes
3. Antonia Márcia Duarte Queiroz
4. Carlos Augusto Machado
5. Elias da Silva
6. Eliseu Pereira de Brito
7. Jean Carlos Rodrigues
8. Kênia Gonçalves Costa
9. Luciano da Silva Guedes
10. Mauricio Ferreira Mendes
11. Marcelo Venâncio
12. Marivaldo Cavalcante da Silva
13. Miguel Pacífico Filho
14. Pedro Albeirice da Rocha
15. Roberto Antero da Silva
16. Suzete Costa Souza
17. Vanessa Lessio Diniz
18. Vinicius Gomes de Aguiar

19. Marcos Antônio de Sousa (Representante técnico administrativo)
20. Natalia Ismaila da Silva (Representante discente)
21. Lucas Barbosa Pereira (Representante discente)

2.1.13. Comissão de Elaboração do Projeto Pedagógico do Curso – PPC

Membros do NDE

1. Alberto Pereira Lopes
2. Antonia Márcia Duarte Queiroz
3. Elias da Silva
4. Jean Carlos Rodrigues
5. Kênia Gonçalves Costa
6. Luciano da Silva Guedes
7. Roberto Antero da Silva

2.2. Histórico do curso: sua criação e trajetória

O Curso de Geografia da Fundação Universidade Federal do Tocantins – UFT, tem sua origem no ano de 1985, na antiga Faculdade de Educação Ciências e Letras (FACILA). Naquele ano, foram autorizados a funcionar os seguintes cursos: Geografia, Letras, História, Estudos Sociais e Ciências com Habilitação em Licenciatura Curta. (UNITINS. PROPOSTA CURRICULAR UNIFICADA – Licenciatura Plena em Geografia, 2001, p.12)

O Curso de Geografia com Habilitação em Licenciatura Plena foi autorizado a funcionar pelo Decreto Presidencial nº 91.507, de 05 de agosto de 1985 (DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO, 06. Ago. 1985) e a Resolução nº 030, de 21 de fevereiro de 1985 do Conselho Estadual de Goiás.

O primeiro ano letivo foi iniciado no dia 08 de abril de 1985, em um prédio cedido pela Secretaria de Educação do estado de Goiás, situado à Rua Humberto de Campos, nº 508, Bairro São João. Em 1989 este patrimônio foi doado à FACILA e, portanto, a Faculdade passou a funcionar em sede própria. (UNITINS. PROPOSTA CURRICULAR UNIFICADA – Licenciatura Plena em Geografia, 2001, p.12)

O currículo pleno de Geografia, aprovado por ocasião da autorização do funcionamento do mesmo só funcionou na íntegra até 1987. O novo currículo pleno entrou em vigor em 1988, apenas para os(as) alunos(as) ingressos nesse ano. Em 1989, o currículo pleno de Geografia, que havia entrado em vigor em 1988, sofreu alterações, com vigência para todas as séries, por opção dos(as) alunos(as), uma vez que vários componentes curriculares dos currículos plenos anteriores jamais foram oferecidas por ausência de docentes capacitados para lecioná-los. (Ibid. 2001, p.12)

Em 1992, o Curso de Geografia foi reconhecido pela Portaria nº 1.366 de 16/09/1992 do Conselho Federal de Educação. Então observe:

PORTARIA Nº 1336, DE 16/9/1992

Reconhece o curso de Geografia, licenciatura plena, ministrado pela Faculdade de Educação, Ciências e Letras de Araguaína, mantida pela Autarquia Faculdade de Educação, Ciências e Letras de Araguaína, com sede na cidade de Araguaína, Estado do Tocantins. (BRASÍLIA. **Documenta** (381). Set. 1992, p.209)

A Instituição alterou seu regime de matrículas, a partir do ano de 1998, de anual para semestral, agora com uma nova estrutura curricular em oito períodos, perfazendo uma carga horária de 2.500 horas. (UNITINS. PROPOSTA CURRICULAR UNIFICADA – Licenciatura Plena em Geografia, 2001, p.12)

No segundo semestre de 2001, a referida instituição alterou o seu regime de matrícula, de semestral para sistema de créditos, alterando também a estrutura curricular que passou a ser concluída em oito períodos (Ibid. 2001, p.12).

Todavia, com a transição da Fundação Universidade do Tocantins (UNITINS) para a Universidade Federal do Tocantins (UFT), o Campus de Araguaína no vestibular de julho/2001, ofereceu ingresso nos turnos vespertino (40 vagas) e noturno (40 vagas). No vestibular de janeiro/2002, ofereceu ingresso nos turnos matutino (40 vagas) e noturno (40 vagas). (Ibid. 2001, p.12)

Atualmente, o Curso de Geografia com Habilitação em Licenciatura da Universidade Federal do Tocantins – Campus Araguaína, oferece 80 vagas anuais. Como o vestibular ocorre semestralmente, 40 vagas são ofertadas no primeiro semestre e 40 vagas no segundo semestre. Ocorre alternância nos turnos de funcionamento, variando sempre entre matutino e noturno. Vigora hoje o sistema de créditos.

2.2.1. Bases Conceituais do Projeto Pedagógico Institucional

As principais tendências que orientam o pensar sobre o papel e a função da educação no processo de fortalecimento de uma sociedade mais justa, humanitária e igualitária. A primeira tendência diz respeito às aprendizagens que devem orientar o ensino superior no sentido de serem significativas para a atuação profissional. A segunda tendência está inserida na necessidade da interdisciplinaridade, problematização, contextualização, e na perspectiva da cidadania e do processo de decisão coletivo. A terceira fundamenta-se na ética e na política como bases fundamentais da ação humana. A quarta tendência aborda diretamente do ensino superior cujo processo deverá se desenvolver no aluno como sujeito de sua própria aprendizagem, o que requer a adoção de tecnologias e procedimentos adequados a esse aluno para que se torne atuante no seu processo de aprendizagem. Isso nos leva a pensar o que é o ensino superior, o que é a aprendizagem e como ela acontece nessa atual perspectiva. A última tendência diz respeito à transformação do conhecimento em tecnologia acessível e passível de apropriação pela população (PPI/UFT, 2007).

Este projeto Pedagógico de Curso integra-se ao PPI da UFT, portanto, pautado em diretrizes que contemplem a permeabilidade às transformações, a interdisciplinaridade, a

formação integrada à realidade social, a necessidade da educação continuada, a articulação teoria– prática e a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão.

São referenciais ementares:

- A democracia como pilar principal da organização universitária, seja no processo de gestão ou nas ações cotidianas de ensino
- O deslocamento do foco do ensino para a aprendizagem (articulação do processo de ensino aprendizagem) re-significando o papel do aluno, na medida em que ele não é um mero receptor de conhecimentos prontos e descontextualizados, mas sujeito ativo do seu processo de aprendizagem
- O futuro como referencial da proposta curricular – tanto no que se refere a ensinar como nos métodos a serem adotados. O desafio a ser enfrentado será o da superação da concepção de ensino como transmissão de conhecimentos existentes. Mais que dominar o conhecimento do passado, o aluno deve estar preparado para pensar questões com as quais lida no presente e poderá defrontar-se no futuro, deve estar apto a compreender o presente e a responder a questões prementes que se interporão a ele, no presente e no futuro.
- A superação da dicotomia entre dimensões técnicas e dimensões humanas integrando ambas em uma formação integral do aluno
- A formação de um cidadão e profissional de nível superior que resgate a importância das dimensões sociais de um exercício profissional. Formar, por isso, o cidadão para viver em sociedade.
- A aprendizagem como produtora do ensino; o processo deve ser organizado em torno das necessidades de aprendizagem e não somente naquilo que o professor julga saber.
- A transformação do conhecimento existente em capacidade de atuar. É preciso ter claro que a informação existente precisa ser transformada em conhecimento significativo e capaz de ser transformada em aptidões, em capacidade de atuar produzindo conhecimento.
- O desenvolvimento das capacidades dos alunos para atendimento das necessidades sociais nos diferentes campos profissionais e não apenas demandas de mercado.
- O ensino para as diversas possibilidades de atuação com vistas à formação de um profissional empreendedor capaz de projetar a própria vida futura, observando-se que demandas do mercado não correspondem, necessariamente, às necessidades sociais.

2.3. Organização didático-pedagógica

Neste item apresenta-se informações sobre a administração acadêmica, das atribuições do diretor de campus, o organograma do campus de Araguaína da UFT, as funções da coordenação acadêmica e a dimensão das turmas teóricas e práticas do curso.

2.3.1. Administração Acadêmica

O Ensino em seus vários níveis é ministrado pela UFT compreendendo as seguintes modalidades:

Graduação

Pós-Graduação

Extensão

Os cursos de graduação visam a habilitação para o exercício profissional ou à obtenção de qualificação específica. Já os cursos de pós-graduação visam a obtenção dos graus de Mestre e Doutor, compreendendo ainda, os cursos em nível de Especialização e Aperfeiçoamento que atribuem o grau de especialista. Os cursos de extensão universitária por sua própria natureza e finalidade, destinam-se a complementar, atualizar, aprofundar ou definir conhecimentos, visando a articulação do saber acadêmico com o saber da comunidade, considerando seus aspectos sociais, culturais, históricos, políticos e econômicos. Todos os cursos estão estruturados, observando as leis e normas que regem o ensino, bem como o que dispõe o Regimento Geral de cada Curso.

O ensino efetiva-se pela união indissociável de teoria-prática e de ensino-pesquisa, vinculando-se ao mundo do trabalho e prática social, articulado com os sistemas de educação, saúde, ciência, tecnologia e outros. Os cursos de graduação, mantidos pela UFT, tem seus currículos plenos distribuídos em disciplinas observando os mínimos fixados pelo Conselho Nacional de Educação e as cargas horárias mínimas estabelecidas, e estão distribuídos de modo a atender uma formação geral e as especialidades de cada curso, de acordo com o(a) profissional a ser formado(a).

Os cursos funcionam em regime seriado semestral, por bloco de disciplinas semestrais e têm a duração de no mínimo 3 ou 4 anos e no máximo de 6 ou 7 anos, dependendo do curso. Em três turnos, através de um calendário único, cumprindo o mínimo de 200 dias letivos e hora/aula de 50 minutos.

Os dados mais atuais, relacionados ao quantitativo de docentes, discentes e técnicos(as) administrativos(as) indicam os seguintes números:

Quadro 1 – Docentes efetivos por titulação

Docentes efetivos	Quantidade
Doutorado	685
Mestrado	340
Graduação/especialistas	71
Total	1096

Fonte: Progdep (2018)

Quadro 2: Alunos(as) matriculados(as) na UFT.

Alunos(as)	Quantidade
Alunos(as) matriculados(as) na UFT em 2018.2	17 mil aproximadamente

Quadro 3: Técnicos(as) administrativos(as) atuantes na UFT.

Técnicos(as) Administrativos(as)	Quantidade
Doutorado	16
Mestrado	162
Especialização	427
Nível Superior	179
Nível Médio	82
Total Geral	866

Fonte: Progdep (2018)

Com relação ao Campus Araguaína, os dados abaixo descrevem o quantitativo de docentes, técnicos administrativos e acadêmicos:

Quadro 4: Docentes efetivos no Campus Araguaína da UFT.

Docentes efetivos	Quantidade
Doutorado	163
Mestrado	55
Graduação/especialistas	13
Total	231

Fonte: Progdep (2018)

Quadro 5: Alunos(as) matriculados(as) no Campus Araguaína da UFT.

Alunos(as)	Quantidade
Alunos(as) matriculados(as) no Campus Araguaína em 2018	1.632
Alunos(as) matriculados(as) no curso de Geografia 2018	316

Quadro 6: Técnicos(as) administrativos(as) atuantes no Campus Araguaína da UFT.

Técnicos(as) Administrativos(as)	Quantidade
Doutorado	2
Mestrado	31
Especialização	67
Nível Superior	29
Nível Médio	9
Total Geral	138

Fonte: Progdep (2018)

2.3.2. Atribuições do Diretor de Campus

O Campus é a unidade universitária responsável pelas atividades de ensino, pesquisa e extensão, realizando a integração acadêmica, científica e administrativa de um conjunto de disciplinas, definido pelo Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão, através de uma equipe docente nele lotada. A estrutura de gestão do campus está disposta em organograma apresentado como figura 1.

A Gestão Acadêmica e Administrativa do Campus Araguaína é exercida atualmente pelo Prof.º Dr. José Manoel Sanches da Cruz Ribeiro, que está vinculado ao Colegiado de Letras, tendo a frente, portanto, a gestão de duas unidades de ensino: Centro de Ciências Integradas (Unidade Cimba), Escola de Medicina Veterinária e Zootecnia (Unidade EMVZ). Também possui vinculação ao Campus de Araguaína o Hospital de Doenças Tropicais de Araguaína – HDT e a Fundação de Medicina Tropical.

O Regimento Geral da UFT define em seu Art. 30 as atribuições do Diretor de Campus:

- I - administrar o Campus;
- II - representar o Campus perante os demais órgãos da Universidade, quando esta representação não couber a outro membro do Campus por disposição regimental;
- III - promover ações tendentes a assegurar coordenação, supervisão e fiscalização sobre todas as atividades do Campus, dentro das disposições legais, estatutárias e regimentais, respeitando-se, ainda, as determinações dos Órgãos Superiores da Universidade;
- IV - convocar e presidir as reuniões do Conselho Diretor de Campus, delas participando com direito a voto, inclusive o de qualidade;
- V - integrar o Conselho Universitário;
- VI - encaminhar à Reitoria, em tempo hábil, a proposta orçamentária do Campus;
- VII - apresentar à Reitoria, após conhecimento pelo Conselho Diretor de Campus, anualmente, o relatório das atividades desenvolvidas;
- VIII - delegar, dentro dos limites legalmente estabelecidos, atribuições ao seu substituto;
- IX - exercer o poder disciplinar no âmbito de sua competência e representar, perante o Reitor, contra irregularidades ou atos de indisciplina;
- X - exercer o controle disciplinar do pessoal pertencente ou ocasionalmente vinculado ao Campus;
- XI - determinar a abertura de sindicância;
- XII - superintender, coordenar e fiscalizar as atividades do Campus, executando e fazendo executar as disposições estatutárias e regimentais, assim como qualquer outra determinação emitida pelos órgãos superiores da Universidade;
- XIII - deliberar sobre a distribuição das tarefas docentes e de pesquisa, quando, por qualquer motivo, não o tenha feito o Conselho Diretor de Campus;

XIV - solicitar ao órgão competente da administração universitária os recursos de pessoal e material de que necessitar o Campus;

XV - convocar e presidir as reuniões para a eleição dos Coordenadores de Cursos de Graduação e Pós-Graduação.

2.3.3. Coordenação Acadêmica

O curso de Geografia trabalha a gestão acadêmica tendo como princípio a gestão democrática e participativa. Para tanto, valoriza a participação e a deliberação do Colegiado para planejar e executar ações que visem a melhoria no funcionamento do referido curso. A participação discente também, é incentivada tanto no Colegiado, como também, através da participação de eventos, tais como: Semana Acadêmica da Geografia, Jornada Pedagógica e ENGETO de modo que o corpo discente, docente e técnico-administrativo, estejam a par, participem e construam o que é executado e pensado no/e para o curso.

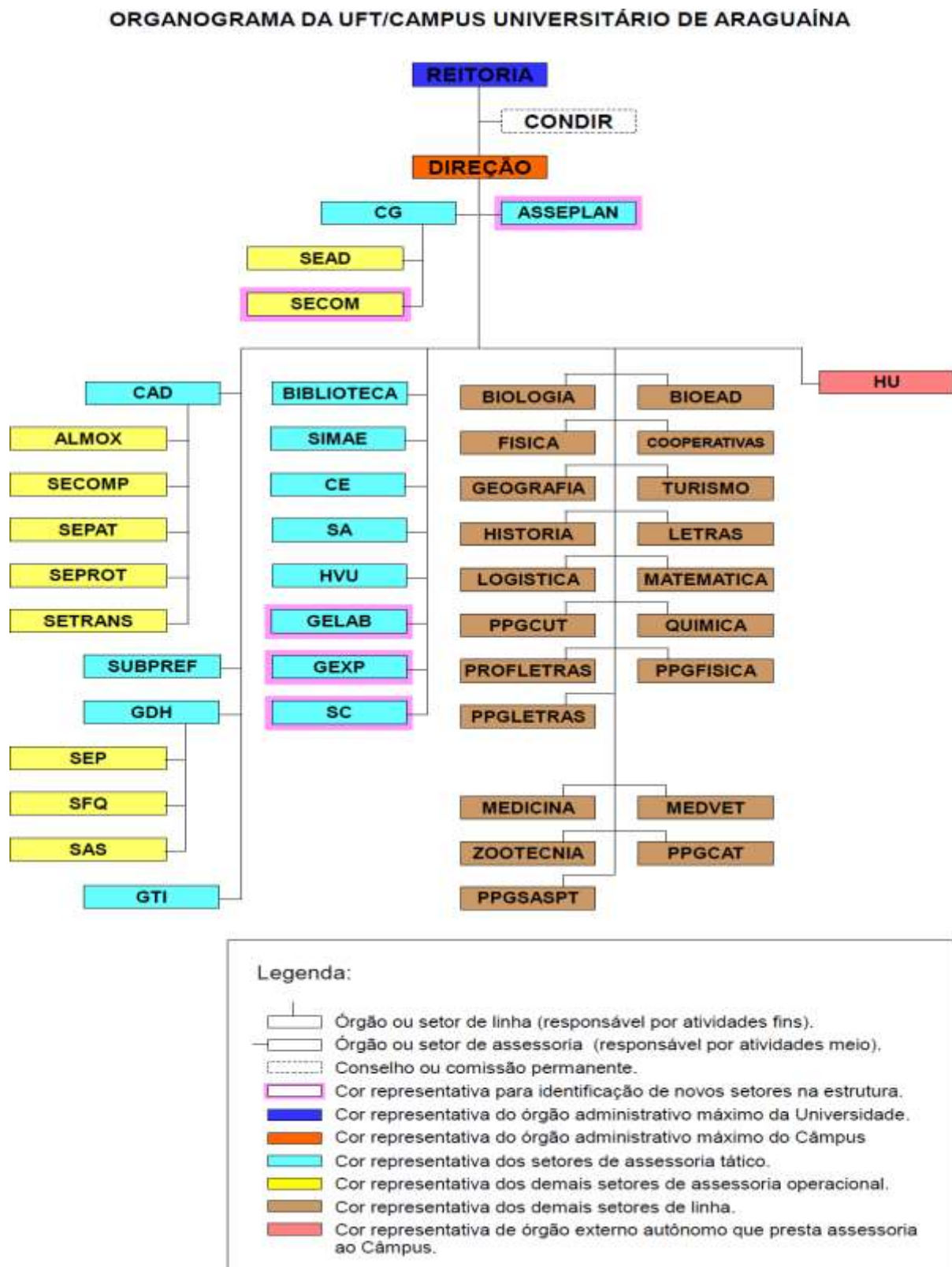
Cabe ressaltar ainda, que após a implantação do Sistema de Informação Escolar (SIE), e contatos mais frequentes com as Pró-Reitorias, observou-se um melhor desempenho administrativo e acadêmico do curso. A coordenação acadêmica do Campus tem sido pontual no que tange ao cumprimento dos prazos da organização acadêmica e administrativa. Enfim, A coordenação pauta-se num modelo participativo, criando uma nítida interação com os(as) acadêmicos(as), bem como, seus representantes, sempre atenta e pronta para atender e discernir quaisquer eventuais problemas, priorizando sempre um diálogo conciliador, onde as instâncias Coordenação de Curso, Colegiado, Conselho de Campus, Pró-reitoria de Graduação, CONSEPE e CONSUNI, são devidamente respeitadas.

O Regimento Acadêmico do Curso no apêndice deste PPC, descrever o processo de funcionamento da gestão acadêmica do curso, ou seja, como funciona a coordenação de curso, e sua articulação com os alunos, professores e atividades acadêmicas.

A coordenação atual do curso de Licenciatura em Geografia da Universidade Federal do Tocantins – Campus Araguaína, é exercida pelo Prof. Dr. Roberto Antero da Silva, licenciado em Geografia, com Mestrado e Doutorado em Geografia.

Tem ministrado neste curso os componentes curriculares: Geografia Urbana, Geografia Regional do Brasil, Geografia do Turismo, Estágio Investigativo I, Estágio Investigativo II, Estágio Supervisionado no Ensino Fundamental e Estágio Supervisionado no Ensino.

Figura 1: Organograma do Campus Araguaína da UFT



2.3.4. Dimensão das turmas teóricas e práticas

O curso de licenciatura deve garantir fundamentos (conteúdo) e metodologias (forma) que subsidiem a capacidade de refletir sobre a ação, ampliando assim os horizontes de compreensão do mundo. É nessa perspectiva que se coloca o Parecer do Conselho Nacional de Educação - CNE/ CP 009/2001, aprovado em 8/5/2001¹, que, ao dispor sobre as dimensões teóricas dos cursos de licenciatura, abre a discussão da seguinte forma:

Esse exercício vai requerer a atuação integrada do conjunto de professores(as) do curso de formação visando superar o padrão segundo o qual os conhecimentos práticos e pedagógicos são de responsabilidade dos pedagogos e os conhecimentos específicos a serem ensinados são responsabilidade dos especialistas por área de conhecimento.

Explicita, ainda, que

Essa atuação integrada da equipe de formadores(as) deve garantir a ampliação, resignificação e equilíbrio de conteúdos com dupla direção: para os(as) professores(as) de atuação multidisciplinar de educação infantil e de ensino fundamental, no que se refere aos conteúdos a serem ensinados; para os(as) professores(as) de atuação em campos específicos do conhecimento, no que se refere aos conteúdos pedagógicos educacionais.

Além disso, os conhecimentos pedagógicos constitutivos do curso referem-se às diferentes concepções sobre temas próprios da formação de professores(as), tais como: currículo, desenvolvimento curricular, docência, transposição didática, contrato didático, planejamento, plano, programa, projeto de ensino, organização de tempo e espaço de aprendizagem, organização do trabalho formativo, interação grupal, criação, realização e avaliação das situações didáticas, avaliação de aprendizagem dos(as) alunos(as), trabalho diversificado, relação professor(a)-aluno(a), análise de situações educativas e de ensino complexas, entre outros. São deste âmbito, também, as pesquisas dos processos de aprendizagem dos(as) alunos(as) e os procedimentos para produção de conhecimento pedagógico pelo(a) professor(a).

Enfim, em termos quantitativos, as turmas teóricas e práticas do curso de Geografia terão a seguinte capacidade, a saber: 40 alunos (as) para aulas teóricas; e 40 alunos (as) para aulas práticas.

¹ Despacho do Ministro em 17/1/2002, publicado no Diário Oficial da União de 18/1/2002, Seção 1, p. 31.

3 – PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DO CURSO

Este Projeto Pedagógico de Curso é fruto de um intenso diálogo realizado no Colegiado de Curso, com a participação do corpo discente, corpo docente e técnico-administrativo. Esse diálogo advém desde 2004, com aprovação de novo PPC em 2009, com vigência até o ano de 2018, quando aprova-se nova reformulação.

Na seção estão dispostas informações referentes a justificativa, os objetivos do curso; o perfil profissiográfico, competências, atitudes e habilidades e o campo de atuação profissional dos egressos; a organização curricular, conteúdos, componentes curriculares e a matriz curricular; as possibilidades de adaptação entre estruturas curriculares e regras de migração para a nova estrutura; finalizando com ementário dos componentes curriculares.

3.1. Justificativa

A justificativa de reformulação do projeto pedagógico da Licenciatura em Geografia do Campus Araguaína possui consonância com propostas das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores da Educação Básica em Curso de Nível Superior, do Ministério da Educação. (BRASIL. Resolução CNE nº2, de 1º de julho de 2015).

O projeto Político-Pedagógico (ou Projeto Educativo) é o plano global da instituição.² Pode ser entendido como a sistematização nunca definitiva, de um processo de planejamento participativo, que se aperfeiçoa e se concretiza na caminhada, que define claramente o tipo de ação educativa que se quer realizar. É um instrumento teórico-metodológico para intervenção e mudança da realidade. É um elemento de organização e integração da atividade prática da instituição neste processo de transformação.³

Diante dessa perspectiva, conforme afirma Demo (2002), o projeto pedagógico se dá muito mais pelo seu caráter de flexibilidade, permitindo pensá-lo e executá-lo como processo de resultados a longo prazo, uma vez que permite estabelecer condições propícias de discussão criativa e crítica em torno da educação, através de diretrizes de apoio. O autor acrescenta ainda que o referido projeto só terá sentido se for produzido como obra comum dos envolvidos.

Nesse sentido, entende-se que um projeto pedagógico não pode gerar um tipo de 'saber oficial', que o enrijeça, muito pelo contrário, deve sim caminhar sob o viés pautado pela flexibilização, tanto na sua concepção como na sua gestão (DEMO, 2002). Argumenta ainda que como diretriz, deve-se colocá-lo periodicamente em revisão aberta ou a pedido do corpo docente e discente. Em suma, concorda-se com Demo (2002), quando o mesmo afirma que um projeto pedagógico renovador nega-se a si mesmo se não se renovar constantemente.

A relevância do projeto pedagógico do curso pode ser caracterizada como uma nova ação para o processo de formação de professores(as) para a educação básica. O curso de

² Nota do próprio autor: 'Outras denominações (embora nem sempre com o mesmo sentido que aqui assumimos): projeto pedagógico do curso, proposta pedagógica, projeto educacional, projeto de estabelecimento, plano diretor, projeto de escola'.

³ VASCONCELOS, C. dos S. *Planejamento: Projeto de Ensino-Aprendizagem e Projeto-Político-Pedagógico – Elementos Metodológicos para Elaboração e Realização*. 7. ed. São Paulo: Libertad, 2000, p.179. (Cadernos pedagógicos do libertad. v.1)

Geografia deixará de funcionar apenas como um conjunto de “disciplinas isoladas” e específicas da sua área do conhecimento. Os(as) professores(as) dos diversos componentes curriculares tomarão conhecimento das novas formas de ensino-aprendizagem em suas respectivas especialidades e levando em consideração a questão da transposição dos conteúdos trabalhados no ensino superior com aqueles previstos para a Geografia enquanto componente curricular dos níveis fundamental e médio (CAVALCANTI, 2002).

A proposta pedagógica e a organização institucional de um curso de formação de professores(as) devem estar intimamente ligadas, uma vez que a segunda tem, ou deveria dar condições à primeira. Na prática, o que temos assistido mais comumente a organização institucional determinando a organização curricular, quando deveria ser exatamente o contrário, também porque ela própria tem papel formador.⁴

No campo curricular, o conhecimento prévio do(a) professor(a) em processo de formação deve considerar o planejamento e práticas pedagógicas, não podendo acontecer de forma desarticulada. A formação do(a) professor(a) ocorre com a reunião de conhecimentos teórico-práticos, a partir de decisões coletivas formuladas dentro de um projeto pedagógico que vise a profissionalização, ou seja, a ideia de formação, do saber e do saber ensinar.

Para Libâneo (2001), ao se referir a forma como são constituídos os currículos dos cursos de licenciatura, impõem-se uma formação aos(às) professores(as), desvinculando teoria-prática, ou seja, na maioria das vezes oportuniza-se primeiramente uma espécie de formação geral específica, tanto dos componentes curriculares teóricos e pedagógicos para depois o contato com a realidade escolar. Nesse sentido, aponta para a necessidade do caminho inverso, afirmando que é preciso integrar os conteúdos das disciplinas em situações da prática que coloquem problemas aos futuros professores possibilitando-lhes experimentarem soluções.

Dessa forma, o(a) profissional de Geografia que se pretende formar deve estar aberto para uma nova concepção de ensino, criando situações de planejamento e aprendizagem, nas quais os(as) aluno(as) estejam envolvidos numa valorização crítico-reflexiva. Trata-se de uma proposta de educação geográfica pautada não numa dinâmica convencional, onde os cursos de formação de professores(as) são “suficientes” para a sua formação, constituídos a partir da mecanização do conhecimento, sem uma preocupação voltada para necessidade de aprendizagem do(a) aluno(a) futuro(a) professor(a).

Para reverter esse quadro de desconsideração do repertório do conhecimento dos professores em formação, é preciso que os cursos de preparação de futuros professores tomem para si a responsabilidade de suprir as eventuais deficiências de escolarização básica que os futuros professores receberam tanto no ensino fundamental como no ensino médio.⁵

Portanto, a partir dessa perspectiva, a nova estrutura curricular do curso de Geografia pretende cumprir, tanto com os objetivos traçados para a formação de professores(as) quanto os de âmbito geral dessa instituição, a que faz parte.

⁴ Parecer nº. CNE/009/2001. Aprovado em 08/05/2001. p. 17.

⁵ Ibidem, p.19.

3.2. Objetivos do Curso

Conforme as Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial em nível superior e para a formação continuada (BRASIL, 2015) em seu Art. 5º, a formação de profissionais do magistério deve assegurar a base comum nacional, pautada pela concepção de educação como processo emancipatório e permanente, bem como pelo reconhecimento da especificidade do trabalho docente, que conduz à práxis como expressão da articulação entre teoria e prática e à exigência de que se leve em conta a realidade dos ambientes das instituições educativas da educação básica e da profissão.

O curso de Geografia propõe os seguintes objetivos:

- Formar professores(as) e/ou educadores de Geografia, isto é, profissionais do Magistério, que atuem na Educação Básica, seja nos sistemas privado ou público regular de ensino;
- Promover, de maneira articulada, a formação inicial e continuada dos profissionais do magistério para viabilizar o atendimento às suas especificidades nas diferentes etapas e modalidades de educação básica;
- Promover aos acadêmicos do curso conhecer, debater e desenvolver os conceitos geográficos de modo que se construa uma consciência espacial em si e juntos aos alunos da Educação Básica nos níveis Fundamental e Médio;
- Garantir a articulação entre ensino, pesquisa e extensão, percebendo o ensino enquanto docência, a pesquisa voltada para o ensino de Geografia e sua prática pedagógica, e a extensão como ação e intervenção na realidade;
- Definir e articular as concepções geográficas e pedagógicas numa perspectiva social, ou seja, que a prática pedagógica considere, cada vez mais, o meio em que se insere;
- Propiciar o desenvolvimento de competências, dos pontos de vista teórico, prático e político;
- Propiciar um processo de interação das diferentes disciplinas entre si, tanto entre as específicas da Geografia quanto entre as pedagógicas, em busca de perspectivas mais totalizantes e cooperativas;
- Possibilitar ao(à) acadêmico(a) o domínio das categorias de análise da Geografia, bem como de metodologias e técnicas e ensino na educação básica;
- Garantir a formação dos profissionais do magistério com compromisso social, político e ético, que contribua para a consolidação de princípios democráticos, de justiça e inclusivos; e que promova a emancipação dos indivíduos e grupos sociais, e, atento ao reconhecimento e à valorização da diversidade;
- Titular e capacitar o(a) discente, possibilitando-lhe o acesso ao prosseguimento de seus estudos em nível de pós-graduação.

3.3. Perfil Profissiográfico

A Licenciatura em Geografia, a partir deste projeto pedagógico, pretende formar professores(as) de Geografia que, ao final do curso, possam:

- Compreender os elementos e processos concernentes ao meio natural e ao construído, com base nos fundamentos filosóficos, teóricos e metodológicos da Geografia; associados as metodologias e práticas de ensino para que possam ser aplicados ao ensino Geografia na educação básica;
- Dominar e aprimorar as abordagens científicas pertinentes ao processo de produção e aplicação do conhecimento geográfico (CNE/CES 492/2001; RESOLUÇÃO CONSEPE N° 005/2005).
- Compreender a docência como ação educativa e como processo pedagógico intencional e metódico, envolvendo conhecimentos específicos, interdisciplinares e pedagógicos, conceitos, princípios e objetivos da formação que se desenvolvem na construção e apropriação dos valores éticos, linguísticos, estéticos e políticos do conhecimento inerentes à sólida formação científica e cultural do ensinar/aprender, à socialização e construção de conhecimentos e sua inovação, em diálogo constante entre diferentes visões de mundo, conforme estabelecido na resolução CNE nº 02/2015 (BRASIL, 2015).

3.4. Competências, atitudes e habilidades

O (a) professor(a) licenciado(a) em Geografia terá(o) que dominar competências, conforme dispõe as Diretrizes Curriculares para os cursos de Geografia do Ministério de Educação (CNE/CES 492/2001) , a saber:

A) Gerais

- Identificar e explicar a dimensão geográfica presente nas diversas manifestações do conhecimento;
- Articular elementos empíricos e conceituais, concernentes ao conhecimento científico dos processos espaciais;
- Reconhecer as diferentes escalas de ocorrência e manifestação dos fatos, fenômenos e eventos geográficos;
- Planejar e realizar atividades de campo referentes à investigação geográfica;
- Dominar técnicas laboratoriais concernentes a produção e aplicação do conhecimento geográfico;
- Planejar e realizar atividades de campo referentes à investigação geográfica;
- Dominar técnicas laboratoriais concernentes a produção e aplicação do conhecimento geográfico;

- Propor e elaborar projetos de pesquisa e executivos no âmbito de área de atuação da Geografia;
- Utilizar os recursos da informática;
- Dominar a língua portuguesa e um idioma estrangeiro no qual seja significativa a produção e a difusão do conhecimento geográfico;
- Trabalhar de maneira integrada e contributiva em equipes multidisciplinares

B) Específicas

- Identificar, descrever, compreender, analisar e representar os sistemas naturais;
- Identificar, descrever, analisar, compreender e explicar as diferentes práticas e concepções concernentes ao processo de produção do espaço;
- Selecionar a linguagem científica mais adequada para tratar a informação geográfica, considerando suas características e o problema proposto;
- Avaliar representações ou tratamentos gráficos e matemático-estatísticos;
- Elaborar mapas temáticos e outras representações gráficas;

Organizar o conhecimento espacial, adequando-o ao processo de ensino-aprendizagem em Geografia nos diferentes níveis de ensino

3.5. Campo de atuação profissional

O(a) licenciado(a) em Geografia pode atuar na Educação Básica em escolas federais, estaduais, municipais e distritais; e em escolas privadas; atuando nas séries finais do ensino fundamental (6º ao 9º ano) e ensino médio; em centros de formação não-formais e espaços de produção do conhecimento, como: museus e organizações não-governamentais em projetos de educação ambiental. (REFERENCIAL DE GEOGRAFIA – LICENCIATURA, MEC, 2009).

3.6. Organização Curricular

A proposta pedagógica do curso de Licenciatura em Geografia tem sua estrutura curricular organizada em consonância com a resolução CNE nº 2, de 1º de julho de 2015, possuindo 3.210 (três mil e duzentas) horas de efetivo trabalho acadêmico, compreendendo:

- 400 (quatrocentas) horas de prática como componente curricular, distribuídas ao longo do processo formativo;
- 400 (quatrocentas) horas dedicadas ao estágio supervisionado, na área de formação e atuação na educação básica, podendo contemplar também outras áreas específicas;

- Pelo menos 2.200 (duas mil e duzentas) horas dedicadas às atividades formativas estruturadas pelos núcleos pedagógico e geográfico;
- 200 (duzentas) horas de atividades teórico-práticas de aprofundamento em áreas específicas de interesse dos estudantes, conforme núcleo III de atividades complementares.

3.6.1. Conteúdos Curriculares

A estrutura curricular do curso de Geografia em conformidade com Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN) para a formação de professores da educação básica, é organizada em três núcleos que proporcionam conhecimentos específicos e interdisciplinares da ciência geográfica, pedagógicos e complementares, articulando teoria e prática necessárias à formação do Professor de Geografia:

I – Núcleo de Formação Geográfica: responsável por oferecer estudos da área de atuação profissional, contendo conteúdos técnicos e específicos da Geografia, estabelecendo diálogos interdisciplinares e articulados aos conteúdos pedagógicos, e, em sintonia com os sistemas de ensino;

II – Núcleo de Formação Pedagógica: Incluem-se estudos de formação geral, das áreas específicas e interdisciplinares, e do campo educacional, seus fundamentos e metodologias, e das diversas realidades educacionais. Conjunto de conhecimento e disciplinas voltados por desenvolver a competência docente;

III – Núcleo de Formação Complementar: envolve estudos integradores para enriquecimento curricular, organizadas nas modalidades de ensino, pesquisa e extensão; estágios supervisionados e Trabalho de Conclusão de Curso.

O Artigo 13 da resolução CNE 2/2015 estabelece que:

§ 2º Os cursos de formação deverão garantir nos currículos conteúdos específicos da respectiva área de conhecimento ou interdisciplinares, seus fundamentos e metodologias, bem como conteúdos relacionados aos fundamentos da educação, formação na área de políticas públicas e gestão da educação, seus fundamentos e metodologias, direitos humanos, diversidades étnico -racial, de gênero, sexual, religiosa, de faixa geracional, Língua Brasileira de Sinais (Libras), educação especial e direitos educacionais de adolescentes e jovens em cumprimento de medidas socioeducativas.

Essa diretriz curricular para formação de professores reivindica também que “deverá ser garantida, ao longo do processo, efetiva e concomitante relação entre teoria e prática, ambas fornecendo elementos básicos para o desenvolvimento dos conhecimentos e habilidades necessários à docência.

Em cursos de formação de professores para educação básica, há também a necessidade de implementar conteúdos e temáticas exigidas em legislação específicas do conjunto de leis que forma as Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN) para a formação de professores da educação básica.

3.6.2. Educação das Relações Étnico-Raciais e Ensino de História e Cultura Afro-brasileira e indígena

A disciplina obrigatória ERER – Educação para Relações Étnico-Raciais é inserida para atender um conjunto de demandas das leis 10.639/03 (BRASIL, 2003) e 11.645/08 (BRASIL, 2008), que é resultado de uma série de ações dos movimentos sociais atuantes na questão étnico-racial no país desde década de 1970. Em consonância com as ações afirmativas desenvolvidas nos diversos âmbitos da sociedade, o campo da educação tem se destacado no combate à discriminação, além de proporcionar um sentido de reconhecimento e reflexão do lugar da escola na formação do cidadão por “[...] promover a necessária valorização das matrizes culturais que fizeram do Brasil o país rico, múltiplo e plural que somos” (BRASIL, 2009, p.5).

Vários documentos foram elaborados para subsidiar a construção deste currículo antes negligenciado, tais como: Referencial Curricular Nacional para as Escolas Indígenas (Brasil, 1998), o parecer 03/04, a Resolução 01/04 e as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana (BRASIL, 2004), assim como inúmeros autores e autoras que se debruçaram para construções de saberes/conhecimentos multidisciplinares, interdisciplinares e transdisciplinares.

A disciplina propõe discutir os conceitos que englobam as relações étnico-raciais na formulação de políticas públicas para promover a igualdade de oportunidades e a justiça social, por meio de bases epistemológica e didático-metodológica que fundamentam a área, além de questões apresentadas por seguimentos dos movimentos sociais. Sendo assim, essa unidade curricular utilizará interlocuções para compreender as dinâmicas socioespaciais das relações étnico-raciais nos diferentes ambientes educacionais, subsidiada pelas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais no ensino de Geografia, cultura afro-brasileira e africana (BRASIL, 2006).

3.6.3. Política Nacional de Educação Ambiental

Tem como pressuposto a lei nº 9.795/1999 que estabelece a dimensão ambiental constando nos currículos de formação de professores, em todos os níveis e em todas as disciplinas; conjuntamente ao decreto nº 4.281//2002, que institui a Política Nacional de Educação Ambiental.

A abordagem da educação ambiental está inclusa nas disciplinas e atividades curriculares do curso, de modo transversal, contínuo e permanente perpassando de modo mais abrangente disciplinas de tais como: Educação ambiental, Geologia, Geomorfologia, Recursos naturais e meio ambiente, Geografia urbana, Planejamento ambiental.

3.6.4. LIBRAS - Língua Brasileira de Sinais

O Decreto nº 5.626 de 2005 institui que Libras deve ser inserida como disciplina curricular obrigatória nos cursos de formação de professores para o exercício do magistério, em nível médio e superior. A disciplina de Libras consta como obrigatória na estrutura curricular de Geografia.

3.6.5. Educação em Direitos Humanos, Diversidade e Gênero

A temática Educação em Direitos Humanos, Diversidade e Gênero está vinculado ao curso de Geografia como projeto de extensão de diferentes docentes (ver grupos de pesquisa e extensão no item 37.8.1). Cabe ao NDE e Coordenação de curso acompanhar anualmente a oferta da temática aos acadêmicos por meio de eventos acadêmicos científicos, palestras, mesas redondas e outros.

Objetiva-se realizar conjuntamente com os projetos dos docentes do curso a construção de saberes/conhecimentos alinhando com as temáticas referente as questões socioambientais, éticas, estéticas e relativas à diversidade étnico-racial, de gênero, sexual, religiosa, de faixa geracional e sociocultural como princípios de equidade.

Propor ações de pesquisa-ação sobre essas temáticas, além de promover seminários interdisciplinares. Discutir as principais correntes epistêmica sobre as temáticas de diversidade, direitos humanos e gênero.

Com esta ação extensionista na área de educação em direitos humanos será atendida estrategicamente uma demanda na formação de professores na ação educativa em consonância com as Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos.

Assim, este projeto visa garantir no curso de Geografia, por meio do uso de abordagens interdisciplinares considerando a complexidade e multirreferencialidade dos estudos geográficos, os fundamentos e metodologias para se trabalhar com conteúdos relacionados aos direitos humanos e as diversidades: étnico-racial; de gênero; de sexualidade; religiosa; e de faixa geracional. Com isso, será realizado o exercício integrado e indissociável da docência com ênfase na relação da universidade com a comunidade.

3.6.6. Núcleos de Formação previstos na Resolução CNE nº2, de 01/07/2015

Neste item, estão apresentados os núcleos de formação, reformulados com base na Resolução CNE nº 2, de 01/07/ 2015. Os componentes curriculares pertencentes a cada núcleo podem ser consultados no item 3.7.2. *Matriz curricular: distribuição dos componentes curriculares do curso de Licenciatura em Geografia – PPC/ 2019.*

3.6.6.1. Núcleo I - Estudos de Formação Geral

O núcleo de estudos de formação geral, refere-se aos componentes curriculares das áreas específicas e interdisciplinares, e do campo educacional, seus fundamentos e metodologias, e das diversas realidades educacionais, sendo responsável por oferecer estudos da área de atuação profissional, contendo conteúdos técnicos e específicos da Geografia, estabelecendo diálogos interdisciplinares e articulados aos conteúdos pedagógicos, e, em sintonia com os sistemas de ensino.

3.6.6.2. Núcleo II - Núcleo de aprofundamento e diversificação de estudos

O núcleo de aprofundamento e diversificação de estudos, refere-se aos componentes curriculares das áreas de atuação profissional, incluindo os conteúdos específicos e pedagógicos, priorizadas pelo projeto pedagógico das instituições, em sintonia com os sistemas de ensino, que, atendendo às demandas sociais, oportunizará, entre outras possibilidades.

3.6.6.3 Núcleo III de estudos integradores para enriquecimento curricular

Descritas pelo curso de Geografia como Atividades complementares, corresponde ao Núcleo III de estudos integradores para enriquecimento curricular, com carga horária de 210 horas, compreendendo a participação em seminários e estudos curriculares, em projetos de iniciação científica, iniciação à docência, residência docente, monitoria e extensão; atividades práticas articuladas entre os sistemas de ensino e instituições educativas; outras atividades previstas em regulamento específico, inserido como apêndice deste PPC.

3.6.6.4 Núcleo de Estágio Curricular Supervisionado

O núcleo de Estágio Curricular Supervisionado refere-se aos seguintes componentes curriculares: Estágio Supervisionado em Geografia I, Estágio Supervisionado em Geografia II, Estágio Supervisionado em Geografia III e Estágio Supervisionado em Geografia IV, perfazendo carga horária total de 405 horas.

3.6.7. Conteúdos adicionais exigidos pela Resolução CNE nº02/2015

Além de conteúdos específicos técnicos e geográficos, pedagógicos, e outros estabelecidos em legislação própria, a resolução CNE nº02/2015, exige que os cursos de formação deverão garantir nos currículos conteúdos relacionados a: formação na área de políticas públicas e gestão da educação, seus fundamentos e metodologias; direitos humanos; diversidades étnico - racial, de gênero, sexual, religiosa, de faixa geracional; educação especial, direitos educacionais de adolescentes e jovens em cumprimento de medidas socioeducativas.

Quadro 2: Conteúdos e componentes curriculares adicionais exigidos pelo art. 13 da Resolução CNE nº 2/2015

Conteúdos	Componente(s) Curricular (es)	Optativa / Obrigatório	Período	Observações
Fundamentos da educação	Filosofia da Educação.	Obrigatório	1º	
	História da Educação	Obrigatório	1º	
	Sociologia da Educação	Obrigatório	2º	

Formação na área de políticas públicas e gestão da educação, seus fundamentos e metodologias.	Política, Legislação e Organização da Educação Básica	Obrigatório	4º	
Direitos humanos	Educação para Relações Étnico-Raciais (ERER)	Obrigatório	-	Grupos de pesquisa e extensão/ eventos acadêmicos científicos, palestras, mesas redondas e outros.
Diversidades étnico-racial, de gênero, sexual, religiosa, de faixa geracional	Educação para Relações Étnico-Raciais (ERER)	Obrigatório	6º	Grupos de pesquisa e extensão/ eventos acadêmicos científicos, palestras, mesas redonda e outros.
Educação especial e inclusiva	Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS	Obrigatório	4º	Grupos de pesquisa e extensão/ eventos acadêmicos científicos, palestras, mesas redondas e outros.
	Educação Especial e Inclusiva	Optativa		
Direitos educacionais de adolescentes e jovens em cumprimento de medidas socioeducativas.	Educação de Jovens e Adultos	Optativa	8º	

3.6.8. Atividades semipresenciais

É facultado a oferta de até 20% (vinte por cento) da carga horária total da disciplina na modalidade a distância. A regulamentação tem como base a portaria MEC nº 4.059⁶, de 10 de dezembro de 2004, implementada na UFT por meio da resolução CONSEPE nº 15/2011.

A oferta parcial de componentes curriculares, na modalidade semipresencial, segue os termos da resolução CONSEPE nº 15/2011, sendo caracterizados como quaisquer atividades didáticas, módulos ou unidades de ensino -aprendizagem centrados na autoaprendizagem e com a mediação de recursos didáticos organizados em diferentes suportes de informação que utilizem tecnologias de comunicação remota.

O docente que optar pelo uso de até 20 da carga horária à distância no componente curricular que ministra, dever indicar no plano de ensino, metodologias e práticas de ensino e aprendizagem, tanto para parte presencial como para a distância.

Recomenda-se que a carga horária a distância seja ofertada com uso do Modular Object Oriented Distance Learning (Plataforma Moodle), disponível no Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA) utilizado pela UFT.

O colegiado também poderá autorizar a oferta de um componente curricular na modalidade semipresencial por semestre, seguindo expressamente as exigências da resolução CONSEPE nº 15/2011; e, apenas no seguinte caso específico: a) Turma especial para estudantes formandos, devido a não oferta regular do componente curricular no semestre ou choque de horários.

⁶ Nova redação dada pela portaria nº 1.134, de 10 de outubro de 2016.

Nas disciplinas dos núcleos I e II com carga horária de 75 e 90 horas os docentes devem inserir no programa da disciplina a metodologia para efetivar a carga horária definida. Essas disciplinas possuem uma carga horária adicional e específica de prática como componente curricular, devendo ser descrito as atividades a serem desenvolvidas. Recomenda-se que 20% da carga horária das referidas disciplinas seja desenvolvida via Plataforma Moodle. Cabe ao NDE o acompanhamento da efetivação da carga horária e da prática como componente curricular

3.7. Matriz Curricular

A distribuição dos componentes curriculares do curso de Licenciatura em Geografia e a Síntese da matriz curricular estão condensados no item 3.7.1. Ressaltando que os núcleos I e II compreendem as atividades formativas, dispondo de carga horaria com 2.205 horas ao longo do curso.

A complementação de carga horária para migração dos estudantes do PPC 2009 para o PPC 2019 será realizada mediante atividades de prática como componente curricular propostas pelos docentes responsáveis no formato de minicursos, oficinas, entre outras, previamente definidas nos planos de ensino de cada disciplina.

3.7.1. Matriz curricular: distribuição dos componentes curriculares do curso de Licenciatura em Geografia – PPC/ 2019 e síntese da carga horária

Per.	Código UFT	Componentes Curriculares	Créditos	CH Teórica	CH Prática	CH PCC	CH Total	Pré-requisitos	Núcleo	Equivalência Versão 2010/2
1	1GEOL001	Leitura e Produção de textos	4	45	15	0	60		I	LLA135
1	1GEOL002	Filosofia da Educação	4	60	0	0	60		I	CHU072
1	1GEOL003	História da Educação	4	45	0	15	60		I	CHU150
1	1GEOL004	História do Pensamento Geográfico	4	45	0	15	60		I	CHU169
1	1GEOL005	Geologia	5	45	15	15	75		I	CET262*
			21	240	30	45	315			
2	1GEOL006	Cartografia	5	45	15	15	75		I	ENG004*
2	1GEOL007	Teoria e Método em Geografia	4	45	15	0	60	1GEOL004	I	CHU760
2	1GEOL008	Geomorfologia	4	45	15	0	60		I	CET266
2	1GEOL009	Metodologia da Pesquisa	4	45	15	0	60		I	NCL024
2	1GEOL010	Sociologia da Educação	4	45	0	15	60		I	CHU353
2		Optativa 1	4	60	0	0	60			
			25	285	60	30	375			
3	1GEOL011	Hidrografia	4	45	15	0	60		I	ENG038
3	1GEOL012	Análise em Categorias Geográficas	5	60	0	15	75		II	CHU808*
3	1GEOL013	Psicologia do Desenvolvimento	4	45	0	15	60		I	CHU304
3	1GEOL014	Geotecnologias	6	60	15	15	90		I	CHU446*
3	1GEOL015	Didática	5	60	0	15	75		I	CHU023*
			24	270	30	60	360			
4	1GEOL016	Psicologia da Aprendizagem	4	45	0	15	60		I	CHU306
4	1GEOL017	Política, Legislação e Organização da Educação Básica	5	45	15	15	75		I	CSA288*
4	1GEOL018	Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS)	4	45	0	15	60		II	LLA224
4	1GEOL019	Metodologia do Ensino de Geografia na Educação Básica	6	60	0	30	90		II	CHU772
4	1GEOL020	Climatologia	5	45	15	15	75		I	CBI296*
			24	240	30	90	360			
5	1GEOL021	Solos Tropicais e Uso da Terra	4	45	15	0	60		II	CHU447
5	1GEOL022	Estágio Supervisionado em Geografia I	6	60	30	0	90	1GEOL019/1GEOL015	III	NCL197
5	1GEOL023	Geografia Urbana	4	45	0	15	60		I	CHU129

5	1GEOL024	Geografia Agrária	4	45	15	0	60		I	CHU109
5	1GEOL025	Cartografia e Ensino	4	45	0	15	60		II	ENG005
5		Optativa 2	4	60	0	0	60			
			26	300	60	30	390			
6	1GEOL026	Geografia Econômica	4	45	0	15	60		II	CHU121
6	1GEOL027	Estágio Supervisionado em Geografia II	7	60	45	0	105	1GEOL022	III	NCL198
6	1GEOL028	Geografia da População	5	45	15	15	75		II	CHU113
6	1GEOL029	Biogeografia	5	45	15	15	75		I	CBI010
6	1GEOL030	Geografia Regional do Brasil e Espaço Mundial	6	60	15	15	90		I	CHU126 e CHU127
			27	255	90	60	405			
7	1GEOL031	Geografia Política	4	45	0	15	60		I	CHU125
7	1GEOL032	Estágio Supervisionado em Geografia III	7	60	45	0	105	1GEOL027	III	NCL199
7	1GEOL033	Metodologia de Projetos Científicos em Geografia	6	60	30	0	90		II	NCL200*
7	1GEOL034	Recursos Naturais e Meio Ambiente	5	45	15	15	75		II	CHU442*
7	1GEOL035	Geografia da Amazônia	5	45	15	15	75		II	CHU396*
			27	255	105	45	405			
8	1GEOL036	Trabalho de Conclusão de Curso (TCC)	6	60	30	0	90	1GEOL001 a 035	II	CHU345
8	1GEOL037	Estágio Supervisionado em Geografia IV	7	60	45	0	105	1GEOL032	III	NCL201
8	1GEOL038	Geografia e Educação para Relações Étnico-Raciais (GERER)	6	60	0	30	90		II	
8	1GEOL039	Geografia do Tocantins	4	45	0	15	60		II	CHU118
8		Optativa 3	4	60	0	0	60			
			27	285	75	45	405			
Atividades Complementares			14	0	0	0	210		III	
Carga Horária Total			215	2130	480	405	3225			

Código UFT	Disciplinas	Créditos	CH Total
1GEOL040	Educação do Campo	4	60
1GEOL041	Educação Ambiental	4	60
1GEOL042	Espaço e Gênero	4	60
1GEOL043	Fontes de Energia e Impactos Sócio Ambientais	4	60
1GEOL044	Fundamentos e Metodologias da Educação Especial e Inclusiva	4	60
1GEOL046	Geoeologia dos Cerrados	4	60
1GEOL048	Geografia Cultural	4	60
1GEOL050	Geografia da Saúde	4	60
1GEOL052	Geografia da Religião	4	60
1GEOL053	Geopolítica do Brasil	4	60
1GEOL054	Geografia Regional Mundial	4	60
1GEOL055	Geomorfologia Ambiental	4	60
1GEOL056	Geografia e Diversidade	4	60
1GEOL057	Planejamento Ambiental	4	60
1GEOL058	Profissionalização Docente	4	60
1GEOL059	Quantificação em Geografia	4	60
1GEOL060	Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC): Ensino de Geografia nos espaços virtuais	4	60

Composição da Carga Horária	CH Total
Núcleo I	1245
Núcleo II	780
Núcleo III (atividades complementares)	210
Estágio Curricular Supervisionado	405
Prática como componente curricular (PCC)*	405
Disciplinas optativas**	180
Total do curso	3225

*Equivalentes mediante complementação de carga horária/conteúdo

**A carga horária da PCC está inserida nas disciplinas dos núcleos I e II.

*** As disciplinas optativas estão inseridas nos núcleos I e II.

3.7.1.1. Observações sobre matriz curricular

I. As disciplinas optativas constam de uma carga horária total de 180h/a e serão cursadas a partir do 2º período;

II. O (a) aluno(a) deverá cursar 210 horas de atividades complementares, correspondente ao Núcleo III de estudos integradores para enriquecimento curricular compreendendo as seguintes atividades, : participação em congressos, seminários, semanas acadêmicas, curso de extensão, bolsa de iniciação científica, estágios extra-curriculares, monitorias e outros eventos de caráter científico. O projeto de extensão Prática como Componente Curricular “Educação em Direitos Humanos, Diversidade e Gênero” com carga horaria de 75 horas está incluindo como atividade complementar, sendo obrigatório.

III. O currículo exposto exige a obtenção de um total de: 3.255 h/a;

IV. A Licenciatura em Geografia é oferecida em dois turnos, matutino e noturno (alternadamente), na modalidade semestral. O prazo mínimo para a integralização curricular é de oito (8) semestres e máximo de quatorze (14) semestres, perfazendo um total de 3.225 h/a, que correspondem a 215 créditos.

V. O número mínimo de créditos que o (a) acadêmico(a) poderá matricular-se, semestralmente, na Licenciatura em Geografia, será de quatro (4), conforme reza o art. 44, § 4º do Regimento Acadêmico da UFT.

VI. O número máximo de créditos que o (a) acadêmico poderá matricular-se, semestralmente, na Licenciatura em Geografia, será de trinta e dois (32), atendendo o que dispõe o art. 44, § 2º do Regimento Acadêmico da UFT.

3.7.2. Disciplina Eletiva:

O (a) acadêmico (a) poderá cursar uma disciplina eletiva em substituição a uma das disciplinas optativas ofertadas pelo curso. Para isso, deve matricular-se em disciplina existente em um dos cursos da UFT, ou outra ou instituição de ensino superior reconhecida pelo MEC.

3.7.3. Adaptação entre estruturas curriculares - equivalência de disciplinas

PPC Versão 2010/2				PPC Versão 2019/2		
Período	Disciplinas	Carga Horária	Período	Disciplinas	Carga Horária	
1º	Leitura e Produção de Textos	60	1º	Leitura e Produção de textos	60	Equivalentes
1º	Filosofia da Educação	60	1º	Filosofia da Educação	60	Equivalentes
2º	História da Educação	60	1º	História da Educação	60	Equivalentes
1º	História do Pensamento Geográfico	60	1º	História do Pensamento Geográfico	60	Equivalentes
1º	Geologia	60	1º	Geologia	75	Equivalentes mediante complementação de carga horária/conteúdo
2º	Cartografia I	60	2º	Cartografia	75	Equivalentes mediante complementação de carga horária/conteúdo
2º	Teoria e Método em Geografia	60	2º	Teoria e Método em Geografia	60	Equivalentes
2º	Geomorfologia	60	2º	Geomorfologia	60	Equivalentes
1º	Metodologia da Pesquisa	60	2º	Metodologia da Pesquisa	60	Equivalentes
3º	Sociologia da Educação	60	2º	Sociologia da Educação	60	Equivalentes
6º	Optativa	60	2º	Optativa 1	60	Equivalentes
3º	Hidrografia	60	3º	Hidrografia	60	Equivalentes
7º	Sensoriamento Remoto	60	3º	Geotecnologias	90	Equivalentes mediante complementação de carga horária/conteúdo
8º	Análise em Categorias Geográficas (Optativa)	60	3º	Análise em Categorias Geográficas	75	Equivalentes mediante complementação de carga horária/conteúdo
3º	Psicologia da Educação I	60	3º	Psicologia do Desenvolvimento	60	Equivalentes
3º	Didática	60	3º	Didática	75	Equivalentes mediante complementação de carga horária/conteúdo
4º	Psicologia da Educação II	60	4º	Psicologia da Aprendizagem	60	Equivalentes

4º	Política, Legislação e Organização da Educação Básica	60	4º	Política, Legislação e Organização da Educação Básica	75	Equivalentes mediante complementação de carga horária/conteúdo
3º	Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS)	60	4º	Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS)	60	Equivalentes
4º	Metodologia do Ensino de Geografia na Educação Básica	90	4º	Metodologia do Ensino de Geografia na Educação Básica	90	Equivalentes
4º	Climatologia	60	4º	Climatologia	75	Equivalentes mediante complementação de carga horária/conteúdo
5º	Solos Tropicais e Uso da Terra	60	5º	Solos Tropicais e Uso da Terra	60	Equivalentes
5º	Estágio Investigativo I	90	5º	Estágio Supervisionado em Geografia I	90	Equivalentes
5º	Geografia Urbana	60	5º	Geografia Urbana	60	Equivalentes
4º	Geografia Agrária	60	5º	Geografia Agrária	60	Equivalentes
5º	Cartografia II	60	5º	Cartografia e Ensino	60	Equivalentes
8ª	Optativa	60	5ª	Optativa 2	60	Equivalentes
2º	Geografia Econômica	60	6º	Geografia Econômica	60	Equivalentes
6º	Estágio Investigativo II	105	6º	Estágio Supervisionado em Geografia II	105	Equivalentes
3º	Geografia da População	60	6º	Geografia da População	75	Equivalentes
6º	Biogeografia	60	6º	Biogeografia	75	
6º	Geografia Regional e Espaço Mundial	60	6º	Geografia Regional do Brasil e Espaço Mundial	90	Equivalentes em caso que o acadêmico tenha cursado as duas disciplinas da matriz 2009
8º	Geografia Regional do Brasil	60			60	Equivalentes
5º	Geografia Política	60	7º	Geografia Política	105	Equivalentes
7º	Estágio Supervisionado no Ensino Fundamental	105	7º	Estágio Supervisionado em Geografia III	90	Equivalentes mediante complementação de carga horária/conteúdo
7º	Metodologia de Projetos Científicos em Geografia	60	7º	Metodologia de Projetos Científicos em Geografia		

7º	Recursos Naturais e Meio Ambiente	60	7º	Recursos Naturais e Meio Ambiente	75	Equivalentes mediante complementação de carga horária/conteúdo
8º	Optativa - Geografia da Amazônia*	60	7º	Geografia da Amazônia	75	Equivalentes mediante complementação de carga horária/conteúdo
8ª	Trabalho de Conclusão de Curso (TCC)	90	8ª	Trabalho de Conclusão de Curso (TCC)	90	Equivalentes
8ª	Optativa	60	8ª	Optativa 3	60	Equivalentes
----	-----	---	8ª	Educação para Relações Étnico-Raciais (ERER)	90	Não possui equivalência
6º	Geografia do Tocantins	60	8ª	Geografia do Tocantins	60	Equivalentes
8ª	Estágio Supervisionado no Ensino Médio	105	8ª	Estágio Supervisionado em Geografia IV	105	Equivalentes

Nesse quadro de adaptação entre estruturas curriculares (equivalência de disciplinas) ocorrem as seguintes situações:

a) **equivalentes:** são disciplinas equivalentes entre as duas matrizes curriculares, correspondendo à maioria das situações, e terão carga horária, créditos considerados e notas mantidas.

b) **equivalentes mediante complementação de carga horária/conteúdo:** ocorre com as disciplinas que tiveram carga horária aumentada de 60 horas para 75 ou 90 horas. Será necessária complementação de carga horária e conteúdo para que as disciplinas tenham equivalência.

O Regimento Acadêmico da UFT estabelece em seu artigo 94 que: “O acadêmico será dispensado integralmente quando houver equivalência de 100% (cem por cento) de conteúdo programático e, no mínimo, 70% (setenta por cento) da carga horária ou 70 % (setenta por cento) do conteúdo programático e 100% (cem por cento) da carga horária” No caso das disciplinas envolvidas a correspondência de carga horária é de 66%.

A complementação de carga horária será realizada por meio de “trabalho de pesquisa devidamente registrado” conforme outorgado no artigo 95 do mesmo Regimento Acadêmico da UFT. Cabe ao docente responsável pela disciplina, elaborar, acompanhar e certificar a realização do trabalho de pesquisa.

c) **equivalentes em caso que o acadêmico tenha cursado as duas disciplinas da matriz 2009:** Na nova matriz curricular houve junção da disciplina “Geografia Regional e Espaço Mundial” com a disciplina “Geografia Regional do Brasil” passando a ser cognominada Geografia Regional do Brasil e Espaço Mundial. Essa disciplina da nova matriz somente possui equivalência com as duas da matriz curricular 2009;

d) **não possui equivalência:** Situação exclusiva da disciplina “ Geografia e Educação para Relações Étnico-Raciais (GERER)” que não constava na matriz curricular de 2009. Acadêmicos inseridos na nova matriz, devem obrigatoriamente cursar a disciplina;

3.7.4. Migração para a nova estrutura

O processo de migração dos (as) acadêmicos (as) de Licenciatura em Geografia da matriz curricular de 2009 para matriz curricular de 2019 será realizada pela Coordenação de curso e Núcleo Docente Estruturante (NDE). Esse procedimento obedecerá toda a tramitação institucional, a saber: Consulta a Pró-reitoria de Graduação, Aprovação no Colegiado de Curso, Aprovação no Conselho Diretor e Aprovação no CONSEPE.

O procedimento vai contar com participação dos acadêmicos do curso, garantindo-se ampla divulgação dos que serão inseridos na nova versão da matriz curricular com antecedência mínima de 30 (trinta) dias do período de matrícula estabelecido no calendário acadêmico.

Na proposta idealizada, ocorrerá migração de parte dos estudantes para nova estrutura curricular, com base na nota técnica da Prograd sobre processo de migração entre versões de projeto político pedagógico, na qual orienta-se:

Art. 5º Não ocorrerá migração para os discentes que estiverem cursando os dois últimos semestres dos cursos de graduação da matriz curricular vigente. Parágrafo único: Serão analisadas as situações de migração, pela coordenação do curso, dos alunos que estiverem vinculados aos dois últimos semestres/períodos do curso e que estejam matriculadas em componentes curriculares de semestres/períodos anteriores da estrutura curricular vigente.

Migrarão para a nova estrutura curricular os acadêmicos (as) ingressantes no curso de Licenciatura em Geografia (Araguaína) nos períodos 2016/2, 2017/1, 2017/2, 2018/1, 2018/2, 2019/1. Os acadêmicos (as) ingressantes no período 2016/1, e anterior a esse período, permanecem com a matriz curricular de 2009.

Com base nesse critério, estarão isentos da migração para nova matriz curricular, acadêmicos matriculados no 7º (sétimo) e 8º (oitavo) períodos. No entanto, isso não será automático, pois também será analisado caso de alunos que estiverem vinculados aos dois últimos semestres/períodos do curso, mas que estejam matriculadas em muitos componentes curriculares de semestres/períodos anteriores da estrutura curricular vigente. Essa mesma análise, excepcionalmente também será estendida para alunos que estejam no 6º (sexto) semestre (matricula 2016.1).

A excepcionalidade, nesses casos, considera o percentual médio de realização da matriz curricular em vigência que deve ser alcançado pelos alunos vinculados aos dois últimos semestres/períodos do curso, que corresponde a 75% ou a 31 disciplinas.

3.7.5. Ementário dos componentes curriculares

EMENTAS DO PRIMEIRO SEMESTRE

Leitura e Produção de Textos

EMENTA DE DISCIPLINA PPC-2019/2				
CURSO: GEOGRAFIA – LICENCIATURA				
DISCIPLINA: Leitura e Produção de Textos				
PRÉ-REQUISITO: Não há				
CH Total: 60h	CH Teórica: 45h	CH Prática: 15h	CH PCC: 00h	Créditos: 04
EMENTA:				
<p>Estudo do texto e elementos da textualidade. Caracterização dos tipos, gêneros textuais e condições de produção. Estrutura do parágrafo. Pontuação. Níveis de formalismo. Tópicos de gramática normativa. Produção das mais variadas formas textuais (narrativas, resumos, artigos, resenhas etc.).</p>				
OBJETIVO:				
<p>Desenvolver a competência linguística para a produção de diferentes tipos e gêneros de textos, dominando, sobretudo, o emprego linguístico da norma padrão.</p>				
BIBLIOGRAFIAS:				
<p>Básica:</p> <p>BLIKSTEIN, I. Técnicas de comunicação escrita. São Paulo: Ática, 2003.</p> <p>CITELLI, A. Linguagem e persuasão. São Paulo: Ática, 2002.</p> <p>DIONÍSIO, A. P. , MACHADO , A. R. BEZERRA, M. A. (Orgs.). Gêneros Textuais e ensino. Rio de Janeiro: Lucerna, 2002.</p>				
<p>Complementar:</p> <p>FIORIN, J. L.; SAVIOLI, F. P. Lições de texto: leitura e redação. 2. ed. São Paulo: Ática, 1997.</p> <p>GARCIA, O. M. Comunicação em prosa moderna. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1997.</p> <p>KOCH, I.G.V. Desvendando os segredos do texto. São Paulo: Cortez, 2002. 2002.</p> <p>KOCH, I. G.V. Ler e compreender: os sentidos do texto. São Paulo: Contexto, 2006.</p> <p>LUFT, C. P. Ensino e aprendizado da língua materna. São Paulo: Globo, 2007.</p>				

Filosofia da Educação

EMENTA DE DISCIPLINA /PPC-2019/2				
CURSO: GEOGRAFIA - LICENCIATURA				
DISCIPLINA: Filosofia da Educação				
PRÉ-REQUISITO: Não há				
CH Total: 60h	CH Teórica: 60h	CH Prática: 00h	CH PCC: 00h	Créditos: 04
EMENTA:				
Filosofia e Filosofia da Educação. Pressupostos filosóficos que fundamentam a educação. Pragmatismo, Existencialismo, Fenomenologia, Personalismo e Dialética. O pensamento filosófico de Paulo Freire.				
OBJETIVO:				
Compreender a filosofia em suas dimensões histórica, gnosiológica, conceitual, social e ética, e sua importância para uma visão de educação crítica e reflexiva.				
BIBLIOGRAFIAS:				
Básica:				
CHAUI, M. Convite à Filosofia . São Paulo: Ática, 1999.				
LUCKESI, C. Filosofia da Educação . São Paulo: Cortez, 1990.				
MERLEAU-PONTY, M. Fenomenologia da Percepção . São Paulo: Martins Fontes, 1994.				
Complementar:				
FREIRE, P. Pedagogia do Oprimido . Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1999.				
DEWEY, J.. Vida e Educação . São Paulo: Melhoramentos, 1978.				
PAGNI, Pedro Angelo & SILVA, Divino José. Introdução à Filosofia da Educação: temas contemporâneos e história . São Paulo: AVERCAMP, 2007.				
SANTOS JUNIOR, Renato Nogueira de. Aprendendo a ensinar: uma introdução ao fundamentos filosóficos da educação . Curitiba: Intersaberes, 2013.				
SAVIANI, D. Pedagogia Histórico-crítica, primeiras aproximações . São Paulo: Autores Associados, 1994.				

História da Educação

EMENTA DE DISCIPLINA PPC-2019/2				
CURSO: GEOGRAFIA - LICENCIATURA				
DISCIPLINA: História da Educação				
PRÉ-REQUISITO: Não há				
CH Total: 60h	CH Teórica: 45h	CH prática: 00h	CH PPC: 15h	Créditos: 04
EMENTA:				
História, Historiografia da educação e fontes. Reconstrução da história da educação no Brasil, da Colônia ao momento atual. Educação contemporânea no Brasil: problemas e perspectivas. O pensamento pedagógico brasileiro e as políticas educacionais. Exame das proposições dos(as) principais pedagogos(as). Movimentos sociais em direção da universalização da educação.				
OBJETIVO:				
Compreender os fatores históricos, sociais, políticos e econômicos determinantes da evolução do sistema educacional brasileiro e as transformações das práticas pedagógicas.				
BIBLIOGRAFIAS:				
Básica:				
GHIRALDELLI JÚNIOR, P. História da educação brasileira . 2 ed. São Paulo: Cortez, 2015.				
LOPES, E. M. T.; FARIA FILHO, L. M.; VEIGA, C. G. 500 anos de educação no Brasil . 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.				
SAVIANI, D. História das idéias pedagógicas no Brasil . Campinas, SP: Autores Associados, 2007.				
Complementar:				
FARIA FILHO, Luciano Mendes de (org.). Pensadores sociais e História da Educação . Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2017.				
LINS, A. M. M.. Educação Moderna : contradições entre o projeto civilizatório burguês e as lições do capital. Campinas, SP: Autores Associados, 2003.				
LOMBARDI, J. C.; NASCIMENTO, M. I. M.. (Orgs.). Fontes, história e historiografia da educação . Campinas, SP: Autores Associados, 2004.				
PILETTI, Claudino. História da Educação : de Confúcio a Paulo Freire. São Paulo: Contexto, 2018.				
STEPHANOU, M.; BASTOS, M. H. C. (Orgs.). Histórias e Memórias da educação no Brasil , vol. 1: séculos XVI-XVII. Petrópolis, RJ: Vozes, 2004.				

História do Pensamento Geográfico

EMENTA DE DISCIPLINA PPC-2019/2				
CURSO: GEOGRAFIA - LICENCIATURA				
DISCIPLINA: História do Pensamento Geográfico				
PRÉ-REQUISITO: Não há				
CH Total: 60h	CH Teórica: 45h	CH prática: 00h	CH PPC: 15h	Créditos: 04
EMENTA:				
A ciência geográfica no contexto das demais ciências; geografia: ciência à procura de um objeto; a produção do conhecimento geográfico nas idades: antiga, média, moderna e contemporânea; a sistematização da geografia; a geografia clássica, a geografia brasileira no contexto global.				
OBJETIVO:				
Oferecer uma visão geral sistemática da ciência geográfica, em seu papel no contexto das demais ciências, sobre formação de seu pensamento ao longo da história da humanidade, sua sistematização e especialização, bem com um panorama da geografia brasileira no contexto geral desta ciência.				
BIBLIOGRAFIAS:				
Básica:				
LACOSTE, Yves. Geografia: isso serve em primeiro lugar para fazer a guerra . 12 ed. Campinas, SP: Papirus, 1988.				
MACHADO, Lia Osório. Origens do Pensamento Geográfico no Brasil: meio tropical, espaços vazios e a ideia de ordem . In CASTRO, Iná Elias de, GOMES, Paulo César Costa, CORRÊA, Roberto Lobato. Geografia: Conceitos e Temas. Rio de Janeiro. Bertrand Brasil, 1995.				
MORAES, A. C. R. Geografia: Pequena História Crítica . São Paulo: Hucitec, 1990.				
Complementar:				
GOMES, Paulo César Costa. Geografia e Modernidade . Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1996.				
MOREIRA, Ruy. Pensar e ser em Geografia Ensaio de História, epistemologia e ontologia do espaço geográfico . Ied. 1ª reimpressão. São Paulo: Contexto, 2008. P. 23 – 37.				
MOREIRA, R. O que é Geografia? São Paulo: Brasiliense, 1982.				
SPOSITO, Eliseu Savério. Geografia e Filosofia . São Paulo: Editora UNESP, 2004.				
SANTOS, Milton. A Natureza do Espaço . 6ed. São Paulo: Hucitec, 2006.				

Geologia

EMENTA DE DISCIPLINA PPC-2019/2				
CURSO: GEOGRAFIA - LICENCIATURA				
DISCIPLINA: Geologia				
PRÉ-REQUISITO: Não há				
CH Total: 75 h	CH Teórica: 45 h	CH Prática: 15 h	CH PCC: 15 h	Créditos: 05
EMENTA:				
Histórico da Geologia e Tempo geológico, Formação do universo e da Terra, Tectonismo, Vulcanismo, Intemperismo, Noções de mineralogia, Epirogênese, Orogênese, Isostasia, Rochas magmáticas, sedimentares e metamórficas, Recursos energéticos				
OBJETIVO:				
Proporcionar aos(as) alunos(as) uma visão ampla sobre a estrutura interna do planeta, sua constituição litológica, destacando os principais tipos de rochas e minerais e sua gênese, bem como analisar os processos intempéricos de natureza física e química, os agentes de natureza geológica e os princípios gerais da teoria da tectônica de placas e deriva continental.				
BIBLIOGRAFIAS:				
Básica:				
LEINZ, V. & AMARAL, S. E. Geologia Geral . São Paulo: Nacional, 1978.				
POPP, J. H.. Geologia Geral . São Paulo: Edgard Blücher, 1989.				
PRESS, F.; SIEVER, R.; GROTZINGER, J.; JORDAN, T. H. Para entender a Terra . 4. ed. Porto Alegre: Bookman, 2006.				
Complementar:				
CUNHA, S.B. ; GUERRA, A. J. T., (Org.) Geomorfologia do Brasil . São Paulo: Bertand Brasil, 1998.				
FOSSEN, HAAKON. Geologia Estrutural. São Paulo: Oficina de Textos, 2012. 584 P.				
TEIXEIRA, W. et. all. (Org.) Decifrando a Terra . São Paulo: Oficina de Textos. 2002.				
McALESTER, A. L. História Geológica da Terra . São Paulo: Edgar Blücher, 1991.				
SUGUIO, K. ; SUZUKI, UKO A evolução geológica da Terra e a fragilidade da vida. Rio de Janeiro, Blucher, 2003.				

EMENTAS DO SEGUNDO SEMESTRE

Cartografia

EMENTA DE DISCIPLINA PPC-2019/2				
CURSO: GEOGRAFIA - LICENCIATURA				
DISCIPLINA: Cartografia				
PRÉ-REQUISITO: Não há				
CH Total: 75h	CH Teórica: 45h	CH Prática: 15h	CH PCC: 15h	Créditos: 05
EMENTA:				
Definição e histórico. Representação da Terra. Sistemas de projeções. Coordenadas geográficas e fusos horários. Escalas. Convenções cartográficas. Classificação de produtos cartográficos. Cartogramas e diagramas. Leitura de cartas/mapas. Introdução à leitura de imagens de satélite e fotografias aéreas. Representação planialtimétrica da Terra. Uso das representações cartográficas enquanto recurso didático para o ensino de Geografia na educação básica. Aquisição de habilidades de observação, abstração, correlação, leitura e interpretação, associadas à Cartografia escolar				
OBJETIVO:				
Geral: Compreender e identificar os elementos básicos de Cartografia, visando à análise geográfica do mapa, bem como proporcionar o conhecimento e a compreensão da linguagem cartográfica				
BIBLIOGRAFIAS:				
Básicas:				
JOLI, F. A Cartografia . São Paulo: Papirus, 1990.				
LIBAULT, A. Geocartografia . São Paulo: Nacional, 1975.				
DUARTE, P. A. Fundamentos de cartografia . Florianópolis: UFSC, 1994.				
Complementares:				
INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Atlas Geográfico : Escolar. Rio de Janeiro: IBGE, 2002.				
MARTINELLI, M. Curso de Cartografia Temática . São Paulo: Contexto, 1991.				
_____. Cartografia Temática : Caderno de Matemática. São Paulo: EDUSP, 2003.				
RAIZ, E. Cartografia Geral . Rio de Janeiro: Científica, 1964.				

Teoria e Método em Geografia

EMENTA DE DISCIPLINA PPC-2019/2				
CURSO: GEOGRAFIA - LICENCIATURA				
DISCIPLINA: Teoria e Método em Geografia				
PRÉ-REQUISITO: História do Pensamento Geográfico				
CH Total: 60h	CH Teórica: 45h	CH prática: 15h	CH PCC: 00h	Créditos: 04
EMENTA:				
<p>Os paradigmas da Ciência Geográfica. Noções gerais sobre os métodos nas Ciências humanas. A produção geográfica sob os diferentes métodos sociológicos de interpretação de mundo. A Geografia como ciência humana na interface sociedade natureza. As categorias da Geografia. As categorias e teoria no âmbito do ensino de Geografia.</p>				
OBJETIVO:				
<p>Oferecer ao(à) acadêmico(a) uma base geral sob os paradigmas e correntes do pensamento geográfico, no âmbito dos métodos: positivismo, fenomenologia e marxismo, bem como a Geografia enquanto ciência humana na interação sociedade natureza e ainda, leva-lo(la) a compreender as categorias geográficas visando proporcionar a clara compreensão no exercício no ensino desta ciência e adquirir uma visão crítica enquanto licenciando(a) na formação cidadã.</p>				
BIBLIOGRAFIAS:				
<p>Básicas:</p> <p>CORRÊA, R.L. Espaço: conceito chave da Geografia. In: CASTRO, I. E. de. , CORRÊA, R.L., GOMES, P.C.C, Geografia: Conceitos e Temas. Rio de Janeiro. Bertrand Brasil, 1995.</p> <p>GOMES, Paulo César Costa. Geografia e Modernidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1996.</p> <p>TRININÕS, Augusto Nivaldo Silva. Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação. São Paulo: Atlas, 2011.</p>				
<p>Complementares:</p> <p>LACOSTE, Yves. A Geografia: isso serve em primeiro lugar, para fazer a guerra. 12ed. Campinas, SP, Papirus, 1988.</p> <p>MOREIRA, Ruy. Para onde vai o pensamento geográfico? Por uma epistemologia crítica. Ied. 1ª reimpressão – São Paulo: contexto, 2008 p. 157 – 184.</p> <p>MORAES, A. C. R. Geografia: Pequena História Crítica. São Paulo: Hucitec, 1990.</p> <p>SPOSITO, Eliseu Savério. Geografia e Filosofia. São Paulo: Editora UNESP, 2004.</p> <p>SANTOS, Milton. A Natureza do Espaço. 6ed. São Paulo: Hucitec, 2006</p>				

Geomorfologia

EMENTA DE DISCIPLINA PPC-2019/2				
CURSO: GEOGRAFIA - LICENCIATURA				
DISCIPLINA: Geomorfologia				
PRÉ-REQUISITO: Não há				
CH Total: 60h	CH Teórica: 45h	CH Prática: 15h	CH PCC: 00h	Créditos: 04
EMENTA:				
Histórico da Geomorfologia e as principais Escolas; Sistemas geomorfológicos; Agentes endógenos e exógenos; As grandes unidades geomorfológicas; Tipos de relevos em rochas magmáticas, sedimentares e metamórficas, Estudo das vertentes, Relevos cársticos, Quaternário e formas de relevo; Domínios morfoclimáticos, Geomorfologia e a Paisagem, Recursos didáticos em Geomorfologia, Antropogeomorfologia.				
OBJETIVO:				
Fornecer ao(à) discente uma visão ampla dos processos responsáveis pela formação do relevo, destacando-se aqueles relacionados aos processos orogenéticos e epirogenéticos, ressaltando-se também a importância dos fenômenos climáticos na esculturação do modelado terrestre.				
BIBLIOGRAFIAS:				
Básicas:				
CUNHA, S. B. ; GUERRA, A. J. T. (Org.) Geomorfologia do Brasil . Rio de Janeiro. Ed. Bertrand Brasil, 1998, 392p.				
CUNHA, S. B. ; GUERRA, A. J. T. (Org.) Geomorfologia: Uma atualização de bases e conceitos . Rio de Janeiro. Ed. Bertrand Brasil, 1998, 330p.				
CHRISTOFOLLETTI, A. Geomorfologia . São Paulo. Ed. Edgar Blucher Ltda, 1974.				
Complementares:				
BIGARELLA, J.J.; BECKER, R.D.; SANTOS, G. F. Estrutura e origem das paisagens tropicais e subtropicais . N.I, Florianópolis. Ed. UFSC, 1994, 425p.				
CUNHA, S. B. ; GUERRA, A. J. T. (Org.) Geomorfologia: exercícios, técnicas e aplicações . São Paulo : Bertand Brasil, 1996.				
GUERRA, A. J. T. Geomorfologia Urbana . Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2015.				
GUERRA, A. J. T. Geomorfologia e Meio Ambiente . Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 200.				
ROSS, J. L. S. Geomorfologia: ambiente e planejamento . São Paulo:Contexto, 1990.				

Metodologia da Pesquisa

EMENTA DE DISCIPLINA PPC-2019/2				
CURSO: GEOGRAFIA - LICENCIATURA				
DISCIPLINA: Metodologia da Pesquisa				
PRÉ-REQUISITO: Não há				
CH Total: 60h	CH Teórica: 45h	CH Prática: 15h	CH PCC: 00h	Créditos: 04
EMENTA:				
Introdução à ciência; Criação do currículo Lattes e do ORCID; Formatação básica de textos acadêmicos no word de acordo com o Manual de Normalização para elaboração de Trabalhos Acadêmico da UFT; Fazer projeto de pesquisa – elementos pré-textuais, textuais e pós-textuais; Tipos e métodos de pesquisa; Normas de formatação ABNT, Vancouver e APA; Tipos de citação e normas da ABNT de uso no texto; Criar referências de acordo com a ABNT e Manual de Normalização para elaboração de Trabalhos Acadêmico da UFT; Uso de plataforma online “MORE” e de escrita acadêmica e metodologia; Orientações sobre plágio e suas implicações legais no código civil e penal brasileiro; Prática de resumos, fichamentos, sínteses e resenhas. Orientações sobre a organização da pesquisa e como publicar os resultados em formato de artigo; Usos da plataforma de periódicos, de teses e livros online. Ambientes virtuais de aprendizagem.				
OBJETIVO:				
Propiciar o entendimento da ciência e suas normas e regras para a escrita de textos acadêmicos buscando o aprimoramento do uso de programas de edição de texto, conhecimento sobre plataformas digitais e organização coerente das ideias em textos científicos.				
BIBLIOGRAFIAS:				
Básica:				
GIL, A. C. Como Elaborar Projetos de Pesquisa . 5. ed. São Paulo: Atlas, 2016.				
LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. A. Fundamentos de Metodologia Científica . São Paulo: Atlas, 2010.				
SEVERINO, A. J. Metodologia do Trabalho Científico . São Paulo: Cortez, 2016.				
UFT. Manual de Normalização para Elaboração de Trabalhos Acadêmico-Científicos no âmbito da Universidade Federal do Tocantins. Resolução nº 36/2017 . UFT, Sisbic. Palmas, TO: UFT, 2017.				
Complementar:				
ANDRADE, M. M. de. Introdução a Metodologia do Trabalho Científico . São Paulo: Atlas, 2017.				
BASTOS, C. L. Aprendendo a Aprender: introdução à metodologia científica . 25. ed. Petrópolis: Vozes, 2011.				
CARVALHO, M. C, M. de. Construindo o saber: metodologia científica, fundamentos e técnicas . 24. ed. São Paulo: Papirus, 2011.				
CERVO, A. L. et al. Metodologia Científica . 6. ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2007.				
TEIXEIRA, E. et al. As três metodologias . Petrópolis Rj: Vozes, 2014.				
UFT. Manual de Normalização para Elaboração de Trabalhos Acadêmico-Científicos no âmbito da Universidade Federal do Tocantins. Resolução nº 36/2017 . UFT, Sisbic. Palmas, TO: UFT, 2017.				

Sociologia da Educação

EMENTA DE DISCIPLINA PPC-2019/2				
CURSO: GEOGRAFIA – LICENCIATURA				
DISCIPLINA: Sociologia da Educação				
PRÉ-REQUISITO: Não há				
CH Total: 60h	CH Teórica: 45h	CH Prática: 00h	CH PPC: 15h	Créditos: 04
EMENTA:				
Concepções de educação dos clássicos da Sociologia [Durkheim, Marx e Weber]. Educação e teoria da prática em Bourdieu. As contribuições de Foucault para a educação. Bauman e a educação. A compreensão sociológica da educação no Brasil.				
OBJETIVO:				
Conhecer de forma inicial, as correntes sociológicas, seus percursores e contemporâneos, conceitos centrais, propostas metodológicas, suas contribuições e pertinências para estudar o campo educacional na atualidade.				
BIBLIOGRAFIAS:				
Básicas:				
CARVALHO, Alonso Bezerra de; SILVA, Wilton Carlos Lima da (Orgs.). Sociologia e educação: leituras e interpretações. São Paulo: Avercamp, 2006.				
BOURDIEU, Pierre; PASSERON, Jean-Claude. A Reprodução: Elementos para uma teoria do sistema de ensino. 7. ed. Petrópolis-RJ: Vozes, 2014.				
WEBER, Max. A ética protestante e o “espírito” do capitalismo. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.				
Complementares:				
BAUMAN, Zygmunt. Aprendendo a pensar com a Sociologia. Rio de Janeiro: Zahar, 2010.				
DURKHEIM, Émile. As regras do método sociológico. São Paulo: Martin Claret, 2006.				
FOUCAULT, Michel. História da sexualidade I: A Vontade de Saber. 5. ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1984.				
MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. Manifesto do partido comunista. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed. 2006.				
KRUPPA, Sonia M. Portella. Sociologia da educação. São Paulo: Cortez, 1994.				

EMENTAS DO TERCEIRO SEMESTRE

Hidrografia

EMENTA DE DISCIPLINA PPC-2019/2				
CURSO: GEOGRAFIA – LICENCIATURA				
DISCIPLINA: Hidrografia				
PRÉ-REQUISITO: Não há				
CH Total: 60h	CH Teórica: 45h	CH Prática: 15h	CH PPC: 00h	Créditos: 04
EMENTA:				
<p>Ciclo hidrológico; Distribuição das águas no Globo Terrestre e sua importância e utilização; Recursos hídricos superficiais e subterrâneos; Gestão dos recursos hídricos; Drenagem em áreas urbanas; Bacias hidrográficas manejo e gestão integrada de bacias hidrográficas. Poluição hídrica, enchentes, inundações, erosões e assoreamento. Usos múltiplos da água.</p>				
OBJETIVO:				
<p>Entender os processos envolvidos na dinâmica hidrológica, tendo como unidade de referência a unidade territorial bacia hidrográfica, bem como as interferências antrópicas no meio aquático abordados sob a perspectiva sistêmica.</p>				
BIBLIOGRAFIAS:				
<p>Básicas:</p> <p>CHRISTOFOLETTI, Antônio, Geomorfologia / 2.ed. rev. e ampl. - São Paulo, SP : Blucher, 2015.</p> <p>GUERRA, Antonio José Teixeira. Geomorfologia ambiental. Rio de Janeiro : Bertrand Brasil, 2006</p> <p>TUNDISI, José Galizia, Água no século XXI:enfrentando a escassez./ 2.ed. São Paulo: IIE, 2005.</p>				
<p>Complementares:</p> <p>BRASIL. Senado Federal, Código de águas: e legislação correlata. Brasília: Senado Federal, Subsecretaria de Edições Técnicas, 2003.</p> <p>CUNHA, Sandra Baptista da; e GUERRA, Antônio Teixeira. Geomorfologia do Brasil. Rio de Janeiro : Bertrand Brasil, 1998.</p> <p>CHRISTOFOLETTI, A. Geomorfologia fluvial. São Paulo: Edgard Blücher, 1981.</p> <p>DREW, D. Processos interativos homem-meio ambiente. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998.</p> <p>GUERRA, Antônio Teixeira; e CUNHA, Sandra Baptista da. Geomorfologia : uma atualização de bases e conceitos / 7.ed. - Rio de Janeiro : Bertrand Brasil, 2007.</p>				

Análise em Categorias Geográficas

EMENTA DE DISCIPLINA PPC-2019/2				
CURSO: GEOGRAFIA - LICENCIATURA				
DISCIPLINA: Análise em Categorias Geográficas				
PRÉ-REQUISITO: Não há				
CH Total: 75h	CH Teórica: 60h	CH Prática: 00h	CH PPC: 15h	Créditos: 05
EMENTA:				
<p>Introdução ao estudo do espaço. O espaço como categoria chave para a ciência geográfica. A importância do estudo do espaço na construção do pensamento científico social. As categorias geográficas como fundamento do pensar/fazer em Geografia. O Território, o território usado, a des(re) territorialização. O lugar, o lugar vivido, o não-lugar. A região, a regionalização e os regionalismos. A paisagem, a paisagem cultural e a paisagem simbólica. As redes e as escalas nas interpretações geográficas.</p>				
OBJETIVO:				
<p>A disciplina tem por objetivo promover o debate entre os alunos acerca das categorias geográficas, sobretudo no que diz respeito à relevância e importância de compreendê-las no desenvolvimento da pesquisa e do ensino de Geografia.</p>				
BIBLIOGRAFIAS:				
<p>Básicas:</p> <p>CORREIA, Roberto Lobato (org). Trajetórias geográficas. 7. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2014. 302p.</p> <p>MOREIRA, Ruy. Para onde vai o pensamento Geográfico? Por uma epistemologia crítica. São Paulo: Contexto, 2008. 191p.</p> <p>SANTOS, Milton. A natureza do espaço: técnica e tempo; razão e emoção. 4ª ed. São Paulo: EDUSP, 2006.</p>				
<p>Complementares:</p> <p>BESSE, Jean-Marc. Ver a Terra: seis ensaios sobre a paisagem e a geografia. São Paulo: Perspectiva, 2006. 108p.</p> <p>CASTRO, Ina Elias de (org). Geografia: conceitos e temas. 8ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.</p> <p>MARANDOLA JR, Eduardo (org). Qual o espaço do lugar? Geografia, epistemologia, fenomenologia. São Paulo: Perspectiva, 2012.</p> <p>SANTOS, Milton. Da totalidade ao lugar. São Paulo, EDUSP, 2009. 170 p.</p> <p>SAQUET, Marcos Aurelio. Abordagens e concepções de território. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2007.</p>				

Psicologia do Desenvolvimento

EMENTA DE DISCIPLINA PPC-2019/2				
CURSO: GEOGRAFIA - LICENCIATURA				
DISCIPLINA: Psicologia do Desenvolvimento				
PRÉ-REQUISITO: Não há				
CH Total: 60h	CH Teórica: 45 h	CH Prática: 00h	CH PPC: 15h	Créditos: 04
EMENTA:				
<p>Introdução às teorias e métodos da Psicologia. Caracterização dos fatores e princípios básicos do desenvolvimento humano nas dimensões psicomotora, afetiva e sexual. Análise do desenvolvimento individual da adolescência e vida adulta e suas implicações didático-pedagógicas. Conceitos básicos para a compreensão dos principais sistemas psicológicos. Contextualização da produção teórica da psicologia e suas implicações nas práticas educacionais da atualidade.</p>				
OBJETIVO:				
<p>Desenvolver uma visão global sobre o desenvolvimento humano e suas relações e implicações no processo educativo.</p>				
BIBLIOGRAFIAS:				
<p>Básicas:</p> <p>BIAGGIO, A. M. Psicologia do desenvolvimento. 18. ed. Petrópolis : vozes, 2003.</p> <p>SOUZA, D. M. C.. Psicologia da adolescência: normalidade e psicopatologia. Rio de Janeiro: Vozes, 2006.</p> <p>PIAGET, J.; INHELDER, B. A Psicologia da Criança. Rio de Janeiro: Difel, 2011.</p>				
<p>Complementares:</p> <p>MRECH, Leny Magalhães. Psicanálise, educação e diversidade. Belo Horizonte: Fino Traço Editora: 2011.</p> <p>NEWCOMBE, N.. Desenvolvimento infantil: abordagem de Mussen. 8.ed. Porto Alegre:Artes Médicas, 1999.</p> <p>PAPALIA, D. E. Desenvolvimento humano. 7. ed. Porto Alegre :Artmed, 2000.</p> <p>SANCHES, R. M.. Conta de novo, mãe: histórias que ajudam a crescer. São Paulo:Escuta, 2010.</p> <p>VYGOSKY, L. S. A formação social da mente. São Paulo: Martins Fontes, 2003.</p>				

Geotecnologias

EMENTA DE DISCIPLINA PPC-2019/2				
CURSO: GEOGRAFIA – LICENCIATURA				
DISCIPLINA: Geotecnologias				
PRÉ-REQUISITO: Não há				
CH Total: 90h	CH Teórica: 60h	CH prática: 15h	CH Prática: 15h	Créditos: 06
EMENTA:				
<p>Conceito, origem e evolução do Sensoriamento Remoto. Princípios físicos em sensoriamento remoto. O espectro eletromagnético. Comportamento espectral dos alvos. Sistemas sensores. Interpretação visual de imagens multiespectrais. Introdução ao processamento digital de imagens orbitais. Técnicas de leitura e interpretação de imagens de satélites nos meios analógico e digital. Utilização de imagens de sensoriamento remoto para análise do uso e ocupação da terra. Sistemas de informações geográficas (SIG). Potencial das técnicas de geoprocessamento para a representação de fenômenos e modelos ambientais. Instrumentalização de técnicas do geoprocessamento.</p>				
OBJETIVO:				
<p>Fornecer os fundamentos teóricos e metodológicos relacionados ao Sensoriamento Remoto, abordando as suas aplicações nas diversas áreas do conhecimento e a integração de dados espaciais em interface com Sistemas de Informação Geográfica (SIG), preparando os profissionais que atuam na área de geociências a aplicarem as tecnologias do Sensoriamento Remoto.</p>				
BIBLIOGRAFIA:				
<p>Básica:</p> <p>BLASCHKE, T.; KUX, H. Sensoriamento Remoto e SIG Avançados: novos sistemas sensores, métodos inovadores. São Paulo: Oficina de Textos, 2005.</p> <p>KNELP, A. Sistemas de informação geográfica: uma introdução prática. Palmas: EDUFT, 2014.</p> <p>MOREIRA, M. A. Fundamentos do Sensoriamento Remoto e Metodologias de Aplicação. 3ª ed. atual. ampl. – Viçosa: Ed. UFV, 2005.</p> <p>NOVO, Evelyn M. L. de Moraes. Sensoriamento Remoto: Princípios e Aplicações. 3ª Edição. São Paulo: Blucher, 2008.</p>				
<p>Complementar:</p> <p>ASSAD, E.; SANO, E. E. Sistema de Informações Geográficas: Aplicações na Agricultura. Brasília: EMBRAPA/CPAC, 1993</p> <p>FLORENZANO, T. G. Imagens de Satélites para Estudos Ambientais. São Paulo: Oficina de Textos, 2002.</p> <p>ROCHA, C. H. B. Geoprocessamento: Tecnologia Transdisciplinar. Juiz de Fora, MG: Ed. do Autor, 2000.</p> <p>ROSA, R. Introdução ao Sensoriamento Remoto. Uberlândia: EDUFU, 1995</p> <p>ROSA, R.; BRITO, J.L.S. Introdução ao geoprocessamento: sistema de informação geográfica. Uberlândia: EDUFU, 1995.</p>				

Didática

EMENTA DE DISCIPLINA PPC-2019/2				
CURSO: GEOGRAFIA – LICENCIATURA				
DISCIPLINA: Didática				
PRÉ-REQUISITO: Não há				
CH Total: 75h	CH Teórica: 60h	CH Prática: 00h	CH PPC: 15h	Créditos: 05
EMENTA:				
<p>Os fundamentos e a ação docente nas diferentes tendências pedagógicas. A didática como atividade integradora na construção de propostas globalizadas, sob diferentes modalidades de operacionalização: sistemas de projetos, unidades de experiência, centros de interesses. O professor numa perspectiva de profissionalização. O papel da investigação no processo de formação docente.</p>				
OBJETIVO:				
<p>Analisar criticamente os fundamentos e ação docente nas diferentes tendências pedagógicas e as múltiplas determinações que interferem no processo ensino-aprendizagem, elaborando e reelaborando o conhecimento no âmbito da escola, a partir de uma dada realidade.</p>				
BIBLIOGRAFIAS:				
<p>Básicas:</p> <p>CANDAU, V. M. Rumo a uma nova didática. Rio de Janeiro: Vozes, 2000.</p> <p>LIBÂNEO, J. C. Democratização da escola pública: a pedagogia crítico-social dos conteúdos. São Paulo: Loyola, 1985.</p> <p>CORDEIRO, J. Didática. São Paulo: Contexto, 2007.</p>				
<p>Complementares:</p> <p>BRASIL MEC - Ministério da Educação – Base Nacional Comum Curricular- BNCC. Brasília: MEC/SEF, 2017.</p> <p>SANT’ANNA, F. M. et. all. Planejamento de ensino e avaliação. Porto Alegre: Sagra-Luzzato, 1998.</p> <p>SAVIANI, D. História das idéias pedagógicas no Brasil. Campinas, SP: Autores Associados, 2007.</p> <p>VEIGA, I. P. A.. Repensando a didática. 11. ed. Campinas: Papirus, 1996.</p> <p>SANT’ANNA, F. M. et. all. Planejamento de ensino e avaliação. Porto Alegre: Sagra-Luzzato, 1998.</p>				

EMENTAS DO QUARTO SEMESTRE

Psicologia da Aprendizagem

EMENTA DE DISCIPLINA PPC-2019/2				
CURSO: GEOGRAFIA - LICENCIATURA				
DISCIPLINA: Psicologia da Aprendizagem				
PRÉ-REQUISITO: Não há				
CH Total: 60h	CH Teórica: 45h	CH prática: 00h	CH PPC: 15h	Créditos: 04
EMENTA:				
<p>Identificação do fenômeno aprendizagem, segundo a interpretação dos principais teóricos, focalizando os diferentes fatores que propiciam este processo. Psicologia e educação – as relações existentes, concepções atuais e objetos de estudo. Psicologia da Aprendizagem – conceitos e fatores dominantes. Diferentes perspectivas teóricas: Concepção Behaviorista – Watson; Concepção Humanista – Rogers; Epistemologia Genética – Piaget; Concepção Interacionista – Vygotsky; Contribuição da Psicanálise; Concepções de Gardner e Wallon sobre o processo de aprendizagem. Implicações destes conhecimentos para a prática pedagógica em sala de aula.</p>				
OBJETIVO:				
<p>Conhecer os fundamentos teóricos da concepção de aprendizagem, e suas relações com as diferentes dimensões do fazer pedagógico, principalmente da aprendizagem educacional do adolescente.</p>				
BIBLIOGRAFIAS:				
<p>Básicas:</p> <p>COLL, E. et al. Psicologia da Educação. Porto Alegre: Artes Médicas, 1991.</p> <p>GARDNER, H.. Inteligências múltiplas: a teoria na prática. Porto Alegre: Artmed, 2002</p> <p>TAILLE, Y. Teoria psicogenéticas em discussão. Samus, São Paulo-SP 1992.</p>				
<p>Complementares:</p> <p>MOREIRA, M. A. Teorias de Aprendizagem. São Paulo: EPU, 2004.</p> <p>LA TAILLE, Yves de La. Moral e ética: dimensões intelectuais e afetivas. Porto Alegre: Artmed, 2006.</p> <p>PIAGET, Jean. Epistemologia genética. São Paulo: Martins Fontes, 2002.</p> <p>PIAGET, Jean. O juízo moral da criança. 3. ed. São Paulo: Summus, 1994.</p> <p>VIGOTSKI, L.S. A formação social da mente: o desenvolvimento dos processos psicológicos superiores. São Paulo: Martins Fontes, 2000.</p>				

Política, Legislação e Organização da Educação Básica

EMENTA DE DISCIPLINA PPC-2019/2				
CURSO: GEOGRAFIA – LICENCIATURA				
DISCIPLINA: Política, Legislação e Organização da Educação Básica				
PRÉ-REQUISITO: Não há				
CH Total: 75h	CH Teórica: 45h	CH prática: 15h	CH PPC: 15h	Créditos: 05
EMENTA:				
Educação e as transformações da sociedade atual. Estado e políticas educacionais. Políticas, estrutura e organização da educação escolar brasileira, da Constituição Federal de 1988 aos dias atuais. Legislação do sistema educacional. Planejamento e funcionamento. Financiamento e gestão. Políticas de formação e profissionalização dos/as trabalhadores/as da educação básica. Pesquisas sobre financiamento, formação de professores/as, gestão, planejamento, políticas educacionais e direitos das crianças e dos/as adolescentes à educação básica.				
OBJETIVO:				
Compreender os processos e os fundamentos filosóficos, históricos, socioeconômicos, culturais, políticos e normativos das políticas educacionais no Brasil, da Constituição Federal de 1988 aos dias atuais.				
BIBLIOGRAFIAS:				
Básicas:				
BRANDÃO, Carlos da Fonseca. Estrutura e funcionamento do ensino . São Paulo: Avercamp, 2004.				
CURY, Carlos Roberto Jamil. Legislação educacional brasileira . 2. ed. Rio de Janeiro: DP&A. 2002.				
LIBÂNEO, José Carlos; OLIVEIRA, João Ferreira de; TOSCHI, Mirza Seabra. Educação Escolar: políticas, estrutura e organização . 6. ed. São Paulo: Cortez, 2008.				
Complementares:				
AZEVEDO, Janete M. Lins de. A educação como política pública . 3. ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2004.				
BRZEZINSKI, Iria (Org.). LDB dez anos depois: reinterpretações sob diversos olhares . São Paulo: Cortez, 2008.				
DOURADO, Luiz Fernandes; PARO, Vitor Henrique (Org.). Políticas públicas & educação básica . São Paulo: Xamã, 2001.				
MENESES, João Gualberto de Carvalho. Estrutura e Funcionamento da Educação Básica . 2 ed. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 1999.				
TOMMASI, Livia de; WARDE, Miriam Jorge; HADDAD, Sérgio. O Banco Mundial e as políticas educacionais . 6. ed. São Paulo: Cortez, 2009.				

Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS)

EMENTA DE DISCIPLINA PPC-2019/2				
CURSO: GEOGRAFIA – LICENCIATURA				
DISCIPLINA: Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS)				
PRÉ-REQUISITO: Não há				
CH Total: 60h	CH Teórica: 45h	CH prática: 00h	CH PPC: 15h	Créditos: 04
EMENTA:				
A linguagem e a surdez. Identificação da criança com surdez. Educação Bilíngüe e sua operacionalização. Considerações sobre a língua brasileira de sinais. Importância do atendimento da pessoa com surdez. Desenvolvimento da linguagem interior na etapa pré-lingüística. Desenvolvimento da linguagem receptiva na fase pré-lingüística. Desenvolvimento da linguagem expressiva na fase lingüística. Produção de material didático pedagógico.				
OBJETIVO:				
Aprender libras como instrumento necessário para atuar no ensino de pessoas com deficiência auditiva.				
BIBLIOGRAFIAS:				
Básicas:				
BRITO, L. F. Por uma Gramática de Línguas de Sinais. Tempo Brasileiro, 1995				
FARIA, S. P., VASCONCELOS, S.P., VASCONCELOS, R. G. A.. A visão do silêncio: a linguagem na perspectiva do surdo. Brasília, apostila, 1998.				
QUADROS, R. M.; KARNOPP, L. B. Língua de Sinais Brasileira – estudos linguísticos. Porto Alegre: Artes Médicas, 2004.				
Complementares:				
CAPOVILLA, F. C. ; RAPHAEL, W. D. (Orgs.) Dicionário Enciclopédico Ilustrado LIBRAS. São Paulo: EDUSP, 2002.				
CARVALHO, I. S.; CASTRO, A. R. Comunicação por Língua Brasileira de Sinais. Brasília: SENAC, 2005.				
GESUELI, Z. M. Linguagem: desafios e realidades. São Paulo: Plexus, 2003.				
KOZLOWSKI, L. A Percepção Auditiva e Visual da Fala. Rio de Janeiro: Revinter, 1997.				
PERLIN, G. As diferentes identidades surdas. Revista FENEIS no 4. Rio de Janeiro: FENEIS, 2002.				

Metodologia do Ensino de Geografia na Educação Básica

EMENTA DE DISCIPLINA PPC-2019/2				
CURSO: GEOGRAFIA – LICENCIATURA				
DISCIPLINA: Metodologia do Ensino de Geografia na Educação Básica				
PRÉ-REQUISITO: Não há				
CH Total: 90h	CH Teórica: 60h	CH prática: 00h	CH PPC: 30h	Créditos: 06
EMENTA:				
Os fundamentos epistemológicos da Geografia Escolar. A disciplina escolar e os currículos de geografia. A avaliação no/do processo ensino-aprendizagem de Geografia. Os Programas e os Planos de aula no ensino de Geografia ampliando novas dimensões pedagógicas. Dinâmicas pedagógicas.				
OBJETIVO:				
Estudar as concepções epistemológicas da Geografia escolar e suas mediações no processo ensino-aprendizagem no ensino fundamental e médio, como também investigar como se processa a avaliação da aprendizagem em Geografia nas suas dimensões pedagógicas.				
BIBLIOGRAFIAS:				
Básicas:				
CARLOS, A.F. A.(Org.) A Geografia na Sala de aula . São Paulo: Contexto, 2001.				
CASTROGIOVANNI, A.C. et alli. (Org.). Ensino de Geografia: práticas e textualizações no cotidiano. 2 ed. Porto Alegre: Mediação, 2002.				
CAVALCANTI, L. S. Geografia e práticas de ensino . Goiânia: Alternativa, 2002				
Complementares:				
FREIRE, Paulo. Pedagogia do Oprimido . 59. Ed. rev. e atual. Rio de Janeiro: Paz e terra, 2015				
LIBÂNIO, Antônio Carlos. Democratização da Escola pública . São Paulo: Loyola, 1985				
PASSINI, Elza. Y. Prática de ensino de geografia e estágio supervisionado et all . São Paulo: contexto, 2007				
PONTUSCHKA, N. N.; OLIVEIRA, A. U. de. (Org.). Geografia em perspectiva: ensino e pesquisa. São Paulo: contexto, 2002.				
TONINI, I. M. et al. (Org.) O ensino da geografia e suas composições curriculares . Porto Alegre: UFRGS, 2011.				

Climatologia

EMENTA DE DISCIPLINA PPC-2019/2				
CURSO: GEOGRAFIA – LICENCIATURA				
DISCIPLINA: Climatologia				
PRÉ-REQUISITO: Não há				
CH Total: 75h	CH Teórica: 45h	CH Prática: 15h	CH PCC: 15h	Créditos: 05
EMENTA:				
<p>Tempo atmosférico e clima. Distribuição e balanço global de radiação. Composição e estrutura da atmosfera terrestre. Elementos e fatores climáticos. Observação, análise e previsão do tempo atmosférico. Circulação geral da atmosfera: massas de ar, frentes e perturbações atmosféricas. Ação antrópica e suas implicações nas variações e mudanças climáticas no planeta. Classificações climáticas. Escalas geográficas do clima: microclima, mesoclima e macroclima. Climatologia aplicada. A dinâmica da atmosfera e sua interação com a superfície terrestre por meio de idas a campo e desenvolvimento de atividades práticas, associando as ações antrópicas na modificação da paisagem terrestre e suas implicações no clima.</p>				
OBJETIVO:				
<p>Desenvolver a perspectiva da análise climática a partir das bases conceituais, metodológicas e práticas de climatologia, de modo a compreender a dinâmica da atmosfera e sua interação com a superfície terrestre por meio da relação clima e atividades humanas e suas implicações na evolução da paisagem terrestre e no comportamento do homem.</p>				
BIBLIOGRAFIAS:				
Básicas:				
AYOADE, J. O. Introdução à Climatologia dos Trópicos . Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1991.				
MENDONÇA, F.; DANI-OLIVEIRA, I. M. Climatologia: Noções Básicas e Climas do Brasil . Oficina de Textos. 208p.1997.				
MONTEIRO, C. A. F.; MENDONÇA, F. (Orgs.). Clima Urbano . São Paulo: Contexto, 2003.				
Complementares:				
BRANCO S. M.; MURGEL, E. Poluição do Ar . São Paulo: Moderna, 1995. (Coleção Polêmica).				
FOUCAULT, A. O Clima: História e Devir do Meio Terrestre - Coleção Perspectivas Ecológicas . Lisboa: Instituto Piaget. 1996.				
MORAES, P. R. Clima e Tempo . São Paulo: Harbra, 1998.				
NIMER, E. Climatologia do Brasil . Rio de Janeiro: IBGE. Departamento de Recursos Naturais e Estudos Ambientais, 1989.				
VIANELLO, R. L.; ALVES, A. R. Meteorologia Básica e suas Aplicações . Viçosa: UFV, 2000.				

EMENTAS DO QUINTO SEMESTRE

Solos Tropicais e Uso da Terra

EMENTA DA DISCIPLINA PPC-2019/2				
CURSO: GEOGRAFIA – LICENCIATURA				
DISCIPLINA: Solos Tropicais e Uso da Terra				
PRÉ-REQUISITO: Não há				
CH Total: 60h	CH Teórica: 45h	CH Prática: 15h	CH PCC: 00h	Créditos: 04
EMENTA				
<p>Surgimento dos Solos no globo terrestre. Principais rochas/minerais e o processo de intemperismo. Fatores e processo de formação do solo. Descrições morfológicas e classificação de solos: propriedades físicas, químicas e biológicas do solo (textura, estrutura, densidade, porosidade, consistência, cor, temperatura, ar e água do solo). Classificação dos solos. Solos do mundo e do Brasil. Erosão dos Solos. Técnicas de conservação dos solos. Processos de degradação dos solos. Utilização dos solos na agricultura e área urbana. Trabalhos prático.</p>				
OBJETIVO:				
<p>Capacitar o aluno a conhecer e entender o processo de formação dos solos, assim como sua classificação e uso dos mesmos, os tipos de erosão, principalmente através da ação das águas, bem como, conhecer os fatores minimizadores desses fenômenos e a adoção de estratégias voltadas à adoção de técnicas de conservação dos solos, de forma a reduzir ou prevenir o processo erosivo.</p>				
BIBLIOGRAFIAS:				
<p>Básicas:</p> <p>GUERRA, A. J. T. Dicionário Geológico-geomorfológico. 7ª ed. Rio de Janeiro: IBGE, 1987.</p> <p>GUERRA, A. J. t. et. al. (org). Erosão e conservação dos solos: conceitos, temas e aplicações. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1999.</p> <p>GUERRA, A. J. T. Geomorfologia e ambiente. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998.</p> <p>LEPSCH, IGO F. Formação e conservação dos solos. São Paulo: Oficina de Textos, 2002.</p>				
<p>Complementares:</p> <p>BERTONI, J. LOMBARDI NETO, F. Conservação do solo. São Paulo: Ícone, 1993.</p> <p>BERTONI, J. e F. L. NETO. Levantamento e planejamento conservacionistas. In: Conservação do solo. 3ª ed. Ed. Ícone, São Paulo, 1993, p 213-243.</p> <p>DREW, D. Processos interativos homem-meio ambiente. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil. 1998.</p> <p>EMBRAPA. Sistema brasileiro de classificação de solos. Brasília: EMBRAPA, Produção de Informação, Rio de Janeiro: Embrapa Solos, 1999. xxvi, 412p.: il.</p> <p>TOLEDO, M. C. M., OLIVEIRA, S. M de B. & MELFI, J. A. Intemperismo e Formação do solo. In: Teixeira et. al. (Org). Decifrando a Terra. São Paulo, Oficina de Textos, 2000.</p> <p>PRIMAVESI, Ana. Manejo ecológico do solo: a agricultura em regiões tropicais. São Paulo, Nobel.</p>				

Estágio Supervisionado em Geografia I

EMENTA DE DISCIPLINA PPC-2019/2				
CURSO: GEOGRAFIA - LICENCIATURA				
DISCIPLINA: Estágio Supervisionado em Geografia I				
PRÉ-REQUISITO: Metodologia do Ensino de Geografia na Educação Básica e Didática				
CH Total: 90h	CH Teórica: 60h	CH Prática: 30h	CH PCC: 00h	Créditos: 06
EMENTA:				
<p>O estágio como pesquisa e a pesquisa no estágio. Formação e profissionalização do professor de Geografia e seus espaços de atuação. Categorias geográficas, currículo e livro didático. A estrutura organizacional da escola nas dimensões pedagógica, administrativa e financeira. Mapeamento dos diferentes espaços físicos da escola. O Projeto Político Pedagógico da escola e a prática educativa. Análise dos processos de inserção escolar voltados a educação especial, indígena e quilombola. Elaboração de relatório parcial de estágio.</p>				
OBJETIVO:				
<p>Pesquisar a ação pedagógica e as práticas educativas de Geografia na educação básica, por meio da observação dos processos educativos escolares inseridos no cotidiano escolar.</p>				
BIBLIOGRAFIAS:				
<p>Básica:</p> <p>BIANCHETTI, L., FREIRE, I. M. (Orgs.) Um olhar sobre a diferença: interação, trabalho e cidadania / 8.ed. - Campinas, SP: Papirus, 2008. 223p.</p> <p>PASSINI, E. Y.; PASSINI, R.; MALYSZ, S, T (Orgs.). Prática de ensino de Geografia e estágio supervisionado. São Paulo: Contexto, 2007.</p> <p>PIMENTA, S. G; LIMA, M. S. L. Estágio e docência. São Paulo: Cortez, 2004.</p>				
<p>Complementar:</p> <p>BARREIRO, I. M. F.; GEBRAN, R. A. Prática e estágio supervisionado na formação de professores. São Paulo: Avercamp, 2009.</p> <p>BRASIL. Base Nacional Comum Curricular (BNCC). Educação é a Base. Brasília, MEC/CONSED/UNDIME, 2017.</p> <p>FREIRE, P. A Importância do Ato de Ler: em três artigos que se completam. São Paulo: Cortez, 2000.</p> <p>LIBÂNEO, J. B.; OLIVEIRA, J. F.;TOSCHI, M. S. Educação Escolar: Políticas, Estrutura e Organização. São Paulo: Cortez, 2003.</p> <p>CAVALCANTI, L. S. Geografia e práticas de ensino. Goiânia: Alternativa, 2002.</p>				

Geografia Agrária

EMENTA DE DISCIPLINA PPC-2019/2				
CURSO: GEOGRAFIA - LICENCIATURA				
DISCIPLINA: Geografia Agrária				
PRÉ-REQUISITO: Não há				
CH Total: 60h	CH Teórica: 45h	CH Prática: 15h	CH PCC: 00h	Créditos: 04
EMENTA:				
<p>A geografia agrária sua gênese no campo do conhecimento. A agricultura e os diferentes modos de produção. Modernização da agropecuária. Movimentos sociais e reforma agrária, conflitos e resistência; O agronegócio e agroecologia. Trabalho escravo contemporâneo no campo. Trabalho de campo e dinâmicas pedagógicas.</p>				
OBJETIVO:				
<p>Permitir a compreensão dos conceitos e temas da Geografia agrária ao longo do tempo, a sua contribuição para a análise do campo, particularmente da questão agrária brasileira em termos de desenvolvimento a partir da revolução verde, bem como a estrutura fundiária, conflitos e o processo de produção e produtividade, além de novas dinâmicas como a agroecologia frente ao padrão desenvolvimentista mercadológico financeiro.</p>				
BIBLIOGRAFIAS:				
Básicas:				
MARK, Karl. O capital: crítica da economia política: Livro 1. Vol 2. Tradução de Reginaldo Sant'Anna. 22º Ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.				
MOREIRA, Ruy. Pensar e ser em geografia: ensaios de história, epistemologia e ontologia do espaço geográfico. 2. Reimpressão. São Paulo: Contexto, 2010.				
ELIAS, D. Globalização e agricultura: a região de Ribeirão Preto. São Paulo: EDUSP 2003. (Coleção Campi; 21)				
Complementares:				
ANDRADE, Manuel C. de. A terra e o homem no nordeste: contribuição ao estudo da questão agrária no Nordeste. 6.ed. Recife: Ed. da UFPE, 1998				
BRETON, Binka Le. Vidas roubadas: a escravidão moderna na Amazônia brasileira. Tradução: Maysa Monte de Assis. São Paulo: Loyolas, 2002.				
FERNANDES, B. M. A formação do MST no Brasil. Petrópolis: Vozes, 2000.				
FIGUEIRA, R. R. Pisando fora da própria sombra: a escravidão por dívida no Brasil contemporâneo. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004.				
MARK, Karl. O capital crítica da economia política: Livro 1. Vol 1. Tradução de Reginaldo Sant'Anna. 22º Ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.				
OLIVEIRA, A. U. Modo capitalista de produção e agricultura. 3. ed. São Paulo: Ática, 1990.				

Geografia Urbana

EMENTA DE DISCIPLINA PPC-2019/2				
CURSO: GEOGRAFIA - LICENCIATURA				
DISCIPLINA: Geografia Urbana				
PRÉ-REQUISITO: Não há				
CH Total: 60h	CH Teórica: 45h	CH prática: 00h	CH PPC: 15h	Créditos: 04
EMENTA:				
As abordagens sobre a cidade, o urbano e a urbanização. Cidade e campo. A produção do espaço urbano. Características e tendências da urbanização brasileira. Rede urbana. Cidade, economia, infraestrutura urbana e desigualdades socioespaciais. Planejamento urbano. Cidade e meio ambiente. O espaço urbano do Tocantins. A urbanização e a cidade na sala de aula.				
OBJETIVO:				
Compreender abordagens teórico-metodológicas sobre o urbano e a cidade instrumentalizando os (as) acadêmicos (as) para efetivar estudos, pesquisa e ensino sobre as cidades e a realidade urbana.				
BIBLIOGRAFIAS:				
Básicas:				
LEFEBVRE, H A. Revolução urbana . Belo Horizonte: UFMG, 2008.				
SANTOS, M. A urbanização brasileira . São Paulo: Hucitec, 2009.				
SANTOS, M.; SILVEIRA, M. L. O Brasil : território e sociedade no início do século XXI. Rio de Janeiro: Record, 2008				
SOUZA, M. L. ABC do desenvolvimento urbano . Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008.				
Complementares:				
CARLOS, A. F. A. A Cidade . São Paulo: Contexto. 2007.				
CAVALCANTI, Lana de Souza (org.). Geografia da cidade : a produção do espaço urbano em Goiânia. Goiânia: alternativa, 2001.				
CORREA, R. L. O espaço urbano . São Paulo: Ática, 1998.				
CLARCK, D. Introdução à geografia urbana . São Paulo: Difel, 1982.				
LEFEBVRE, H. O direito à cidade . São Paulo: Centauro, 2001				
SPÓSITO, M. E. Capitalismo e Urbanização . São Paulo: Contexto, 1998.				

Cartografia e Ensino

EMENTA DA DISCIPLINA PPC-2019/2				
CURSO: GEOGRAFIA - LICENCIATURA				
DISCIPLINA: Cartografia e Ensino				
PRÉ-REQUISITO: Não há				
CH Total: 60h	CH Teórica: 45h	CH prática: 00h	CH PPC: 15h	Créditos: 04
EMENTA:				
<p>O ensino de Cartografia: oficinas, metodologias e abordagens. Manuseio de instrumentos cartográficos. Técnicas de uso, leitura e análise de produtos cartográficos. A representação tridimensional. Fundamentos da Cartografia Temática. Construção de Mapas e Cartogramas Temáticos. Produção de material didático. Construção e interpretação de materiais cartográficos no âmbito do ensino de Geografia na educação básica, possibilitando assim, o uso das representações cartográficas enquanto recurso didático. Aquisição de habilidades de observação, abstração, correlação, leitura e interpretação, associadas à Cartografia escolar.</p>				
OBJETIVO:				
Utilizar a representação gráfica (mapa e gráfico) e a produção de material didático, como instrumental básico para o ensino de Geografia.				
BIBLIOGRAFIAS:				
Básicas:				
ALMEIDA, R. D. (Org). Cartografia escolar/ São Paulo: Contexto, 2008.				
CARLOS, A. F. A. A Geografia na sala de aula . São Paulo: Contexto, 2009.				
FITZ, Paulo Roberto, Cartografia básica/ São Paulo: Oficinas de Textos, 2008.				
MARTINELLI, Marcello., Mapas da geografia e cartografia temática / 3. ed. São Paulo: Contexto, 2006.				
PASSINI, Elza Yasuko. Alfabetização cartográfica e a aprendizagem de Geografia . 1.ed. São Paulo: Cortez, 2012.				
UFT. Manual de Normalização para Elaboração de Trabalhos Acadêmico-Científicos no âmbito da Universidade Federal do Tocantins. Resolução nº 36/2017 . UFT, Sisbic. Palmas, TO: UFT, 2017.				
Complementares:				
ALMEIDA, R. D.; PASSINI, E. Y. O Espaço Geográfico Ensino e Representação . São Paulo: Contexto, 1994.				
ALMEIDA, R. D.; PASSINI, E. Y.. Do desenho ao mapa: iniciação a cartografia na escola . São Paulo: Contexto, 2001.				
CASTROGIOVANNI, Antonio Carlos (org). Ensino de Geografia: práticas e textualizações no cotidiano . 11. ed., Porto Alegre: Mediação, 2014.				
DUARTE, Paulo Araújo, Cartografia básica/ 2.ed. rev. e ampl.- Florianópolis : Ed. da UFSC, 1988.				
OLIVEIRA, C. Curso de cartografia moderna . Rio de Janeiro: FIBGE, 1993.				
SEEMANN, Jörn (org). A aventura cartográfica: perspectivas, pesquisas e reflexões sobre a cartografia humana . Fortaleza, CE: Expressão Gráfica e Editora, 2006.				
SOUSA, J. G.; KATUTA, A. M. Geografia e conhecimento Cartográfico: a cartografia no movimento de renovação da geografia brasileira e a importância do uso do mapa . São Paulo: UNESP, 2001.				

EMENTAS DO SEXTO SEMESTRE

Geografia Econômica

EMENTA DE DISCIPLINA PPC-2019/2				
CURSO: GEOGRAFIA – LICENCIATURA				
DISCIPLINA: Geografia Econômica				
PRÉ-REQUISITO: Não há				
CH Total: 60h	CH Teórica: 45h	CH prática: 00h	CH PPC: 15h	Créditos: 04
EMENTA:				
<p>Objetivos e métodos da Geografia Econômica. A dimensão espacial da economia. A dinâmica econômica e a organização do espaço. Produção industrial e centralização econômica: Fordismo e Pós-Fordismo. A crise e a reestruturação produtiva da economia mundial em seu aspecto territorial. A globalização e a reestruturação da economia internacional. A formação econômica brasileira e os desequilíbrios econômico-territoriais no país.</p>				
OBJETIVO:				
<p>A disciplina tem por objetivo promover o debate entre os alunos sobre a dimensão espacial da economia e as diretrizes da produção e da reprodução da economia e das desigualdades/contradições espaciais no território.</p>				
BIBLIOGRAFIAS:				
<p>Básicas:</p> <p>SANTOS, Milton. Por uma outra Globalização. Do pensamento único à consciência universal. 6ª ed. Rio de Janeiro: Record, 2001.</p> <p>SANTOS, Milton; SILVEIRA, Maria Laura. O Brasil: território e sociedade no início do século XXI. São Paulo: Record, 2004.</p> <p>SANTOS, Milton. A natureza do espaço: técnica e tempo; razão e emoção. 4ª ed. São Paulo: EDUSP, 2006.</p>				
<p>Complementares:</p> <p>ANDRADE, Manuel Correia de. Geografia Econômica. 12.ed. São Paulo: Atlas, 1998. 288p.</p> <p>BECKER, Bertha K. Brasil: uma nova potencia regional na economia-mundo. 4. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003 267p.</p> <p>CASTRO, Ina Elias de. O mito da necessidade: discurso e prática do regionalismo nordestino. Rio de Janeiro: Bertrand, 1992. 247p.</p> <p>CORREA, Roberto Lobato; CASTRO, Iná E. de; et al. Brasil: questões atuais da reorganização do território. 4. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008. 468p.</p> <p>FURTADO. Celso. Formação econômica do Brasil. São Paulo: Ed. Nacional, 2002.</p>				

Estágio Supervisionado em Geografia II

EMENTA DA DISCIPLINA PPC-2019/2				
CURSO: GEOGRAFIA – LICENCIATURA				
DISCIPLINA: Estágio Supervisionado em Geografia II				
PRÉ-REQUISITO: Estágio Supervisionado em Geografia I				
CH Total: 105h	CH Teórica: 60h	CH Prática: 45h	CH PCC: 00h	Créditos: 07
EMENTA:				
<p>A escola enquanto resultado dos processos históricos-geográficos. A Geografia e suas mediações com as diversas vertentes pedagógicas em sala de aula. Observações do processo de ensino e aprendizagem de Geografia na sala de aula. Verificação da reprodução das correntes do pensamento geográfico e pedagógico, presentes na atuação docente. Projetos didático-pedagógico no ensino de Geografia na educação básica, sob a forma de pesquisa participante: universidade – escola. Elaboração de relatório parcial de estágio.</p>				
OBJETIVO:				
<p>Compreender o processo de ensino e aprendizagem de Geografia, propondo e desenvolvendo Projeto didático-pedagógico junto com a escola, exercitando para a prática docente.</p>				
BIBLIOGRAFIAS:				
Básica:				
CASTROGIOVANNI, A. C.; CALLAI, H. C.; KAERCHER, N. A. (Orgs) Ensino de Geografia: práticas e textualizações no cotidiano. Porto Alegre: Mediação, 2014.				
FREIRE, P. Educação e mudança. São Paulo: Paz e Terra, 2011.				
VASCONCELLOS, C. S. Planejamento: Projeto de ensino-aprendizagem e projeto político-pedagógico. São Paulo: Libertard, 2004.				
Complementar:				
CAVALCANTI, L. S. Geografia, escola e construção de conhecimentos. Campinas: Papirus, 2010.				
BRASIL. Base Nacional Comum Curricular (BNCC). Educação é a Base. Brasília, MEC/CONSED/UNDIME, 2017.				
CARLOS, A. F. A.; (Org.). A Geografia na sala de aula. Contexto, 2009.				
PONTUSCHKA, N. N.; OLIVEIRA, A.U. (Orgs.). Geografia em perspectiva. São Paulo: Contexto, 2002.				
PASSINI, E. Y.; PASSINI, R.; MALYSZ, S, T (Orgs.). Prática de ensino de Geografia e estágio supervisionado. São Paulo: Contexto, 2007.				

Geografia da População

EMENTA DE DISCIPLINA PPC-2019/2				
CURSO: GEOGRAFIA – LICENCIATURA				
DISCIPLINA: Geografia da População				
PRÉ-REQUISITO: Não há				
CH Total: 75h	CH Teórica: 45h	CH prática: 15h	CH PPC: 15h	Créditos: 05
EMENTA:				
População mundial: história e espaço geográfico. Teorias demográficas. Fontes de dados. Movimentos migratórios e mobilidade populacional. Natalidade, mortalidade, crescimento natural e vegetativo. Composição e técnicas de mensuração. Processo de projeção populacional e tendências de mobilidade. A população e o poder. Etnias, “raças” e povos. População, economia e religião. Políticas de população. População e ambiente. A população e questões étnico/raciais no e do Brasil. Estudos de caso.				
OBJETIVO:				
Geral: Compreender a dinâmica da população e as questões étnico/raciais no Brasil e no mundo, interpretando e analisando de forma crítica e reflexiva.				
BIBLIOGRAFIAS:				
Básicas:				
ANDRADE, M. C. de. A Federação Brasileira: uma análise geopolítica e geo-social. 2º ed. São Paulo: Contexto, 2003.				
DAMIANI, A. L. População e Geografia. São Paulo: Contexto, 2004.				
MALTHUS, T. R. Economia. Org. Tamás Szmrecsányi. Trad. Tamás Szmrecsányi e M. Irene de Q. F. Szmrecsányi – São Paulo: Ática, 1982.				
RIBEIRO, D. O povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.				
Complementares:				
ARAB-OGGI, E. A. et alii. Teoria da População. Trad. Manuel José Milhares Pinto. Moscovo: Edições Progresso, 1987.				
GEORGE, P. População e Povoamento. Trad. Inês Duarte Ferreira e Vera Futcher Pereira. São Paulo: Difel, 1975.				
GIASANTI, A. C. e MATTOS, D. Movimentos de População. São Paulo: Do Brasil, 2000.				
MARTINS, G. População, Meio Ambiente e Desenvolvimento: verdades e contradições. 5º ed. São Paulo: Unicamp.				
SANTOS, J. L. F.; LEVY, M. S. F. & SZMRECSÁNYI, T. Dinâmica da População: teoria, métodos e técnicas de análise. São Paulo: T. A. Queiroz, 1980.				
SINGER, P. Globalização e Desemprego: diagnóstico e alternativas. 4º ed. São Paulo: Contexto, 2000.				
TORRES, H. e COSTA, H. População e Meio Ambiente: Debates e Desafios. São Paulo: Senac, 2000.				
VERRIÉRI, J. As políticas de população. Trad. Elzon Lenardon. 2º ed. Rio de Janeiro: Bertrand, 1991.				

Biogeografia

EMENTA DA DISCIPLINA PPC-2019/2				
CURSO: GEOGRAFIA – LICENCIATURA				
DISCIPLINA: Biogeografia				
PRÉ-REQUISITO: Não há				
CH Total: 75h	CH Teórica: 45h	CH prática: 15h	CH PPC: 15h	Créditos: 05
EMENTA:				
<p>Conceitos e métodos. Origem e evolução das espécies. Ecossistemas terrestres e aquáticos. Ciclos biogeoquímicos. Classificação e distribuição dos seres vivos. Biomas mundiais e brasileiros. Legislação ambiental: fauna e flora. Biotecnologias. Identificação das fitofisionomias regionais e as relações com a fauna endopodônica, bem como as interferências provocadas pela ação humana. Coleta de amostras de vegetais e microorganismos para análise em sala de aula. Elaboração de atividades didáticas: o uso das fibras vegetais e substâncias químicas. Trabalhos de campo para análise, <i>in loco</i>, das práticas agrícolas usadas nos conhecidos agroecossistemas, seja na produção de alimentos, seja na produção de energia, no setor rural e suas consequências ambientais, sociais e econômicas.</p>				
OBJETIVO:				
<p>Compreender a interação entre os fatores bióticos e abióticos para a origem, evolução e existência dos seres vivos dos diferentes reinos, bem como, o impacto das atividades antrópicas no meio biótico.</p>				
BIBLIOGRAFIAS:				
Básica:				
BROWN, J. H.; LOMOLINO, M. V. Biogeografia . Ribeirão Preto: FUNPEC, 2006.				
DARWIN, C. A Origem das Espécies . Belo Horizonte: Itatiaia. 2002.				
LEWINSOHN, T. Biodiversidade brasileira . Síntese do estado atual do conhecimento. São Paulo, SP: Contexto, 2010.				
Complementar:				
AGUIAR, L. M. de S.; CAMARGO, A. J. A. (Org). Cerrado: Ecologia e Caracterização . Planaltina (DF): Embrapa Cerrados, 2004.				
AQUINO, A. M.; ASSIS, R. L. (Eds). Agroecologia: princípios e técnicas para uma agricultura orgânica sustentável . Brasília-DF: Embrapa, 2005.				
BEGON, M. Ecologia de indivíduos a ecossistemas . 4. ed. Porto Alegre, RS: Artmed, 2007.				
MENDONÇA, F. Geografia e Meio ambiente . 8. ed. São Paulo: Contexto, 2005.				
ODUM, E. Ecologia . Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1983.				

Geografia Regional do Brasil e Espaço Mundial

EMENTA DE DISCIPLINA PPC-2019/2				
CURSO: GEOGRAFIA – LICENCIATURA				
DISCIPLINA: Geografia Regional do Brasil e Espaço Mundial				
PRÉ-REQUISITO: Não há				
CH Total: 90h	CH Teórica: 60h	CH prática: 15h	CH PCC: 15h	Créditos: 06
EMENTA				
A compreensão de região na Geografia; Região, regionalização e regionalidade; Os desafios de pensar e ensinar região na geografia frente aos processos de globalização; Formação espacial brasileira e a organização do espaço mundial; Processo de regionalização do Brasil e do mundo; Redes e região no Brasil e no mundo.				
OBJETIVO				
Propiciar o entendimento da categoria região para subsidiar a compreensão sobre a organização regional do Brasil e do mundo.				
BIBLIOGRAFIA				
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:				
ANDRADE, Manoel C. de. Geografia, região e desenvolvimento: introdução aos estudos do “Amenagement du Territoire”. São Paulo: Brasiliense, 1971.				
BENKO, G. Economia, espaço e globalização na aurora do século XXI. São Paulo: Hucitec, 1996.				
ROSS, Jurandyr L. Sanches (org.). Geografia do Brasil. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2008.				
SANTOS, Milton; SILVEIRA, Maria Laura. O Brasil: território e sociedade no início do século XXI. São Paulo: Record, 2004.				
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:				
CASTRO, I. E.; GOMES, P. C. da C.; CORRÊA, R. L. (Orgs.). Geografia: conceitos e temas. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995.				
HARVEY, D. A Condição Pós-Moderna. 2. ed. São Paulo: Loyola, 1989.				
IANNI, O. A era do globalismo. 3. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1996				
CASTRO, Iná Elias de; GOMES, Paulo César da Costa & CORRÊA, Roberto				
LENCIONI, Sandra. Região e Geografia. 3. ed. São Paulo: EDUSP, 2007.				
PASSOS, M. M. dos; SPÓSITO, E.S. Globalização e Regionalização na Europa Ocidental: Portugal, Espanha e França. Presidente Prudente: PPGG, FCT-TNESP, 2001.				

EMENTAS DO SÉTIMO SEMESTRE

Geografia Política

EMENTA DE DISCIPLINA PPC-2019/2				
CURSO: GEOGRAFIA – LICENCIATURA				
DISCIPLINA: Geografia Política				
PRÉ-REQUISITO: Não há				
CH Total: 60h	CH Teórica: 45h	CH prática: 00h	CH PPC: 15h	Créditos: 04
EMENTA:				
<p>A Política e a Geografia Política. Relações entre política, território e poder: o campo da Geografia Política. O papel e a natureza do Estado territorial. O pacto federativo e os poderes locais. Território, cidadania e participação: dimensões territoriais do comportamento eleitoral e dos sistemas políticos. Estado e território no Brasil contemporâneo: representação política e competição territorial. Território e Poder no Estado do Tocantins.</p>				
OBJETIVO:				
<p>A disciplina tem por objetivo promover o debate entre os alunos sobre a dimensão política do espaço, as relações de poder inerentes à esta dimensão, bem como promover uma discussão em torno da política como <i>fazer-entre-os-homens</i>.</p>				
BIBLIOGRAFIAS:				
<p>Básicas:</p> <p>SANTOS, Milton. Por uma outra Globalização. Do pensamento único à consciência universal. 6ª ed. Rio de Janeiro: Record, 2001.</p> <p>SANTOS, Milton; SILVEIRA, Maria Laura. O Brasil: território e sociedade no início do século XXI. São Paulo: Record, 2004.</p> <p>SANTOS, Milton. A natureza do espaço: técnica e tempo; razão e emoção. 4ª ed. São Paulo: EDUSP, 2006.</p>				
<p>Complementares:</p> <p>ANDRADE, Manuel Correia de. A federação brasileira: uma análise geopolítica e geo-social. São Paulo: Contexto, 1999. 127p.</p> <p>ARENDT, Hannah. A condição humana. 10ª ed. - Rio de Janeiro: Forense Universitaria, 2008.</p> <p>ARENDT, Hannah. Origens do totalitarismo. São Paulo: Cia. das Letras, 2007. 562p.</p> <p>CASTRO, Iná Elias de. Geografia e Política: territórios, escalas de ação e instituições. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.</p> <p>COSTA, Wanderley Messias da. O Estado e as Políticas Territoriais no Brasil. 10ª ed. São Paulo: Contexto, 2001.</p>				

Estágio Supervisionado em Geografia III

EMENTA DA DISCIPLINA PPC-2019/2				
CURSO: GEOGRAFIA – LICENCIATURA				
DISCIPLINA: Estágio Supervisionado em Geografia III				
PRÉ-REQUISITO: Estágio Supervisionado em Geografia II				
CH Total: 105h	CH Teórica: 60h	CH Prática: 45h	CH PCC: 00h	Créditos: 07
EMENTA:				
Identificar na estrutura curricular os conteúdos trabalhados em Geografia no sistema regular de ensino. Planejamento, plano de aula e plano de ensino. Elaboração de propostas de trabalho pedagógico em Geografia no ensino fundamental em consonância com a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), a proposta curricular estadual e o Projeto Político Pedagógico da escola-campo. Regência de aulas no Ensino Fundamental (6º ao 9º ano). Reflexões acerca do processo de avaliação da aprendizagem. Elaboração de relatório parcial de estágio.				
OBJETIVO:				
Permitir ao (a) estagiário(a) exercitar a prática docente na vivência da sala de aula por intermédio da regência no ensino fundamental.				
BIBLIOGRAFIAS:				
Básica:				
ALMEIDA, R. D.; PASSINI, E. Y. O espaço geográfico: ensino e representação. São Paulo: Contexto, 2006.				
CARLOS, A. A. (Org.). Novos caminhos da geografia. São Paulo: Contexto, 2005.				
MANTOAN, M. T. E. O Desafio das diferenças nas escolas / 5. ed. - Petrópolis, RJ: Vozes, 2013 152 p.				
Complementar:				
BRASIL. Base Nacional Comum Curricular (BNCC). Educação é a Base. Brasília, MEC/CONSED/UNDIME, 2017.				
CASTELLAR, S. (Org.). Educação Geográfica: teoria e prática docente. São Paulo: Contexto, 2006.				
OLIVEIRA, A.U. Para onde vai o ensino de Geografia? São Paulo: Contexto, 2010.				
PONTUSCHKA, N. N. (org.) Ousadia no diálogo: interdisciplinaridade da escola pública. São Paulo: Loyola, 2002.				
FREIRE, P. Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 2011.				

Metodologia de Projetos Científicos em Geografia

EMENTA DE DISCIPLINA PPC-2019/2				
CURSO: GEOGRAFIA – LICENCIATURA				
DISCIPLINA: Metodologia de Projetos Científicos em Geografia				
PRÉ-REQUISITO: Não há				
CH Total: 90h	CH Teórica: 60h	CH Prática: 30h	CH PCC: 00h	Créditos: 06
EMENTA:				
Elaboração de projeto de pesquisa e sua interface com o ensino de Geografia na educação básica. Passos para elaboração de um projeto de pesquisa. Pesquisas qualitativa e quantitativa. Coleta e análise de dados: enfoques empírico-analítico, fenomenológico-hermenêutico e crítico-dialético. Os métodos em Geografia e sua interface com o ensino. Concepção do projeto de pesquisa para o TCC (trabalho monográfico ou artigo científico ou relato analítico das experiências de estágio).				
OBJETIVO:				
Oferecer uma base teórica e prática em projetos acadêmicos, particularmente no que diz respeito à Ciência Geográfica, possibilitando a produção do projeto de pesquisa para realização da mesma no Trabalho de Conclusão de Curso – TCC.				
BIBLIOGRAFIAS:				
Básicas:				
ANDRADE, M. M. de. Introdução à metodologia do trabalho científico . 6. ed. São Paulo: Atlas, 2003.				
GIL, A. C. Como Elaborar Projetos de Pesquisa . 4. Ed, São Paulo: Atlas, 2002				
MARCONI, M. de A., Técnicas de pesquisa : planejamento e execução de pesquisas, amostragens e técnicas de pesquisa, elaboração, análise e interpretação de dados. 5.ed. rev. e ampl. São Paulo: Atlas, 2002.				
SEVERINO, A. J., Metodologia do Trabalho Científico . 23. ed., São Paulo: Cortez, 2007.				
UFT. Regulamento do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) , do Curso de Licenciatura em Geografia da Universidade Federal do Tocantins – Campus Araguaína. UFT: Araguaína, 2018.				
UFT. Manual de Normalização para Elaboração de Trabalhos Acadêmico-Científicos no âmbito da Universidade Federal do Tocantins. Resolução nº 36/2017 . UFT, Sisbic. Palmas, TO: UFT, 2017.				
Complementares:				
ALVES-MAZZOTTI, A. J.; GEWANDSZNAJDER, F. O Método nas Ciências Naturais e Sociais : Pesquisa quantitativa e qualitativa. 2. ed., São Paulo: Pioneira Thomson, 1999.				
DEMO, P. Metodologia do conhecimento científico . São Paulo: Atlas, 2000.				
ECO, U. Como se faz uma tese . São Paulo: Perspectiva, 1999.				
LAVILLE, C., A construção do saber :manual de metodologia da pesquisa em ciências humanas / Porto Alegre, RS: ARTMED 2007.				
TRIVINOS, A. N. S., Introdução a pesquisa em ciências sociais : a pesquisa qualitativa em educação. São Paulo: Atlas, 2009.				
TEIXEIRA, E. As três metodologias : acadêmica, da ciência e da pesquisa. 4. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007.				

Recursos Naturais e Meio Ambiente

EMENTA DE DISCIPLINA PPC-2019/2				
CURSO: GEOGRAFIA – LICENCIATURA				
DISCIPLINA: Recursos Naturais e Meio Ambiente				
PRÉ-REQUISITO: Não há				
CH Total: 75h	CH Teórica: 45h	CH Prática: 15h	CH Prática: 15h	Créditos: 05
EMENTA:				
Entendimento da dinâmica interativa dos elementos do meio ambiente e utilização dos recursos naturais nas atividades econômicas, de modo a proporcionar as noções de conservação, preservação e recuperação de ambientes degradados e quais as medidas mitigadoras adequadas a cada situação				
OBJETIVO:				
Objetiva-se com esta disciplina, proporcionar ao futuro docente entender as especificidades do funcionamento e dinâmica dos elementos do meio ambiente numa perspectiva dialética entre sociedade e natureza, visando capacitá-lo nas atividades de educação ambiental e utilização e recuperação adequada dos recursos naturais.				
BIBLIOGRAFIAS				
Básicas:				
ANDRADE, R. O. B. et al. Gestão ambiental: enfoque estratégico aplicado ao desenvolvimento sustentável . São Paulo: Makron Books, 2000.				
BERTONI, J. LOMBARDI NETO, F. Conservação do solo . São Paulo: Ícone, 1993.				
BIDONE, F.; BENETTI, A. O meio ambiente e os recursos hídricos . In: Hidrologia: Ciência e aplicação. TUCCI, C. E. M. (Org.). Porto Alegre: Editora da UFRGS: ABRH. 1997. p. 849-875.				
CUNHA, S.B. e GUERRA, A. J.T. (Orgs). Avaliação e perícia ambiental . Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1999.				
CHRISTOFOLETTI, A. A análise de sistema em Geografia . São Paulo: Hucitec, 1979.				
DREW, D. Processos interativos homem-meio ambiente . Rio de Janeiro: Bertrand Brasil. 1998.				
Complementares:				
ROCHA, J. S. M. – Um novo método para elaborar um diagnóstico físico conservacionista das bacias hidrográficas . In CONGRESSO FLORESTAL ESTADUAL, 6., 1998, Nova Prata, Anais...Nova Prata, 1988. 1. V.				
REBOUÇAS, A. da C. et al. Águas doc				
es no Brasil: capital Ecológico, uso e conservação . 2 ed. São Paulo. Escrituras Editora, 2002.ROCHA, J. S. M. - Manual de projetos ambientais . Imprensa Universitária. Santa Maria-RS. 1997. 460 p.				

Geografia da Amazônia

EMENTA DE DISCIPLINA PPC-2019/2				
CURSO: GEOGRAFIA – LICENCIATURA				
DISCIPLINA: Geografia da Amazônia				
PRÉ-REQUISITO: Não há				
CH Total: 75h	CH Teórica: 45h	CH Prática: 15h	CH PPC: 15h	Créditos: 05
EMENTA:				
Divisões regionais da Amazônia internacional e brasileira; Domínios de naturezas na Amazônia; Análise da paisagem: aspectos geomorfológico, hidrográfico, pedológico, climatológico e fitogeográfico; evolução da natureza e a produção do espaço; Dinâmicas geoeconômicas, sociais e culturais; Fronteiras de ocupação e do humano; Territórios, territorialidades e identidades amazônicas; livro didáticos e literários sobre a Amazônia.				
OBJETIVO:				
Compreender a dinâmica da paisagem e a produção do espaço geográfico da Amazônia: <ul style="list-style-type: none"><input type="checkbox"/> Identificar os principais aspectos da paisagem amazônica;<input type="checkbox"/> Analisar a evolução da natureza e a produção do espaço geográfico da Amazônia;<input type="checkbox"/> Entender as trans-formações territoriais no processo de construção da cultura amazônicas;<input type="checkbox"/> Compreender a dinâmica da paisagem com interface da produção do espaço geográfico da Amazônia.				
BIBLIOGRAFIAS:				
Básicas: <p>AB’SÁBER, Aziz Nacib. Os domínios de natureza no Brasil: potencialidades paisagísticas. São Paulo: Ateliê Editorial, 2003.</p> <p>BECKER, Bertha Koffiman. As Amazonas. Rio de Janeiro: Editora Garamond, 2015.</p> <p>GONÇALVES, Carlos Walter Porto. Amazônia, Amazonas. São Paulo: Contexto, 2005.</p> <p>MARTINS, José de Souza. Fronteira: a degradação do outro nos confins do humano. São Paulo: Hucitec, 1997.</p>				
Complementares: <p>ALVES, Raimundo Nonato Brabo. Amazônia: do verde ao cinza. 2 ed., Belém, PA: Embrapa Amazônia Oriental, 2008. Disponível em: https://www.embrapa.br/amazonia-oriental/buscade-publicacoes/-/publicacao/410164/amazonia-do-verde-ao-cinza. Acesso em: 28 jul. 2016.</p> <p>BECKER, B. K. Amazônia: geopolítica na virada do III milênio. Rio de Janeiro: Garamond, 2007.</p> <p>ALBERT, B., RAMOS, A. R. Pacificando o branco: cosmologias do contato no Norte-Amazônico. São Paulo: UNESP, 2002.</p> <p>HOMMA, Alfredo Kingo Oyama. História da Agricultura na Amazônia: da era pré colombiana ao terceiro milênio. Brasília: Embrapa Informação Tecnológica, 2003. Disponível em: https://www.embrapa.br/amazonia-oriental/busca-de-publicacoes//publicacao/402899/historia-da-agricultura-na-amazonia-da-era-pre-colombiana-ao-terceiromilenio. Acesso em 28 jul. 2016.</p> <p>PICOLI, Fiorelo. Amazônia: do mel ao sangue - os extremos da expansão capitalista. 2. ed. Sinop: Fiorelo, 2005.</p> <p>SIOLI, Harald. 50 anos de pesquisas em limnologia na Amazônia. Acta Amazônica, Manaus, v. 36, n. 06, p.287-298, ago. 2006. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/aa/v36n3/v36n3a01.pdf>. Acesso em: 24 abr. 2018.</p> <p>THÉRY, Hervé. Situações da Amazônia no Brasil e no continente. Estudos Avançados. vol.19, n.53, p.37-49, abril, 2005. DOI : 10.1590/S0103-40142005000100003</p> <p>VALVERDE, Orlando. Estudos de Geografia Agrária brasileira. Petrópolis: Vozes, 1985.</p>				

EMENTAS DO OITAVO SEMESTRE

Trabalho de Conclusão de Curso (TCC)

EMENTA DE DISCIPLINA PPC-2019/2				
CURSO: GEOGRAFIA – LICENCIATURA				
DISCIPLINA: Trabalho de Conclusão de Curso (TCC)				
PRÉ-REQUISITO: Todas os componentes curriculares, exceto do 8º período				
CH Total: 90h	CH Teórica: 60h	CH Prática: 30h	CH PCC: 00h	Créditos: 06
EMENTA:				
Elaboração do Trabalho de Conclusão de Curso por meio de trabalho monográfico ou artigo científico ou relato analítico das experiências de estágio.				
OBJETIVO:				
Desenvolver, por meio do TCC, a capacidade de investigação e pesquisa adquirida ao longo do curso de Licenciatura em Geografia relacionando essa pesquisa com o ensino de Geografia na educação básica, em especial do 6º ao 9º anos do ensino fundamental e ensino médio.				
BIBLIOGRAFIAS:				
<p>Básicas:</p> <p>ANDRADE, M. M. de. Introdução à metodologia do trabalho científico. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2003.</p> <p>GIL, A. C. Como Elaborar Projetos de Pesquisa. 4. Ed, São Paulo: Atlas, 2002.</p> <p>SEVERINO, A. J., Metodologia do Trabalho Científico . 23. ed., São Paulo: Cortez, 2007.</p> <p>UFT. Regulamento do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), do Curso de Licenciatura em Geografia da Universidade Federal do Tocantins – Campus Araguaína. UFT: Araguaína, 2018.</p> <p>UFT. Manual de Normalização para Elaboração de Trabalhos Acadêmico-Científicos no âmbito da Universidade Federal do Tocantins. Resolução nº 36/2017. UFT, Sisbic. Palmas, TO: UFT, 2017.</p>				
<p>Complementares:</p> <p>ALVES-MAZZOTTI, A. J.; GEWANDSZNAJDER, F. O Método nas Ciências Naturais e Sociais: Pesquisa quantitativa e qualitativa. 2. ed., São Paulo: Pioneira Thomson, 1999.</p> <p>ECO, U. Como se faz uma tese. São Paulo: Perspectiva, 1999.</p> <p>GIL, A.C. Métodos e técnicas de pesquisa social. 5. ed., São Paulo: Atlas, 2006.</p> <p>LAVILLE, C., A construção do saber :manual de metodologia da pesquisa em ciências humanas / Porto Alegre, RS: ARTMED 2007.</p> <p>LAKATOS, E. M., Fundamentos de metodologia científica. 6. ed., São Paulo: Atlas, 2005.</p>				

Estágio Supervisionado em Geografia IV

EMENTA DE DISCIPLINA PPC-2019/2				
CURSO: GEOGRAFIA – LICENCIATURA				
DISCIPLINA: Estágio Supervisionado em Geografia IV				
PRÉ-REQUISITO: Estágio Supervisionado em Geografia III				
CH Total: 105h	CH Teórica: 60h	CH Prática: 45h	CH PCC: 00h	Créditos: 07
EMENTA:				
Identificar na estrutura curricular os conteúdos trabalhados em Geografia no sistema regular de ensino. Planejamento, plano de aula e plano de ensino. Elaboração de propostas de trabalho pedagógico em Geografia no ensino fundamental em consonância com a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), a proposta curricular estadual e o Projeto Político Pedagógico da escola-campo. Regência de aulas no Ensino médio. Reflexões acerca do processo de avaliação da aprendizagem. Elaboração de relatório final de estágio.				
OBJETIVO:				
Permitir ao (a) estagiário(a) exercitar a prática docente na vivência da sala de aula por intermédio da regência no Ensino médio.				
BIBLIOGRAFIAS:				
Básica:				
CARLOS, A.F. (Org.). A geografia na sala de aula . São Paulo: Contexto, 2001.				
STAINBACK, S. B., Inclusão: um guia para educadores / Porto Alegre, RS : Artmed, 1999. 451 p.				
MORIN, E.; Os sete saberes necessários à educação do Futuro . São Paulo: UNESCO, 2011.				
Complementar:				
ALMEIDA, R. D. de., O espaço geográfico: ensino e representação / São Paulo : Contexto, 2005. 90 p.				
BRASIL. Base Nacional Comum Curricular (BNCC). Educação é a Base. Brasília, MEC/CONSED/UNDIME, 2017.				
FREIRE, P. Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa . São Paulo: Paz e Terra, 2011.				
NÓVOA, A. Vidas de professores / 2. ed.- Porto, Portugal : Porto, 1999. 215p.				
VESENTINI, J. W. O ensino da geografia no século XXI . Campinas: Papirus, 2008.				

Geografia e Educação para Relações Étnico-Raciais (GERER)

EMENTA DE DISCIPLINA PPC-2019/2				
CURSO: GEOGRAFIA – LICENCIATURA				
DISCIPLINA: Geografia e Educação para Relações Étnico-Raciais (GERER)				
PRÉ-REQUISITO: Não há				
CH Total: 90h	CH Teórica: 60h	CH Prática 00h	CH PPC: 30h	Créditos: 06
EMENTA:				
Discutir os conceitos que englobam as relações étnico-raciais na formulação de políticas públicas para promover a igualdade de oportunidades e a justiça social nas relações étnico-raciais através de uma abordagem das lutas dos movimentos sociais. Dinâmica socioespaciais das relações étnico-raciais nos diferentes ambientes educacionais. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de Geografia e cultura afro-brasileira e africana				
OBJETIVO:				
Discutir as principais correntes brasileiras em torno da questão étnico-racial; Confrontar esta discussão de forma crítica com o material didático disponível, no que tange ao tratamento da questão étnico-racial no Ensino Básico; Discutir as possibilidades da construção de novas propostas curriculares para a Educação Básica, a partir das novas abordagens para a questão étnico-racial no Brasil.				
BIBLIOGRAFIAS:				
Básicas: BRUCE, Albert (org.). Pacificando o branco: cosmologias do contato no Norte-Amazônico. São Paulo: UNESP, 2002. FREIRE, Paulo. Pedagogia do Oprimido. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 50 ed. 2011. GOMES, Nilma Lino, GONÇALVES e SILVA, Petronilha Beatriz (Orgs). Experiências étnico-culturais para a formação de professores. 3. ed. Belo Horizonte, MG: Autêntica, 2011. SILVA, Ana Celia da., A discriminação do negro no livro didático. 2.ed., Salvador, BA: EDUFBA, 2004.				
Complementares: BRASIL. Lei 10.639/03 , de 9 de janeiro de 2003. Altera a Lei nº 9. 394, de 20 de dezembro de 1996. Diário Oficial da União, Poder Executivo, Brasília. BRASIL. Lei 11.645/08 de 10 de Março de 2008. Diário Oficial da União, Poder Executivo, Brasília. BRASIL. Ministério da Educação. Educação anti-racista: caminhos abertos pela Lei Federal nº 10639/03. Brasília: SECAD, 2005. BRASIL. Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana. Brasília: Ministério da Educação, 2004. BRASIL. Referencial Curricular Nacional para as Escolas Indígenas. Ministério da Educação e do Desporto, Secretaria de Educação Fundamental. - Brasília: MEC/SEF, 1998. GUIMARÃES, Antonio Sérgio Alfredo. Racismo e anti-racismo no Brasil. 3. ed. São Paulo: Editora 34, 2009. LOPES, Nei. O racismo: explicado aos meus filhos. Rio de Janeiro, RJ: Agir, 2007 MEC/SECAD. Orientações e ações para a educação das relações étnico-raciais. Brasília: SECAD, 2006. MEC/SECAD. Educação anti-racista: caminhos abertos pela Lei Federal nº 10.639/03. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (Coleção Educação para todos), 2005. MOORE, Carlos. Racismo & Sociedade: novas bases epistemológicas para entender o racismo. Belo Horizonte: MAZA Edições, 2007. MUNANGA, Kabengele (org). Superando o racismo na escola. Brasília: MEC/SECAD, 2008. MUNANGA, Kabengele, Rediscutindo a mestiçagem no Brasil: identidade nacional versus identidade negra. 3.ed., Belo Horizonte, MG: Autêntica, 2008. NICOLESCU, Basarab, O manifesto da transdisciplinaridade. 3. ed., São Paulo, SP: TRIOM, 2008.				

Geografia do Tocantins

GEOGRAFIA DO TOCANTINS PPC-2019/2				
CURSO: GEOGRAFIA – LICENCIATURA				
DISCIPLINA: Geografia do Tocantins				
PRÉ-REQUISITO: Não há				
CH Total: 60h	CH Teórica: 45h	CH Prática: 00h	CH PPC: 15h	Créditos: 04
EMENTA:				
Análise da paisagem do Tocantins: aspectos geomorfológico, hidrográfico, pedológico, climatológico e fitogeográfico; evolução da natureza e a produção do espaço; Dinâmicas geoeconômicas, sociais e culturais e o turismo; Análises do campo e da cidade no Tocantins; Territórios, territorialidades e identidades tocaninenses; Leitura de livros didáticos e literários sobre a Geografia do Tocantins.				
OBJETIVO:				
Compreender a dinâmica da paisagem e a produção do espaço geográfico do Tocantins. <ul style="list-style-type: none"><input type="checkbox"/> Identificar os principais aspectos da paisagem do Tocantins;<input type="checkbox"/> Analisar a evolução da natureza e a formação histórica do espaço geográfico do Tocantins;<input type="checkbox"/> Mapear os aspectos geoeconômicos, sociais e culturais do Tocantins;<input type="checkbox"/> Compreender a dinâmica da paisagem com interface da produção do espaço geográfico do Tocantins.				
BIBLIOGRAFIAS:				
Básicas:				
CAVALCANTE, Maria do Espírito Santos Rosa. O discurso autonomista do Tocantins . Goiânia: ed. Da UCG, 2003.				
GIRALDIN, Odair (Org.). A (trans)formação histórica do Tocantins . 2.ed. Goiânia: Ed. UFG, 2004.				
MORAIS, Fernando de (Org). Contribuição à Geografia Física do estado do Tocantins . Goiânia: Kelps, 2011.				
PARENTE, Temis. G. Fundamentos Históricos do Estado do Tocantins . 3.ed., Goiânia - GO: Editora da UFG, 2007.				
Complementares:				
BRITO, Eliseu Pereira de. Recortes geográficos sobre Araguaína e outros lugares (Org.). Salto,SP: Schoba, 2013.				
ÉLIS, Bernardo. O tronco . São Paulo: Martins, 1956.				
GOMES, Horieste; NETO, Antonio Texeira; Barbosa, Altair Sales. Geografia: Goiás / Tocantins . 2.ed, revista e ampliada, Goiânia: Editora da Universidade Federal de Goiás, 2005.				
CAVALCANTE, Ivana; KIMURA, Simone. Vivências e sentidos: o patrimônio cultural do Tocantins . Goiânia: Iphan, 2008.				
MATTEO, Kátia Castro de et all. Inventário Socioeconômico . Palmas: Seplan, 2016.				
RODRIGUES, Jean Carlos. Estado do Tocantins: política e religião na construção do espaço de representação tocaninense . São Paulo: Blucher, 2010.				
TEIXEIRA NETO, Antonio. Pequena história da agropecuária goiana. Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Goiás . Goiânia: Asa Editora, n. 20, p. 19-58, 2009. Disponível em: http://ihgg-goias.blogspot.com.br/p/revistas-do-ihgg.html . Acesso em: 10 jan. 2015.				

EMENTAS DAS DISCIPLINAS OPTATIVAS

Educação Ambiental

EMENTA DE DISCIPLINA PPC-2019/2				
CURSO: GEOGRAFIA - LICENCIATURA				
DISCIPLINA: Educação Ambiental				
PRÉ-REQUISITO: Não há				
CH Total: 60h	CH Teórica: 60h	CH Prática: 00h	CH PPC: 00h	Créditos: 04
EMENTA:				
Conceito de meio ambiente. Histórico da Educação Ambiental no Brasil. Educação Ambiental e paradigmas educacionais emergentes. Os princípios da Educação Ambiental. A Educação Ambiental na prática.				
OBJETIVO:				
Compreender os paradigmas educacionais voltados para a construção da sociedade sustentável e para a prática interdisciplinar da educação ambiental em sala de aula.				
BIBLIOGRAFIAS:				
Básicas:				
LEFF, E. Saber ambiental: sustentabilidade, racionalidade, complexidade, poder. Trad. Lúcia Mathilde Endlich Orth. Petrópolis: Vozes, 2005.				
MORAES, M. C. O paradigma ecossistêmico. Petrópolis: Vozes, 2004.				
SATO, M.; CARVALHO, I. C. M. (Org.). Educação ambiental: Pesquisa e desafios. Porto Alegre: Artmed, 2005.				
Complementares:				
BOFF, L. Ecologia, mundialização, espiritualidade: a emergência de um novo paradigma. São Paulo: Ática, 1993.				
BRÜGGER, P. Educação ou adestramento ambiental? Brasil, Florianópolis: Letras Contemporâneas Oficina Editorial Ltda, 2004.				
CAPRA, F. As Conexões Ocultas. Ciência para uma vida sustentável. 3. ed. São Paulo: Cultrix, 2003.				

Educação do Campo

EMENTA DE DISCIPLINA PPC-2019/2				
CURSO: GEOGRAFIA - LICENCIATURA				
DISCIPLINA: Educação do Campo				
PRÉ-REQUISITO: Não há				
CH Total: 60h	CH Teórica: 60h	CH Prática: 00h	CH PPC: 00h	Créditos: 04
EMENTA:				
<p>Trajetórias da educação rural à educação do campo. O ensino-aprendizagem na educação do campo na perspectiva geográfica, práticas disciplinares, interdisciplinares e transversais; O professor de geografia experiências e alternativas para educação do campo. As propostas e práticas pedagógicas do Movimento dos Sem-Terra. A dialogicidade como prática na luta por uma Educação popular; A educação do campo para jovens e Adultos; Propostas Curriculares Pedagógicas para formação do sujeito do campo. A práxis político-educativa do sujeito Sem-Terra. Práticas de campo e dinâmicas pedagógicas;</p>				
OBJETIVO:				
<p>Compreender a educação rural e do campo na análise da perspectiva geográfica, as práticas e experiência de uma educação popular para a formação de jovens e adultos do campo diante das propostas curriculares pedagógicas;</p>				
BIBLIOGRAFIAS:				
<p>Básicas:</p> <p>FREIRE, Paulo. Pedagogia do Oprimido. 59. Ed. rev. e atual. Rio de Janeiro: Paz e terra, 2015</p> <p>CAVALCANTI, L. S. Geografia e práticas de ensino. Goiânia: Alternativa, 2002.</p> <p>GONZALEZ, M; CALDART, R. S. MOLINA, M. C. (Org.) Por uma educação do campo. 5 ed. Petrópolis: vozes, 2011.</p>				
<p>Complementares:</p> <p>BECKER, B. K. Amazônia: geopolítica na virada do III milênio. 2.ed. Rio de Janeiro: Garamond, 2006.</p> <p>PONTUSCHKA, N. N.; OLIVEIRA, A. U. de. (Org.). Geografia em perspectiva: ensino e pesquisa. São Paulo: contexto, 2002.</p> <p>TONINI, I. M. et al. (Org.) O ensino da geografia e suas composições curriculares. Porto Alegre: UFRGS, 2011.</p> <p>SOUZA, M. A. Educação do campo: propostas e práticas pedagógicas do MST. 2. Ed. Petrópolis: vozes, 2012.</p> <p>WERTHEIN, J.; BORDENAVE, J. D. Espaço rural no terceiro mundo: experiências e novas alternativas. Tradução: Paulo Roberto Kramer e Lúcia Teresa Lessa Carregal. Educação Rural no terceiro mundo: experiências e novas alternativas. 2 ed. Rio de Janeiro: Paz e terra, 1981.</p>				

Espaço e Gênero

EMENTA DE DISCIPLINA PPC-2019/2				
CURSO: GEOGRAFIA - LICENCIATURA				
DISCIPLINA: Espaço e Gênero				
PRÉ-REQUISITO: Não há				
CH Total: 60h	CH Teórica: 60h	CH Prática: 00h	CH PPC: 00h	Créditos: 04
EMENTA:				
Apresentar alguns eixos possíveis de problematização entre os conceitos: espaço e gênero na concepção geográfica e seus usos na educação básica. Discutir as intersecções entre espaço, geografia, gênero e sexualidade no pensamento geográfico.				
OBJETIVO:				
Apresentar os vínculos entre as noções de espaço e gênero e refletir o pensamento geográfico relacionando os conceitos de diferença e desigualdade nas múltiplas espacialidades. Instrumentalizar os discentes para tratar das temáticas de maneira transversal nos contextos escolares da educação básica.				
BIBLIOGRAFIAS:				
Básicas:				
CARLOS, Ana Fani A. A (re)produção do espaço urbano / São Paulo : EDUSP, 1994. 270p. CORRÊA, Roberto Lobato. Trajetórias geográficas. 7. ed. Rio de Janeiro, RJ: Bertrand Brasil, 2014. FOUCAULT, Michel, Microfísica do poder. 23. ed. - Rio de Janeiro: Graal, 2007 HAESBAERT, Rogerio, Territórios alternativos / 2.ed. - Sao Paulo : Contexto, 2009. LOURO. Guacira Lopes (Org). O corpo educado: pedagogias da sexualidade. 3. ed. Belo Horizonte, MG: Autêntica, 2010.				
Complementares:				
AKOTIRENE, Carla. O que é interseccionalidade. Belo Horizonte, Letramento/Justificando, 2018. CARLOS, Ana Fani A. O lugar no/do mundo. São Paulo: Contexto, 1996. COSTA, Joaze Bernardino; GROSGOUEL, Ramón. (orgs.). Decolonialidade e pensamento afrodiaspórico. Belo Horizonte. Autêntica, 2018. CASTRO, Ina Elias de; GOMES, Paulo Cesar da Costa; CORRÊA, Roberto Lobato (org). Geografia: conceitos e temas / 8.ed Rio de Janeiro : Bertrand Brasil, 2006. 353p. KRAHÔ, Creuza Prumkwyj. Mulheres-cabaças. PISEGRAMA, Belo Horizonte, n.º 11, 2017. ROSENDAHL, Zeny, CORREA, Roberto Lobato (orgs). Espaço e Cultura: pluralidade temática. Rio de Janeiro, RJ: EdUERJ, 2008. SILVA, Joseli Maria (Org.). Geografias subversivas: discurso sobre espaço, gênero e sexualidades. Ponta Grossa: Todapalavra, 2009.				

Fontes de Energia e Impactos Sócio Ambientais

EMENTA DE DISCIPLINA PPC-2019/2				
CURSO: GEOGRAFIA – LICENCIATURA				
DISCIPLINA: Fontes de Energia e Impactos Sócio Ambientais				
PRÉ-REQUISITO:				
CH Total: 60h	CH Teórica: 60h	CH Prática: 00h	CH PPC: 00h	Créditos: 04
EMENTA:				
<p>Fontes não renováveis de energia (Petróleo, Carvão mineral, Gás natural), Fontes renováveis de energia (Energia eólica. Energia solar. Energia geotérmica, Energia hidráulica e Energia das marés), Fontes alternativas de energia (Energia nuclear, Energia da biomassa, Energia de resíduos do lixo, Hidrogênio), Impactos sócio ambientais, Energia na Amazônia e conflitos por terra e água. Cultura, território e ambiente.</p>				
OBJETIVO:				
<p>Discutir e analisar de que modo as diferentes fontes de energia trazem benefícios e prejuízos para a sociedade humana, bem como os impactos sobre os sistemas sócio ambientais.</p>				
BIBLIOGRAFIAS				
<p>Básicas:</p> <p>AB’SABER, A. N. Amazônia: do discurso à práxis. São Paulo: Edusp, 2004.</p> <p>BECKER, Bertha K. Amazônia: geopolítica na virada do III milênio. Rio de Janeiro: Garamond, 2009. 172 p.</p> <p>GERMANI, Guiomar I. Expropriados terra e água: o conflito de Itaipu. 2. ed. Salvador: EDUFBA:ULBRA, 2003. 266 p</p>				
<p>Complementares:</p> <p>ALVES FILHO, J. Matriz Energética Brasileira. Editora MAUAD, 2003.</p> <p>HINRICHS, R. A.; KLEINBACH, M. Energia e Meio Ambiente. Tradução técnica Lineu Belico dos Reis. São Paulo: Cengage Learning, 2012.</p> <p>PINTO, Lúcio F. Hidrelétricas na Amazônia: predestinação, fatalidade ou engodo? Belém: Edição Jornal Pessoa, 2002. 124 p.</p> <p>SIEBEN, Airton. Estado e Política Energética: a desterritorialização da Comunidade rural de Palmatuba em Babaçulândia (TO) pela Usina Hidrelétrica Estreito 2012. 203 f. Tese (Doutorado) – Instituto de Geografia, Universidade Federal de Uberlândia, UFU/Uberlândia, 2012.</p>				

Fundamentos e Metodologias da Educação Especial e Inclusiva

EMENTA DE DISCIPLINA PPC-2019/2				
CURSO: GEOGRAFIA – LICENCIATURA				
DISCIPLINA: Fundamentos e Metodologias da Educação Especial e Inclusiva				
PRÉ-REQUISITO: Não há				
CH Total: 60h	CH Teórica: 60h	CH Prática: 00h	CH PPC: 00h	Créditos: 04
EMENTA:				
História da educação especial. Ações afirmativas de inclusão nos níveis federal, estadual e municipal. Políticas públicas em educação especial. Principais grupos e características definidoras das necessidades educativas. O educando(a) da educação especial. Gestão escolar. Estratégias pedagógicas.				
OBJETIVO:				
Conhecer os conceitos de educação especial e inclusiva, analisando principais grupos e características definidoras das necessidades educativas nos espaços escolares.				
BIBLIOGRAFIAS:				
Básicas: BIANCHETTI, L.; FREIRE, I. M. (Orgs). <i>Um olhar sobre a diferença</i> . Campinas: Papirus, 2005 MAZZOTTA, M. <i>Educação Especial no Brasil</i> . São Paulo: Cortez, 2005. REILY, L. <i>Escola Inclusiva: Linguagem e mediação</i> . Campinas: Papirus, 2005.				
Complementares: BRASIL. Ministério da Educação. <i>Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDB, Nº 9394 de 20 de dezembro de 1996</i> . Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. In: http://www.portalmeec.gov.br . BRASIL, <i>Secretaria de Educação Especial. Política Nacional de Educação Especial</i> , Brasília: MEC / SEESP, 2007. In: http://www.portalmeec.gov.br _____.Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. <i>Estatuto da Criança e Adolescente, ECA</i> . Brasília: MEC / SEESP, 2007. In: http://www.portalmeec.gov.br CARNEIRO, Moaci Alves. <i>O acesso de alunos com deficiência às escolas e classes comuns : possibilidades e limitações</i> . 2.ºed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008. DECLARAÇÃO DE SALAMANCA. <i>Documento</i> . Espanha. 1994. http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/salamanca.pdf MANTOAN, Maria Teresa Eglér. (Org). <i>O Desafio das diferenças nas escolas</i> . 5. ed. Petrópolis, RJ. Vozes, 2013. MITTLER, Peter. <i>Educação inclusiva : Contextos sociais</i> . tradução, supervisão e coordenação desta edição: Windyz Brazão Ferreira. ARTMED. Porto Alegre, 2003.				

Fundamentos e Metodologia da Educação de Jovens e Adultos

EMENTA DE DISCIPLINA PPC-2019/2				
CURSO: GEOGRAFIA – LICENCIATURA				
DISCIPLINA: Fundamentos e Metodologia da Educação de Jovens e Adultos				
PRÉ-REQUISITO: Não há				
CH Total: 60h	CH Teórica: 60h	CH Prática: 00h	CH PPC: 00h	Créditos: 04
EMENTA:				
Aspectos históricos e conceituais da Educação de Jovens e Adultos no Brasil. Tendência e Perspectivas. Especificidade da educação de jovens e adultos e sua relação com as demais disciplinas curriculares, a nova Política para a Educação de Jovens e Adultos, o educando adulto e sua aprendizagem, o papel do educador de adultos e aspectos metodológicos no Ensino de 5ª a 8ª e Ensino Médio				
OBJETIVO:				
Conhecer o processo de construção do Jovem e Adulto da EJA, bem como analisar as características dessa modalidade de ensino.				
BIBLIOGRAFIAS:				
Básicas:				
GADOTTI, Moacir, ROMÃO, José E. Educação de Jovens e Adultos . São Paulo: Cortez, 2005				
FREIRE, P. A Importância do Ato de Ler : em três artigos que se completam. 46. ed. São Paulo: Cortez, 2005.				
ROMÃO, José Eustáquio: Educação de jovens e adultos: o desafio do final do século . São Paulo, IPF, 1999. Série “cadernos de EJA”, nº 05.				
Complementares:				
PICONEZ, Estela C. Berthoolo. Educação Escolar de Jovens e Adultos . Campinas-SP: Papyrus, 20005.				
PINTO, Álvaro Vieira. Sete Lições sobre educação de Adultos. São Paulo Cortez, 2005.				
SCOCUGLIA, Afonso Celso. Educação Popular: Histórias inéditas. São Paulo: Cortez, 2005.				

Geoeologia dos Cerrados

EMENTA DE DISCIPLINA PPC-2019/2				
CURSO: GEOGRAFIA – LICENCIATURA				
DISCIPLINA: Geoeologia dos Cerrados				
PRÉ-REQUISITO: Não há				
CH Total: 60h	CH Teórica: 60h	CH Prática: 00h	CH PPC: 00h	Créditos: 04
EMENTA:				
Histórico de ocupação dos Cerrados, Teorias de formação do Bioma; Fitofisionomias dos Cerrados; Diversidade ecológica, Ambiente (Clima, solos, relevo e recursos hídricos); Queimadas e desmatamentos; O agronegócio e seus impactos; Reservas ecológicas.				
OBJETIVO:				
Possibilitar ao graduando compreender a interação entre os fatores bióticos e abióticos para a origem, evolução do Bioma Cerrado, bem como, a integração entre áreas da ciência como a Biologia, Geografia e Ecologia. A estes processos o graduando deve incorporar as diferenças entre o funcionamento natural e sob influência antrópica resultantes das atividades da sociedade moderna.				
BIBLIOGRAFIAS:				
Básicas:				
BARRETO, L. Cerrado Norte do Brasil . Pelotas, RS: USEB, 2007. 378 p.				
ODUM, E. Ecologia . Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1988.				
GOODLAND, R. Ecologia do Cerrado . São Paulo, SP: EDUSP, 1979.				
Complementares:				
Ab' SÁBER, A. Os domínios de natureza no Brasil: potencialidades paisagísticas . 3. ed. São Paulo: Ateliê Editorial, 2005.				
CALLADO, A. A. C. Agronegócio . 4. ed. São Paulo: Atlas, 2017.				
BIGARELLA, J. J. Estrutura e origem das paisagens tropicais e subtropicais . Florianópolis: Ed. UFSC, 1996.				
FRANCO, J. M. V., Cerrado brasileiro . São Paulo: Harbra, 2004. 64p.				
GONÇALVES, C. W. P. Os (des)caminhos do meio ambiente . 12. ed. São Paulo: Contexto, 2005.				
RICKLEFS, R. E. A economia da natureza . 5. ed. - Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2003.				

Geografia Agrária no Tocantins

EMENTA DE DISCIPLINA PPC-2019/2				
CURSO: GEOGRAFIA - LICENCIATURA				
DISCIPLINA: Geografia Agrária no Tocantins				
PRÉ-REQUISITO: Não há				
CH Total: 60h	CH Teórica: 60h	CH Prática: 00h	CH PPC: 00h	Créditos: 04
EMENTA:				
A produção do espaço agrário tocaninense; As formas e uso da terra; A agricultura familiar e o agronegócio; Conflitos e conflitualidades; Os movimentos sociais no campo e a Comissão Pastoral da Terra- CPT a questão fundiária no Tocantins; Estado, políticas agrícolas e agrárias; Trabalho escravo contemporâneo no Tocantins; Práticas de trabalho de campo e dinâmicas pedagógicas;				
OBJETIVO:				
Compreender a forma de apropriação da terra e suas formas de uso em relação ao processo produtivo, bem como as lutas sociais e a contribuição de entidades, movimentos sociais no contexto das políticas agrárias no estado do Tocantins;				
BIBLIOGRAFIAS:				
Básicas:				
FIGUEIRA, R. R. Pisando fora da própria sombra: a escravidão por dívida no Brasil contemporâneo. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004				
LOPES, Alberto Pereira. Escravidão por dívida no Tocantins-Brasil: vidas dilaceradas – Curitiba: Appris, 2018				
LIMA, D. A. e. Fronteira moderna de grãos e as transformações do espaço agrário no Tocantins. Palmas: EDUFT, 2017.				
Complementares:				
AJARA, C. (Org). O Estado do Tocantins: reinterpretação de um espaço de fronteira. Rev.Bras. Geografia , Rio de Janeiro, v. 53, n.5, p. 5-48, out/dez. 1991				
BECKER, B. K. Amazônia: geopolítica na virada do III milênio. 2.ed. Rio de Janeiro: Garamond, 2006.				
FERRAZ, S. O movimento camponês no Bico do Papagaio; sete Barracas em busca de um elo. Imperatriz: Ética Editora, 1998.				
GASPAR, J. G. Araguaína e sua região: saúde como reforço da polarização. 2002. 160f. Dissertação. (Mestrado em geografia), Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Pernambuco, 2002.				
LOPES, A.P. Depois da terra, o desafio para permanecer: o assentamento Muricizal- Muricilandia (TO). 2001. 157f. Dissertação (Mestrado em Geografia) Instituto de Geografia, Universidade Federal de Uberlândia.2001				
OLIVEIRA, A. U. de. Integrar para (não) entregar: políticas públicas e Amazônia. Campinas: Papirus, 1988				
RIBEIRO, F. de A. A invenção do Tocantins: memória, história e representação. 2001. 165f. Dissertação (Mestrado em história das sociedades agrária) Faculdade de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal de Goiás. 2001.				

Geografia Cultural

EMENTA DE DISCIPLINA PPC-2019/2				
CURSO: GEOGRAFIA - LICENCIATURA				
DISCIPLINA: Geografia Cultural				
PRÉ-REQUISITO: Não há				
CH Total: 60h	CH Teórica: 60h	CH Prática: 00h	CH PPC: 00h	Créditos: 04
EMENTA:				
<p>Bases teóricas e conceituais da abordagem cultural na geografia. Conceitos e temas da geografia cultural. Geografia cultural: gênese, renovação e revalorização. Análises culturais na geografia clássica; Carl Sauer e a Nova Geografia Cultural. Espaço e manifestações culturais (arte, música, literatura, cinema). Cultura, identidade e relações entre espaço e poder como elementos constitutivos da identidade cultural e da identidade territorial. A cultura e a Globalização. A Cultura e a Democracia.</p>				
OBJETIVO:				
<p>A disciplina tem por objetivo promover o debate entre os alunos acerca da dimensão cultural do espaço, as territorialidades e as identidades inerentes a ele como forma de significar lugares, paisagens e territórios na perspectiva existencial de grupos e indivíduos.</p>				
BIBLIOGRAFIAS:				
<p>Básicas:</p> <p>CHAUI, Marilena de Sousa. Cultura e democracia: o discurso competente e outras falas. 12.ed. São Paulo: Cortez, 2007. 367p.</p> <p>GEERTZ, Clifford. A interpretação das culturas. Rio de Janeiro: LTC, 1989. 213 p.</p> <p>SANTOS, Milton. Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal. 13.ed. Rio de Janeiro: Record, 2005. 174p.</p>				
<p>Complementares:</p> <p>ALMEIDA, Maria Geralda (org). Geografia: leituras culturais. Goiânia: Alternativa, 2003.</p> <p>CLAVAL, Paul. A geografia cultural. 3ª ed. Florianópolis: Editora da UFSC, 2007.</p> <p>CORREA, Roberto Lobato; ROSENDHAL, Zeny (orgs). Introdução à geografia cultural. 2ª.ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.</p> <p>CORREA, Roberto Lobato; ROSENDHAL, Zeny (orgs). Espaço e Cultura: pluralidade temática. Rio de Janeiro, RJ: EdUERJ, 2008.</p> <p>CORREA, Roberto Lobato; ROSENDHAL, Zeny (orgs). Geografia Cultural: um século (3). Rio de Janeiro: EdUERJ 2002. 196p.</p> <p>HALL, Stuart. A identidade cultural na pós-modernidade. Rio de Janeiro: Lamparina, 2014</p>				

Geografia da Saúde

EMENTA DE DISCIPLINA PPC-2019/2				
CURSO: GEOGRAFIA - LICENCIATURA				
DISCIPLINA: Geografia da Saúde				
PRÉ-REQUISITO: Não há				
CH Total: 60h	CH Teórica: 60h	CH Prática: 00h	CH PPC: 00h	Créditos: 04
EMENTA:				
<p>Conceito e principais marcos da história da Geografia da Saúde. A concepção de espaço na investigação epidemiológica. A questão da escala em estudos de Geografia da Saúde. Aplicação de geoprocessamento na Vigilância Epidemiológica, mapeamento de áreas de risco, avaliação de serviços de saúde, urbanização e ambiente. Fatores ambientais e distribuição das doenças. Fatores sócio-econômicos e distribuição das doenças.</p>				
OBJETIVO:				
<p>Abordar aspectos históricos da Geografia da Saúde; Compreender a relação existente entre saúde humana e meio ambiente e os determinantes desse processo; Estabelecer as relações entre a produção do espaço geográfico e a saúde das populações; Compreender a aplicação de conhecimentos da cartografia, sensoriamento remoto e Sistema de Informações Geográficas nos estudos da Geografia da Saúde; Observar o impacto sobre o meio ambiente local e a difusão de doenças emergentes e re-emergentes. Os serviços de saúde: organização, localização, acessibilidade e utilização dos serviços de saúde.</p>				
BIBLIOGRAFIAS:				
Básicas:				
SABROZA, P. C. e Leal, M.C. Saúde, ambiente e desenvolvimento: alguns conceitos fundamentais. São Paulo/ Hucitec/ Abrasco .1992.				
COSTA, M.C.N., TEIXEIRA, M.G.L.C. A concepção de “espaço” na investigação epidemiológica. Rio de Janeiro: Caderno Saúde Pública, 15(2):271-279, 1999.				
CARVALHO, D.M. Epidemiologia: história e fundamentos. In: MEDRONHO, R.A. Epidemiologia. São Paulo: Ed. Atheneu, 2004.				
Complementares:				
MEDRONHO, R.A. A política de saúde e as inovações na gestão local. Cidadania é notícia. Recife, 2000 /Equipe Técnica de Assessoria, Pesquisa e Ação Social.				
BARCELLOS, C. et al. Geoprocessamento, ambiente e saúde: uma união possível? Cadernos de Saúde Pública. Rio de Janeiro, ENSP, v. 12, n. 3, p. 389-397, 1996.				

Geografia do Turismo

EMENTA DE DISCIPLINA PPC-2019/2				
CURSO: GEOGRAFIA - LICENCIATURA				
DISCIPLINA: Geografia do Turismo				
PRÉ-REQUISITO: Não há				
CH Total: 60h	CH Teórica: 60h	CH Prática: 00h	CH PPC: 00h	Créditos: 04
EMENTA:				
<p>O Turismo como objeto de estudo da Geografia. A demanda turística. Os recursos turísticos e sua avaliação. Tipos e formas de turismo. As escalas geográficas do turismo. Turismo e desenvolvimento sustentável. Produção científica em turismo. Métodos de pesquisa geográfica aplicada ao turismo. Problemas territoriais da atividade turística. Atividade turística e educação. O Turismo no Tocantins. Trabalho de Campo para identificação da importância econômica do turismo numa determinada região: turismo ecológico (Jalapão), turismo sazonal de praias (nos rios Araguaia e Tocantins), turismo histórico/patrimonial (Natividade). Averiguação do patrimônio histórico e ambiental enquanto mercadoria para o turismo no âmbito regional, nacional internacional. Estudo dos impactos causados pela atividade turística. O turismo enquanto tema transversal no ensino de Geografia da educação básica.</p>				
OBJETIVO:				
<p>Entender os aspectos econômicos, ambientais, sociais e culturais que permeiam a atividade turística, assim como, as intrínsecas relações existentes entre o turismo e o espaço geográfico, no sentido de perceber e analisar as mudanças que esta atividade pode trazer para o lugar que se instala, criando por fim uma consciência crítica a respeito do turismo.</p>				
BIBLIOGRAFIAS:				
Básicas:				
CRUZ, Rita de Cássia Ariza da. Introdução à geografia do Turismo. São Paulo, Roca, 2003.				
BARRETTO, M. Turismo e Legado Cultural . 5. ed. Campinas: Papirus, 2000. (Coleção Turismo).				
BENI, M. C. Análise Estrutural do Turismo . 2. ed. São Paulo: SENAC, 1998.				
CORIOLANO, L. N. (Org.) Turismo e Geografia : Abordagens críticas. Fortaleza: EDUECE, 2005.				
Complementares:				
BOULLÓN, R. C. Planejamento do Espaço Turístico . Bauru: EDUSC, 2002.				
BRASIL. Ministério do Turismo. Disponível em: < http://www.turismo.gov.br/ >				
Acesso em: 27 de jun. 2016.				
OURIQUES, H. R. A produção do turismo . Fetichismo e dependência. Campinas: Alínea, 2005.				
FUNARI, P. P. ; PINSKY, J. (Orgs.) Turismo e Patrimônio Cultural . 3.ed. São Paulo:Contexto, 2003. (Coleção Turismo Contexto).				
RODRIGUES, Adyr Balastrieri. Turismo e Geografia: reflexões teóricas e enfoques regionais. São Paulo: Hucitec, 1999.				
TOCANTINS. Portal do Turismo. Disponível em: < http://turismo.to.gov.br/ >				
Acesso em: 27 de jun. 2016.				

Geografia da Religião

EMENTA DE DISCIPLINA PPC-2019/2				
CURSO: GEOGRAFIA - LICENCIATURA				
DISCIPLINA: Geografia da Religião				
PRÉ-REQUISITO: Não há				
CH Total: 60h	CH Teórica: 60h	CH Prática: 00h	CH PPC: 00h	Créditos: 04
EMENTA:				
<p>A abordagem teórica da geografia da religião. A religião como forma simbólica. A religião e as formas espaciais do fato religioso. A espacialidade do sagrado através do impacto da atuação das religiões em contextos regionais. O espaço e o lugar sagrado. A territorialidade dos sistemas religiosos. O sagrado no meio urbano. A territorialidade do sagrado no Brasil e no Estado do Tocantins.</p>				
OBJETIVO:				
<p>A disciplina tem por objetivo promover o debate entre os alunos sobre a abordagem espacial do fato religioso, levando em consideração a dimensão do sagrado e sua interface com o espaço e o lugar, em escalas nacional e regional.</p>				
BIBLIOGRAFIAS:				
<p>Básicas:</p> <p>BOURDIEU, Pierre. A economia das trocas simbólicas. 6.ed.- São Paulo: Perspectiva, 2005. 361 p.</p> <p>ELIADE, Mircea. Mito e realidade. 6. ed. São Paulo: Perspectiva, 2010. 179 p.</p> <p>GEERTZ, Clifford. A interpretação das culturas. Rio de Janeiro: LTC, 1989. 213 p.</p>				
<p>Complementares:</p> <p>CASSIRER, Ernst. A filosofia das formas simbólicas: o pensamento mítico. São Paulo: Martins Fontes, 2004. 432p.</p> <p>CLAVAL, Paul. A geografia cultural. 3.ed. - Florianópolis: Editora da UFSC, 2007. 453 p.</p> <p>GIL FILHO, Sylvio Fausto. Espaço sagrado: estudos em geografia da religião. Curitiba: Ibpx, 2008. 163 p.</p> <p>ELIADE, Mircea. O sagrado e o Profano: a essência das religiões. São Paulo: Martins Fontes, 2011. 191p.</p> <p>ROSENDAHL, Zeny. Espaço e religião: uma abordagem geográfica. 2.ed. Rio de Janeiro: UERJ, 1996. 89p.</p>				

Geopolítica do Brasil

EMENTA DE DISCIPLINA PPC-2019/2				
CURSO: GEOGRAFIA - LICENCIATURA				
DISCIPLINA: Geopolítica do Brasil				
PRÉ-REQUISITO: Não há				
CH Total: 60h	CH Teórica: 60h	CH Prática: 00h	CH PPC: 00h	Créditos: 04
EMENTA:				
<p>A Geopolítica na história do pensamento geográfico. O Brasil-Colônia como território estratégico de Portugal. A formação territorial no Brasil-Império. O Brasil-República e a política territorial do Estado Brasileiro. As ações militares e a constituição das fronteiras do território nacional. As capitais do Brasil: Salvador, Rio de Janeiro e Brasília e a estratégia geopolítica do Estado. O papel político-econômico do Brasil na América Latina e no Mundo nos séculos XX e XXI. Os recursos e a geopolítica nacional: Amazônia, Petróleo e Energia.</p>				
OBJETIVO:				
<p>A disciplina tem por objetivo promover o debate entre os alunos sobre a geopolítica do Estado Brasileiro, compreendo os principais fatos/eventos envolvidos na constituição do território e das fronteiras brasileiras bem como a geopolítica brasileira no contexto da América Latina e do Mundo nos séculos XX e XXI.</p>				
BIBLIOGRAFIAS:				
<p>Básicas:</p> <p>SANTOS, Milton. Por uma outra Globalização. Do pensamento único à consciência universal. 6ª ed. Rio de Janeiro: Record, 2001.</p> <p>SANTOS, Milton; SILVEIRA, Maria Laura. O Brasil: território e sociedade no início do século XXI. São Paulo: Record, 2004.</p> <p>VESENTINI, Jose William. A capital da geopolítica. 2.ed. São Paulo: Atica, 1987. 240p.</p>				
<p>Complementares:</p> <p>ANDRADE, Manuel Correia de. A federação brasileira: uma análise geopolítica e geo-social. São Paulo: Contexto, 1999. 127p.</p> <p>ANDRADE, Manuel Correia de. Geopolítica do Brasil. São Paulo: Atica, 1989. 60p.</p> <p>BECKER, Bertha K. Amazônia: geopolítica na virada do III milênio. Rio de Janeiro: Garamond, 2009. 168p.</p> <p>BECKER, Bertha K. Brasil: uma nova potencia regional na economia-mundo. 4. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003 267p.</p> <p>COSTA, Wanderley Messias da. O Estado e as Políticas Territoriais no Brasil. 10ª ed. São Paulo: Contexto, 2001</p> <p>VESENTINI, Jose William. Novas geopolíticas: as representações do século XXI. 4.ed. São Paulo: Contexto, 2005. 125p.</p> <p>ROSENDAHL, Zeny. Espaço e religião: uma abordagem geográfica. 2.ed. Rio de Janeiro: UERJ, 1996. 89p.</p>				

Geografia Regional Mundial

EMENTA DE DISCIPLINA PPC-2019/2				
CURSO: GEOGRAFIA - LICENCIATURA				
DISCIPLINA: Geografia Regional Mundial				
PRÉ-REQUISITO: Não há				
CH Total: 60h	CH Teórica: 60h	CH Prática: 00h	CH PPC: 00h	Créditos: 04
EMENTA:				
Estudos sobre as diversidades de paisagens dos continentes; A organização regional da América, Europa, Ásia, África e Oceania; Línguas, populações e recursos naturais. Os países e suas culturas.; Urbanização e redes urbanas mundiais..				
OBJETIVO:				
Compreender a dinâmica da paisagem e a produção do espaço geográfico na escala mundial. <ul style="list-style-type: none"><input type="checkbox"/> Identificar os principais aspectos da paisagem dos continentes;<input type="checkbox"/> Entender as divisões regionais;<input type="checkbox"/> Organização do espaço mundial.				
BIBLIOGRAFIAS:				
Básicas:				
ANDRADE, Manuel Correia. O Brasil e África . São Paulo: Contexto, 1991.				
CASTELLS, Manuel. O poder da identidade : Manuel Castells; tradução: Klauss Brandini Gerhardt ; prefácio de Ruth Correa Leite Cardoso. 6. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2008.				
CONTI, José Bueno. A Geografia física e as relações sociedade/natureza no mundo tropical . 2 ed., São Paulo: Humanitas Publicações, 2002.				
MUNIZ BANDEIRA, Luiz Alberto. Brasil, Argentina e Estados Unidos : conflito e integração na América do Sul. 3 ed., Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.				
Complementares:				
BRAUDEL, Fernad. A identidade da França . Rio de Janeiro: Globo, 1989.				
GEORGE, Pierre. Geografia dos Estados Unidos . Campinas, SP: Papirus, 1990.				
MALAFAIA, Marcos. Imagens da América Latina . São Paulo: Globo, 2002.				
MOREIRA, Igor. Construindo o espaço mundial . São Paulo: Ática, 2004.				
RODRIGUES, Lúvio Martins. Índia, ontem e hoje . São Paulo: Editora Nacional, 1998.				
VESENTINI, José Wiliam. Sociedade e espaço : Geografia geral e do Brasil. 31.ed. São Paulo; Editora ABDR, 2000.				

Geomorfologia Ambiental

EMENTA DE DISCIPLINA PPC-2019/2				
CURSO: GEOGRAFIA - LICENCIATURA				
DISCIPLINA: Geomorfologia Ambiental				
PRÉ-REQUISITO: Não há				
CH Total: 60h	CH Teórica: 60h	CH Prática: 00h	CH PPC: 00h	Créditos: 04
EMENTA:				
Processos geomorfológicos, áreas de risco, movimentos de massa, geomorfologia Estudos de Impacto Ambiental, geomorfologia e obras de grande porte, modificação e degradação da Paisagem, relevos antrópicos, impactos naturais de grande intensidade (sismos, tsunamis e vulcões)				
OBJETIVO:				
Entender como a dinâmica geomorfológica influencia nas diferentes atividades humanas que alteram o modelado terrestre, bem como propor medidas mitigadoras em áreas de risco ou em desastre ambientais;				
BIBLIOGRAFIAS:				
Básicas:				
CHRISTOFOLETTI, A. Geomorfologia . São Paulo. Ed. Edgar Blucher Ltda, 1974.				
CUNHA, S.B. da.; GUERRA, A.J.T. Geomorfologia: Exercícios, Técnicas e Aplicações . 2.ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002. 343p.				
GUERRA, A.J.T.; CUNHA, S.B. da. Geomorfologia e Meio Ambiente . 4.ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003. 372p.				
GUERRA, A.J.T.; SILVA, A.S. da.; BOTELHO, R.G.M. Erosão e conservação dos solos: conceitos, temas e aplicações . Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1999. 339p.				
FLORENZANO, T.G. (ORG). Geomorfologia: Conceitos e Tecnologias Atuais. Oficina de Textos . São Paulo. 2008.				
Complementares:				
BIGARELLA, J.J.; Becker, R.D.; Santos, G. F. Estrutura e origem das paisagens tropicais e subtropicais . N.I, Florianópolis. Ed. UFSC, 1994, 425p.				
Geomorfologia do Brasil . Rio de Janeiro. Ed. Bertrand Brasil, 1998, 392p (organizadores).				
ROSS, J. L. S. Ecogeografia do Brasil: subsídios para planejamento ambiental . São Paulo: Oficina de Textos, 2006.				
SUGUIO, K. Geologia do Quaternário: mudanças ambientais (passado + presente = futuro?) . São Paulo: Paulos comunicações e artes gráficas, 1999.				
ROSS, J. I. S. Geomorfologia: ambiente e planejamento . São Paulo. Ed. Contexto, 1990, 84p				

Geografia e Diversidade

EMENTA DE DISCIPLINA PPC-2019/2				
CURSO: GEOGRAFIA - LICENCIATURA				
DISCIPLINA: Geografia e Diversidade				
PRÉ-REQUISITO: Não há				
CH Total: 60h	CH Teórica: 60h	CH Prática: 00h	CH PPC: 00h	Créditos: 04
EMENTA:				
Apresentar as espacialidades e categorias geográficas nos contextos dos movimentos sociais no campo e na cidade. Problematicar as interseccionalidade entre espaços, identidades e diversidades nas suas multiescalaridades.				
OBJETIVO:				
Discutir as espacialidades dos movimentos sociais na cidade e no campo. Confrontar as categorias geográficas hegemônicas com as multiescalaridades, que os movimentos sociais e seus atores suscitam; Discutir as possibilidades da construção de diálogos entre saberes geográficos distintos.				
BIBLIOGRAFIAS:				
Básicas:				
GOHN, Maria da Gloria Marcondes. Movimentos sociais e educação / 7. ed. São Paulo: Cortez, 2009. SANTOS, Milton, O Brasil: território e sociedade no início do século XXI / 12 .ed. - Rio de Janeiro : Record, 2008. HAESBAERT, Rogerio, Territórios alternativos / 2.ed. - São Paulo : Contexto, 2009. HALL, Stuart; WOODWARD, Kathryn. Identidade e Diferença. A perspectiva dos estudos culturais. Tradução de Tomaz Tadeu da Silva. Petrópolis: Editora Vozes, [1996] 2000.				
Complementares:				
AKOTIRENE, Carla. O que é interseccionalidade. Belo Horizonte, Letramento/Justificando, 2018, p. 11-50. CASTRO, Ina Elias de; GOMES, Paulo Cesar da Costa; CORRÊA, Roberto Lobato (org). Geografia: conceitos e temas / 8.ed Rio de Janeiro : Bertrand Brasil, 2006. 353p. GONÇALVES, Carlos Walter Porto. Amazônia, Amazônias. São Paulo: Contexto, 2001. MORAES, Antonio Carlos Robert, Bases da formação territorial do Brasil: o território colonial brasileiro no "longo" século XVI. São Paulo: Hucitec, 2000. SANTOS, Milton, A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção / 4. ed. / São Paulo: EDUSP, 2006. 384 p. SANTOS, Milton. Técnica, espaço, tempo: globalização e meio técnico-científico informacional / 5.ed. - São Paulo, SP : EDUSP, 2008. 174 p.				

Planejamento Ambiental

EMENTA DE DISCIPLINA PPC-2019/2				
CURSO: GEOGRAFIA - LICENCIATURA				
DISCIPLINA: Planejamento Ambiental				
PRÉ-REQUISITO: Não há				
CH Total: 60h	CH Teórica: 60h	CH Prática: 00h	CH PPC: 00h	Créditos: 04
EMENTA:				
<p>Histórico do planejamento. Etapas e fases do planejamento. Planejamento ambiental, urbano e rural. Níveis de planejamento. Planejamento de bacias hidrográficas. Gestão ambiental. Projetos ambientais. Elaboração de estudos/diagnósticos de uma determinada área (rural ou urbana) – estudo de caso. Elaboração de instrumentos técnicos – documento referencial de um planejamento ambiental. Conhecimento e registro dos diagnósticos ambientais do cotidiano do(a) aluno(a). Possíveis intervenções, minimizando impactos sócio-ambientais.</p>				
OBJETIVO:				
<p>Compreender a dinâmica da área de intervenção e a elaboração de projetos de planejamento, englobando as esferas sócio-econômica e ambiental, revertendo-se em benefícios para a comunidade.</p>				
BIBLIOGRAFIAS:				
Básicas:				
BERTONI, J.; LOMBARDI NETO, F. Conservação do Solo . São Paulo: Ícone, 1993. p. 333-343.				
MAGLIO, I. C. ;PHILLIPPI JR, A. Planejamento Ambiental: Metodologia e Prática de Abordagem . In: Saneamento, Saúde e Ambiente. PHILIPPI JR, A. (Org.). São Paulo: Barueri: Manole, 2005. p. 663 – 687.				
MINDLIN, B. Planejamento no Brasil . São Paulo: Perspectiva, 1997.				
Complementares:				
CHRISTOFOLETTI, A. Aplicabilidade do conhecimento geomorfológicos nos projetos de planejamento . In: Geomorfologia: uma atualização de Bases e Conceitos. Guerra, A. J. T. et al. (Orgs.) Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995. p. 415-440.				
IBAMA – Instituto Brasileiro do Meio Ambiente. Diretrizes de Pesquisa Aplicada ao Planejamento e Gestão Ambiental . Brasília: IBAMA, 1994.				
MAGLIO, I. C.;PHILLIPPI JR, A. Avaliação de Impacto Ambiental: Diretrizes e Método . In: Saneamento, Saúde e Ambiente. PHILIPPI JR, A. (Org.). São Paulo: Barueri: Manole, 2005. p. 668-730.				

Profissionalização Docente

EMENTA DE DISCIPLINA PPC-2019/2				
EMENTA DE DISCIPLINA				
CURSO: GEOGRAFIA - LICENCIATURA				
DISCIPLINA: Profissionalização Docente				
PRÉ-REQUISITO: Não há				
CH Total: 60h	CH Teórica: 60h	CH Prática: 00h	CH PPC: 00h	Créditos: 04
EMENTA:				
Aspectos da profissão docente. O processo histórico de desenvolvimento dos saberes docentes. A profissionalização enquanto competência e reconhecimento social. Políticas de Formação inicial e continuada de docência no Brasil. O Professor e a escola. Desenvolvimento pessoal e profissional do professor reflexivo.				
OBJETIVO:				
Apropriar-se de instrumentos teórico e metodológicos que possibilitem um olhar crítico-reflexivo para as concepções e práticas vigentes de formação e profissionalização do docente.				
BIBLIOGRAFIAS:				
Básicas: ARROYO, M.. Ofício de Mestre . São Paulo: Vozes, 2005. TARDIF, M. Saberes Docentes e Formação Profissional . Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2002. FREIRE, P.. Pedagogia da Autonomia: Saberes necessários à prática Educativa . São Paulo: Paz e Terra, 2009.				
Complementares: COPETTI, C. H. A Formação do Profissional da Geografia - o Professor. Unijuí, 2013. NÓVOA, Antônio. Os professores e sua formação . Portugal: Ed. Porto, 2007. PERRENOUD, F. Dez novas competências para ensinar . Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 2000. VEIGA, I. P.A; D'ÁVILA, C.. Profissão Docente: novos sentidos, novas perspectivas . Papirus, 2008.				

Quantificação em Geografia

EMENTA DE DISCIPLINA PPC-2019/2				
CURSO: GEOGRAFIA - LICENCIATURA				
DISCIPLINA: Quantificação em Geografia				
PRÉ-REQUISITO: Não há				
CH Total: 60h	CH Teórica: 60h	CH Prática: 00h	CH PPC: 00h	Créditos: 04
EMENTA:				
<p>Quantificação em Geografia. Modelos de distribuição e de análise de relações. Aplicação de análise multivariada em geografia. Discussão sobre o uso de métodos quantitativos em Geografia. Matemática básica e regra de três. Amostra e amostragem. Introdução à quantificação e estatística. Levantamento de informações e matemática simples. Uso de aplicativos: tabelas, quadros, gráficos e fluxogramas. Média, moda, variância e desvio padrão. Composição e técnicas de mensuração. Processo de projeção.</p>				
OBJETIVO:				
<p>Introduzir o aluno do Curso de Geografia nas técnicas de quantificação e estatística aplicadas à análise espacial.</p>				
BIBLIOGRAFIAS:				
<p>Básicas:</p> <p>DIDIO, R. A. Estatística: instrução programada. São Paulo: EPU, 1979.</p> <p>GERARDI, L. H. de O. Quantificação em Geografia. São Paulo: Difel, 1981</p> <p>NAZARETH, H. R. de S. Curso básico de estatística. 12º ed. São Paulo: Ática, 1999.</p> <p>REICHMANN, W. J. Uso e abuso das estatísticas. Trad. F. P. Vieira. Rio de Janeiro: Artenova, 1975.</p> <p>VIEIRA, S. WADA, R. O que é estatística. São Paulo: Brasiliense, 2004.</p>				
<p>Complementares:</p> <p>CHORLEY, R. J., ed. Modelos físicos e de informação em Geografia. Trad. Arnaldo Viriato de Medeiros. São Paulo: Ed. da universidade de São Paulo, 1975.</p> <p>IBGE. Sinopse preliminar do censo Demográfico: Brasil. Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Rio de Janeiro: IBGE, 1981.</p> <p>Nações Unidas. Departamento de Assuntos Econômicos e Sociais. Métodos de estimação de medidas demográficas básicas a partir de informações. Rio de Janeiro: IBGE, 1977.</p>				

Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC): Ensino de Geografia nos espaços virtuais

EMENTA DE DISCIPLINA PPC-2019/2				
CURSO: GEOGRAFIA - LICENCIATURA				
DISCIPLINA: Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC): Ensino de Geografia nos espaços virtuais				
PRÉ-REQUISITO: Não há				
CH Total: 60h	CH Teórica: 60h	CH Prática: 00h	CH PPC: 00h	Créditos: 04
EMENTA:				
<p>A formação docente inserida nas práticas e usos das tecnologias da informação e comunicação. As transformações pelas TIC do cotidiano das pessoas em nível, local, regional ou global. A Geografia inserida no contexto da sociedade da era digital. O poder das multimídia. A Licenciatura, como campo de estudo em torno das possibilidades pelo uso e estratégias teórico/metodológicas e didático/pedagógicas nos espaços virtuais da educação para o ensino de Geografia.</p>				
OBJETIVO:				
<p>Reconhecer as práticas educativas da Geografia inseridas nas redes tecnológicas, identificando formas de representação, interpretação de imagens, códigos e as linguagens inerentes ao ensino nos espaços virtuais.</p>				
BIBLIOGRAFIAS:				
<p>Básicas:</p> <p>CASTELLS, M., 1942. A Galáxia da Internet: Reflexões sobre a internet, os negócios e a sociedade; tradução Maria Luiza X. de A. Borges; revisão Paulo Vaz- Rio de Janeiro: Jorge Zahar. Ed. 2003.</p> <p>LÉVY, P., A inteligência colectiva: para uma antropologia do ciberespaço. Instituto Piaget. Lisboa; Portugal, 1994.</p> <p>MORAN, J. M. MASETTO, M. T. Novas tecnologias e mediação pedagógica.16. Ed. Campinas, SP. PAPIRUS. 2009.</p>				
<p>Complementares:</p> <p>BRASIL MEC - Ministério da Educação – Base Nacional Comum Curricular- BNCC. Brasília: MEC/SEF, 2018.</p> <p>CASTELLS, M., A sociedade em rede. São Paulo, SP: Paz e Terra, 2011. 698 p.:</p> <p>SANTOS, M., A natureza do espaço: Técnica e tempo, razão e emoção / 4.ed. / São Paulo : EDUSP, 2006. 384 p.</p> <p>SANTOS, M., Espaço e Método. 4ª Edição. Nobel. São Paulo. 1997.</p> <p>PERRENOUD, P., 10 novas competências para ensinar. convite à viagem. ARTMED. Porto Alegre; 2000.</p>				

3.7.6. Metodologia

A Proposta Pedagógica do Curso será desenvolvida priorizando-se a o ensino, a pesquisa e a extensão de qualidade, tendo a graduação como ponto de partida e prosseguindo na Pós-graduação, viabilizando o conhecimento de forma sistematizada.

As atividades do curso devem estar comprometida com a interdisciplinaridade, com o desenvolvimento do espírito científico e com a formação de sujeitos autônomos e cidadãos.

Aulas, projetos de pesquisa, projetos de extensão, atividades complementares, trabalho de conclusão de curso, estágio curricular obrigatório e não-obrigatório, proposta de programas de Pós-graduação Lato Sensu em Stricto (Mestrado) Sensu Geografia, e Ações implementadas em função dos processos de auto-avaliação e de avaliação externa (ENADE e outros); são metodologias definida para execução do PPC do curso.

O NDE será responsável pela avaliação e revisão da proposta do curso de Geografia, que será avaliado de forma contínua e sistemática, objetivando a visualização de sua implantação e a identificação das dificuldades e problemas emergentes. Neste caso a avaliação será feita a partir das atividades desenvolvidas pelos(as) docentes com os(as) educandos(as), refletidas e discutidas no âmbito dos espaços formativos e nas reuniões de planejamento e de avaliação semestrais, bem como no âmbito da própria avaliação institucional, quer seja interna, quer seja externa referentes ao Ministério da Educação. Descrever a metodologia definida para desenvolver as atividades do curso que deve estar comprometida com a interdisciplinaridade, com o desenvolvimento do espírito científico e com a formação de sujeitos autônomos e cidadãos.

3.7.7. Interface pesquisa e extensão

A relação pesquisa e extensão é desenvolvida no curso fulcrada nas linhas de pesquisa do curso, a saber:

- Análise e Avaliação Ambiental;
- Desenvolvimento Regional e Turismo;
- Diversidade e Conflitos Socioterritoriais
- Ensino de Geografia;
- Epistemologia Ensino de Geografia;
- Estado, Sociedade, Educação e Cultura;
- Estudos Agrários e Urbanos,
- Geografia e Movimentos Sociais;
- Geografia, Arte e Fenomenologia
- Geografia, Cartografia e Trajetórias Socioespaciais;
- Geografia, Política e Território;
- Geografia: Educação, Cidadania e Direitos Humanos;

- Literatura e a Questão da Mulher;
- Ruralidades: Letras de Música Caipira;
- Territórios, Territorializações, Territorialidades e Identidades Territoriais; Estudos Territoriais da Amazônia Legal;
- Trabalho, Migrações e Desenvolvimento Regional;

Tais linhas de pesquisa e extensão estão em conformidade com o PDI da UFT, embasado nos princípios estabelecidos em seu Estatuto e Regimento que orientam para a busca do desenvolvimento da relação pesquisa e extensão. Especificamente os itens I e VII dispõe o seguinte:

“ I - estimular a criação cultural e o desenvolvimento do espírito científico e do pensamento reflexivo;

[...]

VII - promover a extensão de forma aberta à participação da população, visando à difusão das conquistas e benefícios resultantes da criação cultural e da pesquisa científica e tecnológica geradas na Instituição.” (PDI, 2007).

Ressalta-se que a UFT assume historicamente o compromisso com a sociedade através do comprometimento com o incentivo à pesquisa e extensão e sua consequente divulgação. Textualmente isso é afirmado no PDI onde se lê que a Universidade Federal do Tocantins (UFT), ciente de sua missão e do seu compromisso com a sociedade, tem desenvolvido ações de extensão, voltadas para a proposição de políticas públicas e para o desenvolvimento do Tocantins e da Região Norte.

Nesse sentido, não tem medido esforços para proporcionar condições para que a comunidade tenha acesso às informações científicas, tecnológicas e culturais, cooperando para a construção de novos conhecimentos e para a integração entre a universidade e a sociedade em geral. Desde a sua criação, a UFT tem incentivado a pesquisa e a extensão por meio da realização de convênios com agências regionais, nacionais e internacionais, visando a promoção de programas de investigação científica e cultural, intercâmbio com outras instituições, divulgação dos resultados da pesquisa e da extensão em suas unidades e ainda a promoção de congressos, simpósios e seminários para estudo e debate de temas científicos e culturais de interesse da sociedade.

A interface entre pesquisa e extensão no curso de Geografia tem proporcionado o desenvolvimento de ações investigativa que envolve o corpo docente e discente através de projetos institucionalizados junto à PROPESQ, na modalidade PIBIC/PIVIC e institucionalizados junto à PROEST, como também, o institucionalizados junto à PROEX. Temos ainda, vários(as) docentes desenvolvendo seus projetos de teses.

Vejamos então, os grupos e projetos de pesquisa e extensão desenvolvido no curso na atualidade:

3.7.7.1 Grupos de pesquisa e extensão

Grupos de Pesquisa - CNPq:	
Núcleo de Ensino, Planejamento e Gestão Ambiental – NPGA	
Linhas de Pesquisa	Professores(as) Pesquisadores(as)
Estudos Socioambientais	Airton Sieben Carlos Augusto Machado Luciano da Silva Guedes Marivaldo Cavalcante da Silva Maurício Ferreira Mendes Antônia Márcia Duarte Queiroz
Grupo de Estudos Agrários e Direitos Humanos (GEADH)	
Linhas de Pesquisa	Professores(as) Pesquisadores(as)
A Questão Agrária e Meio Rural	Alberto Pereira Lopes Marcelo Venâncio
Planejamento Urbano e Ensino de Geografia	Marcelo Venâncio Roberto Antero da Silva
Grupo de Pesquisa: Ensino-aprendizagem, espaço geográfico e suas representações ambientais, étnico-raciais e de gênero	
Linhas de Pesquisa	Professores(as) Pesquisadores(as)
Ensino-aprendizagem, cartografia, dinâmica espacial e Territorialidades	Kênia Gonçalves Costa Antônia Márcia Duarte Queiroz Vinicius Gomes Aguiar
Paisagens, Narrativa e Linguagens	Kênia Gonçalves Costa
Grupo de Pesquisa: Espacialidades e identidades raciais, étnicas, de gênero, sexuais e culturais	
Linhas de Pesquisa	Professores (as) Pesquisadores(as)
Ensino-aprendizagem de Geografia	Kênia Gonçalves Costa Vinicius Gomes Aguiar
Grupo de Pesquisa: Memórias Coletivas, Educação, Ambiente e Patrimônio	
Linhas de Pesquisa	Professores (as) Pesquisadores(as)
Cartografia Social	Kênia Gonçalves Costa (vice líder)
Narrativas e Memórias coletivas	Kênia Gonçalves Costa (vice-líder)
Grupo de Pesquisa: Memória dos Lugares	
Linhas de Pesquisa	Professores (as) Pesquisadores(as)
Memória dos Lugares	Elias da Silva (Coordenador) Airton Sieben Kênia Gonçalves Costa
Grupo de Estudos e Pesquisa em Demandas Populares e Dinâmicas Regionais	

Linhas de Pesquisa	Professores (as) Pesquisadores(as)
Trabalho, migrações e desenvolvimento regional	Prof. Miguel Pacífico Filho (Coordenador) Luciano da Silva Guedes
Grupo de Estudos Geográficos da Amazônia e Tocantins – GEGATO – CNPQ 1997713184833947;	
Linhas de Pesquisa	Professores (as) Pesquisadores(as)
Desenvolvimento Local; Estudos do Urbano, da Gestão e do Planejamento; Geografia e Cultura: estudos sobre comunidades ribeirinhas, territorialidades, território e identidades territoriais; Geografia Regional, Geografia da Amazônia, Geografia do Tocantins; Território, Fronteira e Migração	Eliseu Pereira de Brito (Coordenador) Roberto Antero da Silva
GEPCULT - Grupo de Estudos e Pesquisas Geografia, Cultura e Política do Tocantins	
Linhas de Pesquisa	Professores (as) Pesquisadores(as)
Cultura, Arte e Identidade	Jean Carlos Rodrigues (coordenador)
Política, Território, Eleição	Jean Carlos Rodrigues

3.7.7.2 Projetos de pesquisa e projeto de extensão

Docente	PROJETO DE PESQUISA/PROJETO DE EXTENSÃO
Airton Sieben	Projeto de Pesquisa: Memória dos Lugares: Discursos e Práticas Socioespaciais no Tocantins
Alberto Pereira Lopes	Projeto PIBIC: Na trilha da luta pela terra no norte do estado do Tocantins, conflitos e resistências: a barbárie Projeto de Extensão: Diagnóstico do trabalho escravo contemporâneo no norte do Tocantins 2016-2020
Antônia Márcia Duarte Queiroz	Projeto de pesquisa: Estudo, uso e elaboração de materiais didático-pedagógicos de Geografia na formação inicial e continuada de professores a partir das Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC), para a educação básica do norte do Tocantins. Projeto de Extensão: Residência pedagógica como indutor de possibilidades teóricas e práticas na formação inicial e continuada para a docência em Geografia na cidade de Araguaína - TO.
Carlos Augusto Machado	Projeto de Pesquisa: Avaliação e monitoramento dos Depósitos Tecnogênicos na cidade de Araguaína (TO).
Eliseu Pereira de Brito	Projeto de Pesquisa: Lugares e identidades territoriais: os ribeirinhos dos rios Araguaia e Tocantins no norte do Tocantins, Amazônia Legal – GPU 1970; Projeto de Pesquisa: Cadernos Municipais do Tocantins. CNPq edital universal.

	<p>Projeto de Extensão: O ensino de geografia em escolas do Bico do Papagaio, no Tocantins: trocas de saberes entre acadêmicos e alunos/comunidades – SIGPROJ/UFT: 257017;</p> <p>Projeto de Extensão: A Geografia do Tocantins em escola pública da zona rural do entorno de Araguaína, Tocantins - SIGPROJ/UFT: 313388;</p> <p>Projeto de Extensão: Planejamento de desenvolvimento local do Vale do córrego Folha em Darcinópolis-TO.</p>
Jean Carlos Rodrigues	<p>Projeto de pesquisa: Religião e Política: Uma Leitura Espacial da Formação do Estado do Tocantins</p> <p>Projeto de pesquisa: Geografia da Arte: A Interface entre Arte, Paisagem e Imaginário</p> <p>Projeto de Extensão: A natureza do espaço: política, cultura e território em Milton Santos</p> <p>Projeto de Extensão: Espaço de Cores: espaço e arte nas obras de Vincent van Gogh</p>
Kênia Gonçalves Costa	<p>Projeto PIBIC: Narrativas e Memórias da Trajetória Socioespacial do Patriarca Cirilo Araújo de Brito da Comunidade Quilombola Grotão – Filadélfia-TO.</p> <p>Projeto PIBIC: A Percepção Ambiental no Contexto da Comunidade Quilombola do Grotão - Filadélfia-TO.</p> <p>Projeto PIBIC-EM: Os desafios da Educação Escolar Quilombola: As trajetórias socioespaciais de Estudantes da Comunidade Quilombola Grotão de Filadélfia-TO.</p> <p>Projeto PIVIC: Mulheres Indígenas no Cenário Tocantinense: Trajetórias Sócioespaciais e o Território.</p> <p>Projeto PIBIC: Territorialidades Urbanas em Araguaína no Âmbito das Associações de Moradores de Bairros como Subsídios à Gestão Participativa (co-orientação).</p> <p>Projeto de Pesquisa: Território, Memórias Coletivas e Trajetórias Sócioespaciais (GPU-2037 – Coordenadora)</p> <p>Projeto de Pesquisa: Cartografia Social dos Territórios como Ferramenta de Luta por Justiça Ambiental no Norte do Tocantins (GPU-2719 – Pesquisadora)</p> <p>Projeto de Pesquisa: Memória dos Lugares: Discursos e Práticas Socioespaciais no Tocantins (GPU-2201 – Pesquisadora)</p> <p>Projeto de Pesquisa: Interlocação Sociedade e Ambiente na Unidade de Conservação Integral Monumento Natural das Árvores Fossilizadas do Tocantins (GPU-1263 – Pesquisadora)</p> <p>Projeto de Pesquisa: A Aprendizagem Criativa Aplicada ao Ensino de Climatologia e de seus Conteúdos Escolares: Olhares, Práticas e o Despertar Para a Ciência (CNPq – financiado - Pesquisadora)</p> <p>Projeto de Pesquisa: Núcleo de Pesquisa e Extensão em Saberes e Práticas Agroecológicas (CNPq – financiado - Pesquisadora)</p> <p>Projeto de Extensão: Núcleo de Pesquisa e Extensão em Saberes e Práticas Agroecológicas (Pesquisadora)</p>
Luciano da Silva Guedes	<p>Projeto de Pesquisa: Contribuição para o Diagnóstico</p>

	Socioambiental da Microrregião de Araguaína-TO.
Marcelo Venâncio	Projeto de Tese: Expressões da colonialidade no programa de Compensação Ambiental Xerente: questões para a Geografia a partir da tríade Território-Natureza-Cultura
Marivaldo Cavalcante da Silva	Projeto de Pesquisa: Leishmaniose Visceral: fatores determinantes e condicionantes de uma epidemia anunciada em Araguaína-TO
Maurício Ferreira Mendes	Projeto de Pesquisa: Paisagem e Diversidade no Cerrado: subsídios para a conservação das espécies nativas vegetais na Microrregião Geográfica de Araguaína/TO.
Miguel Pacífico Filho	Projeto de Pesquisa: Trabalho, migrações e desenvolvimento regional.
Pedro Albeirice da Rocha	Projeto de Extensão: Concurso Literário da UFT – Miracema. Organização e edição de livros de resenhas breves. Organização e edição de livros de recontação de histórias.
Roberto Antero da Silva	Projeto de Pesquisa: A Produção do Espaço Urbano em Araguaína-TO: Agentes Econômicos, Desigualdades Socioespaciais e o Direito a Cidade (2017 -2019). Projeto de Extensão: Formação continuada professores em educação em direitos humanos: interdisciplinaridade, transversalidade e intervenção pedagógica na educação básica do estado do Tocantins (MEC/SECADI 2017-2018).
Suzete Costa Souza	Projeto de Tese: Estratégias didáticas para o Ensino da Cartografia: um estudo na formação inicial de professores de Geografia
Vanessa Lessio Diniz	Projeto de Pesquisa: Sentidos sobre a implementação da BNCC de Geografia em Araguaína - TO e a construção de práticas educativas regionais Projeto de Extensão: Interlocações sobre a implementação da BNCC de Geografia: Construindo Práticas Educativas Regionais
Vinicius Gomes de Aguiar	Projeto de Pesquisa: Cartografia Social dos Territórios como Ferramenta de Luta por Justiça Ambiental no Norte do Tocantins

3.7.7.3. Pós-graduação *Lato Sensu* em Geografia

O Programa de Pós-graduação em nível de especialização em Geografia, foi criada em 2004, e surgiu a partir da necessidade de capacitação dos egressos(as) deste curso e que desejam dar continuidade aos seus estudos em nível de pós-graduação, contribuindo no processo das suas habilidades pedagógicas.

O Curso ofereceu, em 2006, 2008 e 2011, os cursos de pós-graduação *lato sensu*, especialização em Geografia, com 30 vagas em cada edital. Em 2006 e 2008, a ênfase foi em Desenvolvimento Regional. O curso ofertado em 2011 teve ênfase em três linhas: Desenvolvimento Regional, Planejamento Ambiental e Ensino de Geografia. O projeto possuía um núcleo comum, estruturado pelas disciplinas de Metodologia do Ensino Superior, Teoria e Método em Geografia, Metodologia do Trabalho Científico e Projeto, Território e Sociedade,

Espaço Geográfico, Redes e Região e Monografia. Concluindo as disciplinas do núcleo comum, foram ofertadas disciplinas específicas dentro das linhas. Na primeira oferta do

curso, concluíram 29 alunos; no segundo momento, foram formados 14 alunos; e no terceiro momento, 17 alunos, totalizando 60 especialistas.

3.7.7.4. Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* (Mestrado) em Geografia

Os(as) docentes do curso de Geografia do Campus Araguaína entendem que a implantação de cursos de pós-graduação *Stricto Sensu* implicará num fortalecimento da própria instituição, no que diz respeito à obtenção de recursos e também numa maior inserção junto à comunidade. A implantação de um curso de mestrado, estimulará a pesquisa dos(as) docentes, bem como incentivará os(as) alunos(as) a ingressarem na iniciação científica, na medida em que aumentará as suas expectativas a prosseguir seus estudos, uma vez que a grande maioria dos(as) acadêmicos(as) interrompe a sua formação por estarem distantes dos grandes centros e por não possuírem condições financeiras para estudar nesses locais.

Em novembro de 2016, o colegiado do curso entendeu que era preciso elaborar um plano para a criação do programa de pós-graduação em Geografia em Araguaína. Esse grupo foi composto por 13 professores que se reuniram periodicamente para discutir as particularidades regionais e as linhas de pesquisas.

No dia 04 de setembro de 2017 foi aprovado o regimento do PPGeo. Alguns professores externos foram convidados para fazer uma leitura crítica e contribuir para a construção do projeto. Essas contribuições permitiram detectar problemas não identificados pelo grupo e avançar para um projeto que traz uma diferença quanto aos programas vizinhos. Um desses aspectos foi a importância de desenvolver pesquisas voltadas para o conhecimento das questões espaciais nas áreas de transição entre o cerrado e a floresta amazônica.

O primeiro critério de escolha das linhas de pesquisa se deu pelas pesquisas desenvolvidas e publicadas pelos professores do Curso de Geografia. O segundo critério se deu pela orientação das pesquisas desenvolvidas pelos egressos do Curso de Geografia da UFT Araguaína nos últimos quatorze anos, quando instituído o Trabalho de Conclusão de Curso como obrigatório para a integralização dos créditos do Curso de Licenciatura em Geografia.

Outro fator importante também foi o engajamento dos acadêmicos do curso na iniciação científica, e em 2017 a quantidade de alunos saltou de três para nove bolsistas PIBIC e PIVIC no curso. A escolha somou-se ao potencial de pesquisas possíveis de desenvolver nessa região e, de certa forma, fortalecer o papel da UFT junto às comunidades locais, com pesquisas geográficas que contribuirão para o fortalecimento de políticas regionais de desenvolvimento e educacionais.

Entende-se a necessidade da qualificação docente como importante ação para responder as demandas sociais da região, desde que adequadas às áreas prioritárias do curso, priorizando o ensino, a pesquisa e a extensão de qualidade, tendo a graduação como ponto de partida e prosseguindo na Pós-graduação, viabilizando o conhecimento de forma sistematizada.

Em dezembro de 2019, o Colegiado de Geografia aprovou atualização do Plano de Qualificação Docente (PQD 2019/2021). O objetivo principal é propiciar aos(as) docentes efetivos(as), qualificação continuada para o exercício qualitativo de sua função docente, desenvolvendo assim, ensino, pesquisa e extensão no campo científico da Geografia e da Educação, nos vários aspectos que compõem as instâncias cotidianas, podendo oferecer melhores contribuições na formação de professores(as).

A proposta de qualificação docente do curso de Geografia/Araguaína apóia-se na qualidade da formação dos(as) professores(as), no compromisso com o princípio do desenvolvimento do espírito científico e do pensamento reflexivo, no incentivo ao trabalho de pesquisa e investigação científica, na articulação de conhecimentos culturais, científicos e técnicos, priorizando as tendências do perfil e vocação regionais.

Portanto, o Plano de Qualificação Docente (PQD) do Curso de Geografia tem por objetivos :

- Promover Pós-Doutoramento dos(as) docentes do Curso de Geografia do Campus de Araguaína;
- Implantar um Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Geografia;
- Ampliar, no âmbito da Amazônia Legal, o quadro de profissionais de Geografia, de forma a otimizar qualitativa e quantitativamente as atividades de ensino, pesquisa e extensão nesta região;
- Incentivar e promover atividades de pesquisa e divulgação científica no âmbito regional em consonância com a missão da Universidade Federal do Tocantins – UFT e seu Plano de Desenvolvimento Institucional;
- Criar, fortalecer e ampliar os núcleos, grupos e linhas de pesquisas ligadas ao curso de Geografia;
- Promover a qualificação docente como elemento catalisador para o fomento de programas e/ou projetos de melhoria da qualidade do ensino de Geografia no estado do Tocantins;
- Ampliar qualitativa e quantitativamente a iniciação científica e a Pós-graduação em Geografia;
- Incrementar o intercâmbio com as demais IES da Região Norte e do país, por meio da participação dos(as) docentes em simpósios, interação entre núcleos e grupos de pesquisa, participação em bancas examinadoras de concurso público e de defesas de trabalhos científicos.

A qualificação docente é um importante mecanismo para a Licenciatura de Geografia de Araguaína, no sentido de possibilitar, doravante, a criação de uma pós-graduação *Stricto Sensu* (Mestrado), que permita integrar as várias linhas de atuação registradas em seu Projeto Pedagógico de Curso (PPC), fazendo a devida articulação entre o ensino, pesquisa e extensão.

3.7.7.5. Proposta de Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu (Mestrado) em Geografia

No ano de 2017 o Colegiado pleiteou junto a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível (CAPES) uma Apresentação Propostas de Cursos Novos (APCN) de Mestrado em Geografia. Mesmo que a proposta tenha sido considerada como adequadamente concebida, apresentando objetivos, áreas de concentração, linhas de pesquisa e estrutura curricular bem definidos e articulados, não foi aprovado, pelos seguintes critérios: “a produção científica de 9 entre os 13 docentes não alcança a pontuação mínima indicada no Documento de Área para implementação de novos cursos (80 pontos). Além disso, nenhum dos projetos de pesquisa

listados descreve a fonte de financiamento. Apenas 3 docentes participam como membros em outros projetos de pesquisa, o que atesta o baixo nível de integração no grupo. insuficiência de pontuação mínima por alguns docentes; baixa” .

Após avaliação, o colegiado optou por corrigir os pontos citados e reapresentar a proposta em 2019. O Curso apresentado tem como área de concentração “Dinâmicas espaciais nas áreas de transição da Amazônia Legal”; com duas linha(s) de pesquisa: 1)Análise Espacial: Campo, Cidade e Cultura na área de transição da Amazônia Legal; e 2) Análise da Paisagem: Potencialidades e dinâmicas das paisagens, recursos naturais e empreendimentos na área de transição na Amazônia Legal.

A proposta, em tese, pretende criar o Curso de Pós-Graduação Stricto Sensu em Geografia, nível de Mestrado, na Universidade Federal do Tocantins, campus de Araguaína. Propõe-se um curso para atender à demanda regional de pesquisadores em Geografia, tendo a cidade de Araguaína como um dos polos de pesquisa sobre a área de transição da Amazônia Legal. Para tanto, o Curso de Pós-graduação Stricto Sensu em Geografia busca assegurar a formação e a qualificação de professores e pesquisadores com nível de excelência na missão do desenvolvimento educacional nacional, bem como fomentar o desenvolvimento da pesquisa científica na Amazônia Legal, o fortalecimento da UFT e de sua missão na região, com os seguintes objetivos específicos:

a)Desenvolver pesquisas voltadas para o entendimento da produção do espaço geográfico e das dinâmicas espaciais na área de transição da Amazônia Legal;

b)Potencializar pesquisas que busquem compreender as dinâmicas espaciais na área de transição da Amazônia Legal;

c)Consolidar pesquisas geográficas sobre ambientes e paisagens da área de transição da Amazônia Legal;

d)Desenvolver estudos sobre as territorializações e territorialidades das populações amazônicas/amazônidas no intuito de refletir sobre povoamentos,

fronteiras, conflitos, identidades e dinâmicas do campo e da cidade;

e)Impulsionar pesquisas que tenham como objeto a área de transição da Amazônia Legal com recortes de investigação sobre campo, cidade e cultura;

f)Incentivar a pesquisa em rede dos professores do programa com pesquisadores nacionais e internacionais que objetivem o conhecimento da Amazônia Legal e as particularidades das áreas de transição;

g)Estimular o intercâmbio entre pesquisadores do programa e instituições nacionais e internacionais, na busca pela excelência no ensino e na pesquisa em Geografia.

O Curso de Mestrado em Geografia visa formar pesquisadores e professores com capacidade intelectual e de saberes, no intuito de proporcionar o desenvolvimento humano e regional na Amazônia Legal, especialmente em áreas de transição. Trata-se, portanto, de um curso que objetiva promover a produção do conhecimento, sua atualização e o diálogo com saberes geográficos teóricos e práticos da área de transição da Amazônia Legal.

Os egressos do curso devem ser capazes de construir pesquisas geográficas e concebê-las como etapa fundamental do processo de aquisição e difusão de conhecimentos sobre as problemáticas das áreas de transição da Amazônia Legal. O mestrado em Geografia proposto

preza pela continuidade da formação dos graduados, oferecendo-lhes elementos teóricos e metodológicos para sua formação enquanto pesquisadores em Geografia, e atualização com uso de novas ferramentas tecnológicas para o melhoramento de suas atividades.

3.7.8. Interface com programas de fortalecimento do ensino: Monitorias PIM e PIM, PIBID, RP

A monitoria é, por assim dizer, um momento peculiar em que é concedido ao(a) aluno(a) a oportunidade de aprofundar seus conhecimentos científicos para as áreas específicas, que em nosso caso, volta-se para a Ciência Geográfica, em especial, o ensino de Geografia. É também, uma forma de se obter conhecimentos de outras fontes bibliográficas da temática específica, visando um incremento de sua formação geral, preparando-o(a) para uma posterior atividade profissional.

É condição ímpar que o(a) aluno(a) monitor(a) apresente além da afinidade com a área a ser trabalhada, um senso de responsabilidade, além de interesse pela leitura e pelo desenvolvimento de outras atividades que emergirão ao longo do projeto de monitoria.

Atualmente, este curso de Geografia possui cinco vagas remuneradas para monitorias, sendo três vagas para o Programa Institucional de Monitoria (PIM) e uma vaga para o Programa Institucional de Monitoria Indígena (PIMI). No início do primeiro semestre de cada ano, são definidas as disciplinas contempladas com monitorias PIM e o docente responsável por coordenar as monitorias PIMI.

A presença do(a) monitor(a) é essencial, para auxiliar o(a) docente no trabalho destas questões, principalmente, para os(as) acadêmicos(as) do primeiro período, que saem do ensino médio e passam a trabalhar numa outra perspectiva de linguagem, ou seja, a linguagem acadêmica do ensino superior, o que acarreta geralmente muitas dúvidas e dificuldades.

Desse modo, dadas as especificidades locais e regionais de inserção dos cursos, a monitoria proporcionará a concretização de ações inclusivas, ao buscar uma melhor recepção a grupos sociais de orientação cultural diferenciada como os povos indígenas, como também, os(as) egressos(as) do ensino médio de forma geral. Outra maneira adotada pelos cursos, para melhor desenvolver as atividades de ensino, pesquisa e extensão será a aprovação junto ao MEC da estruturação de um grupo PET, cuja dinâmica de funcionamento é capaz de fornecer elementos para apoiar todas essas atividades.

Esta Licenciatura participa também do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (PIBID) e Programa de Residência Pedagógica (RP). Atualmente cada um desses programas possuem 24 alunos bolsistas e seis voluntários; três professores supervisores da rede pública de ensino bolsistas e um docente da UFT como coordenador de área.

3.7.9. Interface com as Atividades Complementares

As atividades complementares são obrigatórias para a integralização da Licenciatura em Geografia, e compreendem 300 horas. Essas atividades de âmbito cultural, social ou científico, podem realizar-se sob a forma de monitoria, extensão, iniciação científica, entre outras, conforme estabelecido na Resolução CONSEPE Nº 004/2005.

O PPC do Curso de Geografia estabeleceu o cumprimento de 300h de atividades complementares a serem integralizados pelos discentes regularmente matriculados ao longo do período de permanência no curso. Destas 300h, 60h deverão ser obrigatoriamente cumpridas referentes às questões socioambientais, éticas, estéticas e relativas à diversidade étnico-racial, de gênero, sexual, religiosa, de faixa geracional e sociocultural como princípios de equidade, devidamente comprovadas por certificados, declarações ou outros documentos oficiais, os quais especifiquem claramente as quantidades de horas de cada atividade realizada.

O Colegiado de Geografia tem proporcionado ao seu alunado(a), atividades que contemplam o tripé(ensino, pesquisa e extensão). As atividades de ensino são ofertadas através do Programa Institucional de Monitoria (PIM), o Programa de Iniciação à Docência(PIBID), e também, por meio da oferta de mini-cursos. Já, as atividades de pesquisa são ofertadas aos(as) seus(suas) discentes através do Programa de Iniciação Científica (PIBIC e PIVIC), projetos de pesquisa institucionalizados junto à PROPESQ, e por meio dos Trabalho de Conclusão de Curso(TCC). As atividades de extensão são ofertadas através de eventos organizados e realizados pelo Colegiado, tais como: Jornada Pedagógica, Semana Acadêmica de Geografia, ENGETO e o Grupo de Estudos e Oficinas em Educação, Cidadania e Direitos Humanos II.

Enfim, as atividades complementares serão avaliadas por uma comissão constituída por três docentes efetivos(as) deste Colegiado, eleitos(as) para um mandato de um ano, podendo ser prorrogado por igual período. Essas atividades serão avaliadas tendo como parâmetros normativos a Resolução CONSEPE Nº004/2009, além do Regulamento de Atividades Complementares do curso.

3.7.10. Estágio Curricular Obrigatório e Não-Obrigatório

O estágio curricular obrigatório e não-obrigatório da Licenciatura em Geografia da Universidade Federal do Tocantins – Campus Araguaína, segue o que reza a Resolução do Conselho Nacional de Educação, Resolução CNE/CP 2, de 19/02/2002, em conjunto com a Resolução do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão – CONSEPE, Nº. 003/2005, da Universidade Federal do Tocantins, e a Instrução Normativa Nº. 004/2007, de 31/08/2007, da Secretaria de Educação e Cultura do Estado do Tocantins e a Lei Federal Nº 11.788/2008, de 25/09/2008. O Regulamento do Estágio Curricular Obrigatório e Não-obrigatório do Curso de Licenciatura em Geografia está inserido como Apêndice desse PPC, minuciando os detalhes de funcionamento.

São várias as concepções de estágio que se apresentam na literatura científica que trata especificamente de educação. A Universidade Federal de Tocantins, considera o Estágio Curricular Obrigatório, um conjunto de atividades teórico-práticas relacionadas às áreas de estudo e pesquisa de modo a construir e reconstruir experiências em torno da dinâmica própria da atividade educacional.

De antemão, é preciso evidenciar que o estágio sempre foi considerado a parte prática dos cursos de formação de profissionais em educação. Entretanto, seria o contrário da teoria. Na maioria das vezes, os cursos de formação de professores(as) têm mostrado que há uma clara necessidade de aprofundamento teórico-prático. Sobre esta situação pode-se afirmar que:

O reducionismo dos estágios às perspectivas da prática instrumental e do criticismo expõe os problemas da formação profissional docente. A dissociação entre teoria e prática aí presente resulta em um empobrecimento das práticas nas escolas, o que evidencia a necessidade de explicitar por que o estágio é teoria e prática (e não teoria ou prática) (PIMENTA ; LIMA, 2004, p. 41).

Percebe-se então, que o estágio deve ser considerado a um só tempo teoria-prática e não deve ser visto de maneira dissociada, pois a ação docente somente realizar-se-á de maneira mais ampla, a partir de um conjunto de atividades da prática e da teoria do(a) professor(a).

Trazendo esta discussão para o âmbito da Ciência Geográfica, pode-se apoiar nas palavras de Santos (1994), ao sinalizar que, “a espacialidade seria um momento das relações sociais geografizadas, o momento da incidência da sociedade sobre um determinado arranjo espacial.” (SANTOS, 1994, p. 73)

No que tange ao estágio não-obrigatório é aquele desenvolvido como atividade opcional pelo(a) estudante da Licenciatura em Geografia, tendo em vista uma complementação de sua formação profissional, acrescida à carga horária regular e obrigatória.

Ele pode ser realizado por qualquer aluno(a) regularmente matriculado(a) no curso de Licenciatura em Geografia, uma vez que seu desenvolvimento segue o modelo ou proposta do Plano de Atividades estabelecido pelo curso, seguindo seus objetivos, definidos no PPC, conforme orientações e documentos definidos pela Central de Estágios.

É necessário que as atividades desenvolvidas pelos(as) alunos(as) no estágio não-obrigatório, demonstrem compatibilidade com as atividades previstas no Termo de Compromisso de Estágio e com a área/natureza de sua formação, tais como: assunção em sala de aula, monitoria, desenvolvimento de projetos pedagógicos, projetos de extensão, oficinas, cursos e/ou atividades administrativas pertinentes à área.

O estágio não-obrigatório poderá desenvolver-se em instituições públicas das esferas federais, estaduais e municipais e instituições filantrópicas que estejam vinculadas ao ensino.

A duração do estágio não-obrigatório não poderá exceder (02) dois anos, exceto para acadêmicos(as) portadores(as) de necessidades especiais, e será desenvolvido em horário previamente estipulado entre a UFT/Central de Estágios e a unidade concedente, em observância ao art. 10 da Lei Lei Federal 11.788/2008, desde que não haja prejuízo às atividades acadêmicas regulares do(a) aluno(a).

Enfim, as atividades de estágio obrigatório e não- obrigatório na Licenciatura em Geografia estão normatizadas através do Regulamento de Estágio Curricular, apenso neste PPC.

3.7.10.1. Unidades concedentes conveniadas para estágio obrigatório

O acadêmico (a) do curso de Geografia Estágios possui como campo de estágio escola da Rede pública Estadual (Convênio – Diretoria Regional de Ensino -Araguaína-TO), Escolas Municipais (Convênio SEMED-Araguaína) e o Instituto Federal do Tocantins.

3.7.10.2 Central de Estágios

A Central de Estágios, localizada na Unidade Cimba, é o setor responsável pelo acompanhamento dos estágios curriculares obrigatórios e não-obrigatórios dos alunos dos cursos ofertados no campus de Araguaína.

Os procedimentos para realização de estágio obrigatório, documentos / formulários para download, lista das unidades concedentes com endereço e contato, estão disponibilizadas no sitio eletrônico <http://www.uft.edu.br/estagioaraguaína/> da central de estágios.

3.7.11. Prática Profissional: a Prática como Componente Curricular (PCC)

A formação do(a) licenciado(a) em Geografia deve estar pautada nos saberes e atitudes para o processo de ensino/aprendizagem, que somente serão alcançadas por meio de propostas alternativas de projetos que envolvam o(a) aluno(a) nas discussões e reflexões, tal como: “propor questões de reflexão que não se restrinjam ao conteúdo puro e simples do que muitas vezes reproduzimos acriticamente como sendo geografia” (KAERCHER (1998, p.52).

Diante dessa abordagem, o momento atual, exige dentre tantas outras, ações que se reflita sobre o profissional de Geografia que se estar formando(a). Não pensando, nas exigências e necessidades do mercado, mas sobretudo, nas emergências e interesses da sociedade. Urge, então, a formação de um(a) profissional que saiba, antes de tudo, compreender o espaço em que vive de forma coerente e crítica.

Soma-se a estas necessidades, a busca de um conhecimento comprometido em refletir e transformar acerca de suas ações profissionais com os eixos norteadores da aprendizagem, na perspectiva de ler, discutir, debater e analisar. Conforme Kaercher (1998), é importante criar desafios e soluções para o sistema educativo, por meio de projetos que atendam os anseios de uma sociedade mais justa e igualitária ou menos injusta.

Nesse contexto, as diretrizes que norteiam a formação do(a) professor(a) dar-se-ão por meio das mudanças ocorridas no currículo, dialogando com as influências externas e internas. As influências externas estão relacionadas com as exigências da sociedade em relação a profissionais capacitados(as) na evolução do planejamento escolar. No aspecto interno, temos a necessidade de mudanças entre o conhecimento que se oferece para a formação e o que se produz no novo campo da ciência.

Sob esse aspecto, faz-se necessário a construção de um sistema curricular que atenda aos anseios da sociedade, vindo a formar profissionais críticos, reflexivos e transformadores(as) que apresentem valores no âmbito da construção do conhecimento e também na formação da cidadania.

Portanto, a Licenciatura em Geografia da UFT/Araguaína, compreende que a formação de professores(as) deve articular teoria-prática como algo indissociável, e não dicotimizá-la. Para materializar esta perspectiva, a Geografia organizou a sua estrutura curricular, em especial, os componentes curriculares que tratam do estágio obrigatório, no sentido de formar professores(as) que pesquisem a sua ação pedagógica e reflitam sobre ela. A partir dessa reflexão podem construir ou reconstruir novas formas de estudar e ensinar a Ciência Geográfica.

3.7.11.1 Concepções de Prática como Componente Curricular

O Parecer CNE/CP n. 2 de 2015, define que os cursos de formação inicial de professores para a educação básica em nível superior, entre às 3.200 horas de efetivo trabalho acadêmico, 400 (quatrocentas) horas devem ser de prática como componente curricular (PPC), distribuídas ao longo do processo formativo. Essa exigência da PPC não é novidade, constando em pareceres e resoluções que formam as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores(as) da Educação Básica, em nível superior, desde o ano de 2001.

O desafio é a implementação da PCC de modo contínua e sistematizada no curso, conforme explicita-se em parecer do CNE:

A prática como componente curricular é, pois, uma prática que produz algo no âmbito do ensino. [...] deve ser planejada quando da elaboração do projeto pedagógico e seu acontecer deve se dar desde o início da duração do processo formativo e se estender ao longo de todo o seu processo. Em articulação intrínseca com o estágio supervisionado e com as atividades de trabalho acadêmico, ela concorre conjuntamente para a formação da identidade do professor como educador.⁷

Portanto a PCC articula-se com a teoria ensinada. Dever ser realizada de modo contínuo ao longo do processo de formação do acadêmico, e não em momentos específicos, contribuindo para formação da identidade e habilidades necessários a docência.

Neste sentido, para Calvo e Freitas (2001, p. 316) a PCC visa proporcionar relação entre conteúdos científicos e conteúdos ensinados na educação básica, sendo que “indica-se como necessário que o aluno-professor estabeleça uma relação entre o que está aprendendo no curso de graduação com o que ensinará na escola básica”.

Souza Neto e Silva (2014, p. 905) recomendam que as horas da PCC devem ser pensadas na perspectiva interdisciplinar, buscando uma prática que produza algo no âmbito do ensino e auxilie na formação da identidade do professor como educador, com “ênfase nos procedimentos de observação e reflexão, no registro das observações realizadas e na resolução de situações-problema”.

O mesmo parecer CNE já citado, explicita-se exemplos de atividades que podem compor a PCC:

A prática, como componente curricular, (...) ao transcender a sala de aula para o conjunto do ambiente escolar e da própria educação escolar, pode envolver uma articulação com os órgãos normativos e com os órgãos executivos dos sistemas. Com isto se pode ver nas políticas educacionais e na normatização das leis uma concepção de governo ou de Estado em ação. Pode-se assinalar também uma presença junto a agências educacionais não escolares tal como está definida no Art. 1º da LDB. Professores são ligados a entidades de representação profissional cuja existência e legislação eles devem conhecer previamente. Importante também é o conhecimento de

⁷ BRASIL, 2001, p. 9

famílias de estudantes sob vários pontos de vista, pois eles propiciam um melhor conhecimento do ethos dos alunos.⁸

Em síntese, a PCC deve implementada ao longo do processo formativo, na perspectiva interdisciplinar, articulada com a formação da identidade de professor. Sua disposição no curso precisa ser coerente, distribuída entre disciplinas específicas e as de formação pedagógica.

3.7.11.2. Atividades, eixos e temas da Prática como Componente Curricular

A proposta de implementação da PCC está distribuída entre componentes curriculares previamente selecionadas pelo Colegiado (ver estrutura curricular do curso), e cada docente define o que será trabalhado. A Carga horária de PCC do curso de Geografia é de 405 horas.

Nos componentes curriculares contemplados com carga horária de PCC, é atribuição do docente, indicar no programa da disciplina, a metodologia e atividades a serem desenvolvidas.

Segue sugestões de atividades para PCCs,

- Diagnóstico/ análise de livros didáticos utilizados na educação básica (considerar categorias geográficas e a relação entre conteúdos curriculares da graduação e ensino básico);
- Transposição didática de conteúdos do contexto local para utilização na Educação básica;
- Relatórios de trabalhos de campo, propondo estratégias para prática de ensino na educação básica;
- Oficinas de produção de material didático com base em conteúdos das disciplinas de graduação, para uso na educação básica;
- Seminários e/ou micro-aulas com estratégia didática direcionada para educação básica;
- Filmes e músicas aproveitados como estratégias para o ensino de Geografia educação básica;
- Construção de mapas, maquetes e gráficos voltados para metodologia de ensino na educação básica;
- Pesquisa sobre quantitativo das escolas de Araguaína ou outro município / histórico processo educacional local / avaliação pelos sistemas;

⁸ BRASIL, 2001, p.9

- Articulação com os órgãos normativos e com os órgãos executivos dos sistemas: Pesquisa documental ou descritiva sobre atuação, estrutura física, recursos financeiros e humanos dos órgãos normativos executivos da rede pública estadual e municipal do Tocantins (SEDUC-DRE/ SEMED);

- Experiências em processos educacionais não escolares. Como exemplo, visita técnicas a Organização não governamentais (ONGs) que trabalham educação ambiental, e ligada aos movimentos sociais;

- Vista técnica a entidades de representação profissional cuja existência e legislação eles devem conhecer previamente a exemplo do Sindicato dos Trabalhadores em Educação do Estado do Tocantins (SINTET);

- Estudos de caso a partir situações problema do contexto escolar considerando a relação ensino e aprendizagem, escola e família;

3.7.12. Trabalho de Conclusão de Curso

O Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) é componente curricular obrigatório e será desenvolvido no oitavo período. Os diversos temas e problemas desenvolvidos estarão articulados com a perspectiva do ensino de Geografia na educação básica.

O TCC constitui-se num texto dissertativo que deverá conter no mínimo 20(vinte) laudas, bem como, vincular-se às seguintes linhas de pesquisa deste curso. Independente da linha de pesquisa, que o projeto de TCC, esteja vinculado, deverá explicitar a sua interface com o ensino de Geografia, seja no ensino fundamental(6º ao 9º ano), seja no ensino médio.

O Colegiado de Geografia normatizou o TCC, através do Regulamento do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), incluso como Apêndice (3).

3.7.13. Procedimentos de avaliação do processo de ensino-aprendizagem e do projeto acadêmico do curso de Geografia

A partir dos preceitos legais instituídos para regulamentar a educação superior e do Regimento Acadêmico da Universidade Federal do Tocantins, que especifica, em seu capítulo IV, seção I, os critérios e normas para “verificação do aproveitamento escolar”, o Colegiado do Curso de Geografia assume uma proposta da avaliação que não se define como mera mensuração, mas se embasa numa concepção de avaliação como elemento integrante do processo de formação acadêmica.

Sendo uma construção contínua, determinará até que ponto os objetivos educacionais serão realmente alcançados. Assim, a avaliação adquire sentido na medida em que se articula com o projeto pedagógico do curso, não possuindo uma finalidade em si. Ela fornece subsídios para o curso de ações que visa a construir um resultado previamente definido.

Nesse sentido, os instrumentos de avaliação da aprendizagem, conforme Vasconcelos (1998) devem ser reflexivos, superando a mera repetição de informações e levando a estabelecer relações abrangentes, contextualizados permitindo a compreensão do sentido do

que está sendo trabalhado. Estes instrumentos podem assumir as mais diversas formas tendo como princípio, o exercício da leitura, da discussão, da interpelação, da análise crítica e da problematização de temáticas e textos, explicitando seus conceitos centrais, categorias e teorias que os embasam.

Como um instrumento para se atingir um objetivo, cumpre sua finalidade maior quando pode diagnosticar o uso funcional e contextualizado dos conhecimentos. Assim sendo, sua meta será avaliar competências para a atuação profissional e não apenas os conteúdos que são ministrados ao(à) educando(a) . Para tanto, na análise da aprendizagem de futuros(as) professores(as), conhecer os critérios e os resultados dos instrumentos de avaliação que auxiliem o(a) acadêmico(a) a desenvolver suas potencialidades são pontos imprescindíveis, por oferecer reflexões à ação de avaliar.

Com essa perspectiva, desenvolve-se uma ação crítica no processo, tendo em vista que reduz o poder exclusivo do(a) professor(a), ou seja, as provas e as notas, procedimentos tradicionalmente usados para medir o conhecimento do(a) aluno(a). Nesta abordagem, é proposta a mediação – o diálogo na avaliação – “um vir a ser”, com objetivos claramente delineados e desencadeadores da ação educativa. A ação mediadora propõe o diálogo entre as partes, exigindo observação individual, atenta para o momento particular no processo de construção do conhecimento pelo(a) educando(a).

Em conformidade com as perspectivas de avaliação contidas nos princípios expressos no Regimento Acadêmico da UFT e nas Diretrizes da política de Avaliação para a Educação Superior é importante ressaltar que independente do instrumento utilizado é fundamental que, em toda avaliação, haja o retorno dos resultados obtidos ao(à) educando(a), oportunizando-lhe assim a compreensão de seu desempenho e a retomada dos objetivos não alcançados. Nesse sentido, a avaliação passa a ter um caráter formativo e não apenas classificatório, não tendo, portanto, um fim em si mesmo.

Dessa forma, a avaliação como processo contínuo se efetivará por meio de várias atividades e instrumentos didático pedagógicos num leque que abrange várias maneiras de avaliar destacando as seguintes:

- Prova oral e escrita;
- Debates;
- Seminários;
- GVGO (Grupo oral e Grupo ouvinte);
- Fichamentos;
- Resenhas;
- Relatórios de aula campo/viagens de estudo, de apresentação de seminários, de vídeos, etc.;
- Presenças;
- Participação em sala de aula;
- Responsabilidade;
- Compromisso;
- Respeito mútuo;

- Pontualidade;
- Assiduidade, etc.

Da mesma forma, o Curso de Geografia será avaliado de forma contínua e sistemática, objetivando a visualização de sua implantação e a identificação das dificuldades e problemas emergentes. Neste caso a avaliação será feita a partir das atividades desenvolvidas pelos(as) docentes com os(as) educandos(as), refletidas e discutidas no âmbito dos espaços formativos e nas reuniões de planejamento e de avaliação semestrais, bem como no âmbito da própria avaliação institucional, quer seja interna, quer seja externa referentes ao Ministério da Educação. De forma mais específica, deverá ser objeto de análise de uma comissão permanente de avaliação a ser criada para esta finalidade. Esta avaliação abrangerá os âmbitos do ensino, da pesquisa, e da extensão.

O NDE e a Comissão Permanente de Avaliação (CPA) elaborará instrumentos de avaliação, de registro e de análise de resultados e submetê-los à avaliação do Colegiado. O trabalho previsto para a Comissão envolverá:

- Avaliação contínua do fluxo dos(as) alunos(as) no curso, acompanhando e orientando(a) a implantação da nova proposta curricular
- Análise e reflexão sobre os processos de ensino-aprendizagem dos componentes curriculares (ensino);
- Análise e reflexão sobre os exercícios da pesquisa no processo de ensino-aprendizagem e das atividades de pesquisa de professores(as) e alunos(as) de um modo geral (produção do conhecimento);
- Análise e reflexão sobre a socialização dos resultados dos conhecimentos produzidos (difusão do conhecimento);
- Análise e reflexão sobre as atividades de extensão realizadas (extensão);
- Avaliação periódica da gestão acadêmica do curso (colegiado e coordenação de curso), visando subsidiá-la na proposição de alternativas para atender determinadas demandas docentes/discentes/institucionais (gestão).

3.7.13.1. A avaliação no processo ensino-aprendizagem e seus desdobramentos

O termo avaliar foi utilizado ao longo do tempo como sinônimo de medir e testar. Isso ocorreu em parte, devido à predominância de uma abordagem pedagógica que encarava a educação como mera transmissão e acumulação de conhecimentos já prontos. Nessa perspectiva, avaliar se confundia com medir, isto é, medir o número de informações memorizadas e retidas.

Testar significa submeter a um teste ou experiência. Ou seja, consiste em verificar o desempenho de alguém ou alguma coisa por meio de situações previamente organizadas, chamadas testes. Atualmente, os testes são empregados em larga escala na educação. Mas os(as) educadores(as) devem ter em mente os limites de sua utilização, pois nem todos os resultados do ensino podem ser medidos ou averiguados através de teste. É “normal” ouvir colegas dizerem ter “reprovado” uma quantia “x” de alunos(as) em suas disciplinas, principalmente, os(as) educadores(as) das áreas de exatas e naturais. Será que seu trabalho pedagógico é “aprovado”?

Medir significa determinar a quantidade, a extensão ou o grau de alguma coisa, tendo unidades de medida (metro, quilo, litro) unidades de tempo (horas, minutos, segundos, meses, anos) etc. O resultado de uma medida é expresso em número, daí sua objetividade e exatidão. A medida se refere sempre ao aspecto quantitativo de fenômeno a ser descrito. O teste é apenas um entre os diversos instrumentos de mensuração existentes. No entanto, devido a sua objetividade e praticidade, ele é um dos recursos mais utilizados em educação, afirma Haydt (1998, p.290).

No cotidiano escolar, infelizmente, ainda se utiliza muito do “testar” e do “medir” como sinônimo de “avaliar”. Até em um ambiente universitário que, teoricamente se tem as cabeças mais pensantes da sociedade, a avaliação de fato não é colocada em discussão entre seus(suas) docentes e, muito menos, praticada no processo ensino-aprendizagem. Alguns(algumas) poucos(as) docentes apenas “arranham” essas possibilidades educacionais. A grande maioria ainda se preocupa muito é com o seu “conteúdo teórico” que precisa transmitir aos(às) seus(suas) alunos(as).

Avaliar é julgar ou fazer uma apreciação sobre alguém ou alguma coisa, tendo como base uma escala de valores. Assim a avaliação se consiste na coleta de dados quantitativos e qualitativos e na interpretação desses dados com base em critérios previamente definidos. Portanto, não é suficiente testar e medir, pois os resultados obtidos por esses instrumentos devem ser interpretados sob a forma de avaliação. Pode-se dizer que a mensuração é basicamente um processo descritivo, pois consiste em descrever quantitativamente um fenômeno, enquanto avaliação é um processo interpretativo, pois é um julgamento com base em padrões ou critérios.

Dessa forma, é preciso que se tenha um pouco mais de conhecimento sobre o que realmente é avaliação, para a partir daí, construir um curso que atenda minimamente às exigências que são postas a todos nós envolvidos no processo educacional, no mundo atual. Acredita-se que esse é o caminho. Muitas adversidades surgirão, mas servem como aprendizado para que se possa aproximar cada vez mais de nossa própria realidade educacional.

Acredita-se que a tarefa de avaliar alguém em suas várias atitudes, em seus vários momentos da vida seja uma das mais difíceis missões para qualquer ser humano. Não é diferente para o(a) professor(a) em sua vida cotidiana. O(a) professor(a) está sempre avaliando, classificando, atribuindo notas, etc. Os(as) alunos(as), por sua vez, avaliam constantemente o trabalho pedagógico de seus(suas) professores(as). Ele(a) sabe quando o(a) professor(a) é “bonzinho”, “chato”, “inteligente”, “sabe só para ele”, “sargentão”, “durão”, “capaz de passar o conteúdo de forma adequada”, etc. Avaliação para Luckesi (1994, p.170)

É um juízo de qualidade que nada mais significa que uma afirmação ou negação qualitativa sobre alguma coisa, tendo como base critérios estabelecidos previamente. No caso da educação, padrões e expectativas consciente e politicamente ordenados. Em segundo lugar, esse juízo é estabelecido sobre manifestações relevantes da realidade, que nada mais são que os aspectos da realidade que se relacionam com o objetivo que se tem à frente. (LUCKESI, 1994, P.170)

Essas manifestações são caracteres “físicos” da realidade. “Físico”, aqui, é tomado no sentido grego, de pertencer à natureza do objeto. E, mais, são todos os caracteres relevantes e não alguns que estejam interessando no momento. A avaliação exige o uso da categoria da totalidade e não o reducionismo focalista. A avaliação, em si mesma, é um

instrumento de dinamismo e progresso. Daí a importância do mecanismo ação-reflexão-ação no exercício da prática da avaliação.

O termo avaliar tem sido constantemente associado a expressões como: fazer provas, atribuir notas, repetir ou passar de ano. Esta associação, tão frequente em nossas escolas, é resultante de uma concepção pedagógica arcaica, mas tradicionalmente dominante. Nela, a educação é concebida como mera transmissão e memorização de informações prontas e o(a) aluno(a) é visto como um ser passivo(a) e receptivo(a). Em consequência, a avaliação se restringe a medir a quantidade de informações retidas. Nessa abordagem, em que educar se confunde com informar, a avaliação assume um caráter seletivo e competitivo.

Por outro lado, Libâneo (1992) afirma que:

A avaliação é uma tarefa didática necessária e permanente no trabalho docente, que deve acompanhar passo a passo o processo de ensino e aprendizagem. Através dela, os resultados que vão sendo obtidos no decorrer do trabalho conjunto do professor e dos alunos são comparados com os objetivos propostos, a fim de constatar progressos, dificuldades, e reorientar o trabalho para as correções necessárias. A avaliação é uma reflexão sobre o nível de qualidade de trabalho escolar tanto do professor como dos alunos. Os dados coletados no decurso do processo de ensino, quantitativos ou qualitativos, são interpretados em relação a um padrão de desempenho e expressos em juízos de valor (muito bom, bom, satisfatório etc.) acerca do aproveitamento escolar (LIBÂNEO 1992, p. 195)

Dessa forma, a avaliação, apesar de falha, apesar dos problemas que ela tem, se faz necessária diante do processo ensino-aprendizagem. Quando se afirma que ela é falha, quer dizer que nem sempre ela “mede” o grau de aprendizagem do(a) educando(a). Uns/umas educandos(as) “colam” e “tiram” notas altíssimas enquanto outros(as) que estudam de fato, por serem honestos(as) e não conseguem a mesma nota. O(a) professor(a), nesse caso, deveria ter coerência e verificar as atitudes desses(as) alunos(as) no processo ensino-aprendizagem e fazer justiça reavaliando sua classe e sua postura como docente.

Numa visão mais coerente com a realidade educacional em que o ensino/aprendizagem serve e é para a vida, educar é formar e aprender é construir o próprio saber. Assim, a avaliação assume dimensões mais abrangentes. Ela não se reduz apenas a atribuir notas. Sua conotação se amplia e se desloca, no sentido de verificar em que medida os(as) alunos(as) estão alcançando os objetivos propostos para o processo ensino-aprendizagem.

Tais objetivos se traduzem em mudanças e aquisição de comportamentos motores, cognitivos, afetivos e sociais. Se o ato de ensinar e aprender consiste em tentar realizar esses objetivos, o ato de avaliar consiste em verificar se eles são realmente atingidos. E mais ainda, em que grau se dá essa consecução, no intuito de ajudar o(a) aluno(a) a avançar na aprendizagem e na construção de seu saber. Nessa perspectiva, a avaliação assume um sentido orientador e cooperativo.

O conceito de avaliação da aprendizagem está ligado a uma concepção pedagógica mais ampla, isto é, a uma visão de educação. Ele depende, portanto, da postura filosófica adotada. Além disso, a forma de encarar e realizar a avaliação reflete a atitude do(a) professor(a) em sua interação com a classe, bem como suas relações com o(a) aluno(a). Por exemplo, um(uma) professor(a) autoritário(a) e inseguro(a) usará a avaliação como instrumento de tortura ou punição para alunos(as) apáticos(as) ou indisciplinados(as).

Por sua vez, um(a) professor(a) que seja um(a) profissional seguro(a) de sua prática docente, experiente ao orientar atividades de aprendizagem dos(as) educandos(as), colaborando com eles(as) na construção do conhecimento, tenderá a encarar a avaliação como uma forma diagnóstica dos avanços e dificuldades dos(as) alunos(as) e como indicador para o replanejamento de seu trabalho docente. Nessa perspectiva, a avaliação ajuda o(a) aluno(a) a progredir na aprendizagem, e o(a) professor(a) a aperfeiçoar sua prática pedagógica.

A avaliação é uma apreciação qualitativa sobre dados relevantes do processo ensino e aprendizagem que auxilia o(a) professor(a) a tomar decisões sobre o seu trabalho. Os dados relevantes se referem às várias manifestações das situações didáticas, nas quais o(a) professor(a) e os(as) alunos(as) estão empenhados(as) em atingir os objetivos do ensino. A apreciação qualitativa desses dados, através das análises de provas, exercícios, respostas dos(as) alunos(as), realização de tarefas etc. permite uma tomada de decisão para o que deve ser feito em seguida .

Libâneo (1992) nos afirma que se pode, então, definir a avaliação escolar como um componente do processo de ensino que visa, através da verificação e qualificação dos resultados obtidos, determinar a correspondência destes com os objetivos propostos e, daí orientar a tomada de decisões em relação às atividades didáticas. Nos diversos momentos do processo de ensino, são tarefas de avaliação: a verificação, a qualificação e apreciação qualitativa que são explicitadas conforme sequenciamos a seguir.

Verificação: coleta de dados sobre o aproveitamento dos(as) alunos(as), através de provas, exercícios e tarefas ou meios auxiliares, como observação de desempenho, entrevistas etc.

Qualificação: comprovação dos resultados alcançados em relação aos objetivos e, conforme o caso, atribuição de notas e conceitos.

Apreciação qualitativa: avaliação propriamente dita dos resultados, referindo-se a padrões de desempenho esperados.

A avaliação escolar cumpre pelo menos três funções: pedagógico-didática, de diagnóstico e de controle. A avaliação da aprendizagem do aluno está diretamente ligada à avaliação do próprio trabalho docente. Ao avaliar o que o aluno conseguiu aprender, o professor está avaliando o que ele próprio conseguiu ensinar. Assim, a avaliação dos avanços e dificuldades dos alunos na aprendizagem fornece ao professor indicações de como deve encaminhar e reorientar sua prática pedagógica, visando aperfeiçoá-la. É por isso que se diz que a avaliação contribui para a melhoria da aprendizagem e do ensino.

A partir do que foi exposto acima, pode-se tirar algumas conclusões sobre os pressupostos e princípios de avaliação.

a) A avaliação é um processo contínuo e sistemático. Faz parte de um sistema mais amplo, que o processo ensino-aprendizagem, nele se integrando. Por isso, ela não tem um fim em si mesma, mas é sempre um meio, um recurso, e como tal deve ser usada. Não pode ser esporádica ou improvisada. Deve ser constante e planejada, ocorrendo normalmente ao longo de todo o processo, para orientá-lo e aperfeiçoá-lo.

b) A avaliação é funcional, porque se realiza em função dos objetivos previstos. Os objetivos são os elementos norteadores da avaliação. Por isso, avaliar o aproveitamento do(a) aluno(a) consiste em verificar se ele(a) alcançou os objetivos estabelecidos.

c) A

avaliação é orientadora, porque indica os avanços e dificuldades do(a) aluno(a), ajudando-o a progredir na aprendizagem, orientando-o(a) no sentido de atingir os objetivos propostos. Numa perspectiva orientadora, a avaliação ajuda o(a) professor(a) a replanejar seu trabalho, pondo em prática procedimentos alternativos quando se fizerem necessários.

d) A avaliação é integral, pois considera o(a) aluno(a) como o ser total e integrado, e não de forma compartimentada. Assim ela deve analisar e julgar todas as dimensões do comportamento, incidindo sobre os elementos cognitivos e também sobre o aspecto afetivo e o domínio psicomotor. Em decorrência, o(a) professor(a) deve coletar uma ampla variedade de dados, que vão além da rotineira prova escrita. Para conseguir esses dados, deve usar todos os recursos disponíveis da avaliação.

Esses princípios norteadores da avaliação da aprendizagem são decorrentes de uma concepção pedagógica, que por sua vez são consequência da postura filosófica do professor. Diante de tudo o que já foi exposto até aqui, o Colegiado de Geografia do Campus Araguaína - Universidade Federal de Tocantins na proposição de seu Projeto Pedagógico de Curso coloca-se, quanto quesito da avaliação do ensino-aprendizagem, numa postura reflexiva disponibilizando instrumentos que também ofereça aos acadêmicos a oportunidade de avalia-lo, na perspectiva da melhor qualificação do curso, o que implica não fechar os olhos diante da realidade à qual insere o processo educacional, consciente de que se ensina aprendendo e aprende-se ensinando.

Esta reflexão condiz à polivalência que se faz presente em todas as escalas da produção do pensar, agir, ser, sentir e viver a educação como propósito do corpo docente do curso de geografia, o qual não se furtará a isto, pelo contrário, assumirá o processo avaliativo como inserção da mentalidade de formar um(a) cidadão(ã) crítico(a), consciente e preparado(a) para a vida, e não apenas para o mercado de trabalho.

3.7.13.2. Ações implementadas em função dos processos de auto-avaliação e de avaliação externa (ENADE e outros)

No que diz respeito à avaliação deve-se dizer que o PDI da UFT estabelece determinados procedimentos norteadores para os PPCs que orientarão os processos de auto-avaliação e avaliação externa. Portanto, deve-se considerar que a avaliação constitui-se num processo contínuo que envolve ações de diagnóstico, análise, acompanhamento e proposição de ações para a superação das dificuldades encontradas e o reforço dos pontos positivos, bem como a avaliação da própria avaliação. Na elaboração de uma proposta de avaliação institucional, é fundamental que o processo baseie-se em princípios que garantam sua relevância, tais como:

Participação - faz-se necessário que a comunidade acadêmica participe do processo de elaboração, efetivação, debate e revisão dos resultados, para que a Universidade como um todo possa visualizar melhor sua própria estrutura.

Solidariedade - a partir do processo de avaliação institucional, é possível potencializar ações no sentido de que os *campi* possam obter uma visão de unidade, buscando-se, com isso, criar uma teia de solidariedade para a partilha de experiências e solução de problemas, visando à melhoria da instituição.

No que diz respeito à avaliação externa, deve-se dizer que a criação da CEA (Comissão Especial da Avaliação da Educação Superior) pelo MEC resultou, após intenso período de trabalho, na apresentação de um documento propositivo de novos mecanismos de

avaliação que culminem na ampliação da melhoria da qualidade do ensino, da pesquisa, da extensão e da gestão universitária no Brasil. Assim, criou-se o SINAES (Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior) que ressalta a auto-avaliação – com destaque para a participação da comunidade universitária – articulada com a avaliação externa de especialistas. Composto por um conjunto de diretrizes para as avaliações, o documento sugere a criação de novos instrumentos de avaliação – a auto-avaliação, a avaliação externa, a avaliação das condições de ensino e o Exame Nacional de Desempenho de Estudantes (Enade) –, associando-os aos instrumentos de informação, como o Censo da Educação Superior, o Cadastro das Instituições e Cursos, o Sistema de Registro da Capes e da Secretaria da Educação Média e Tecnológica/MEC, o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) e o Projeto Político-Pedagógico. Em síntese, o SINAES tem os seguintes objetivos: melhoria da qualidade da educação superior, orientação da expansão da sua oferta, aumento permanente da sua eficácia institucional, efetividade acadêmica e social e, especialmente, promoção e aperfeiçoamento do compromisso e da responsabilidade social das instituições de educação superior, por meio da valorização de sua missão.

No Exame Nacional de Desempenho de Estudantes (Enade), e nessas duas vezes obteve conceito dois, o mesmo alcançando nas últimas avaliações.

Em relação aos laboratórios, até o presente, está em processo de instalação o laboratório de Cartografia. Faz-se necessário, urgentemente, a instalação de laboratórios nas áreas de ensino, estudos urbanos e regionais, estudos ambientais, solos, rochas e minerais.

Enfim, o curso de Geografia, Campus Araguaína, foi classificado pela Avaliação do Guia do Estudante (GE) 2018 - Melhores Universidades, entre os melhores do país. Ele recebeu do Guia a classificação de quatro estrelas (Guia do Estudante (GE) 2018 - Melhores Universidades).

4 - CORPO DOCENTE, CORPO DISCENTE E CORPO TÉCNICO-ADMINISTRATIVO

Informações sobre o corpo docente e técnico de suporte ao curso, bem como as condições de trabalho na instituição.

4.1. Formação acadêmica e profissional do corpo docente efetivo

Docente	Graduação	Mestrado/IES	Doutorado/IES	Posse na UFT	Experiência docente no Ensino Superior
1. Airton Sieben	Geografia/UFSM	Geomática/UFSM	Geografia/UFU	03/11/2005	Mais que 15 anos
2. Antônia Márcia Duarte Queiroz	Geografia/UNI-MONTES	Desenvolvimento Social /UNIMONTES	Geografia/UFU	25/05/2016	Mais de 20 anos
3. Alberto Pereira Lopes	Geografia/1991/UFPB	Geografia/UFU	Geografia/USP	15/05/2003	Mais de 25 anos
4. Carlos Augusto Machado	Geografia/UNE SP	Geografia / UNESP	Geografia /UFU	03/11/2005	Mais que 15 anos
5. Elias da Silva	Geografia/UFT1993	Geografia/UFMT	Geografia/USP	15/05/2003	Mais de 20 anos
6. Eliseu Pereira Brito	Geografia (Bacharelado) Geografia (Licenciado) /UFT/ 2005	Geografia/ UFGD	Geografia/ UFG	03/08/2009	Mais de 10anos
7. Jean Carlos Rodrigues	Geografia/2000/UFL	Geografia/ UNESP	Geografia/ UNESP	18/11/2005	Mais de 10 anos
8. Kênia Gonçalves Costa	Geografia/2002	Geografia/UFG	Geografia/ UFG	15/08/2014	Mais de 10 anos
9. Luciano da Silva Guedes	Geografia/1999/UFPB	Geologia/ UFRN	Geografia/ UFU	01/09/2003	Mais de 10 anos
10. Marcelo Venâncio	Geografia – UFG/2005	Geografia – UFU	Doutoranda em Geografia - UFU	27/07/2010	Mais de 10 anos
11. Marivaldo Cavalcante da Silva	Geografia/UEPB/2001	Geografia/ UFPB/2007	Geografia/ UFU	23/04/2008	Mais de 10 anos
12. Maurício Ferreira Mendes	Geografia/2017/ UNEMAT	Ambiente e Sistemas de Produção Agrícola/UNEMAT	Geografia/ UFG	08/05/2018	Menos que 10 anos
13. Miguel Pacífico Filho	História - UFOP	História – UNESP -	Doutorado em História	01/01/2009	Mais que 10 anos
14. Pedro Albeirice da Rocha	Letras (Português-Inglês)	Literatura Brasileira-UFSC	m Teoria da Literatura / , UNESP	15/03/2004	Mais que 20 anos
15. Roberto Antero da Silva	Geografia/UNITINS	Geografia/UECE	Geografia/ UECE	06/02/2013	Mais que 10 anos

16. Suzete Costa Souza	Licenciatura Plena em Geografia	Geografia / UFMT	Doutoranda em Educação Universidade de Aveiro/Portugal	15/01/2010	Mais que 10 anos
17. Vanessa Lessio Diniz	Geografia (Licenciatura e Bacharel) UNICAMP /2011	Mestrado em Ensino e História de Ciências da Terra UNICAMP/ 2014	Doutorado em Geografia UNICAMP P/2019	03/2019	Menos que 10 anos
18. Vinicius Gomes de Aguiar	Geografia/2006/ UFG	Geotecnia e Construção Civil/ UFG	Geografia/ UFG	16/08/2016	Menos que 10 anos

4.2. Condição de trabalho

O corpo docente e do curso de Licenciatura em Geografia é composto atualmente por dezessete professores (as) efetivos(as), todos(as) estão em regime de Dedicação Exclusiva (DE).

A contratação de professores(as) substitutos(as) ocorre esporadicamente, quando há afastamento de docente efetivo para qualificação (Doutorado ou Pós-Doutorado)

A carga horária mínima na UFT para docente DE é de oito horas aulas semanais de aulas na graduação, podendo chegar até 20 horas de aula, somado graduação e pós-graduação.

Os técnicos administrativos que oferecem suporte ao curso e a coordenação, possuem carga horária de 8 horas por dia e 40 horas semanais.

4.3. Composição e titulação do Núcleo Docente Estruturante (NDE)

O Núcleo Docente Estruturante (NDE) é o conjunto de professores(as), composto por 30% do corpo docente, de elevada formação e titulação, em regime de dedicação exclusiva, que respondem mais diretamente pela criação, implantação e consolidação do Projeto de Pedagógico do Curso. Então, observe:

Docente	Titulação Máxima	Regime de Trabalho
Alberto Pereira Lopes	Doutor em Geografia	DE
Antonia Márcia Duarte Queiroz	Doutora em Geografia	DE
Elias da Silva	Doutor em Geografia	DE

Jean Carlos Rodrigues	Doutor em Geografia	DE
Kênia Gonçalves Costa	Doutora em Geografia	DE
Luciano da Silva Guedes	Doutor em Geografia	DE
Marcelo Venâncio	Doutor em Geografia	DE
Roberto Antero da Silva	Doutor em Geografia	DE
Vanessa Lessio Diniz	Doutor em Geografia	DE

4.3.1. Ações do NDE para implantação e consolidação do PPC

- Realizar quatro reuniões anuais do NDE para acompanhamento de questões relativas ao PPC.
- Compor e presidir comissões para analisar o processo de transição do PPC/2009 para o PPC/2019;
- Compor e presidir comissões para analisar a equivalência entre os componentes curriculares de 2009 e os de 2019;
- Compor e presidir comissões para avaliar a execução do Regulamento de Estágio Curricular;
- de TCC e de Atividades Complementares;
- Realizar eventos – Jornadas Pedagógicas, no início de cada semestre letivo, para divulgar e dialogar entre o corpo docente, o corpo discente e técnico-administrativo sobre as ações que todos (as) realizarão semestralmente para consolidar a implantação do PPC/2019.

4.4. Produção de material didático ou científico do corpo docente efetivo

A plataforma Lattes do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico integra bases de dados de currículos, de grupos de pesquisa e de instituições em um único sistema de informações.

O acesso ao Currículo Lattes de pesquisadores/professores permite visualização atualizada sobre: formação acadêmica, áreas de produção científica, instituições em que já tenha atuado, publicações de artigos científicos, iniciação científica, participações em eventos científicos; dentre outras informações.

Segue link de acesso ao Currículo Lattes dos docentes do curso de Geografia:

Nome	Link de acesso ao Currículo Lattes	e-mail
1. Airton Sieben	http://lattes.cnpq.br/2737740889266647	asieben@uft.edu.br
2. Alberto Pereira Lopes	http://lattes.cnpq.br/9254084807806456	beto@uft.edu.br
3. Antonia Márcia Duarte Queiroz	http://lattes.cnpq.br/7912274422016214	amdq@uft.edu.br
4. Carlos Augusto Machado	http://lattes.cnpq.br/1238558127011709	delagnesse@uft.edu.br
5. Elias da Silva	http://lattes.cnpq.br/1144427559245612	esilvageo@uft.edu.br
6. Eliseu Pereira de Brito	http://lattes.cnpq.br/9427367080929062	eliseubrito@uft.edu.br
7. Jean Carlos Rodrigues	http://lattes.cnpq.br/1183907068711284	jeancarlos@uft.edu.br
8. Kênia Gonçalves Costa	http://lattes.cnpq.br/3395795403404222	keniacost@uft.edu.br
9. Luciano da Silva Guedes	http://lattes.cnpq.br/9148805784940137	lucianoguedes@uft.edu.br
10. Marcelo Venâncio	http://lattes.cnpq.br/0949859046503255	venancio@uft.edu.br
11. Marivaldo Cavalcante da Silva	http://lattes.cnpq.br/1933607389573499	marivaldoareia@uft.edu.br
12. Maurício Ferreira Mendes	http://lattes.cnpq.br/1544463117481487	mauricio.mendes@uft.edu.br
13. Miguel Pacífico Filho	http://lattes.cnpq.br/5949034927486529	miguilim@mail.uft.edu.br
14. Pedro Albeirice da Rocha	http://lattes.cnpq.br/8499518171591747	albeirice@mail.uft.edu.br
15. Roberto Antero da Silva	http://lattes.cnpq.br/7119883940178482	robertoantero@uft.edu.br
16. Suzete Costa Souza	http://lattes.cnpq.br/7172986892076161	suzethecosta@uft.edu.br
17. Vanessa Lessio Diniz	http://lattes.cnpq.br/2628259308097357	vanessa.diniz@uft.edu.br
18. Vinicius Gomes de Aguiar	http://lattes.cnpq.br/9820176762513634	vinicius.aguiar@uft.edu.br

4.5. Formação e experiência profissional do corpo técnico-administrativo que atende o Curso

4.5.1. Secretária Acadêmica

Nome: Marcela Pereira Lima Arcanjo
Formação acadêmica: Licenciatura Plena em Ciências com habilitação em Matemática
Titulação máxima: Mestrado em Cultura e Território
Regime de trabalho: 40 horas semanais
Cargo: Assistente administrativo

Função: Secretária Acadêmica
Experiência profissional: Universidade Federal do Tocantins, Função: Secretária Acadêmica, Período: Ano de 2009 (atual), Local: Araguaína/TO; Secretaria da Educação e Cultura (SEDUC) – TO, Função: Professora de Ensino Fundamenta e Ensino Médio, Período: Ano de 2005 a 2009, Local: Araguaína/TO.

4.5.2. Secretária de coordenação do Curso

A Secretaria Unificada de Cursos (SEUC) é o setor responsável pelo suporte administrativo das coordenações de cursos de graduação presenciais da unidade Cimba do Câmpus Araguaína da UFT. A SEUC possui regimento específico e chefia própria, estando vinculada à Coordenação Acadêmica (CORDAC) do Câmpus de Araguaína. A SEUC é composta por servidores efetivos do quadro técnico-administrativo em educação os quais, no âmbito do setor, são denominados Secretários.

Cada Colegiado de Curso de Graduação possui uma representação da SEUC, sendo um servidor efetivos do quadro técnico-administrativo, com função de secretariar as reuniões, e como membro efetivo do colegiado, com direito a voz e voto.

Atualmente o servidor técnico-administrativo membro do Colegiado é:

Nome: Marcos Antonio de Sousa
Formação acadêmica: Licenciatura Plena em Ciências com habilitação em Matemática
Titulação máxima: Especialização
Regime de trabalho: 40 horas semanais
Cargo: Assistente Administrativo
Função: Secretário de Curso
Universidade Federal do Tocantins, Função: Secretário de Curso, Período: outubro/2014 (atual), Local: Araguaína/TO; Escola: Escola SESI de Araguaína, Função: Professor de Matemática e Física, Período: agosto/2011 a outubro/2014, Local: Araguaína/TO; Escola: CEM - Benjamim José de Almeida, Função: Professor de Matemática e Física, Período: agosto/2008 a junho/2011, Local: Araguaína/TO; Empresa: Banco do Brasil S/A, Função: Escriturário, Período: março/2000 a janeiro/2007, Local: Araguaína/TO.

4.6. Corpo discente - Representante Estudantil no Colegiado

Nome	Período
Natalia Ismaila da Silva	2019/2021

5 – INSTALAÇÕES FÍSICAS E LABORATÓRIOS

Descreve-se sobre infraestrutura física, a saber: laboratórios e instalações biblioteca central, instalações e equipamentos complementares, área de lazer e circulação, recursos audiovisuais acessibilidade para portador de necessidades especiais, sala de direção de campus e coordenação de curso.

5.1. Laboratórios e Instalações

O curso de Geografia de Araguaína dispõe de 05 (cinco) laboratórios equipados para pesquisa de professores e alunos. Todos os laboratórios estão localizados na Unidade Cimba e utilizados pelo curso de Geografia nas atividades de Ensino, Pesquisa e Extensão. Abaixo está descrito a infraestrutura material e os usos dos laboratórios:

LCET – Laboratório de Cartografia e Estudos do Território:

O objetivo do laboratório é estudar e trabalhar com cartografia, relacionado o uso de mapas com a categoria Território. O laboratório é utilizado para ministrar aulas, atender alunos de graduação, pós graduação, local de estudo, defesas de Trabalhos de Conclusão de Curso, mestrado e oferta de cursos envolvendo programas que trabalham com elaboração de mapas básicos. No local são desenvolvidos projetos de extensão e de pesquisa, atuando vários professores e alunos do curso de Geografia e outros. O LCET tem como equipamentos: mapas, cartas, 40 pranchetas de desenho técnico para uso de mapas, 3 armários, 4 ares condicionados, pontos de internet, tomadas, 1 mapoteca, 3 mesas de estudo, 2 mesas de professor, 1 mesa para monitores, 1 telefone, 1 impressora/scanner, 1 computador, 1 aparelho wifi, 1 GPS, curvímetros e réguas. O LCET, os materiais e os equipamentos estão disponíveis conforme as necessidades e demandas do curso de Geografia e do campus de Araguaína para os processos de ensino, extensão e pesquisa.

Coordenador: Dr. Airton Sieben.

LEADH - Laboratório de Estudos Agrários e Direitos Humanos

O laboratório de Estudos Agrários e Direitos Humanos criado em agosto de 2016 está relacionado ao Grupo de Pesquisa do CNPq – Grupo de Estudos Agrários e Direitos Humanos - GEADH certificado pela Universidade Federal do Tocantins – UFT. Constitui-se em um espaço de ensino, pesquisa e extensão, propiciando aos acadêmicos/as ações voltadas para construção de saberes convergentes com o perfil do profissional que se pretende formar no referido curso, conforme consta no Projeto Pedagógico. O objetivo do laboratório de Estudos Agrários e Direitos Humanos é oportunizar aos estudantes a trabalhar a teoria e a prática no universo dos conteúdos trabalhados no curso de Geografia, nas diversas áreas do conhecimento, sobretudo relacionada às linhas de pesquisa do grupo certificado pela instituição. A metodologia: os estudantes do curso de Geografia que fazem parte do LEADH exercem suas atividades de pesquisa para o aprimoramento das aprendizagens, como pesquisa de Projeto de Iniciação

científica, TCC- (Trabalho de Conclusão de Curso); O laboratório tem desenvolvido trabalhos de Extensão que envolve os discentes neste universo das aprendizagens. Nesse sentido desenvolvemos o projeto Diagnóstico do trabalho escravo contemporâneo no Brasil: com destaque o Estado do Tocantins – 2008-2016. O objetivo do projeto: Compreender a política de erradicação do trabalho escravo contemporâneo a nível nacional e estadual – o caso do Tocantins, e suas ações para conter o crescimento da mão-de-obra precária e da impunidade da violência, com a participação da comunidade egressa – professores da escola pública e alunos das IES- ITPAC, UFT. Projeto em andamento de extensão: II SEMINÁRIO INTEGRADO GEADH - (Grupo de Estudos Agrários de Direitos Humanos- UFT/Campus Araguaína) e CPT (Comissão Pastoral da Terra): Os movimentos sociais e a expropriação camponesa para a expansão do território do agronegócio: conflitos e resistência. O objetivo do projeto: Compreender a questão agrária no Brasil e especificamente no Estado do Tocantins a partir da concentração fundiária e do resultado de manifestações dos movimentos sociais em defesa do acesso a terra, do acesso a água e do acesso ao trabalho; O II seminário integrado entre o Grupo de Estudos Agrários e Direitos Humanos (GEADH) e a Comissão Pastoral da Terra (CPT) é resultado dos trabalhos realizados entre o Grupo de estudo com a entidade, seja nos trabalhos acadêmicos e na luta da barbárie no campo. O primeiro seminário foi realizado durante a Semana social da terra e das águas Pe. Josimo neste discutimos o Caderno de conflito 2015 apresentando dados concretos com discussões bastante propositivas para a comunidade acadêmica. Dos equipamentos: o laboratório está equipado com 03 mesas, sendo uma pequena e 05 cadeiras, 02 armários, além de materiais bibliográficos como: livros, teses, dissertações, TCC etc. Os materiais bibliográficos expostos no Laboratório oportunizam ao estudante exercitar a pesquisa nas diferentes sub-áreas da geografia humana, além de constituir em um espaço de realização de projetos de extensão e outras atividades desenvolvidas que facilitam a aprendizagem.

Coordenador: Dr. Alberto Pereira Lopes

LABGEO – Laboratório de Geografia

O LABGEO tem como objetivo atender à comunidade docente e discente do Curso de Geografia na realização de atividades acadêmicas de graduação e pós-graduação que demandem recursos de cartografia digital, geoprocessamento e atividades voltadas ao ensino de Geografia, promovidos pelo curso de Geografia. Trata-se de um ambiente multidisciplinar, pois atende toda a demanda do curso de Geografia, bem como outros cursos do campus, entre eles Biologia e História. O apoio técnico e administrativo do LABGEO é formado por um coordenador, um funcionário técnico administrativo, encarregado da manutenção de hardware e software, além de estagiários e/ou monitores com objetivo de auxiliar nas atividades internas do laboratório.

O Laboratório dispõe de 25 computadores interligados a rede de internet, com softwares livres de geoprocessamento e o pacote Office do Windows instalados; 02 mesas escritaninhas; 01 ramal telefônico; mapoteca contendo 20 imagens do satélite Landsat 5 (níveis de cinza) e uma imagem de satélite landsat 5 colorida do município de Araguaína impressos; 02 aparelhos de GPS Garmim Etrex. Atualmente o laboratório conta com quatro estagiários.

Coordenador: Dr. Luciano da Silva Guedes

LABGESOL - Laboratório Geologia, Geomorfologia e Solos

O LABGESOL tem como objetivo atender à comunidade docente e discente do Curso de Geografia na realização de atividades acadêmicas de Graduação e Pós-Graduação que

demandem recursos de Geologia, Geomorfologia, Hidrografia e Solos, e atividades voltadas ao ensino e de Geografia promovido pelo Curso de Geografia. O Apoio Técnico e Administrativo do LABGESOL é formado por um coordenador, um estagiário ou monitor, encarregado da manutenção dos materiais e equipamentos, além de pesquisadores, com o objetivo de auxiliar nas atividades inerentes ao ensino, pesquisa e extensão do laboratório. Os projetos desenvolvidos enquadram-se na área de solos artificiais e depósitos tecnogênicos, monitoramento de bacias hidrográficas e análise e dinâmica das paisagens. A infraestrutura do laboratório é composta por: estrutura de mesa em forma de U, com balcão de granito para experiências; 06 lupas ópticas (marca); 06 microscópios (marca); 12 estereoscópios (marcas); 04 aparelhos de GPS Garmin Hcx; Kits de análise de pH da água; Biblioteca com 50 livros e relatórios técnicos; Mapoteca; Coleção de rochas e fósseis (200 tipos); 01 Impressora Epson A3; 01 Impressora HP F4000; 02 computadores de mesa; 04 mesas de escritório para alunos/estagiários; 01 Datashow Epson.

Coordenador: Dr. Carlos Augusto Machado

Laboratório de Ensino e Prática em Geografia (LEPG)

O Laboratório de Ensino e Prática em Geografia (LEPG) foi criado no âmbito das demandas dos laboratórios do Curso de Geografia, tendo como maior demanda suprir lacunas no ensino de Geografia referentes à parte didático-pedagógica, especialmente legadas à facilitação da linguagem em áreas como cartografia e ensino. Portanto, tem como objetivo promover práticas que venham ao encontro da qualidade e inovação do ensino de Geografia, ênfase maior do curso de Geografia/UFT/Araguaína. No cotidiano das atividades, estas são produzidas por meio de metodologias variadas, como reuniões de leituras e discussões de textos, encontros entre orientadores(as) e orientandos(as), procurando a visão integrada de conhecimentos que, mesmo indiretos ao ensino, fomentam a base maior do conhecimento, mas sempre oportunizando verificar a relação com a educação e as humanidades; na confecção de maquetes e oficinas envolvendo os(as) bolsistas(as) nas várias modalidades (remunerada e voluntária). No laboratório desenvolvem-se as ações referentes aos programas institucionais como: monitorias de disciplinas e indígena; iniciação à docência (PIBID) e extensão. Quanto aos equipamentos disponibilizados no laboratório, este dispõe de: 02 mesas circulares de madeira com 10 cadeiras; 01 sofá com 03 assentos; 02 mesas escrivaninhas; 01 mesa gabinete com computador completo; 01 ramal telefônico; 01 armário deslizante com quatro portas; 04 armários da madeira de 02 portas contendo acervo bibliográfico do projeto “Sala Verde”; 01 armário com 04 gavetas tipo arquivo; 02 armários de 02 portas para pertences pessoais; 02 estantes de aço com 05 divisões; 01 estante de aço com 06 divisões para exposição de livros e revistas; 02 murais, sendo um medindo 3X1 metros e o outro medindo 1X0,80 cm; 02 cabines para leitura individual e uso de computador. Esses equipamentos são justificados considerando-se as demandas no âmbito maior do LEPG, quanto à graduação e pós-graduação.

Coordenadora: Dr^a. Kênia Gonçalves Costa

5.2. Biblioteca

A biblioteca da Universidade Federal do Tocantins, Campus de Araguaína, denominada Professor Severino Francisco de Oliveira, está interligada ao Sistema de Bibliotecas (SISBIB/UFT), que tem o núcleo sede na cidade de Palmas. Todo o acervo é possível de ser consultado por terminais locais e via portal da UFT na internet, inclusive para serviços como consultas ao acervo, agendamento e renovação. Todo o movimento dos livros é gerenciado via

SIE, que emite relatórios estatísticos das operações e oferece uma visão global das transações efetuadas pelos usuários e pelos atendentes em cada operação em que se utilizou o sistema.

A finalidade do Sisbib é oferecer informações técnico-científicas à comunidade acadêmica, por meio de seus acervos e instalações, como suporte aos programas de ensino, pesquisa e extensão, possibilitando o acesso à informação armazenada e gerada na Universidade à comunidade acadêmica e ao público em geral.

A biblioteca tem uma área de 270 m² e deve ser ampliada com a construção em andamento de seu prédio em uma área quatro vezes maior que a atual. A atual biblioteca é equipada com mesas para estudos em grupo e gabinetes individuais para leitura, em um ambiente climatizado e iluminado. A rede *wi-fi* da universidade possibilita pesquisas *online* tanto do acervo da própria biblioteca, como de outros portais de pesquisas, caso dos portais de periódicos, livros e teses da CAPES, Domínio Público, Portal de periódicos da UFT e Scielo, todos com *link* disponibilizado na página do SISBIB/UFT.

Na biblioteca há 42.864 exemplares distribuídos em 15.253 títulos, em áreas de biologia, física, química, história, letras, geografia, matemática, logística, turismo, entre outras áreas. Desse total, 89,7% são livros, 1,6% são revistas, 5,2% são multimeios e 3,5% são TCCs, Dissertações e Teses.

Divisão do acervo

BIBLIOTECA DO CÂMPUS DE ARAGUAÍNA – UNIDADE CIMBA		
Material	Títulos	Exemplares
Livros	12.521	37.929
Revistas	243	2.100
Monografias Graduação	1.226	1.226
Monografias Especialização	78	78
Dissertações	114	126
Teses	86	86
Multimeios (Cd's, Dvd's e Fitas Cassete)	985	1.319
TOTAL	15.253	42.864

(UFT, SISBIB, 2016).

Do total de livros do acervo, 40% são da área de Ciências Humanas e 11,5% são da área de Ciências Exatas e da Terra. Desse total, 1.593 livros, ou 3,7% do total de livros, são da área de Geografia, com 147 títulos diferentes disponíveis para empréstimos e leituras na biblioteca (UFT, SISBIB, 2016).

Geografia

Títulos	Exemplares
147	1.593

Periódicos

Quanto à política de aquisição dos acervos, esta é ligada às atualizações dos projetos pedagógicos de curso – PPC, da graduação e pós-graduação. As demandas são enviadas para a biblioteca, que faz a aquisição do material anualmente. Os critérios são:

1. Autoridade: verificar junto aos professores a reputação do autor das obras, sua credibilidade;
2. Atualidade: pertinência do assunto ao momento atual (Observar que as Obras Clássicas não se limitam a sua data de publicação, elas possuem conhecimentos que ainda não estão ultrapassados);
3. Cobertura: observar a temática do acervo da Biblioteca.
4. A expansão do acervo obedece à indicação da coordenação de cada curso, em que cada professor solicita as obras que atendem a sua disciplina (BIBLIOTECA, junho de 2017).

A maioria das bibliografias apresentadas nos ementários das disciplinas está disponível na biblioteca ou são livros que já foram solicitados para compra. Há que se frisar, também, que há um número considerável de bibliografias que estão disponibilizadas nos portais já citados e que podem ser acessados e lidos de forma gratuita.

Frisamos que temos um importante acervo bibliográfico e com tendência de ser aumentado com novas aquisições realizadas e com novas que serão contempladas pelo PPGEIO.

Periódico eletrônico

Portal de periódicos da capes - oferece acesso aos textos completos de artigos de mais de 11.419 revistas internacionais, nacionais e estrangeiras, e a mais de 90 bases de dados com resumos de documentos em todas as áreas do conhecimento.

Base de dados

Jornais: Assinatura de um jornal local

Multimeios: 263 títulos (CDs, DVDs e fitas cassete)

Política de atualização do acervo:

A atualização e informatização do acervo são coordenadas pela PROGRAD (Pró-reitoria de Graduação). As bibliotecas dos *Campi* tem a responsabilidade de indicar as obras para serem adquiridas por meio de listas produzidas em conjuntos com os(as) professores(as), considerando a bibliografia básica de cada curso.

Os serviços da biblioteca é totalmente informatizado. O Software adotado pela UFT é o SIE (Sistema de Informação Escolar). Vale ressaltar, que a biblioteca possui um banco de dados com todos os materiais informacionais pertencentes ao seu acervo.

Serviços da Biblioteca:

- Empréstimo domiciliar informatizado para alunos, preceptores, residentes, professores e técnicos-administrativos regulares da instituição;

- Consulta local para usuários cadastrados e a comunidade em geral;
- Empréstimo entre bibliotecas;
- Pesquisa de títulos no acervo informatizada e on line;
- Reserva on line de material bibliográfico emprestado;
- Renovação on line de empréstimos;
- Acesso aos periódicos da Capes e a outras bases de dados;
- Envio de e-mail automático aos usuários com avisos sobre empréstimos, devoluções e reservas disponíveis;
- Orientação na normalização de trabalhos acadêmicos, conforme a ABNT;
- Repositório institucional digital da produção intelectual científica de autores da UFT, incluindo trabalhos de conclusão de curso de graduação e especialização, dissertações de mestrado e teses de doutorado;
- Levantamento bibliográfico;
- Elaboração de ficha catalográfica;
- Treinamento de usuários e programas e conscientização para preservação do acervo;
- Internet wireless nas bibliotecas;
- Assinatura de jornais;
- Expedição de carteirinha da biblioteca, condicionada à participação do usuário em treinamento agendado;
- Visita orientada às bibliotecas.

5.3. Instalações e equipamentos complementares

O Colegiado de Geografia dispõe destas instalações e equipamentos como o laboratório de informática que é de uso exclusivo do curso. Os(as) acadêmicos(as) também dispõe de internet, data show, e sala de projeção/multimídia.

O curso também possui a “Sala Verde”, que é uma biblioteca de uso mais restrito e com um acervo bibliográfico de livros de geografia, revistas, relatórios técnicos e material pedagógico. São espaços dentro da universidade muito utilizados pelos alunos para leitura e consulta aos materiais disponibilizados. O “Projeto Sala Verde”, do Ministério do Meio Ambiente, está implantado no Curso de Geografia desde 2008, visando disponibilizar espaços interativos de informação e formação que promovam a sustentabilidade de ações socioambientais, cumprindo o papel de articulador e integrador dos diferentes segmentos da sociedade em geral, facilitando, dessa forma, o fluxo de informações e experiências em práticas educacionais ambientais.

A UFT aderiu ao serviço Eduroam, que permite acesso à internet sem fio em diversas instituições educacionais em todo o mundo através do login institucional da

Universidade. O acesso se dá pelo login institucional (com sufixo @uft.edu.br). Todos os usuários das redes da UFT, alunos, professores e técnicos administrativos, podem acessar a internet via Eduroam.

Em 2017, a Unidade Cimba, passou a abrigar um refeitório, vinculado ao Restaurante Universitário, situado na Unidade da Escola de Medicina Veterinária e Zootecnia.

5.4. Área de lazer e circulação

A Unidade Cimba possui 03 (três) áreas cultura e convivência, espaço para exercer a democracia e debater ideias com área de 192,73m²(Cento e Noventa e Dois Metros Quadrados) em bom estado de conservação.

5.5. Recursos audiovisuais

O Colegiado de Geografia disponibiliza aos(as) seus(suas) docentes e discentes, para suas práticas de ensino e aprendizagem, 2 aparelhos de Datashow. Há uma sala de aula do curso com aparelho Datashow fixado de modo permanente.

O *Campus* de Araguaína disponibiliza reserva de notebook, Datashow e outras multimídia, sala para videoconferência que são reservados pelo docente diretamente no site: <http://araguaina.uft.edu.br/intranet/>. Enfatiza-se que os equipamentos são recebidos diretamente pelo docente no mesmo bloco de salas de aulas. A quantidade de recursos audiovisuais tem sido suficiente para atender a demanda do campus.

5.6. Acessibilidade para portador de necessidades especiais

Os espaços de circulação são amplos, com atenção a rampas para garantir a acessibilidade aos diferentes prédios. A construção possui uma infra-estrutura que permite melhor acessibilidade para portadores(as) de necessidades especiais.

No entanto, no prédio das salas de aulas, e em outros, os elevadores não funcionam, o que dificulta o acesso. O curso de Geografia, assim como os demais cursos da unidade tem contornado esse problema remanejando as salas que possuem acadêmicos e docentes com dificuldade de locomoção para as sala de aula do piso inferior.

5.7. Sala de Direção de Campus e Coordenação de Curso

O Campus dispõe de salas destinadas à direção, à coordenação de curso que atende as necessidades dos(as) docentes, discentes e técnico(a)-administrativos(as).

A coordenação de curso dispõe de uma sala climatizada específica e exclusiva, com mobiliário e computador. Uma antessala, com mesa, computador e impressora, que funciona recepção das coordenações de curso. A estrutura permite realizar de modo adequado trabalho técnico pedagógico e administrativo e o atendimento aos docentes e discentes.

A sala dos professores possui mobiliário (mesa, cadeiras e armário) com acesso a internet, com e sem fio.

6 – REFERÊNCIAS

BRASIL, Ministério do Meio Ambiente. Lei nº 9.0705 de 27 de abril de 1999. Dispõe sobre a educação ambiental, institui a Política de Educação Ambiental e dá outras providências. Brasília: Ministério do Meio Ambiente, 2000.

_____. Conselho Nacional de Educação. Parecer CNE/CP 28/2001, 17 de outubro de 2002. Dá nova redação ao Parecer CNE/CP 21/2001, que estabelece a duração e a carga horária dos cursos de Formação de Professores da Educação Básica, em nível superior, curso de licenciatura, de graduação plena, Brasília, 2001.

_____. Conselho Nacional de Educação. Parecer CNE/CP 27/2001, 2 de outubro de 2001. Dá nova redação ao item 3.6, alínea c, do Parecer CNE/CP 9/2001, que dispõe sobre as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores da Educação Básica, em nível superior, curso de licenciatura, de graduação plena, Brasília, 2001.

_____. Conselho Nacional de Educação. Institui a duração e a carga horária dos cursos de licenciatura, de graduação plena, de formação de professores da Educação Básica em nível superior. Resolução CNE/CP 2, de 19 de fevereiro de 2002.

_____. Decreto nº 4.281, de 25 de junho de 2002. Regulamenta a Lei no 9.795, de 27 de abril de 1999, que institui a Política Nacional de Educação Ambiental, e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 2002.

_____. Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana. Brasília: Ministério da Educação, 2004.

_____. Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005. Regulamenta a Lei no 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais – Libras.

_____. Lei 10.639/03, de 9 de janeiro de 2003. Obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira. Diário Oficial da União, Poder Executivo, Brasília.

_____. MEC/SECAD. Orientações e ações para a educação das relações étnico-raciais. Brasília: SECAD, 2006.

_____. Lei 11.645/08 de 10 de Março de 2008. Diário Oficial da União, Poder Executivo, Brasília. Diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena

_____. Plano nacional de implementação das diretrizes curriculares nacionais para a educação das relações étnico-raciais e para o ensino de história e cultura afro-brasileira e africana. Brasília, DF: MEC, 2009.

_____. Plano Nacional de Educação 2014-2024: Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014, que aprova o Plano Nacional de Educação (PNE) e dá outras providências. – Brasília :Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2014.

_____. lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência).

_____. Ministério da Educação. Parecer CNE n.02, de 01 de julho de 2015. Define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial em nível superior (cursos de licenciatura, cursos

de formação pedagógica para graduados e cursos de segunda licenciatura) e para a formação continuada. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, 25 jun. 2015.

_____. Resolução CNE/CP 2/2015, de 1 de julho de 2015. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial e Continuada dos Profissionais do Magistério da Educação Básica. Brasília: Ministério da Educação.

_____. Referencial Curricular Nacional para as Escolas Indígenas. Ministério da Educação e do Desporto, Secretaria de Educação Fundamental. - Brasília: MEC/SEF, 1999

CALVO, L. C. S. FREITAS, M. A. Prática como componente curricular e sua implementação em sala de aula na visão de formadores de um curso de Letras. **Acta Scientiarum. Language and Culture**, Maringá, v. 33, n. 2, p. 315-327, 2011.

CAVALCANTI, L. S. *Geografia e práticas de ensino*. Goiânia: Alternativa, 2002.

HAYDT, Regina Célia Cazaux. *Curso de Didática Geral*. 1998: 288.

LIBÂNIO, José Carlos. *Didática*. São Paulo: Cortez, 1995.

LUKESI, Cipriano Carlos. *Filosofia da Educação*. São Paulo: Vozes, 1994, p. 170.

PIMENTA, S. G; LIMA, M. S. L. *Estágio e docência*. São Paulo: Cortez, 2004.

SOUZA NETO, S.; SILVA, V. P. Prática como componente curricular: questões e reflexões. **Revista Diálogo Educacional**, v. 14, n. 43, p. 889-909, set./dez. 2014. Disponível em: <<http://www2.pucpr.br/reol/pb/index.php/dialogo?dd1=14726&dd99=view&dd98=pb>>

Acesso em 05/abr./2018.UFT.

VASCONCELOS, C. dos S. *Planejamento: Projeto de Ensino-Aprendizagem e Projeto-Político-Pedagógico – Elementos Metodológicos para Elaboração e Realização*. 7. ed. São Paulo: Libertad, 2000, p.179. (Cadernos Pedagógicos do Libertad. v.1)

KAERCHER, N.A. Ler e escrever a geografia para dizer a sua palavra e construir o seu espaço. In: NEVES, I. C.B. et all. (Org.) *Ler e escrever: compromisso de todas as áreas*. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 1999.

TOCANTINS. *Referencial Curricular do Ensino Fundamental das escolas públicas do Estado do Tocantins*: Ensino Fundamental do 1º ao 9º ano. Palmas: Secretaria de Estado da Educação e Cultura, 2006.

_____. *Proposta curricular: Ensino médio versão preliminar*. Palmas: Secretaria de Estado da Educação e Cultura, 2007.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS. Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão. Aprova a sistemática orientadora de elaboração e reformulação do Projeto Político-Pedagógico dos Cursos de Graduação da UFT. Resolução CONSEPE n. 005/2005, de 17 de junho de 2005.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS. Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão. Dispõe sobre alterações na Resolução n. 04/2005 deste conselho, que traz o regulamento das Atividades Complementares nos Cursos de Graduação da Universidade Federal do Tocantins – UFT. Resolução CONSEPE n. 009/2005, de 19 de dezembro de 2005.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS. Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) da Universidade Federal do Tocantins. Palmas, setembro de 2007.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS. Projeto Pedagógico-Institucional (PPI) da Universidade Federal do Tocantins. Palmas, 2007.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS. Regimento Geral Da Fundação Universidade Federal do Tocantins – UFT – 2004.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS. Resolução CONSEPE/UFT nº 15/2004. Dispõe sobre a regulamentação da oferta de componentes curriculares nas modalidades semipresencial e tutorial da UFT

UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS. Projeto Pedagógico-Institucional (PPI) Da Universidade Federal do Tocantins (2007).

UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS. Planejamento Estratégico (PE) 2014 -2022 da Universidade Federal do Tocantins. Anexo único da Resolução nº 27/2014-ConsuniAprovado pelo Conselho Universitário em 24 de setembro de 2014.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS. Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) 2016 – 2020 Aprovado pelo Conselho Universitário 05 de abril de 2016 (Resolução nº 06/2016–Consuni).

UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS. Nota técnica processo de migração entre versões de Projeto Político Pedagógico.

7.1. Regimento Acadêmico do Curso



UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS
PRÓ-REITORIA DE GRADUAÇÃO
CÂMPUS DE ARAGUAÍNA
CURSO DE GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA

**REGIMENTO ACADÊMICO DO CURSO DE
LICENCIATURA EM GEOGRAFIA**

2019

REGIMENTO ACADÊMICO DO CURSO DE LICENCIATURA EM GEOGRAFIA

Dispõe sobre a atualização Regimento Acadêmico do curso do Curso de Licenciatura em Geografia da Universidade Federal do Tocantins – Campus Araguaína.

O Colegiado do Curso de Geografia da Universidade Federal do Tocantins (UFT), campus de Araguaína, reunido em sessão extraordinária no dia 29 de abril de 2019, no uso de suas atribuições legais e estatutárias,

Resolve:

Aprovar as alterações no anexo único, que trata do Regimento acadêmico Curso de Geografia da Universidade Federal do Tocantins (UFT), campus de Araguaína.

Este Regimento foi aprovado em 20 de abril de 2006 (Ata nº 005/2006), revisto e atualizado em 23 de novembro de 2009 (Ata nº 24/2009) e novamente revisto e atualizado em 29 de abril de 2019 (ata da 02ª reunião extraordinária 2019)

CAPÍTULO – I

DA NATUREZA E FINALIDADE

Art. 1º. O Colegiado do Curso de Licenciatura em Geografia, criado pelo Regimento Geral da Fundação Universidade Federal do Tocantins, constitui órgão consultivo, normativo, administrativo e deliberativo do nível de sua competência, de acordo com o que estabelece o Regimento Acadêmico, o Regimento Geral e o Estatuto da UFT, devendo contribuir para a organização, o funcionamento, a expansão e o aperfeiçoamento do Curso de Licenciatura em Geografia.

CAPÍTULO – II

DA COMPOSIÇÃO

Art. 2º. O Colegiado do Curso de Licenciatura em Geografia é composto de todos(as) os(as) docentes efetivos(as) e substitutos(as) da área específica, de docentes de áreas afins, em exercício no curso, e de dois/duas representantes discentes eleitos(as) pela sua totalidade.

Art.3º. O(a) Presidente do Colegiado exercerá, cumulativamente, as funções de coordenador(a) do curso.

§ 1º. O(a) Presidente será auxiliado por um(a) secretário(a) ou, na falta dele(a), por um(a) integrante do Colegiado escolhido(a) em datas alternadas pelos(as) membros do Colegiado.

§ 2º. No caso de afastamento temporário, o(a) Presidente indicará substituto(a).

CAPÍTULO - III

DAS ATRIBUIÇÕES

SEÇÃO I

Das Atribuições do Colegiado

Art. 4º. Compete ao Colegiado, em conformidade com o artigo 37 do Regimento Geral da UFT:

- I. Propor a estatuta didático-pedagógica e a organização administrativa do respectivo curso, nos termos deste Regimento;
- II. Constituir comissões e subcomissões de avaliação e acompanhamento, para a análise de temas pertinentes à área, se assim entender necessário, nos termos deste Regimento;
- III. Propor as disciplinas que serão disponibilizadas em Edital para concurso público, tendo em vista as necessidades didático-pedagógicas e administrativas do curso;
- IV. Estimular a elaboração de um plano de qualificação e de educação continuada para o corpo docente, em consonância com o inciso IX do Regimento do Campus Araguaína;
- V. Recomendar a liberação de docentes do curso para participarem de programas de aperfeiçoamento e pós-graduação, bem como para eventos técnico-científicos, desde que, suas propostas de trabalho contemplem as diretrizes norteadas pelo curso de Licenciatura em Geografia, expressas em seu projeto político-pedagógico;
- VI. Aprovar alterações curriculares, ementas e programas de disciplinas no nível de suas competências, obedecidas as normas educacionais em vigor no país;
- VII. Realizar a formulação, a atualização e o acompanhamento do projeto político-pedagógico do curso, encaminhando, por meio do Conselho de Campus, à Câmara de Graduação, ao CONSEPE e à Pró-Reitoria de Graduação, para fins de homologação junto ao Conselho Universitário;
- VIII. Propor, discutir e aprovar projetos de pesquisa e extensão que são ou serão desenvolvidos pelos(as) docentes deste Colegiado;
- IX. Distribuir a carga horária entre os(as) docentes do curso, contemplando as atividades de ensino, pesquisa e extensão;
- X. Elaborar um calendário de reuniões ordinárias do Colegiado;
- XI. Na falta ou impedimento do(a) titular, a presidência será assumida pelo(a) Coordenador(a) Substituto(a) do curso eleito(a) pelos(as) membros do Colegiado, conforme reza o artigo 38, § 2º do Regimento Geral da UFT.

Art. 5º. Os(as) professores(as) de uma mesma área de conhecimento do curso, ou de vários cursos em áreas afins, poderão reunir-se periodicamente para analisar assuntos referentes às respectivas áreas de conhecimento, identificar problemas, propor soluções e prestar auxílio mútuo.

Parágrafo Único. As propostas, a que se referem o *caput* do artigo anterior, que afetarem a natureza, a finalidade e as competências dos cursos serão objetos de apreciação e deliberação dos respectivos colegiados.

SEÇÃO II

Das Atribuições do(a) Presidente do(a) Colegiado

Art. 6º. Compete ao(à) Presidente do(a) Colegiado, em conformidade com o artigo 38 do Regulamento Geral da UFT:

- I. Coordenar a elaboração de propostas de reestruturação e organização do curso;
- II. Promover, no início de cada semestre, o planejamento das atividades acadêmicas, envolvendo o ensino, a pesquisa e a extensão;
- III. Auxiliar o(a) Coordenador(a) do Campus, na compatibilização da programação das atividades acadêmicas, avaliando seus resultados junto ao Colegiado;
- IV. Comunicar ao Colegiado as decisões emanadas das Câmaras deliberativas da UFT, assim como fornecer todas as informações pertinentes ao curso e aos(às) membros do Colegiado em reuniões ordinárias e extraordinárias;
- V. Convocar os(as) membros do Colegiado para as reuniões ordinárias e extraordinárias;
- VI. Desempenhar suas funções em articulação com outros Colegiados e com a Direção de Campus;
- VII. Convocar os(as) docentes da mesma área de conhecimento do respectivo curso, para a integralização de disciplinas e conteúdos afins, presidindo suas reuniões;
- VIII. Zelar pelo bom andamento das reuniões ordinárias e extraordinárias podendo, se for o caso, intervir de acordo com as disposições dos artigos 128, 129, 130 e seu parágrafo único, 132 e seu parágrafo único, 133, todos do Regimento Geral da UFT.

Parágrafo Único. A carga horária máxima em sala de aula exercida pelo(a) Presidente do Colegiado será de 8 (oito) horas-aula semanais, o que não isenta-lo(a)-á de desenvolver projetos de pesquisa e extensão, conforme o artigo 38, § 1º do Regimento Geral da UFT.

SEÇÃO III

Das Atribuições dos(as) Membros do Colegiado

Art. 7º. Aos(às) membros deste Colegiado compete:

- I. Zelar pelo cumprimento deste Regimento;
- II. Analisar, discutir, relatar e deliberar nos prazos estabelecidos na sessão, os encaminhamentos que lhe forem distribuídos pelo(a) Presidente;
- III. Emitir parecer sobre transferência ou permuta dos(as) docentes deste Colegiado, em consonância com o artigo 112 do Regimento Geral da UFT;

IV. Compor comissões e subcomissões indicadas ou eleitas pelo Colegiado, para contribuir para as necessidades do curso;

V. Comparecer às reuniões ordinárias e extraordinárias;

VI. Estabelecer um calendário semanal de atendimento para as atividades de ensino, pesquisa e extensão;

VII. Manter um comportamento ético em relação à comunidade acadêmica;

VIII. Zelar pelo cumprimento de horários de aulas, reuniões, atividades de ensino, pesquisa e extensão;

IX. Zelar pelo bom andamento das reuniões ordinárias e extraordinárias podendo, se for o caso, intervir de acordo com as disposições dos artigos 128, 129, 130 e seu parágrafo único, 132 e seu parágrafo único e 133 do Regimento da UFT;

X. O Colegiado poderá, dentro de sua especialidade, viabilizar a criação de comissões compostas por outras entidades, empresas ou instituições com a finalidade de subsidiar o Curso de Licenciatura de Geografia e propiciar um campo de discussão sobre temas pertinentes a esta área de conhecimento.

Parágrafo Único. Compete aos(as) docentes contratados(as) e substitutos(as) o que reza a lei nº 8.745/93.

CAPÍTULO - IV

Do Funcionamento do Colegiado

Art. 8º. O Colegiado reunir-se-á uma vez por mês, em caráter ordinário, para deliberar sobre questões administrativas e pedagógicas, toda segunda semana de cada mês, em dias alternados.

§ 1º O Colegiado reunir-se-á extraordinariamente quando convocado pelo(a) seu/sua Presidente ou por 1/3 (um terço) de seus/suas membros ou pela Pró-Reitoria.

§ 2º Caso o(a) docente desenvolva atividades acadêmicas no curso de Geografia, sem fazer parte do respectivo Colegiado, o(a) mesmo poderá (a) participar das reuniões, apenas com direito a voz.

§ 3º Para efeito deliberativo, o Colegiado funcionará sempre com a presença da metade, mais um(a), de seus/suas membros.

§ 4º Não havendo quórum deliberativo, nova convocação será promovida nas vinte e quatro horas subsequentes, pelo(a) Presidente.

§ 5º As reuniões do Colegiado serão convocadas por escrito e/ou via eletrônica, e os respectivos editais de convocação, afixados em locais visíveis, com antecedência mínima de quarenta e oito horas, mencionando-se a pauta.

§ 6º Em caso de urgência, o prazo de convocação poderá ser reduzido, de modo que o Edital justificará as razões, bem como, estabelecerá as condições específicas para a sua realização.

Parágrafo Único. Feita a segunda convocação, e não havendo quórum, o(a) Presidente iniciará a sessão e deliberará com qualquer número de presentes.

Art. 9º. As reuniões compreenderão uma parte de expediente à discussão e aprovação da ata da reunião anterior, não devendo ser postergada, e assuntos diversos e outra dedicada à ordem do dia, na qual serão considerados assuntos em pauta, adotando-se o seguinte procedimento:

- I. Abertura da sessão pelo(a) Presidente;
- II. Aprovação da Pauta;
- III. Leitura e aprovação da ata da reunião anterior;
- IV. Informes;
- V. Debates, encaminhamentos e deliberações;
- VI. Encerramento da sessão.

Parágrafo Único. A convite do(a) Presidente do Colegiado, ou da maioria de seus/suas membros, pessoas dele não integrantes poderão participar de suas sessões com direito apenas a voz.

Art. 10. Os debates e os informes realizados primarão pela objetividade, bom senso e respeito entre os(as) presentes na reunião.

§ 1º O tempo máximo para informes não deverá ultrapassar 30 (trinta) minutos.

§ 2º Os debates terão os seguintes encaminhamentos:

- I. As falas devem respeitar a ordem de inscrição;
- II. As questões de ordem, encaminhamento, esclarecimento e regime de votação devem ser obedecidos;
- III. As falas não poderão sofrer interferência argumentativa, salvo exclamações e pedidos de apertes que poderão ou não ser concedidos;
- IV. As réplicas, tréplicas ou respostas somente serão permitidas em casos extremos;

Será advertido pelo(a) Presidente, em conformidade com o artigo 129 do Regimento Geral da UFT, o(a) membro do Colegiado que incorrer nas seguintes circunstâncias:

a) Desrespeitar os(as) membros do Colegiado com ofensa ética, moral, racial ou sexual;

b) Abandonar as reuniões sem justificativas expressas.

§ 3º A representação discente terá direito a apenas um voto.

§ 4º O(a) professor(a) substituto(a) e/ou contratado(a) não terá direito a voto, apenas a voz.

Art. 11. As deliberações serão adotadas pelo voto da maioria dos(as) membros presentes neste Colegiado.

§ 1º. A votação será simbólica, nominal ou secreta, adotando-se a primeira forma, sempre que uma das duas outras não sejam requeridas ou aprovadas pelo plenário ou expressamente prevista nas normas pertinentes.

§ 2º. Além do voto comum, o(a) Presidente do Colegiado terá, em caso de empate, o Voto de Qualidade.

Art. 12. As deliberações do Colegiado serão baixadas pelo(a) seu/sua Presidente, sob forma de resolução, homologação ou outra forma compatível com a espécie.

Art. 13. O comparecimento às reuniões do Colegiado é obrigatório e preferencial em relação a qualquer outra atividade da Universidade.

Parágrafo Único. Em caso de três ausências consecutivas pelos(as) membros do Colegiado às reuniões, sem justificativas, acarretará advertência emitida pelo(a) Presidente do Colegiado e pelo(a) Coordenador(a) do *Campus*. No caso de 4 (quatro) ou mais ausências injustificadas, implicará corte do ponto proporcional ao dia letivo.

Art. 14. O comparecimento dos(as) membros do Colegiado às sessões será comprovado mediante lista de frequência e Ata.

CAPÍTULO - V

Da eleição para Presidente do Colegiado

Art. 15. O(a) Presidente do Colegiado será eleito(a) pelos(as) docentes, membros do Colegiado do Curso de Licenciatura em Geografia e pelos(as) seus/suas discentes, em conformidade com o Regimento Eleitoral da UFT.

Art. 16. Poderá concorrer para o cargo de Presidente do Colegiado, o(a) membro do corpo docente que seja efetivo(a) e esteja em exercício em suas atividades acadêmicas.

Parágrafo Único. Os(as) docentes que almejem participar do processo sucessório, deverão ter dedicação exclusiva à Universidade sem nenhum outro vínculo empregatício.

Art. 17. Quando da reunião para eleição, será formada comissão escrutinadora, composta por dois/duas membros do Colegiado presentes ao pleito, em conformidade com o Regimento Eleitoral da UFT.

Art. 18. Será considerado eleito(a), o(a) candidato(a) que obtiver o maior número dos votos dos(as) membros do Colegiado no pleito, em conformidade com o Regimento Eleitoral da UFT.

§ 1º. Ocorrendo empate entre os(as) concorrentes, considerar-se-á eleito(a) o(a) candidato(a) que for mais antigo(a) no exercício do magistério na Universidade.

§ 2º. Persistindo o empate, prevalecerá aquele que já estiver exercido cargo administrativo junto à instituição.

§ 3º. Persistindo o empate, prevalecerá aquele(a) que for mais idoso(a).

Art. 19. O(a) Presidente será eleito(a) por um prazo de dois anos, a contar da data de sua posse, permitida a reeleição por apenas um mandato.

Parágrafo Único. A posse solene do(a) Presidente eleito(a) dar-se-á em conformidade com as normas vigentes.

Art. 20. Perderá o mandato, o(a) membro eleito(a) ou indicado(a) que, sem causa justificada, faltar mais de três reuniões ordinárias ou extraordinárias consecutivas, ou a seis alternadas do respectivo Órgão Colegiado, ou que tenha sofrido penalidades por infração incompatível com a vida universitária.

§ 1º. Havendo impedimento à permanência do(a) Presidente no cargo até a realização de um novo pleito, ocupará o seu/sua lugar, um(a) coordenador(a) interino(a), como reza o § 2º do artigo 3º deste Regimento.

§ 2º. Na hipótese de ocorrer a situação prevista no parágrafo anterior, este Colegiado, em comum acordo com a Coordenação do *Campus*, adotará, no prazo de trinta dias contados da data de assunção do cargo, as medidas necessárias à realização de nova eleição, observando-se o disposto neste Regimento, no Regimento Eleitoral da UFT e demais normas pertinentes.

CAPÍTULO - VI

Das Atividades Acadêmicas do Curso de Licenciatura em Geografia

Art. 21. A estrutura curricular do Curso de Licenciatura em Geografia deve atender ao número de horas e as diretrizes estabelecidas pelo Conselho Nacional de Educação – CNE.

Art. 22. O ensino deve fornecer um embasamento histórico, ético, epistemológico-educacional e teórico-metodológico ao(à) discente, em nível de graduação e pós-graduação. Para o bom andamento das atividades e acompanhamento das mesmas pelo Colegiado, fica estabelecido que:

I. Todos(as) os(as) professores(as) que ministram aulas no Curso de Licenciatura em Geografia apresentarão os programas das disciplinas em reunião com os seus pares, na semana de planejamento que antecede o início das aulas, e com a programação prévia de trabalhos de campo quando se fizer necessário;

II. Na primeira semana de aula, os programas das disciplinas serão, apresentados e discutidos com as turmas;

III. A aula de campo em Geografia consiste numa atividade, que responde às necessidades de construção de um embasamento teórico-metodológico. É o momento em que ocorrem, *in loco*, as relações entre teoria-prática.

Art. 23. As Atividades Complementares serão avaliadas semestralmente por uma comissão composta por três professores(as) efetivos(as) deste Colegiado. Essa comissão será eleita para um mandato de um ano, podendo ser prorrogado por igual período.

Parágrafo Único. A definição de atividades complementares, as atribuições e demais deveres dessa comissão são definidas no Regulamento do Colegiado de Licenciatura em Geografia – CLG Nº 004/2019.

Art. 24. É criada a Coordenação de Trabalho e Conclusão de Curso(TCC).

a) O (a) Coordenador(a) de TCC será definido(a) no momento da distribuição dos(as) componentes curriculares por este Colegiado;

b) O(a) Coordenador(a) de TCC terá mandato de um ano, podendo ser reconduzido por período equivalente e deverá pertencer ao quadro de professores(as) efetivos(as) do curso;

Parágrafo Único. A definição de TCC, bem como as atribuições e deveres do(a) coordenador(a) de TCC, estão definidas no Regulamento do Colegiado de Licenciatura em Geografia de Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) – CLG Nº 002/2009 e revisado pelo CLG nº 002/2019.

Art. 25. As atividades de estágio de Licenciatura em Geografia, são definidas no Regulamento de Estágio Obrigatório e Não-Obrigatório – CLG Nº003/2009 . e revisado pelo CLG nº 002/2019.

Art. 26. A avaliação segue as normas do Regimento Acadêmico da UFT. Porém, a avaliação de recuperação em prova final obedecerá aos seguintes critérios específicos do Curso de Licenciatura em Geografia:

I. A avaliação final deverá realizar-se no prazo mínimo de dois dias úteis após a data de divulgação da média parcial, em concordância com o Calendário Acadêmico da UFT, salvo em situações específicas;

II. O(a) discente, ou seu/sua procurador(a), poderá solicitar segunda chamada no prazo de até dois dias úteis após a realização da prova;

III. O conteúdo para a avaliação final deverá contemplar todo o conteúdo programático da disciplina, e a mesma deverá ser em forma de prova escrita, exceto o TCC.

Art. 27. A revisão de prova é um direito do(a) discente, em conformidade com o artigo 93 do Regimento Geral da UFT:

§1º. O (a) discente, ao sentir-se prejudicado (a) em sua avaliação, terá o direito de solicitar a revisão da mesma. Essa solicitação deverá ocorrer no prazo estabelecido pelo Calendário Acadêmico da UFT, vigente no semestre. Para tanto, o (a) discente deverá encaminhar o processo às instâncias competentes.

§2º. O (a) aluno (a) requererá inicialmente ao (à) professor (a) da disciplina, a referida revisão. Caso discorde do resultado, o (a) mesmo (a) poderá requerer nova revisão ao Colegiado, que encarregar-se-á de constituir uma banca revisora para tal.

a) O prazo para solicitação de revisão das provas bimestrais será de quarenta e oito horas, a contar da data da publicação da referida nota;

b) O prazo para solicitação de revisão da prova final obedecerá ao que dispõe o Calendário Acadêmico da UFT.

§3º. A revisão será feita por uma banca composta por três professores (as) efetivos (as) da área, escolhidos em reunião de Colegiado, exceto o (a) professor (a) do componente curricular em questão.

§ 4º. A banca revisora, depois de constituída, terá o prazo de dez dias para revisar a prova.

Campus: § 5º. Do resultado da revisão, desta banca, caberá recurso para o Conselho do

a) O prazo para recorrer é de cinco dias.

CONSEPE. § 6º. Do resultado da revisão do Conselho do Campus caberá recurso ao

a) O prazo para recorrer é de cinco dias.

CAPÍTULO VII

Disposições Gerais

Art. 28. As propostas de alterações deste Regimento serão apresentadas ao(à) Presidente ou a ele(a) encaminhadas, para apreciação e votação pela maioria absoluta dos(as) membros do Colegiado.

Art. 29. O(a) Presidente e o Colegiado sujeitar-se-ão às normas constantes neste Regimento, sendo o mandato integral do(a) Presidente, exercido na forma deste Regimento e demais normas que regem a Fundação Universidade Federal do Tocantins.

Art. 30. Os casos omissos serão resolvidos pelo Colegiado, respeitadas às normas gerais que regem a UFT, especialmente as disposições constantes no Regimento Geral, no Estatuto e no Regimento Acadêmico.

Art. 31. Este Regimento entrará em vigor na data de sua publicação após receber a homologação do Colegiado do Curso de Licenciatura em Geografia da Universidade Federal do Tocantins (UFT), *Campus Araguaína*.

7.2. Atas de aprovação do PPC pelo Colegiado do Curso e pelo Conselho Diretor do Campus

Ata de aprovação da reformulação do PPC do curso pelo Colegiado

UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS
CÂMPUS DE ARAGUAÍNA
COORDENAÇÃO DO CURSO DE GEOGRAFIA

Av. Paraguai s/nº Setor Cimba | 77824-838 | Araguaína/TO
(63) 3416-5620 | www.uft.edu.br/geoarag | geoarag@uft.edu.br



ATA DA 05ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DE 2018

1 Às 14 horas e 15 minutos do dia 11 de junho de 2018, realizou-se na sala H21, bloco H, curso de
2 Geografia, unidade de licenciatura do Câmpus de Araguaína/Cimba, a 05ª Reunião
3 Extraordinária de 2018, para apreciar e decidir sobre o ponto de pauta: Discussão sobre a
4 reformulação do Projeto Pedagógico do Curso de Geografia (PPC). Estavam presentes os(as)
5 professores(as) Airton Sieben, Alberto Pereira Lopes, Antonia Márcia Duarte Queiroz, Carlos
6 Augusto Machado, Daniel Araújo Ramos dos Santos, Eliseu Pereira de Brito, Fátima Maria de
7 Lima, Jean Carlos Rodrigues, Kênia Gonçalves Costa, Luciano da Silva Guedes, Roberto Antero
8 da Silva e Vinicius Gomes de Aguiar. Justificaram a ausência os(as) professores(as) Elias da
9 Silva, Marivaldo Cavalcante da Silva, Reges Sodré da Luz Silva Dias e Thayssilorranny Batista
10 Reinaldo. O professor Roberto informou que nas duas consultas realizadas com os alunos, dia 06
11 de junho de 2018, sobre a nova estrutura curricular, a maioria destes mostrou-se contra o
12 aumento da duração do curso em mais um semestre, além de solicitarem a manutenção da
13 disciplina de Leitura e Produção de Textos como obrigatória. Assim, a partir desta nova
14 conjuntura, os professores realizaram reconsiderações e o colegiado revogou por sete votos a
15 favor e duas abstenções, a decisão realizada na 04ª Reunião Extraordinária de 04 de junho de
16 2018 que aumentava a duração do curso para nove semestres (quatro anos e meio), assim como
17 incluía algumas disciplinas obrigatórias. Por conseguinte, abriu-se novamente as discussões para
18 a aprovação da reformulação do PPC. Primeiramente, o professor Roberto apresentou a nova
19 estrutura curricular que, em síntese, houve as seguintes alterações: Dois semestres com aulas aos
20 sábados (uma disciplina Optativa no segundo semestre e Trabalho de Conclusão de Curso (TCC)
21 no oitavo semestre); mudanças de nomenclatura de algumas disciplinas; mudança de disciplinas
22 optativas para obrigatórias e vice-versa; criação de uma nova disciplina obrigatória - Educação
23 para Relações Étnico-Raciais (ERER); alterações de cargas horárias teóricas e práticas das
24 disciplinas; inclusão de novas disciplinas no hol das disciplinas optativas; redistribuição das
25 disciplinas entre os oito semestres; alteração na quebra de pré-requisito de algumas disciplinas;
26 carga horária dos componentes curriculares com 2.910h; carga horária de atividades
27 complementares com 300h; total da carga horária do curso com 3.210h e manutenção da duração
28 do curso em oito semestres (quatro anos). Por fim, após discussões, o colegiado deliberou a nova
29 estrutura curricular com dez votos a favor e uma abstenção. Em seguida, o professor Roberto
30 apresentou as alterações realizadas no texto do PPC, exceto quanto aos regulamentos e
31 regimentos do curso, que serão atualizados posteriormente pelo colegiado. Ao final, após
32 sugestões dos professores, o colegiado deliberou com dez votos a favor e uma abstenção, a
33 proposta de atualização/reformulação do PPC do curso de Geografia para adequação à Resolução
34 nº 02, do Conselho Nacional de Educação (CNE), de 1º de julho de 2015. Não havendo mais
35 nada a tratar, o professor Roberto Antero da Silva encerra a reunião, e eu, Marcos Antonio de
36 Sousa lavrei a presente ata que após aprovada, segue assinada pelo Coordenador do curso e
37 demais presentes.

Nome

Assinatura

Airton Sieben

Alberto Pereira Lopes

Antonia Márcia Duarte Queiroz

Carlos Augusto Machado

Daniel Araújo Ramos dos Santos

Eliseu Pereira de Brito

Fátima Maria de Lima

Jean Carlos Rodrigues

Kênia Gonçalves Costa

Luciano da Silva Guedes

Roberto Antero da Silva

Vinicius Gomes de Aguiar

Queiroz

Machado

Ramos dos Santos

Pereira de Brito

Fátima de Lima

Jean Carlos

Kênia Gonçalves

Luciano da Silva

Roberto A. Silva

Vinicius

Certidão *Ad referendum* de aprovação da reformulação do PPC do curso pelo Conselho Diretor

UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS
CÂMPUS DE ARAGUAÍNA
DIREÇÃO DO CÂMPUS

Av. Paraguai esq com Rua Uxiramas, s/n – Setor Cimba
CEP 77.824-838 - Araguaína – TO
Fone: (63) 3416 5601 - www.uft.edu.br - E-mail: diraraguaina@uft.edu.br



CERTIDÃO – AD REFERENDUM Nº 037/2018

Certifico *Ad Referendum* do Conselho Diretor do Câmpus a aprovação da atualização do Projeto Pedagógico do Curso (PPC) de Licenciatura em Geografia, de acordo com a Resolução nº02, do Conselho Nacional de Educação, de 1º de julho de 2015.

Araguaína, 11 de junho de 2018.

JOSÉ MANOEL SANCHES DA CRUZ RIBEIRO

Presidente do Conselho Diretor de Araguaína



José Manoel Sanches da C. Ribeiro
Diretor do Câmpus
Port. da Reitoria nº 1.377/26-07-16
Mat.: 2455661
UFT - Câmpus de Araguaína

Certidão de ata aprovação das alterações realizadas no Projeto Pedagógico do Curso (PPC), com base no Parecer Técnico Prograd/CDRG/0040/2018 e aprovação das reformulações dos regulamentos do curso pelo Colegiado:


UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS
CÂMPUS DE ARAGUÁINA
COORDENAÇÃO DO CURSO DE GEOGRAFIA
Av. Paraguai s/nº Setor Cimba | 77824-838 | Araguaína/TO
(63) 3416-5620 | www.uft.edu.br/uft/geografia-araguaina | geoparag@uft.edu.br



CERTIDÃO DE ATA Nº 09/2019

Certifico que o Colegiado do curso de Licenciatura em Geografia do Câmpus de Araguaína, na 02ª Reunião Extraordinária do dia 29 de abril de 2019, aprovou as alterações realizadas no Projeto Pedagógico do Curso (PPC), executadas pelo Núcleo Docente Estrutura (NDE) com base no Parecer Técnico Prograd/CDRG/0040/2018 referente ao PPC do Curso de Licenciatura em Geografia. Também foi aprovado a atualização dos regulamentos do curso: Regimento Acadêmico do Curso de Licenciatura em Geografia; Regulamento do Estágio Curricular Obrigatório e não-obrigatório do curso de Licenciatura em Geografia; Regulamento do Trabalho de Conclusão (TCC) do Curso de Licenciatura em Geografia; Regulamento das Atividades Complementares do Curso de Licenciatura em Geografia (Núcleo de estudos integradores para enriquecimento curricular).

Araguaína, 03 de maio de 2019


ROBERTO ANTERO DA SILVA
Coordenador do Curso de Geografia
Port. 634/2019 matrícula nº 2580461

Certidão Ad referedum das alterações realizadas no Projeto Pedagógico do Curso (PPC), com base no Parecer Técnico Prograd/CDRG/0040/2018 e aprovação das reformulações dos regulamentos do curso pelo Conselho Diretor

7.3. Regulamento de Estágio Obrigatório e Não-Obrigatório



UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS
PRÓ-REITORIA DE GRADUAÇÃO
CÂMPUS DE ARAGUAÍNA
CURSO DE GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA

REGULAMENTO DO ESTÁGIO CURRICULAR OBRIGATÓRIO E NÃO-OBRIGATÓRIO DO CURSO DE LICENCIATURA EM GEOGRAFIA

REGULAMENTO DO ESTÁGIO CURRICULAR DO CURSO DE LICENCIATURA EM GEOGRAFIA

Dispõe sobre a atualização do Regulamento do Estágio Curricular Obrigatório e Não-obrigatório do Curso de Licenciatura em Geografia da Universidade Federal do Tocantins – Campus Araguaína.

O Colegiado de Licenciatura em Geografia do Campus Araguaína da Universidade Federal do Tocantins – UFT, reunido em sessão extraordinária no dia 29 de abril de 2019, resolve aprovar as alterações no anexo único, que trata do regulamento do estágio:

Art. 1º Regular e Normatizar a organização e o funcionamento do Estágio Curricular Obrigatório e Não-obrigatório, da Licenciatura em Geografia da Universidade Federal do Tocantins – UFT, de acordo com a Resolução N° 003/2005 do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão – CONSEPE/UFT, Lei Federal 11.788/2008, de 25/09/2008 e pela Instrução Normativa N° 004, de 31/08/2007 da SEDUC -TO.

SESSÃO I

DOS OBJETIVOS

Art. 2º São objetivos do estágio curricular obrigatório e não-obrigatório do curso de Licenciatura em Geografia:

I – Possibilitar ao(a) aluno(a)-estagiário(a), o contato com a dinâmica escolar, inclusive em suas dimensões pedagógicas, administrativas e políticas;

II – Incentivar a produção de pesquisa no estágio como componente da formação inicial e permanente do(a) licenciado(a) em Geografia sob o enfoque da pesquisa participante;

III – Proporcionar, ao longo do desenvolvimento do estágio, a reflexão acerca dos desafios, dificuldades e limites presentes no exercício do magistério na educação básica;

IV – Oportunizar ao(a) aluno(a) estagiário a uma análise crítica e reflexiva acerca dos conteúdos e procedimentos teórico-metodológicos do período de formação inicial.

SESSÃO II

DA ORGANIZAÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DA CARGA HORÁRIA

Art. 3º O Estágio Curricular Obrigatório do Curso de Licenciatura em Geografia terá uma carga horária de 405 h/aula que será distribuído nos seguintes componentes curriculares do curso, a saber:

I. Estágio Supervisionado em Geografia I, com carga horária de 90 h/aula, equivalente a 7 (sete) créditos, possui respectivamente, a seguinte ementa e objetivo geral:

a) ementa: O estágio como pesquisa e a pesquisa no estágio. Formação e profissionalização do professor de Geografia e seus espaços de atuação. Análise das Categorias geográficas no currículo e livro didático. A estrutura organizacional da escola nas dimensões

pedagógica, administrativa e financeira. Mapeamento dos diferentes espaços físicos da escola. O Projeto Político Pedagógico da escola e a prática educativa. Identificação de processos de inserção escolar, voltadas à educação especial, indígena e quilombola. Elaboração de relatório parcial de estágio.

b) objetivo geral: Pesquisar a ação pedagógica e as práticas educativas de Geografia na educação básica, por meio da observação dos processos educativos escolares inseridos no cotidiano escolar.

II. Estágio Supervisionado em Geografia II, com carga horária de 105 h/aula, equivalente a 7 (sete) créditos, possui respectivamente, a seguinte ementa e objetivo geral:

a) ementa: A escola enquanto resultado dos processos histórico - geográficos. A Geografia e suas mediações com as diversas vertentes pedagógicas em sala de aula. Observações do processo de ensino e aprendizagem de Geografia na sala de aula. Verificação da reprodução das correntes do pensamento geográfico e pedagógico, presentes na atuação docente. Projetos didático-pedagógicos para o ensino de Geografia na educação básica, sob a forma de pesquisa participante: universidade – escola. Elaboração de relatório parcial de estágio.

b) objetivo geral: Compreender o processo de ensino e aprendizagem de Geografia, propondo e desenvolvendo Projeto didático-pedagógico junto com a escola, exercitando para a prática docente.

III. Estágio Supervisionado em Geografia III, com carga horária de 105 h/aula, equivalente a 7 (sete) créditos, possui respectivamente, a seguinte ementa e objetivo geral:

a) ementa: Identificar na estrutura curricular os conteúdos trabalhados em Geografia no sistema regular de ensino. Planejamento, plano de aula e plano de ensino. Elaboração de propostas de trabalho pedagógico em Geografia no ensino fundamental em consonância com a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), a proposta curricular estadual e o Projeto Político Pedagógico da escola-campo. Regência de aulas no Ensino Fundamental (6º ao 9º ano). Reflexões acerca do processo de avaliação da aprendizagem. Elaboração de relatório parcial de estágio.

b) objetivo geral: Permitir ao (a) estagiário(a) exercitar a prática docente na vivência da sala de aula por intermédio da regência no ensino fundamental.

IV. Estágio Supervisionado em Geografia IV, com carga horária de 105 h/aula, equivalente a 7 (sete) créditos, possui respectivamente, a seguinte ementa e objetivo geral:

a) ementa: Identificar na estrutura curricular os conteúdos trabalhados em Geografia no sistema regular de ensino. Planejamento, plano de aula e plano de ensino. Elaboração de propostas de trabalho pedagógico em Geografia no ensino fundamental em consonância com a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), a proposta curricular estadual e o Projeto Político Pedagógico da escola-campo. Regência de aulas no Ensino médio. Reflexões acerca do processo de avaliação da aprendizagem. Elaboração de relatório final de estágio.

b) objetivo geral: Permitir ao (a) estagiário(a) exercitar a prática docente na vivência da sala de aula por intermédio da regência no Ensino médio.

Art. 4º O (a) estagiário(a) deverá cumprir, no mínimo, 20% (vinte por cento) da carga horária total prevista no art. 7º, parágrafo único da Resolução CONSEPE/ UFT 03/2005

em aulas efetivamente ministradas distribuídas no Estágio Supervisionado do Ensino Fundamental e no Estágio Supervisionado do Ensino Médio.

Art. 5º. A organização e distribuição da carga horária dos estágios dar-se-á da seguinte maneira:

§1º Estágio Supervisionado em Geografia I (90 h/aula) a ser subdividido em:

60h/aulas teóricas/ práticas que distribuir-se-ão de forma: Apresentação e discussão programa de disciplina do componente curricular, pelo(a) respectivo(a) docente com ênfase na ementa, objetivos e sua forma de execução. Orientação sobre o primeiro contato com a escola, questões éticas, contatos com o(a) supervisor(a) e/ou direção da unidade concedente. Orientação pelo(a) docente desse componente curricular, no que diz respeito ao planejamento das atividades de estágio, preenchimento do Termo de Compromisso, Plano de Atividades e Termo de Realização do Estágio. O(a) estagiário(a) somente iniciará seu estágio curricular mediante a entrega do Termo de Compromisso e Plano de Atividades devidamente preenchido, assinado e carimbado pelas partes envolvidas, junto à Unidade Concedente e a Central de Estágios da UFT. O Termo de Realização de Estágio deverá ser preenchido e entregue, obrigatoriamente, na Central de Estágios da UFT após o término do mesmo: Estudos teóricos, curriculares e discussão acerca das questões que envolvem o cotidiano escolar e o ensino de Geografia. Apreciação dos dados coletados na unidade concedente com auxílio da revisão da literatura. Orientação e elaboração de relatório parcial de estágio entregue em formato digital para o docente do estágio.

30h/aula práticas – Realizar-se-á na Unidade Concedente: Coleta de dados e descrição sobre estrutura física, pedagógica, administrativa e financeira da escola. Estudo do Projeto Político Pedagógico da escola. Análise do livro didático adotado pela escola campo, identificando as categorias geográficas e concepções teórico-metodológicas. Entrevistas com os profissionais da escola, em especial os(as) professores(as) de Geografia, coordenação e orientação pedagógica, de modo a interar-se sobre projetos pedagógicas, regulamentos e normas internas. Acompanhamento de reuniões pedagógicas ou reuniões de pais e mestres. Observação das experiências desenvolvidas na escola campo no contexto de educação especial inclusiva, indígena e quilombola.

§ 2º Estágio Supervisionado em Geografia II (105 horas/aula):

60h/aulas teóricas/ práticas que distribuir-se-ão de forma: Apresentação e discussão programa de disciplina do componente curricular, pelo(a) respectivo(a) docente com ênfase na ementa, objetivos e sua forma de execução. Orientação sobre o contato com a escola, questões éticas, contatos com o(a) supervisor(a) e/ou direção da unidade concedente. Orientação pelo(a) docente desse componente curricular, no que diz respeito ao planejamento das atividades de estágio, preenchimento do Termo de Compromisso e/ou Termo Aditivo, Plano de Atividades e Termo de Realização do Estágio. O(a) estagiário(a) somente iniciará seu estágio curricular mediante a entrega do Termo de Compromisso e/ou Aditivo e Plano de Atividades devidamente preenchido, assinado e carimbado pelas partes envolvidas, junto à Unidade Concedente e a Central de Estágios da UFT. O Termo de Realização de Estágio deverá ser preenchido e entregue, obrigatoriamente, na Central de Estágios da UFT após o término do mesmo. Estudos teóricos, curriculares e discussão acerca das questões que envolvem a dinâmica da sala de aula e o ensino de Geografia. Elaboração de projeto didático-pedagógico para o ensino de Geografia.

Orientação e elaboração de relatório parcial de estágio entregue em formato digital para o docente do estágio.

45h/aula práticas – Realizar-se-á na Unidade Concedente: Observações da dinâmica de sala e metodologias no processo de ensino e aprendizagem em Geografia. Compreender o que é ensinado nas aulas de Geografia, a partir da identificação das concepções da Ciência Geográfica e Pedagógica, e da sua reprodução explícita e implícita em sala de aula, nos livros didáticos, nas tecnologias de ensino e nas demais linguagens, adquirindo assim, saberes para docência. Produção de material didático. Aplicação do projeto didático-pedagógico para o ensino de Geografia na escola-campo.

§ 3º Estágio Supervisionado em Geografia III (105 h/aula):

60h/aula teóricas/práticas que distribuir-se-ão da seguinte forma: Apresentação e discussão do programa de disciplina do componente curricular, pelo(a) respectivo(a) docente com ênfase na ementa, objetivos e sua forma de execução. Contato com a escola e supervisor(a) e/ou direção da unidade concedente. Orientação pelo(a) docente desse componente curricular, no que diz respeito ao planejamento das atividades de estágio, preenchimento do Termo de Compromisso e/ou Termo Aditivo, Plano de Atividades plano de ensino da regência. O Termo de Realização de Estágio deverá ser preenchido e entregue, obrigatoriamente, na Central de Estágios da UFT após o término do mesmo. O Termo de Realização de Estágio deverá ser entregue, obrigatoriamente, na Central de Estágios da UFT após o término do mesmo. Estudos teóricos, curriculares e discussão acerca das questões que envolvem a dinâmica da sala de aula e o ensino de Geografia. Planejamento e construção de planos de aula a partir de conteúdos abordados nas respectivas aulas de Geografia e ano escolar, em consonância com a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), a proposta curricular e o Projeto Político Pedagógico da escola-campo, ciência do (a) supervisor(a) de estágio e do professor(a) orientador(a). Desenvolvimento de atividades didáticas/oficinas pedagógicas em laboratórios do Curso de Geografia da UFT planejadas a partir de conteúdo propostos para a regência. Planejar e apresentar micro aulas ao docente responsável pelo estágio, docente do Colegiado especialista na temática desenvolvidos e demais acadêmicos da turma, a partir de aula a ser desenvolvida na escola campo. Socialização em sala de aula das atividades desenvolvidas na escola campo. Orientação e elaboração de relatório parcial de estágio entregue em formato digital para o docente do estágio.

45h/aula práticas – Realizar-se-á na Unidade Concedente: Planejar aulas de Geografia mediante o acompanhamento do (a) professor (a) orientador (a) de estágio da UFT e do (a) professor (a) regente da escola-campo. Acompanhar e observar a metodologia de atuação do professor (a) regente antes de ministrar as aulas. Regência de aulas no Ensino Fundamental (6º ao 9º ano). Participar de atividade pedagógica extra-classe, execução de projetos e eventos que a escola tenha programado no calendário escolar, desde que seja de interesse da escola campo.

§ 4º Estágio Supervisionado em Geografia IV (105 h/aula):

60h/aulas teóricas/práticas que distribuir-se-ão da seguinte forma: Apresentação e discussão do programa de disciplina do componente curricular, pelo(a) respectivo(a) docente com ênfase na ementa, objetivos e sua forma de execução. Contato com a escola e supervisor(a) e/ou direção da unidade concedente. Orientação pelo(a) docente desse componente curricular, no que diz respeito ao planejamento das atividades de estágio, preenchimento do Termo de

Compromisso e/ou Termo Aditivo, Plano de Atividades plano de ensino da regência. O Termo de Realização de Estágio deverá ser preenchido e entregue, obrigatoriamente, na Central de Estágios da UFT após o término do mesmo. O Termo de Realização de Estágio deverá ser entregue, obrigatoriamente, na Central de Estágios da UFT após o término do mesmo. Estudos teóricos, curriculares e discussão acerca das questões que envolvem a dinâmica da sala de aula e o ensino de Geografia. Planejamento e construção de planos de aula a partir de conteúdos abordados nas respectivas aulas de Geografia e ano escolar, em consonância com a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), a proposta curricular e o Projeto Político Pedagógico da escola-campo, ciência do (a) supervisor(a) de estágio e do professor(a) orientador(a). Desenvolvimento de atividades didáticas/oficinas pedagógicas em laboratórios do Curso de Geografia da UFT planejadas a partir de conteúdo propostos para a regência. Planejar e apresentar micro aulas ao docente responsável pelo estágio, docente do Colegiado especialista na temática desenvolvidos e demais acadêmicos da turma, a partir de aula a ser desenvolvida na escola campo. Orientação e elaboração de relatório parcial de estágio entregue em formato eletrônico (01 cópia) em formato pdf.(desprotegido), impresso (01 cópia), conforme Manual de normalização para elaboração de trabalhos acadêmico-científicos da universidade federal do Tocantins (2017). Divulgação dos resultados da pesquisa participante durante a Semana Acadêmica de Geografia, Encontro Estadual de Geografia do Tocantins – ENGETO, entre outros.

45h/aula práticas – Realizar-se-á na Unidade Concedente: Planejar aulas de Geografia mediante o acompanhamento do (a) professor (a) orientador (a) de estágio da UFT e do (a) professor (a) regente da escola-campo. Acompanhar e observar a metodologia de atuação do professor (a) regente antes de ministrar as aulas. Regência de aulas no Ensino Fundamental (6º ao 9º ano). Participar de atividade pedagógica extra-classe, execução de projetos e eventos que a escola tenha programado no calendário escolar, desde que seja de interesse da escola campo Tal relatório deverá ser entregue ao(a) docente de estágio em duas vias, onde o(a) mesmo(a) encaminhará uma via ao Centro Interdisciplinar de Memória dos Estágios Supervisionados (CIMES) das Licenciaturas e outra à Unidade Concedente.

Art. 6º A realização dos estágios na respectiva unidade concedente dar-se-ão, preferencialmente, em horários opostos ao turno de matrícula do(a) aluno(a).

Art. 7º O estágio obrigatório poderá organizar-se sob a forma individual ou em duplas. É vetada a participação, de mais de uma dupla, por turma, na escola-campo, observando, também, as exigências das unidades concedentes.

Parágrafo Único. O estágio curricular obrigatório realizar-se-á, obrigatoriamente, em escolas conveniadas, localizadas exclusivamente, na Cidade de Araguaína.

Art. 8º O Estágio não-obrigatório é aquele desenvolvido como atividade opcional pelo(a) estudante da Licenciatura em Geografia tendo em vista uma complementação de sua formação profissional, acrescida à carga horária regular e obrigatória.

§ 1º O estágio não-obrigatório pode ser realizado por qualquer aluno(a) regularmente matriculado(a) no curso de Licenciatura em Geografia, sendo que seu desenvolvimento segue o modelo ou proposta do Plano de Atividades estabelecido pelo curso, conforme orientações e documentos definidos pela Central de Estágios.

§ 2º É necessário que as atividades desenvolvidas pelos(as) alunos(as) no estágio não-obrigatório, demonstrem compatibilidade com as atividades previstas no Termo de

Compromisso de Estágio e com a área/natureza de sua formação, tais como: assunção em sala de aula, monitoria, desenvolvimento de projetos pedagógicos, projetos de extensão, oficinas, cursos e/ou atividades administrativas pertinentes à área.

§ 3º O estágio não-obrigatório poderá desenvolver-se em instituições públicas das esferas federais, estaduais e municipais e instituições filantrópicas que estejam vinculadas ao ensino.

§ 4º A duração do estágio não-obrigatório não poderá exceder (02) dois anos, exceto para acadêmicos(as) portadores(as) de necessidades especiais, e será desenvolvido em horário previamente estipulado entre a UFT/Central de Estágios e a unidade concedente, em observância ao art. 10 da Lei Federal 11.788/2008, desde que não haja prejuízo às atividades acadêmicas regulares do(a) aluno(a).

§ 5º O (a) aluno (a) regularmente matriculado (a) poderá realizar as atividades de Estágio Não-Obrigatório desde o seu ingresso no curso.

SESSÃO III

DO ACOMPANHAMENTO E SUPERVISÃO DO ESTÁGIO

Art. 9º O acompanhamento e a supervisão do Estágio Curricular Obrigatório será exercido pelo(a) docente da UFT responsável pelo componente curricular de Estágio Supervisionado e docentes do colegiado na orientação da regência e relatório final (no estágio III e IV), com a colaboração profissional da Coordenação Pedagógica e Professores(as) de Geografia da unidade concedente.

§ 1º O acompanhamento e a supervisão do Estágio Curricular Não-Obrigatório será exercido pelo(a) docente da UFT, juntamente com a colaboração de profissionais da unidade concedente designado para tal função.

§ 2º O (a) supervisor (a) do Estágio Curricular Não-Obrigatório será escolhido (a) semestralmente, dentre os (as) docentes efetivos(as) e com dedicação exclusiva, durante o período de planejamento acadêmico, para exercer tal função, pelo prazo de um semestre, podendo ser reconduzido por igual período.

§ 3º As atividades inerentes ao acompanhamento e supervisão do Estágio Curricular Obrigatório e Não-Obrigatório, tanto do(a) professor(a) da UFT quanto das Instituições Concedentes, encontram-se preconizadas nos art. 20º e 21º da Resolução Nº 003/2005 do CONSEPE, na Lei 11.788/2008 e na Instrução Normativa da Secretária de Estado da Educação e Cultura do Estado do Tocantins Nº 004, de 31 de agosto de 2007.

§ 4º Os(as) docentes da UFT responsáveis pelo acompanhamento do Estágio Supervisionado providenciará o controle das atividades de estágio mediante a Ficha de Frequência do Estágio (Anexo V), que deverá ser apresentada pelo(a) estagiário(a) ao supervisor(a) de estágio na unidade concedente, durante o processo de realização do estágio, para atestar sua frequência.

SESSÃO IV

DA AVALIAÇÃO DO ESTÁGIO CURRICULAR

Art. 10 - A avaliação do Estágio Curricular Obrigatório e Não-obrigatório de acordo com as concepções expressas no projeto pedagógico do curso, será realizada:

I. pelos(as) professores(s) de estágio da Universidade e docentes orientadores de estágio do colegiado de Geografia.

II. pelos(as) profissionais colaboradores(as) de estágio na Unidade Concedente.

Art. 11 .Compete aos(às) professores(as) do componente curricular de estágio da UFT, explicitar no seu programa de ensino os elementos e os critérios de avaliação, bem como dar ciência aos(às) alunos(as) e aos(às) profissionais colaboradores(as) de estágio da unidade concedente, dos instrumentos avaliativos.

SESSÃO V

DA VALIDAÇÃO DO ESTÁGIO CURRICULAR

Art. 12 A validação das atividades de estágio dar-se-á mediante o término de todas as atividades previstas e executadas na unidade concedente conforme definidas no plano de ensino do(a) professor(a) de estágio e acordadas com a unidade concedente.

Art. 13 O(a) aluno(a) que cumprir satisfatoriamente todas as atividades do estágio receberá da unidade concedente o Termo de Realização do Estágio Obrigatório devidamente preenchido e assinado pelo(a) supervisor(a) de estágio da unidade concedente.

Art. 14 De acordo com a Resolução CONSEPE nº 09/2005, as atividades referentes ao estágio não- obrigatório poderão ser validadas como atividades de extensão (estágio extracurricular) e deverá constar no histórico do(a) aluno(a), no item – Estágio Curricular Não-obrigatório, desde que regulamentado e registrado na Central de Estágios do Campus.

§ 1º No histórico escolar do(a) estagiário(a) constará a carga horária total realizada pelo(a) mesmo(a) na unidade concedente.

SEÇÃO VI

DA REDUÇÃO DA CARGA HORÁRIA DO ESTÁGIO CURRICULAR OBRIGATÓRIO

Art. 15 O(a) estagiário(a) que exerça e comprove exercício de atividade docente regular em sua área de formação e/ou área afim, poderá requerer a redução de até o máximo de 200 (duzentas) horas da carga horária total mínima a ser cumprida no Estágio Curricular Obrigatório (Resolução CNE/CP 02/2002; Art. 12 e seu parágrafo único da Resolução CONSEPE Nº 003/2005). A redução da carga horária dar-se-á da seguinte forma:

§ 1º O(a) estagiário(a) que comprovar experiência mínima de 12 (doze) meses de exercício do magistério no ensino fundamental (6º ao 9º ano) , seja anterior, seja após seu ingresso no curso de Geografia, poderá requerer a redução da metade da carga horária prática/regência do estágio supervisionado III nesse respectivo nível de ensino.

§ 2º O(a) estagiário(a) que comprovar experiência mínima de 12 (doze) meses de exercício do magistério no ensino médio, seja anterior, seja após seu ingresso no curso de Geografia, poderá requerer a redução da metade da carga horária prática/regência de estágio supervisionado IV, nesse respectivo nível de ensino.

Art. 16 Para requerer a redução da carga horária do Estágio Supervisionado em Geografia, o(a) estagiário(a) deverá encaminhar, no Protocolo Geral do Campus, a seguinte documentação:

I. Requerimento solicitando a redução da carga horária, de acordo com a sua experiência docente no ensino fundamental ou médio.

II. Comprovação oficial de tempo mínimo de serviço exigido na Resolução CONSEPE Nº 003/2005. Serão aceitos os seguintes documentos: carteira de trabalho, contratos de trabalhos, portarias de admissão e exoneração.

Art. 17 Caberá ao Colegiado, homologar a redução de carga horária do Estágio Curricular Obrigatório, a partir do processo devidamente instruído pelo(a) Coordenador(a) do Curso e parecer do(a) Professor(a) do respectivo estágio.

SESSÃO V

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art 18 O Estágio Obrigatório e Não-Obrigatório serão realizados mediante a celebração de Termo de Compromisso entre o(a) estagiário(a), a Unidade Concedente e a UFT tendo em vistas as ações preconizadas neste Regulamento e no Manual de Orientação sobre Estágios Obrigatórios e Não-Obrigatórios da UFT.

Art. 19 O(a) supervisor(a) de estágio, na Unidade Concedente, receberá, ao final das atividades do Estágio Supervisionado, declaração de co-orientação do Estágio, conforme Anexo II.

Art. 20 Este Regulamento poderá ser alterado a qualquer tempo, para garantir o bom funcionamento do curso, bem como, atender as exigências constante das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores da Educação Básica mediante a apresentação e a aprovação do Colegiado do Curso de Licenciatura em Geografia do Campus Araguaína da Universidade Federal do Tocantins.

Art. 21 Os casos omissos nesta regulamentação serão resolvidos pelo Colegiado de Geografia.

Art. 22 Este Regulamento entrará em vigor a partir da aprovação do novo Projeto Pedagógico de Curso (PPC).



ANEXO I

CARTA DE APRESENTAÇÃO DO (A) ACADÊMICO (A) ESTAGIÁRIO (A)

Prezado (a) Diretor (a),

Encaminhamos a esta instituição de ensino, o(a) aluno(a) _____

afim de concretizar suas atividades referentes à disciplina de Estágio _____,
previstas nos Projetos de Estágio e Pedagógico do Curso de Geografia, sob a orientação do(a)
professor(a) _____

Necessitamos, que ao final de cada participação do(a) estagiário(a), na sua escola,
o (a) professor (a) e ou coordenador(a) pedagógico(a) ateste ciência da presença do(a) aluno(a)
na escola-campo.

Lembramos que o(a) Supervisor(a) da Unidade Concedente receberá, no final das
atividades do Estágio Supervisionado, declaração de co-orientação do Estágio.

Cordialmente,

Araguaína (TO), ____ de _____ de ____ .

Coordenador(a) do Curso de Licenciatura em Geografia/UFT

E-mail: geoarag@uft.edu.br Telefone: 3416-5711

Professor(a) supervisor de Estágio (UFT)

E-mail: geoarag@uft.edu.br Telefone: 3416-5711



ANEXO II - REGULAMENTO DO ESTÁGIO CURRICULAR DECLARAÇÃO

Declaramos, para os devidos fins de comprovação, que o(a) Professor(a) _____, lotado na unidade escolar _____, exerceu, durante o período de ____ / ____ / ____ a ____ / ____ / ____, a função de Supervisor(a) de estágio, realizado nesta unidade concedente.

Araguaína (TO), ____ de _____ de _____.

Coordenador(a) do Curso de Licenciatura em Geografia/UFT

E-mail: geoarag@uft.edu.br Telefone: 3416-5620

Professor(a) supervisor de Estágio (UFT)

E-mail: geoarag@uft.edu.br Telefone: 3416-5711



ANEXO III - REGULAMENTO DO ESTÁGIO CURRICULAR
TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE

Eu,

_____,
brasileiro(a), estado civil: _____,
aluno(a) regularmente matriculado(a) no curso de Licenciatura em Geografia da UFT, no _____
Período, *Campus* Araguaína, residente e domiciliado(a) _____

portador(a) da RG nº _____ e do CPF
nº _____, pelo presente **termo de consentimento livre, autorizo**, sem qualquer
ônus, o uso das informações produzidas por mim durante a realização do Estágio Obrigatório no
curso de Licenciatura em Geografia, Campus Araguaína, da Universidade Federal do Tocantins,
para fins de investigação dos(as) pesquisadores(as) vinculados(as) ao Centro Interdisciplinar de
Memória dos Estágios Supervisionados (CIMES) das Licenciaturas, podendo ser divulgadas em
eventos científicos, artigos científicos, projetos de extensão, produção de livros, jornais,
programas de rádio e televisão, multimídia e meio virtual.

(☐) Com a citação do meu nome. (☐) Sem a citação do meu
nome.

Araguaína, _____ de _____ de _____.

Ass.: _____



ANEXO IV - REGULAMENTO DO ESTÁGIO CURRICULAR

ROTEIRO PARA ELABORAÇÃO DO RELATÓRIO DO ESTÁGIO OBRIGATÓRIO

O(a) aluno(a) que cursa estágio obrigatório, deverá, ao final de cada processo de estágio, ou seja, do Estágio I ao Estágio Supervisionado IV, produzir e levantar fontes que possibilitem a produção do relatório.

As normas para produção científica e entrega de relatório de estágio serão de acordo com o Manual de normalização para elaboração de trabalhos acadêmico-científicos da universidade federal do Tocantins (2018): fornece informações relativas às experiências que o estagiário adquiriu durante um período determinado. Deve fornecer informações sobre o local onde foi realizado o estágio, período de duração e atividades desenvolvidas. O texto de relatórios de estágio deve conter a descrição do local do estágio, incluindo histórico, descrição física, entre outros elementos significativos. Deve apresentar também a descrição das atividades desenvolvidas, especificando o total de horas ocupadas em cada atividade, detalhando cada fase ou etapa de estágio, bem como a descrição dos processos técnicos ou de outras particularidades técnicas observadas. A conclusão deve fazer referência ao aproveitamento do estágio.

Ao final do relatório deverá inserir:

ANEXO V – Ficha de frequência do Estágio Supervisionado

ANEXO III - Termo de consentimento livre

ANEXO IX - Termo de realização de estágio obrigatório

**ANEXO V - REGULAMENTO DO ESTÁGIO CURRICULAR
FICHA DE FREQUÊNCIA DO ESTÁGIO**

	UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS – UFT CAMPUS ARAGUAÍNA - LICENCIATURA EM GEOGRAFIA				
	FICHA DE FREQUÊNCIA DO ESTÁGIO				
Escola campo:					
Estagiário (a):					
Supervisor (escola campo):					
Professor orientador (UFT):					
<p align="center">MODALIDADE DO ESTÁGIO</p>					
<input type="checkbox"/> Estágio Supervisionado em Geografia I			<input type="checkbox"/> Estágio Supervisionado em Geografia II		
<input type="checkbox"/> Estágio Supervisionado em Geografia II			<input type="checkbox"/> Estágio Supervisionado em Geografia IV		
Data	Horário de entrada	Horário de Saída	Atividade desenvolvida	Assinatura do(a) Estagiário(a)	Assinatura Coordenação Pedagógica ou Professor(a)



**ANEXO VI - REGULAMENTO DO ESTÁGIO CURRICULAR
FICHA DE AVALIAÇÃO DE REGÊNCIA – SUPERVISOR**

Escola campo: _____

Estagiário (a): _____

Supervisor (escola campo) _____

Professor orientador (UFT): _____

☐ Estágio Supervisionado em Geografia III ☐ Estágio Supervisionado em Geografia IV

CRITÉRIOS A SEREM AVALIADOS NA REGÊNCIA	AVALIAÇÃO			
	A	B	C	D
Assiduidade e cumprimento do horário				
Elaboração do plano de aula				
Coerência entre a proposição do plano e a aula				
Conteúdo: clareza, segurança, obedecendo sequência lógica de apresentação, satisfazendo a curiosidades e esclarecendo dúvidas dos alunos				
Estímulo e motivação à participação dos alunos				
Utilizar de forma adequada o quadro branco/negro;				
Utilização de uma ou mais das ferramentas do professor de Geografia (mapas, atlas, globo entre outros)				
Uso de outras metodologias: músicas, poesias, charges, tirinhas, slides, relacionadas ao conteúdo apresentado				
Escrever corretamente tanto no quadro ou nos slides, caso utilize o data show;				
Atividades avaliativas: elaboração e adequação ao conteúdo e classe				
Interação / domínio de turma;				
Sintonia entre a dupla de estagiários (as)				
Relacionamento com o (a) docente e demais profissionais da escola;				
Relacionamento com os alunos;				

A (excelente)

B(bom)

C (regular)

D (insuficiente)

Os anexos VII, VIII, IX, X e XI estão disponíveis para download e edição , com atualização semestral, no endereço eletrônico da central de Estágios do Campus de Araguaína,

ANEXO VII - TERMO DE COMPROMISSO DE ESTÁGIO OBRIGATÓRIO

Disponível / editável em: <http://cajui.uft.edu.br/estagioaraguaina/>

ANEXO VIII - PLANO DE ATIVIDADES DE ESTÁGIO CURRICULAR OBRIGATÓRIO

Disponível / editável em: <http://cajui.uft.edu.br/estagioaraguaina/>

ANEXO IX - TERMO DE REALIZAÇÃO DE ESTÁGIO OBRIGATÓRIO

Disponível / editável em: <http://cajui.uft.edu.br/estagioaraguaina/>

ANEXO X - TERMO ADITIVO AO COMPROMISSO DE ESTÁGIO OBRIGATÓRIO

Disponível / editável em: <http://cajui.uft.edu.br/estagioaraguaina/>

ANEXO XI - UNIDADES CONCEDENTES COM CONVÊNIO PARA ESTÁGIO DAS LICENCIATURAS

Disponível em: <http://cajui.uft.edu.br/estagioaraguaina/>

7.4. Regulamento de TCC



UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS
PRÓ-REITORIA DE GRADUAÇÃO
CÂMPUS DE ARAGUAÍNA
CURSO DE GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA

REGULAMENTO DO TRABALHO DE CONCLUSÃO (TCC) DO CURSO DE LICENCIATURA EM GEOGRAFIA

REGULAMENTO DO TRABALHO DE CONCLUSÃO (TCC) DO CURSO DE GEOGRAFIA

Dispõe sobre a atualização do Regulamento do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), do Curso de Licenciatura em Geografia da Universidade Federal do Tocantins – Campus Araguaína.

O Colegiado do Curso de Geografia da Universidade Federal do Tocantins (UFT), campus de Araguaína, reunido em sessão extraordinária no dia 29 de abril de 2019, no uso de suas atribuições legais e estatutárias,

Resolve:

Art. 1º. Aprovar as alterações no anexo único, que trata da Regulamentação e normatização do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC).

SESSÃO I

DA DEFINIÇÃO

Art. 2º. O Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) consiste num trabalho monográfico e individual sobre uma temática na área de formação que envolva a Geografia e suas interfaces teóricas-práticas e em especial o componente curricular de Geografia na educação básica. As temáticas para as orientações são correspondentes, preferencialmente, às linhas de pesquisas do curso.

Parágrafo Único - As linhas de pesquisa do curso de Licenciatura em Geografia encontram-se definidas no Projeto Pedagógico do Curso (PPC), a saber: Ensino de Geografia; Estudos Urbanos e Agrários; Estudos Sócio-ambientais; Desenvolvimento Regional e Turismo; Geografia: Educação, Cidadania, democracia e Direitos Humanos; Estado, Sociedade, Educação e Cultura; Epistemologia da Geografia e Geografia e Movimentos Sociais. Todas as linhas de pesquisa deverão articular-se com o ensino de Geografia na educação básica.

Art. 3º. O Trabalho de Conclusão de Curso tem como um dos pré-requisitos o componente curricular Metodologia de Projetos Científicos em Geografia:

I - Metodologia de Projetos Científicos em Geografia;

a) Ementa: Elaboração de projeto de pesquisa e sua interface com o ensino de Geografia na educação básica. Passos para elaboração de um projeto de pesquisa. Pesquisas qualitativa e quantitativa. Coleta e análise de dados: enfoques empírico-analítico, fenomenológico-hermenêutico e crítico-dialético. Os métodos em Geografia e sua interface com o ensino. Concepção do projeto de pesquisa para o TCC.

II - Trabalho de Conclusão de Curso (TCC).

b) Ementa: Leitura e análise do regulamento; Apresentação das normas da ABNT, manual da biblioteca e formatação do trabalho de TCC. Acompanhamento e organização da apresentação do Trabalho de Conclusão de Curso;

Art. 4º. Na disciplina de Metodologia de Projetos Científicos em Geografia, o(a) aluno(a) elaborará seu projeto de pesquisa de acordo com as orientações dadas pelo(a) professor(a) deste componente curricular, em consonância com a linha de pesquisa do(a) seu/sua orientador(a).

§1º A estrutura formal do projeto de pesquisa seguirá os critérios técnicos estabelecidos nas normas da ABNT vigentes no momento de sua elaboração, levando-se em consideração o Manual de Normalização para elaboração de Trabalhos Acadêmico – Científicos da Universidade Federal do Tocantins em vigência.

§2º A aprovação do componente curricular de Metodologia de Projetos Científicos em Geografia, dar-se-á mediante avaliação deste(a) professor(a).

§3º A aprovação do referido componente curricular é pré-requisito para cursar o TCC e dar-se-á mediante a elaboração do projeto em conformidade com as normas da ABNT e Manual de Normalização para Elaboração de Trabalhos Acadêmico – Científicos da Universidade Federal do Tocantins, contendo seus elementos pré-textuais, textuais e pós-textuais.

§ 4º As pesquisas que envolvam atividades relacionadas com seres humanos deverão observar o que dispõe a Resolução 196/96 do Conselho Nacional de Saúde.

Art. 5º. O Trabalho de Conclusão de Curso constituir-se-á num texto dissertativo, resultado do projeto de pesquisa elaborado no componente curricular denominado Metodologia de Projetos Científicos em Geografia, e que terá, como exigência, o mínimo de vinte laudas, formatado de acordo com as normalizações da ABNT, vigentes no momento de elaboração deste e do Manual de Normalização para Elaboração de Trabalhos Acadêmico – Científicos da Universidade Federal do Tocantins em vigência, contendo seus elementos pré-textuais, textuais e pós-textuais.

Parágrafo Único - Pequenas mudanças que não comprometam a elaboração do TCC, serão permitidas a qualquer tempo, em concordância com o(a) orientador(a) e atendendo aos prazos estabelecidos para a conclusão do mesmo.

Art. 6º. A aprovação no componente curricular intitulado TCC é requisito indispensável para a integralização curricular do Curso.

SESSÃO II

DA MATRÍCULA

Art. 7º. O componente curricular denominado Metodologia de Projetos Científicos em Geografia, possui como pré-requisito a disciplina intitulada Metodologia da Pesquisa.

Art. 8º O Trabalho de Conclusão de Curso possui como pré-requisito todas as disciplinas do curso, exceto as do oitavo período.

Art. 9º As solicitações de matrícula no componente curricular TCC, aplicam-se aos(às) alunos(as) que atendam aos pré-requisitos estabelecidos nos Art. 7º e 8º deste regulamento e serão deferidas ou indeferidas pelas coordenações de curso e TCC, considerando a capacidade de atendimento da demanda.

§ 1º O indeferimento de matrícula ocorrerá nas seguintes situações:

- a) Ausência de vagas;
- b) Falta de pré-requisitos;
- c) Choque de horários;
- d) A duplicidade de matrícula.

Art. 10. A capacidade de atendimento da demanda do curso é dada pelo número máximo de alunos(a) que serão orientados(as) pelos(a) professores(a) efetivos(a), na seguinte proporção:

I – O mínimo de um alunos(as) semestralmente por professor(a), para o componente curricular Metodologia de Projetos Científicos em Geografia;

II - O mínimo de um alunos(as) semestralmente por professor(a) para o Trabalho de Conclusão de Curso.

Parágrafo Único – Casos excepcionais serão encaminhados pelo(a) coordenador(a) de TCC, para este Colegiado apreciar e deliberar.

Art. 11. Caso a solicitação de matrículas supere a capacidade de atendimento do curso, a seguinte ordem de prioridade para matricular-se em TCC, será utilizada:

I - Aluno(a) periodizado(a) na disciplina;

II - Aluno(a) jubilando;

III – Aluno(a) possível formando(a);

IV-Aluno(a) reprovado(a) por nota no componente curricular, no período imediatamente anterior ao que se está realizando a matrícula;

V-Aluno(a) reprovado(a) por frequência no componente curricular, no período imediatamente anterior ao que se está realizando a matrícula;

VI – Critério de Antiguidade;

VII – Coeficiente de Rendimento (CR).

SESSÃO III

DO (A) ORIENTADOR(A)

Art. 12. Todos(as) os(as) professores(as) do Curso de Licenciatura em Geografia devem aceitar a tarefa de orientar alunos(as) regularmente matriculados(as) nos componentes curriculares, Metodologia de Projetos Científicos em Geografia e Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), considerando que o mesmo esteja relacionado com as linhas de pesquisa do curso e de orientador(a) (Anexo II).

Parágrafo Único - É facultado ao(à) professor(a), recusar a orientação, se possuir número de orientandos(as) superior a seis.

Art. 13. Os(as) professores(as) substitutos(as) que tenham a titulação mínima de mestre, poderão orientar alunos(as), desde que os prazos de contrato dos(as) mesmos(as) não interfiram na conclusão das orientações.

Art. 14. Os(as) professores(as) efetivos(as) do *Campus* Araguaína, lotados noutros cursos de áreas afins, em especial, das licenciaturas, poderão orientar TCC's no Curso de Geografia, desde que cumpra e faça cumprir este Regulamento.

Art. 15. O(a) professor(a) orientador(a) possui os seguintes deveres:

I – Frequentar as reuniões convocadas pelo(a) Coordenador(a) de TCC;

II – Iniciar a orientação quando o(a) aluno(a) estiver cursando os componentes curriculares Metodologia de Projetos Científicos em Geografia e Trabalho de Conclusão de Curso (TCC);

III – Estabelecer com o(a) orientando(a), o plano de estudos, o respectivo cronograma, de acordo com os prazos regimentais do semestre acadêmico, além dos locais e horários de atendimento;

IV – Requerer, ao(à) Coordenador(a) de TCC, a inclusão dos trabalhos na pauta semestral de defesas, informando os nomes dos(as) professores(as) examinadores(as), com antecedência mínima de trinta dias antes do final do período letivo;

V – Decidir conjuntamente com seu/sua orientando(a), a composição da banca examinadora do TCC;

VI – Assinar em conjunto com os(as) demais membros da banca examinadora, a ata final da sessão de defesa.

Art. 16. A substituição de orientador(a) será permitida quando outro(a) docente assumir formalmente a orientação, mediante ciência expressa do(a) professor(a) substituído(a) e aquiescência do(a) Coordenador(a) de TCC, procedendo da seguinte forma:

I – O requerimento de substituição de orientador(a) será justificado por escrito e entregue ao(à) Coordenador(a) de TCC;

II – A substituição do(a) orientador(a) poderá ocorrer até 30 (trinta) dias contados do início do semestre letivo;

III – É da competência do(a) Coordenador(a) de TCC a solução de casos especiais, podendo ele(a), se entender necessário, encaminhá-los para decisão do Colegiado.

Art. 17. A responsabilidade pela elaboração do Projeto e do TCC é integralmente do(a) aluno(a), o que não exime o(a) professor(a) orientador(a), de desempenhar, dentro das normas definidas neste regulamento, as atribuições decorrentes da sua atividade de orientação.

Art. 18. O(a) professor(a) orientador(a) tem o direito de declinar do seu dever de orientação para com o(a) orientando(a) que não mantiver contato por trinta dias consecutivos, observado o cronograma proposto pela Coordenação de TCC e demais prazos estipulados neste regulamento.

I - É da competência do(a) Coordenador(a) de TCC a solução de casos especiais, podendo ele(a), se entender necessário, encaminhá-los para decisão do Colegiado

Parágrafo Único – Cumprir e fazer cumprir este regulamento.

SESSÃO IV

DO(A) ORIENTANDO(A)

Art. 19. Considera-se orientando(a), o(a) aluno(a) regularmente matriculado(a) nos componentes curriculares de Metodologia de Projetos Científicos em Geografia e Trabalho de Conclusão de Curso (TCC).

Art. 20. O(a) aluno(a) orientando(a) possui os seguintes deveres:

I – Definir formalmente seu/sua professor(a) orientador(a), até 30 dias pós início do semestre na disciplina Metodologia do Projeto Científico em Geografia conforme o calendário acadêmico da UFT (Anexo 01 – Termo de aceite de orientação)

II – Solicitar por escrito até 30 dias do início do semestre matriculado na disciplina Trabalho de Conclusão de Curso, a substituição de orientação junto ao Colegiado, acompanhada com parecer do(a) ex-orientador(a) e do(a) futuro(a) orientador(a) e entregar ao coordenador da disciplina (anexo 02 – Termo de Substituição);

III – Frequentar as reuniões de trabalho convocadas pelo(a) Coordenador(a) de TCC e/ou pelo(a) seu/sua orientador(a);

IV – Manter contatos periódicos com o(a) professor(a) orientador(a) para discussão e aprimoramento de sua pesquisa, de acordo com horário previamente fixado, devendo ficar atento aos critérios de frequência definidos no regimento acadêmico e justificando eventuais faltas que serão acatadas ou não pelo(a) orientador(a), registrado no anexo 03 (Frequência do(a) Orientador (a));

V – Cumprir o calendário divulgado pelo(a) docente de Metodologia de Projetos Científicos em Geografia e Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), conforme sua matrícula nas respectivas disciplinas;

VI – Entregar a versão final do TCC, em duas vias, sendo uma destinada ao(à) orientador(a) e uma para o membro convidado(a) para a banca examinadora;

VII – Comparecer à defesa, de posse de uma via da versão final de seu TCC, em dia, hora e local determinados para apresentar e defender;

VIII – Encaminhar, com a maior brevidade possível, as cópias do TCC para os(as) membros(as) da banca examinadora e seu/sua orientador(a), com pelo menos dez dias de antecedência da defesa pública;

IX – Reelaborar a versão final de seu TCC, de acordo com o presente regulamento, e às normas da ABNT vigentes no momento de sua realização, levando-se em consideração o Manual Normalização para Elaboração de Trabalhos Acadêmico- Científico da Universidade Federal do Tocantins, além das sugestões da banca examinadora;

X – Entregar à secretária do curso, dentro do prazo de quinze dias após a defesa, uma cópia da versão final do TCC de acordo com a resolução n. 41 de 12 de dezembro de 2018, a saber:

a) Uma cópia em CD, na extensão PDF, em conformidade com Manual Normalização para Elaboração de Trabalhos Acadêmico-Científico da Universidade Federal do Tocantins, para ser entregue na biblioteca.

XI – Cumprir e fazer cumprir este Regulamento.

SESSÃO V

DO(A) COORDENADOR(A) DE TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

Art. 21. O(a) Coordenador(a) de TCC definir-se-á no momento da distribuição dos componentes curriculares pelo Colegiado de curso.

§1º. O(a) Coordenador(a) de TCC terá o mandato de 1 (um) ano, podendo ser reconduzido por igual período e deverá pertencer ao quadro de professores(as) efetivos(as) do curso.

§2º. O componente curricular Metodologia de Projetos Científicos em Geografia não é vinculado ao componente curricular TCC, ou seja poderá ser ministrado por docente distintos;

Art.22. Ao(à) Coordenador(a) de TCC compete:

I – Elaborar e divulgar nas plataformas digitais da UFT e junto ao Colegiado do Curso, semestralmente, o calendário de todas as atividades relativas ao TCC, em especial o cronograma das defesas;

II – Promover reuniões com os(as) alunos(as) matriculados(as) no componente curricular Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), dando ciência das atividades que serão desenvolvidas, bem como, apresentação do cronograma de defesa pública;

III – Indicar professores(as) orientadores(as) para os(as) alunos(as) que não os(as) têm;

IV – Publicitar respeitando os prazos deste Regulamento e do Calendário Acadêmico da UFT, fazendo constar a data, hora e local onde realizar-se-á a defesa do TCC, bem como, os nomes dos(as) componentes da banca examinadora;

V – Manter planilha atualizada com os dados de identificação de todos(as) os(as) alunos(as) em fase de elaboração de TCC, além dos respectivos títulos dos trabalhos e os devidos nomes dos(as) professores(as) orientadores(as) e atividades desenvolvidas;

VI – Receber dos(as) orientadores(as), as atas e respectivas notas de avaliação, decorrentes das defesas públicas dos trabalhos;

VII – Receber junto a Secretaria do curso, a cópia definitiva dos TCC's aprovados, bem como a versão digital em CD conforme resolução n. 41, 12 dezembro de 2018;

VIII – Encaminhar à Secretaria Acadêmica, as respectivas atas de defesa dos Trabalhos de Conclusão de Curso;

IX – Encaminhar semestralmente à biblioteca as versões definitivas dos TCC's em CDs;

X – Divulgar, apresentar e publicar, no início de cada semestre letivo, as temáticas dos TCC's e seus respectivos(as) orientadores(as), junto ao Colegiado e a comunidade acadêmica do curso de Geografia.

X – Executar, no âmbito de sua competência, todas as demais medidas necessárias ao efetivo cumprimento deste Regulamento.

SESSÃO VI

DO PROJETO E DO TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO (TCC)

Art. 23. No componente curricular de Metodologia de Projetos Científicos em Geografia, o(a) aluno(a) elaborará seu/sua projeto, em conformidade com a linha de pesquisa do(a) professor(a) orientador(a).

Parágrafo único. No caso de substituição de orientador(a) no momento de Trabalho de Conclusão de Curso o discente deverá elaborar um novo projeto em conformidade com a linha de pesquisa do professor(a) orientador(a) ou com ciência do ex-orientador e do novo orientador pode-se permanecer o mesmo projeto.

Art. 24. A estrutura formal do projeto de pesquisa deve seguir os critérios técnicos estabelecidos nas normas da ABNT vigentes no momento da elaboração do mesmo, levando-se em consideração Manual Normalização para Elaboração de Trabalhos Acadêmico-Científico da Universidade Federal do Tocantins, no correspondente às partes pré-textuais, textuais e pós-textuais conforme especificações abaixo:

I - Elementos pré-textuais (até 1,5 pontos)

a) Capa (obrigatório)

b) Lombada (opcional)

c) Folha de rosto (obrigatório)

d) Listas (figuras, tabelas, quadros, gráficos, símbolos, siglas e abreviaturas)
(opcional)

e) Sumário (obrigatório)

II - Elementos textuais (até 7,0 pontos)

a) Introdução (Justificativa, Definição e delimitação do problema, Revisão da literatura/fundamentação teórica, Objetivos e/ou hipóteses) (obrigatório);

b) Metodologia (tipo de pesquisa, população e amostra, coleta de dados, análise dos dados); (obrigatório);

c) Cronograma (obrigatório)

III - Elementos pós-textuais (até 1,5 pontos)

- a) Referências (obrigatório)
- b) Glossário (opcional)
- c) Apêndice(s) (opcional)
- d) Anexo(s) (opcional)
- e) Índice(s) (opcional)

Parágrafo Único - Cabe ao(a) professor(a) do componente curricular Metodologia de Projetos Científicos em Geografia, atribuir nota ao(à) aluno(a), levando-se em consideração os critérios de avaliação supracitados.

Art. 25. O Trabalho de Conclusão de Curso deve constituir-se num texto dissertativo, resultado do trabalho de investigação desenvolvido no componente curricular de Metodologia de Projetos Científicos em Geografia, e que apresente, como exigência mínima, 20 laudas, em conformidade com as normalizações da ABNT e o Manual Normalização para Elaboração de Trabalhos Acadêmico-Científico da Universidade Federal do Tocantins, contendo seus elementos pré-textuais, textuais e pós-textuais.

I – Áreas de Ciências Humanas e Sociais – Introdução, Desenvolvimento e Conclusão/Considerações finais (IDC);

II – Áreas de Ciências Naturais e Tecnológicas – Introdução, Revisão da Literatura, Material(is) e Métodos, Resultados, Discussão e Conclusão (IRMRDC).

§1º. - Independente da área (IDC) e o (IRMRDC), o TCC deve fazer uma interface com o ensino de Geografia em seus níveis fundamental (6º ao 9º ano) e médio, uma vez que pertencemos a uma licenciatura.

§2º. Será considerado aprovado, o TCC que obtiver a média aritmética igual ou superior a 7,0 (sete), proferida pelos(as) componentes da banca examinadora. No caso de média igual ou superior a 4,0 (quatro) e inferior a 7,0 (sete) o(a) aluno(a) terá prazo de dez dias para refazer o TCC seguindo as orientações sugeridas pela banca examinadora.

§3º. Para lograr aprovação, o(a) acadêmico(a) terá que obter média aritmética entre a média anterior e a nota do trabalho revisado, igual ou superior a 5,0 (cinco) pontos.

Art. 26. No processo de avaliação do TCC pela Banca examinadora levar-se-á em consideração os seguintes critérios:

I – quanto ao trabalho escrito (até 5,0 pontos):

- a) aspecto formal conforme as normas da ABNT vigentes no período de elaboração do TCC e Manual de Normalização para Elaboração de Trabalhos Acadêmico-Científico da Universidade Federal do Tocantins, até 1,0 ponto;
- b) redação clara e correção gramatical, até 0,5 pontos;
- c) redação estruturada e organizada de maneira lógica das partes, até 1,0 ponto;

d) delimitação do tema, até 0,5 pontos;
e) relação da metodologia com o tema, até 0,5 pontos;
f) relação adequada entre a referência bibliográfica e o tema, até 0,5 pontos;
g) mediações do tema como o ensino de Geografia na educação básica, até 1,0 ponto.

II – quanto à apresentação(até 5,0 pontos):
clareza e linguagem na apresentação, até 2,5 pontos;
consistência das respostas, até 2,0 pontos;
postura perante a banca, até 0,5 pontos.

SESSÃO VII

DA BANCA EXAMINADORA E

DEFESA DO TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

Art. 27. O Trabalho de Conclusão de Curso é defendido pelo(a) discente, perante banca examinadora composta pelo(a) professor(a) orientador(a), que a preside, acompanhado (a) de um(01) componente com qualificação adequada para o julgamento do trabalho.

I - Os(as) professores(as) efetivos(as) do Campus da UFT/Araguaína lotados(as) noutros cursos em áreas afins, em especial, das licenciaturas poderão participar como membros das bancas de TCC's no Curso de Licenciatura em Geografia, desde que cumpra e faça cumprir esta Resolução não acarretando ônus para a universidade;

II – Professores de outras Instituições Federais de Ensino Superior (IFES), e de outras Instituições de Ensino Superior (IES), de áreas afins, em especial, das licenciaturas, poderão participar como membros das bancas de TCC's, no Curso de Geografia, desde que cumpra e faça cumprir esta Resolução, não acarretando ônus para a universidade;

III – A banca é soberana para tomar qualquer decisão e dirimir qualquer conflito existente durante a realização da mesma.

Art. 28. - As sessões de defesa dos Trabalhos de Conclusão de Curso são públicas.

Parágrafo Único – Não é permitido (às) aos membros das bancas examinadoras, tornarem públicos os conteúdos dos Trabalhos de Conclusão de Curso antes de suas defesas.

Art. 29. - Na defesa, o(a) aluno(a) disporá de 15 (quinze) minutos para apresentar seu trabalho, e cada componente da banca examinadora terá 15 (quinze) minutos para fazer sua arguição, dispondo ainda o(a) acadêmico(a) de igual tempo para responder a cada um(a) dos(as) examinadores(as).

Art. 30 A atribuição de notas dar-se-á após o encerramento da etapa de argüição, obedecendo o sistema de notas individuais por examinador(a), levando-se em consideração o texto escrito, o parecer do(a) orientador(a), a sua exposição oral e a defesa na arguição pela banca examinadora.

§1º. - A nota do(a) acadêmico(a) é o resultado da média aritmética das notas atribuídas pelos(a) componentes da banca examinadora.

§2º. Será considerado aprovado, o(a) acadêmico(a) que obtiver a média aritmética igual ou superior a 7,0 (sete), proferida pelos(as) componentes da banca examinadora. No caso de média igual ou superior a 4,0 (quatro) e inferior a 7,0 (sete) o(a) aluno(a) terá prazo de dez dias para refazer o TCC seguindo as orientações sugeridas pela banca examinadora.

§3º. Para lograr aprovação, o(a) acadêmico(a) terá que obter média aritmética entre a média anterior e a nota do trabalho revisado, igual ou superior a 5,0 (cinco) pontos.

Art. 31. A banca examinadora, após a defesa oral, pode sugerir ao(à) aluno(a) que reformule aspectos de seu TCC.

Art. 32. a avaliação final, assinada pelos(as) membros da banca examinadora, deve ser registrada em ata própria (ata de defesa de TCC) ao final da sessão.

Art. 33. Se reprovado(a), fica a critério do(a) discente, manter o mesmo tema de TCC, bem como, o(a) mesmo(a) orientador(a).

Parágrafo Único. Optando pela mudança de tema, o(a) acadêmico(a) deverá elaborar novo projeto, submetendo-o à aprovação do(a) orientador(a).

SESSÃO VIII

DA ENTREGA DA VERSÃO DEFINITIVA DO TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

Art. 34. A versão definitiva digital em CD, será encaminhada ao(à) orientador(a), que avaliará se as modificações foram realizadas. Emitido parecer favorável, assinará a mesma, em sua folha de rosto, e protocolará junto à secretaria de curso que remeterá ao(à) coordenador(a) de TCC.

Art. 35. Para a conclusão da disciplina TCC, o(a) aluno(a) deverá atender as recomendações apresentadas pela banca examinadora, entregando a versão definitiva, bem como, as cópias, em até dez dias antes da publicação das notas finais, de acordo com o Calendário Acadêmico da UFT.

SESSÃO IX

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 36. Os(as) professores(as) participantes das bancas examinadoras receberão Certidão de Participação em Banca de TCC, expedida pela Coordenador(a) do TCC.

Art. 37. O(a) professor(a) coordenador(a) de TCC receberá a CERTIDÃO DE ATIVIDADES DE COORDENAÇÃO DE TCC, para efeito de comprovar a sua atividade profissional, podendo ser considerada como outras *atividades peculiares da área* nos mecanismos de avaliação internos da Instituição.

Art. 38. Este Regulamento poderá ser alterado a qualquer tempo por este Colegiado, para garantir o bom funcionamento do curso, bem como, atender às exigências constantes nas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores(as) da Educação Básica.

Art. 39. O presente Regulamento entra em vigor a partir de sua aprovação pelo Colegiado de Licenciatura em Geografia, revogando-se as disposições em contrário.

Anexo I - Regulamento de TCC

UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS
CÂMPUS DE ARAGUAÍNA
COORDENAÇÃO DO CURSO DE GEOGRAFIA

Av. Paraguai s/nº Setor Cimba | 77824-838 | Araguaína/TO
(63) 3416-5620 e 3416 5711 | www.uft.edu.br | georag@uft.edu.br



LINHAS DE PESQUISA DO CURSO

Linhas de Pesquisa do Curso

1. - Ensino de Geografia;
2. - Estudos Urbanos e Agrários;
3. - Estudos Sócio-ambientais;
4. - Desenvolvimento Regional e Turismo;
5. - Geografia: Educação, Cidadania e Direitos Humanos;
6. - Estado, Sociedade, Educação e Cultura;
7. - Epistemologia da Geografia;
8. - Geografia e Movimentos Sociais.

Anexo II - Regulamento de TCC

UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS
PRÓ-REITORIA DE GRADUAÇÃO
CÂMPUS DE ARAGUAÍNA
CURSO DE GEOGRAFIA - LICENCIATURA

Av. Paraguai s/nº Setor Cimba | 77824-838 | Araguaína/TO
(63) 3416-5711 | www.uft.edu.br/geoarag | geoarag@uft.edu.br



TERMO DE ACEITE DE ORIENTAÇÃO DO PROJETO DE PESQUISA PARA ELABORAÇÃO DO TCC

Eu, _____, matrícula
n.º _____ do colegiado do curso de _____,
aceito orientar o projeto de pesquisa para o trabalho de conclusão de curso (TCC) do
discente _____
matrícula n.º _____ do colegiado do curso de _____.
Atendendo o disposto da seção III (do(a) Orientado(a)), em cumprimento aos artigos 12 a
15 do Regulamento de Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) da Licenciatura em
Geografia, da Universidade Federal do Tocantins, Campus Araguaína.

Universidade Federal do Tocantins, Campus Araguaína,

_____ dia do mês de _____ de 20____

Docente Orientador(a) de TCC

Anexo III - Regulamento de TCC

UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS
PRÓ-REITORIA DE GRADUAÇÃO
CÂMPUS DE ARAGUAÍNA
CURSO DE GEOGRAFIA - LICENCIATURA

Av. Paraguai s/nº Setor Cimba | 77824-838 | Araguaína/TO
(63) 3416-5711 | www.uft.edu.br/geoarag | geoarag@uft.edu.br



TERMO DE ACEITE DE ORIENTAÇÃO DE TCC

Eu, _____,
matricula n.º _____ do colegiado do curso de
_____, aceito orientar o trabalho de conclusão de
curso (TCC) do discente _____ matricula
n.º _____ do colegiado do curso de _____. Atendendo
o disposto da seção III (Do(a) Orientado(a)), em cumprimento aos artigos 12 a 15 do
Regulamento de Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) da Licenciatura em Geografia,
da Universidade Federal do Tocantins, Campus Araguaína.

Universidade Federal do Tocantins, Campus Araguaína,

_____ dia do mês de _____ de 20__

Docente Orientador(a) de TCC

Anexo IV - Regulamento de TCC

UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS
PRÓ-REITORIA DE GRADUAÇÃO
CÂMPUS DE ARAGUAINA
CURSO DE GEOGRAFIA - LICENCIATURA

Av. Paraguai s/nº Setor Cimba | 77824-838 | Araguaína/TO
(63) 3416-5711 | www.uft.edu.br/geoarag | geoarag@uft.edu.br



TERMO DE SUBSTITUIÇÃO DE ORIENTAÇÃO

Em cumprimento aos Art. 20, parágrafo II do Regulamento de TCC do curso de Geografia, transfiro a orientação do Trabalho de Conclusão de Curso - TCC do(a) discente _____, deve solicitar pareceres do(a) ex-orientador(a) e do futuro(a) orientadora(a).

PARECER DO DO(A) EX-ORIENTADOR(A)	

--

PARECER DO DO(A) FUTURO(A) ORIENTADOR(A))

--

Eu _____ venho por meio deste, em cumprimento aos Art. 16 do Regulamento de TCC do curso de Geografia, transfiro a orientação do Trabalho de Conclusão de Curso - TCC do(a) discente _____, regularmente matriculada na disciplina de TCC, para orientação do docente _____.

Araguaína, ____ de _____ de _____.

Atenciosamente,

Assinatura do(a) Ex-orientador(a)

Anexo V - Regulamento de TCC

UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS
PRÓ-REITORIA DE GRADUAÇÃO
CÂMPUS DE ARAGUAINA
CURSO DE GEOGRAFIA - LICENCIATURA
Av. Paraguai s/nº Setor Cimba | 77824-838 | Araguaína/TO
(63) 3416-5711 | www.uft.edu.br/geoarag | geoarag@uft.edu.br



FREQUÊNCIA DE ACOMPANHAMENTO DO(A) ORIENTADOR(A)

Disciplina: _____

Professor(a) da Disciplina: _____

Semestre/Ano: _____ Período: _____

Professor(a) Orientador(a): _____

Aluno(a): _____

Matricula Aluno(a) nº. _____

Data	Horário		Atividade desenvolvida	Assinatura do Orientador(a)
	Entrada	Saída		

Anexo VI - Regulamento de TCC

UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS
PRÓ-REITORIA DE GRADUAÇÃO
CÂMPUS DE ARAGUAINA
CURSO DE GEOGRAFIA - LICENCIATURA

Av. Paraguai s/nº Setor Cimba | 77824-838 | Araguaína/TO
(63) 3416-5711 | www.uft.edu.br/geoarag | geoarag@uft.edu.br



ATA DE DEFESA DE TCC

Ao(s) ____ dia(s) do mês de _____ de _____, realizou-se a Defesa de TCC – Trabalho de Conclusão de Curso, do aluno(a) _____,

_____, do

Curso de Geografia, do Campus de Araguaína,

intitulado _____

_____, realizada sob a orientação do(a) Professor(a) orientador(a) e tendo como banca avaliadora, os(as) professores(as) abaixo relacionados(as).

Atribuíram a média final _____ (_____) pelo trabalho, tendo sido considerado(a) APROVADO(A). Nada mais tendo a constar, assinam esta Ata o(a) professor(a) orientador(a) e os demais componentes da banca.

Assinatura do(a) Professor(a) Orientador(a)

Assinatura do(a) Professor(a) Avaliador(a)

Anexo VII - Regulamento de TCC

UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS
PRÓ-REITORIA DE GRADUAÇÃO
CÂMPUS DE ARAGUAÍNA
CURSO DE GEOGRAFIA - LICENCIATURA

Av. Paraguai s/nº Setor Cimba | 77824-838 | Araguaína/TO
(63) 3416-5711 | www.uft.edu.br/geoarag | geoarag@uft.edu.br



CERTIDÃO DE ATIVIDADES DE ENSINO NA MODALIDADE DE ORIENTAÇÃO/AVALIAÇÃO DE TCC

O(a) Coordenador(a) de TCC da Licenciatura em Geografia, da Fundação Universidade Federal do Tocantins, Campus Araguaína, no uso de suas atribuições legais, certifica que o(a) professor(a) _____ no exercício do semestre _____ orientou e avaliou trabalhos de Conclusão de Curso – TCC, conforme tabela descritiva abaixo:

Seq.	Nome	Título	Banca
I.			
II.			
III.			
IV.			
V.			

Universidade Federal do Tocantins, Campus Araguaína,
_____ dia do mês de _____ de 20__

Assinatura do(a) Coordenador(a) de TCC

Anexo VIII - Regulamento de TCC

UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS
PRÓ-REITORIA DE GRADUAÇÃO
CÂMPUS DE ARAGUAÍNA
CURSO DE GEOGRAFIA - LICENCIATURA

Av. Paraguai s/nº Setor Cimba | 77824-838 | Araguaína/TO
(63) 3416-5711 | www.uft.edu.br/geoarag | geoarag@uft.edu.br



CERTIDÃO DE ATIVIDADES DE COORDENAÇÃO DE TCC

O(a) Coordenador(a) do curso de Licenciatura em Geografia, da Universidade Federal do Tocantins, Campus Araguaína, no uso de suas atribuições legais, certifica que o (a) professor (a) _____ no exercício dos semestres _____ coordenou os trabalhos de Conclusão de Curso – TCC, conforme art. 21 do Regulamento CLG Nº 002/2009.

Universidade Federal do Tocantins, Campus Araguaína,

_____ dia do mês de _____ de 20__

Assinatura do(a) Coordenador(a) do Curso

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS
SISTEMA DE BIBLIOTECAS UNIVERSITÁRIAS - SISBIB
REPOSITÓRIO INSTITUCIONAL DA UFT (RIUFT)
Modelo do adesivo do CD e do envelope.**





CURSO DE XXXX

Coloque aqui o nome do autor

Coloque aqui o título do trabalho

Cidade - Ano

7.5. Regulamento de Atividades Complementares



UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS
PRÓ-REITORIA DE GRADUAÇÃO
CÂMPUS DE ARAGUAÍNA
CURSO DE GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA

REGULAMENTO DAS ATIVIDADES COMPLEMENTARES - ESTUDOS INTEGRADORES PARA ENRIQUECIMENTO CURRICULAR - DO CURSO DE LICENCIATURA EM GEOGRAFIA

REGULAMENTO DAS ATIVIDADES COMPLEMENTARES DO CURSO DE LICENCIATURA EM GEOGRAFIA

Dispõe sobre a atualização do Regulamento das Atividades Complementares do curso de Licenciatura em Geografia da Universidade Federal do Tocantins, Campus Araguaína

O Colegiado do Curso de Geografia da Universidade Federal do Tocantins (UFT), campus de Araguaína, reunido em sessão extraordinária no dia 29 de abril de 2019, no uso de suas atribuições legais e estatutárias, Resolve:

Art. 1º Normatizar de Atividades Complementares, correspondente ao Núcleo II de estudos integradores para enriquecimento curricular da Licenciatura em Geografia da Universidade Federal do Tocantins – UFT de acordo com da Resolução N° 002/2015 do Conselho Nacional de Educação-Ministério da Educação – MEC articulada com a Resolução do Conselho de Ensino Pesquisa e Extensão- CONSEPE n. 09/2005 da Universidade Federal do Tocantins.

SESSÃO I

DOS OBJETIVOS

Art. 2º São objetivos das Atividades Complementares da Licenciatura em Geografia:

- I. Corroborar com a formação profissional do(a) aluno(a) de forma articulada com o Projeto Pedagógico do Curso;
- II. Oportunizar ao(à) aluno(a), experiência em atividades de Ensino, Pesquisa e Extensão, como elementos necessários à formação docente;
- III. Possibilitar ao(à) aluno(a) a troca de experiências com as demais áreas do conhecimento.

SESSÃO II

DA CARACTERIZAÇÃO DAS ATIVIDADES COMPLEMENTARES

Art. 3º As Atividades Complementares da Licenciatura em Geografia compõem o núcleo flexível do currículo do curso, sendo indispensável o seu integral cumprimento para colação de grau.

Parágrafo único: São consideradas atividades flexíveis de acordo com as modalidades de Ensino, Pesquisa e Extensão conforme a Resolução N° 002/2015 do Conselho Nacional de Educação-Ministério da Educação do MEC: seminários e estudos curriculares, de iniciação científica, encontros, congressos, colóquios, oficinas, projetos de iniciação ao ensino e a pesquisa, atividades de extensão, estágios extracurriculares, produção técnica ou científica, atividades práticas entre sistemas de ensino e instituições educativas.

Art. 4º As Atividades Complementares da Licenciatura em Geografia possuem uma carga horária de 210 horas, equivalendo a 14 (quatorze) créditos.

Art. 5º As Atividades Complementares da Licenciatura em Geografia estão organizadas em três modalidades, conforme a Resolução n.09/2005 do Consepe anexo, a saber:

- I. Atividades de Ensino;
- II. Atividades de Pesquisa;
- III. Atividades de Extensão.

Art. 6º Não poderá ocorrer a duplicidade de aproveitamentos das Atividades Complementares com outros componentes curriculares.

Parágrafo único: Considera-se a produção científica e intelectual dos últimos 5 (cinco) anos a contar no momento de participação do discente nas atividades conforme o artigo 5 deste regulamento para efeito das atividades complementares.

SESSÃO III

DA AVALIAÇÃO DAS ATIVIDADES COMPLEMENTARES

Art. 7º - A avaliação das Atividades Complementares realizar-se-á por uma comissão instituída por este Colegiado, que após análise da documentação apresentada pelo(a) discente, emitirá parecer deferindo ou indeferindo cada atividade.

I. A Comissão será composta por 3 (três) professores(as) efetivos(as) deste Colegiado;

II. O mandato desta comissão vigorará o prazo de 2(dois) anos, podendo o Colegiado prorrogá-lo por igual período;

III. A comissão reunir-se-á a cada semestre letivo, para avaliar as atividades complementares dos(as) possíveis formandos(as).

Art. 8º O (a) aluno(a) que discordar do parecer de indeferimento poderá solicitar no prazo de três dias, após a publicação da avaliação das Atividades Complementares, revisão do processo a este Colegiado e demais instâncias superiores.

Art.9º. Ao aluno compete: Apresentar à Instituição a partir do 7º (sétimo) período de ingresso no curso, cópia da documentação comprobatória das Atividades Complementares realizadas. É Responsabilidade do aluno (a) guardar consigo, a documentação comprobatória das Atividades Complementares e apresentá-la no período solicitado

Art. 10º Para efeito de conversão das Atividades Complementares, em créditos, adotar-se-á os seguintes critérios:

§ 1º Será considerada a parte inteira da divisão do número de horas registrada no certificado por 15 (quinze).

§ 2º Para as atividades de cursos de informática e língua estrangeira validar-se-á, no máximo, 07 (sete) créditos, para cada uma delas.

§3º Para os cursos e atividades de extensão oferecidos na modalidade EAD, validar-se-á, no máximo, 07 (sete) créditos para cada uma delas.

§4º Casos omissos serão resolvidos por este Colegiado.

SESSÃO V

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 11 Este Regulamento poderá ser alterado a qualquer tempo por este Colegiado, para garantir o bom funcionamento do curso, bem como, atender às exigências constantes nas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores(as) da Educação Básica.

Art. 12 O presente Regulamento entra em vigor a partir de sua aprovação pelo Colegiado de Licenciatura em Geografia, revogando-se as disposições em contrário.

Aluno(a):

Matrícula:

Curso: **Geografia/Araguaína**

FICHA DE ATIVIDADES COMPLEMENTARES

TIPO	CÓDIGO	NOME DA ATIVIDADE	QTD. Créd.	CH ACUM P/ ATIV**
ENSINO	AC101	I - Disciplinas complementares não previstas no currículo dos Cursos e cursadas na UFT e em outra IES	-	
	AC102	II - Atividades de monitoria (por semestre);	-	
	AC103	III - Organizar e ministrar mini-cursos (por mini-curso);	-	
	AC104	IV - Participação como ouvinte em mini-cursos (por mini-curso);	-	
	AC105	V - Cursos nas áreas de informática ou língua estrangeira (por curso);	-	
PESQUISA	AC201	I - Livro Publicado;	-	
	AC202	II - Capítulo de Livro;	-	
	AC203	III - Projetos de Iniciação Científica;	-	
	AC204	IV - Projetos de Pesquisa Institucionais;	-	
	AC205	V - Artigo publicado como autor (periódico com conselho editorial);	-	
	AC206	VI - Artigo publicado como co-autor (periódico com conselho editorial);	-	
	AC207	VII - Artigo completo publicado em anais como autor;	-	
	AC208	VIII - Artigo completo publicado em anais como co-autor;	-	
	AC209	IX - Resumo em anais;	-	
	AC210	X - Participação em grupos institucionais de trabalhos e estudos.	-	
EXTENSÃO	AC301	I - Autoria e execução de projetos;	-	
	AC302	II - Participação na organização de eventos (congressos, seminários, workshop, etc.).	-	
	AC303	III - Participação como conferencista (conferências, palestras, mesas-redondas, etc.). etc.)	-	
	AC304	IV - Participação como ouvinte em eventos (congressos, seminários, workshop, etc.)	-	
	AC305	V - Apresentação oral de trabalhos em (congressos, seminários, workshop, etc.)	-	
	AC306	VI - Participação como ouvinte em (conferências, palestras, mesas-redondas, etc.)	-	
	AC307	VII - Apresentação de trabalhos em painéis e congêneres em (congressos, seminários, workshop, etc.)	-	
	AC308	VIII - Participação em oficinas;	-	
	AC309	IX - Visitas técnicas;	-	

	AC310	X - Estágios extracurriculares (cada 80 horas);	-	
	AC311	XI - Representação discente em órgãos colegiados (CONSUNI, CONSEPE, etc.);	-	
	AC312	XII - Representação discente (UNE, UEE, DCE, CAs etc.)	-	
	AC401	Outras Atividades	-	
TOTAL GERAL			00	000

Araguaína/TO,

___/___/___

Coordenador(a) do curso

7.6 Curriculum vitae do corpo docente

O acesso ao Currículo Lattes de pesquisadores/professores permite visualização atualizada sobre: formação acadêmica, áreas de produção científica, instituições em que já tenha atuado, publicações de artigos científicos, iniciação científica, participações em eventos científicos; dentre outras informações.

Segue link de acesso ao Currículo Lattes dos docentes do curso de Geografia

Nome	Link de acesso ao Currículo Lattes	e-mail
1. Airtton Sieben	http://lattes.cnpq.br/2737740889266647	asieben@uft.edu.br
Doutor e Pós-doutor em Geografia, pela Universidade Federal de Uberlândia (UFU, 2012 e 2015, respectivamente). Mestre em Geomática, pela Universidade Federal de Santa Maria (UFSM, 2004). Graduado em Geografia (2002), pela UFSM. Professor da Universidade Federal do Tocantins (UFT), desde o ano de 2004 e professor do Programa de Pós-graduação Mestrado Interdisciplinar em Estudos de Cultura e Território (PPGCult), desde 2015. Coordenador do Laboratório de Cartografia e Estudos em Território (LCET), da UFT/Araguaína. Participa em grupos de pesquisa e consultor de revistas científicas. Tem experiência em Geografia Humana com ênfase em população, território e cartografia.		
2. Alberto Pereira Lopes	http://lattes.cnpq.br/9254084807806456	beto@uft.edu.br
Possui graduação em Licenciatura Em Geografia pela Universidade Federal da Paraíba(1991), mestrado em Geografia pela Universidade Federal de Uberlândia(2001) e doutorado em Geografia (Geografia Humana) pela Universidade de São Paulo(2009). Atualmente é PROFESSOR da UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS, Revisor de periódico da Revista de Geografia Agrária - Campo e território, Revisor de periódico da Revista de Direito da Cidade, Revisor de periódico da Contemporâneos: Revista de Artes e Humanidades (Online), Revisor de periódico da Bioikos e Revisor de periódico da Revista Ciência em Extensão. Tem experiência na área de Geografia, com ênfase em Geografia Humana. Atuando principalmente nos seguintes temas:Reforma agrária, Espaço geográfico.		
3. Antonia Márcia Duarte Queiroz	http://lattes.cnpq.br/7912274422016214	amdq@uft.edu.br
Doutora em Geografia- Bolsista-CAPES pela Universidade Federal de Uberlândia -IGUFU-MG.Tese defendida na área do Ensino de Geografia. Mestre em Desenvolvimento Social pela Universidade Estadual de Montes Claros - PPGDS/UNIMONTES-MG. Graduada em Geografia pela Universidade Estadual de Montes Claros - UNIMONTES-MG. Realização de Estágio Doutoral no Centro Interdisciplinar de Ciencias Sociais - CICS. NOVA, Universidade Nova de Lisboa/Portugal, no período, Agosto de 2014 a Março de 2015. Experiência Profissional: Analista Pedagógica e Docência em Graduação, Pós Graduação, Educação à Distancia e Educação Básica; como professora orientadora do ciclo avançado (Pós -Graduação Lato Sensu) do Programa de Formação Continuada - Mídias na Educação, professora na graduação do Departamento de Geociências - UNIMONTES, professora de Metodologia Científica UAB - UNIMONTES; professora de Geografia na Secretária de Estado de Educação de Minas Gerais, Professora de Geografia no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sul de Minas Gerais - IFSULDEMINAS. Professora do Magistério Superior na Universidade Federal do Tocantins-UFT. Produções científicas principalmente nos seguintes temas: Meio Ambiente, Planejamento Urbano. Ensino da Geografia, Extensão Universitária, Redes de Solidariedade, Processos Sócio-Econômicos (Territorialização Regional), Ordenamento Territorial e Ambiental, Epistemologia das Ciências Sociais e Planejamento Sócio - Econômico.		
4. Carlos Augusto Machado	http://lattes.cnpq.br/1238558127011709	delagnesse@uft.edu.br
Licenciado, Bacharel e Mestre em Geografia pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (UNESP). Doutor pela Universidade Federal de Uberlândia com a pesquisa intitulada "Gênese e Morfologia de Depósitos Tecnogênicos". Atualmente é Professor Adjunto da Fundação Universidade Federal do Tocantins ministrando as disciplinas Geologia e Geomorfologia. Participa na elaboração de projetos ambientais (EIA-		

RIMA/RCA-PCA), com ênfase em Manejo Integrado de Solos e Águas em Bacias Hidrográficas, atuando principalmente nos seguintes temas: diagnóstico ambiental, planejamento ambiental, manejo integrado e práticas conservacionistas e biodiversidade. Editor e revisor da Revista Tocantinense de Geografia (RTG) e revisor da revista Cosmos. Coordenador do LABGESOL (Laboratório de Geologia e Solos). Publicou em 2016, o livro intitulado "Depósitos Tecnogênicos: Gênese, Morfologias e Dinâmica		
5. Elias da Silva	http://lattes.cnpq.br/1144427559245612	esilvageo@uft.edu.br
Possui graduação em Geografia pela Universidade Federal de Mato Grosso (1993), Mestrado em Geografia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (1999), Doutorado em Geografia (Geografia Humana) pela Universidade de São Paulo (2010). Atualmente exerce a função de coordenador de curso e membro de Conselho de Pesquisa e Extensão - Consepe e professor Adjunto II a Universidade Federal do Tocantins. Tem experiência na área de Geografia, com ênfase em Geografia humana, território, cidade e rede, Epistemologia da Geografia, ensino de Geografia, complexo agroindústria ligado à soja no cerrado brasileiro.		
6. Eliseu Pereira de Brito	http://lattes.cnpq.br/9427367080929062	eliseubrito@uft.edu.br
Possui Bacharelado e Licenciatura em Geografia pela Universidade Federal do Tocantins. É mestre em Geografia pela Universidade Federal da Grande Dourados. Doutor em Geografia pela Universidade Federal de Goiás. Líder do Grupo de Pesquisa GEGATO - Grupo de Estudos Geográficos da Amazônia e Tocantins e Pesquisador do Núcleo de Estudos Urbanos, Agrários e Regionais - NURBA/UFT. Pesquisador Externo do LABOTER/UFG. Desenvolve pesquisa sobre "Território e territorialidades das comunidades ribeirinhas na Amazônia Legal - Tocantins" e sobre "Identidades Territoriais e Lugares tocaninenses. Desenvolve leituras no Grupo de Estudo sobre os "lugares" em Jöel Bonnemaïson". Atualmente é Professor Adjunto do Curso de Geografia da Universidade Federal do Tocantins - Campus de Araguaína. Editor da Revista Tocantinense de Geografia.		
7. Jean Carlos Rodrigues	http://lattes.cnpq.br/1183907068711284	jeancarlos@uft.edu.br
Possui graduação em Geografia pela Universidade Estadual de Londrina (2000), mestrado em Geografia pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (2003) e doutorado em Geografia pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (2008). Atualmente é professor adjunto da Fundação Universidade Federal do Tocantins do Curso de Geografia do Campus de Araguaína. Tem experiência de ensino, pesquisa e extensão na área de Geografia, com ênfase em Geografia Humana, atuando principalmente nos seguintes temas: cultura, religião, política e espaço de representação. Professor do Programa de Pós-Graduação em Estudos de Cultura e Território - Mestrado - da Universidade Federal do Tocantins. Membro do Núcleo de Estudos em Espaço e Representação (NEER).		
8. Kênia Gonçalves Costa	http://lattes.cnpq.br/3395795403404222	keniacost@uft.edu.br
Doutora em Geografia pela Universidade Federal de Goiás (2014), onde também me titulei mestra em Geografia (2005), licenciada em Geografia (2007) e Bacharela em Geografia (2002). Além disso sou Técnica em Agrimensura pela Escola Técnica Federal de Goiás (1996). Desde 2014 estou vinculada ao Colegiado de Licenciatura em Geografia da Fundação Universidade Federal do Tocantins (UFT), Campus Araguaína nas seguintes atividades: docente, membro do Núcleo Docente Estruturante (NDE) e coordenadora do Laboratório de Ensino e Práticas em Geografia (LEPG). Desde 2017 também estou vinculada como docente/orientadora do Programa de Pós-Graduação em Estudos de Cultura e Território (PPPGCult) e desde 2018 atuo como pesquisadora do Núcleo de Pesquisa e Extensão em Práticas e Saberes Agroecológicos (NEUZA). Mantenho ainda vínculo com a Universidade Federal de Goiás (UFG) onde atuei como docente no curso de Licenciatura Intercultural Indígena e sigo como pesquisadora do Laboratório de Estudos de Gênero, Étnico-Raciais e Espacialidades (LaGENTE-IESA-UFG). Tenho experiência na área de Interdisciplinaridades, com ênfase em Geografia, atuando nos seguintes temas: ensino, formação de professores, cartografia, aprendizagens criativas, educação indígena, quilombola, etnias, cultura, identidades e territórios.		
9. Luciano da Silva Guedes	http://lattes.cnpq.br/9148805784940137	lucianoguedes@uft.edu.br
Graduação em Geografia (Bacharelado) pela Universidade Federal da Paraíba (1999), mestrado em Geodinâmica pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (2002) e doutorado em Geografia pela Universidade Federal de Uberlândia (UFU). É Professor do Curso de Geografia da Universidade Federal do Tocantins, campus de Araguaína, e do Programa de Pós-Graduação em Demandas Populares e Dinâmicas Regionais (PPGDire). Tem experiência na área de Geociências, com ênfase em Geografia Física, atuando principalmente nos seguintes temas:		

Planejamento ambiental, Paisagem e ordenamento territorial, Geotecnologias de mapeamento do uso e ocupação da terra.		
10. Marcelo Venâncio	http://lattes.cnpq.br/0949859046503255	venancio@uft.edu.br
Possui graduação em Geografia pela Universidade Federal de Goiás (2002) e mestrado em Geografia pela Universidade Federal de Uberlândia (2005). Atualmente é professor do Curso de Geografia da Universidade Federal do Tocantins. Tem experiência na área de Geografia, com ênfase em Geografia Humana, atuando principalmente nas seguintes disciplinas, temas de pesquisa e orientações de Monografias: Educação Indígena, Geografia Agrária, Metodologia de Pesquisa, Educação, Educação Ambiental, Ensino de Geografia.		
11. Marivaldo Cavalcante da Silva	http://lattes.cnpq.br/1933607389573499	marivaldoareia@uft.edu.br
Dr. em Geografia pela Universidade Federal de Uberlândia com trabalho na área de geografia da saúde abordando Leishmaniose Visceral. Mestre em Geografia pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB). Licenciado pela Universidade Estadual da Paraíba (UEPB). Prof. Dr. do curso de Geografia em Araguaína-TO UFT. Prof. no Programa de Pós-Graduação em Estudos de Cultura e Território. Atua nas áreas relacionadas com a sociedade, natureza e o desenvolvimento, Degradação ambiental, uso e gestão dos recursos hídricos e geografia da saúde. Atualmente coordena o curso de geografia do Plano Nacional de Formação de Professores da Educação Básica (PARFOR) no campus de Araguaína-TO desde Agosto de 2011		
12. Maurício Ferreira Mendes	http://lattes.cnpq.br/1544463117481487	mauricio.mendes@uft.edu.br
Graduado em Biologia e Geografia pela UNEMAT, mestrado em Ambiente e Sistemas de Produção Agrícola pela UNEMAT e doutorado em Geografia pela UFG/IESA. É professor do curso de Geografia da Universidade Federal do Tocantins (UFT), câmpus Araguaína. (Texto informado pelo autor)		
13. Miguel Pacífico Filho	http://lattes.cnpq.br/5949034927486529	miguilim@mail.uft.edu.br
Graduação em História pela Universidade Federal de Ouro Preto- MG (UFOP) (1996), bolsista do programa PET/CAPEs durante a graduação. Mestrado em História pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (UNESP)(1999), bolsista CAPEs durante o desenvolvimento do mestrado. Doutorado em História pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (UNESP) (2004), bolsista FAPESP durante o desenvolvimento do doutorado. Professor Associado I do Curso de Geografia da Universidade Federal do Tocantins UFT ,Campus de Araguaína. Desenvolve trabalhos nas área de Desenvolvimento, Migrações e Trabalho, Desenvolvimento e Migrações, Acesso à assistência jurídica gratuita enquanto instrumento para o desenvolvimento. Coordenador do Curso de Pós Graduação Stricto Sensu Demandas Populares e Dinâmicas Regionais - PPGDire (UFT/Araguaína		
14. Pedro Albeirice da Rocha	http://lattes.cnpq.br/8499518171591747	albeirice@mail.uft.edu.br
Licenciado em Letras (Português-Inglês) e em Pedagogia, é Professor Associado da Universidade Federal do Tocantins. Mestre em Literatura Brasileira e Linguística Espanhola. Doutor em Teoria Literária. Leciona, no momento, as disciplinas "Política, Legislação e Organização da Educação Básica" e "Sociologia da Educação" na Universidade Federal do Tocantins, campus de Araguaína. Foi Professor Visitante na University College Dublin (2011) e University of Malta (2013). Atuou em colaboração técnica na Universidade Federal de Santa Catarina (2016-2018). É autor de 24 livros, dentre os quais estão "Leitura, Livro Infantil e Outras Conversas" (artigos), "Histórias do Tocantins e Outras Mais" (contos) e "Morte no Atlântico Sul" (romance)		
15. Roberto Antero da Silva	http://lattes.cnpq.br/7119883940178482	robertoantero@uft.edu.br
Professor Adjunto da Universidade Federal do Tocantins (UFT) no Campus de Araguaína, curso de Geografia. Possui graduação em Geografia pela Universidade do Tocantins, Mestrado e Doutorado em Geografia pela Universidade Estadual do Ceará (UECE). Possui experiência de quinze anos como docente na Educação Básica. Desenvolve estudos e/ou pesquisas com os seguintes temas: Cidade e urbanização, Planejamento urbano e regional, Desigualdades socioespaciais, Cidades médias, Ensino de Geografia e cidadania		
16. Suzete Costa Souza	http://lattes.cnpq.br/7172986892076161	suzethecosta@uft.edu.br
Professora Adjunta no Colegiado de Geografia, Campus de Araguaína, Universidade Federal do Tocantins. Doutoranda (2016) pelo Programa de Doutorado em Educação da Universidade de Aveiro/Portugal. Mestre em		

Geografia pela Universidade Federal de Mato Grosso (2006). Graduada em Geografia Licenciatura Plena (2003) e Bacharel (2004) pela mesma Universidade. Tem experiência em Geografia, atuando nas seguintes áreas: Ensino de Geografia, Teoria e Métodos da Geografia, Metodologia da Pesquisa, Climatologia Urbana e Regional. Atuou como Coordenadora da Central de Estágio das Licenciaturas, Campus de Araguaína, Universidade Federal do Tocantins. Como Geógrafa, prestou consultoria técnica para a Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso na adequação do Zoneamento Sócio Econômico Ecológico do Estado de Mato Grosso (ZSEE/MT).		
17. Vanessa Lessio Diniz	http://lattes.cnpq.br/2628259308097357	
Professora do curso de Licenciatura em Geografia da Universidade Federal do Tocantins (UFT) - campus Araguaína. Doutora em Geografia pelo Instituto de Geociências da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp). Mestra em Ensino e História de Ciências da Terra pela Unicamp (2014). Possui bacharelado e licenciatura em Geografia pela mesma universidade (2011). Trabalhou na Secretaria de Educação do Estado de São Paulo como professora de Educação Básica II (PEB II) de Geografia entre os anos de 2013 a 2015. Atuou como bolsista CAPES no Programa de Qualificação Docente e Ensino de Língua Portuguesa - PQLP (2014-2015), cooperação internacional em Timor-Leste, atuando principalmente como docente e codocente em disciplinas da Faculdade de Ciências Sociais da Universidade Nacional Timor Lorosae (UNTL), como docente no curso preparatório para seleção de bolsistas do Ministério da Educação de Timor-Leste e como docente no Centro de Formação Técnica em Comunicação (CEFTEC). Atualmente é integrante do grupo de estudo "Ateliê de Pesquisas e Práticas no Ensino de Geografia" (APEGEO) da Unicamp. Tendo experiência na área de Geografia, com ênfase em Ensino de Geografia, Currículo e Formação de professores, atuando principalmente nos seguintes temas: metodologia do ensino de geografia, estudos culturais e identidade, estágio supervisionado, geotecnologias no ensino, pesquisa-ação colaborativa e pedagogia crítica do lugar.		
18. Vinicius Gomes de Aguiar	http://lattes.cnpq.br/9820176762513634	vinicius.aguiar@uft.edu.br
Possui graduação em Geografia pela Universidade Federal de Goiás (2006), mestrado em Geotecnia e Construção Civil pela Universidade Federal de Goiás (2009) e doutorado em Geografia pela Universidade Federal de Goiás (2015). Atualmente é docente da Universidade Federal do Tocantins. Tem experiência na área de Geografia, atuando principalmente nos seguintes temas: meio ambiente, eia, geoprocessamento, geografia e cartografia.		

7.7. Manual da Biblioteca

Manual de Normalização para elaboração de trabalhos Acadêmicos-Científicos no âmbito da UFT

Acesso pelo link: <https://docs.uft.edu.br/share/s/tWtsvJD7TweKkuaA1ENIIA>